



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2004

**Endereço:**

**Controladoria-Geral da União**

**CNPJ: 05914685/0001-03**

**Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, 8º andar  
70070-905 Brasília - DF**

**Telefones: 412-7241/412-7242**

**Fax: 412-7230/412-6740**

**Internet: [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)**



## SUMÁRIO

1.	Apresentação	4
2.	A Instituição	5
2.1.	Histórico	5
2.2.	Competências Legais e Regimentais	5
2.3.	Estrutura Organizacional	7
3.	Vinculação com o Plano Plurianual	9
4.	Área de Controle Interno	12
4.1.	Introdução	12
4.2.	Metas Estabelecidas: Programação e Execução	13
4.3.	Principais Atividades Desenvolvidas pela SFCI	15
4.3.1.	Avaliação da Execução dos Programas de Governo e da Gestão dos Administradores Públicos Federais	16
4.3.2.	Treinamento em SIAFI Gerencial	19
4.4.	Auditoria de Recursos Externos	19
4.4.1.	Trabalhos Realizados e Recursos Despendidos	19
4.4.2.	Resultados do Controle	20
4.4.3.	Treinamento em Recursos Externos	20
4.5.	Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos	21
4.5.1.	Sorteio de Municípios	21
4.5.2.	Sorteio de Estados	22
4.6.	Atendimento a Denúncias e Demandas Externas	23
4.7.	Auditorias de Tomada de Contas Especial	25
4.8.	Auditorias nas Áreas de Pessoal e de Benefícios	30
4.8.1.	Análise da Consistência da Folha de Pagamento	30
4.8.2.	Análise de Processos de Pessoal	31
4.8.3.	Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares	33
4.8.4.	Treinamento na Área de Pessoal	34
4.9.	Balanço Geral da União-BGU	34
4.10.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal	35
	Anexo I.1. Diretoria de Auditoria de Programas da Área de Administração-DA.	37
	Anexo I.2. Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica-DE	60
	Anexo I.3. Diretoria de Auditoria de Programas da Área de Infra-Estrutura-DI	76
	Anexo I.4. Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social	86
5.	Área de Correição	101
5.1.	Forma de Atuação	102
5.2.	Combate à Lavagem de Dinheiro Associada à Corrupção e ao Enriquecimento Ilícito	103
5.3.	Articulação das Ações	103
5.4.	Capacitação de Servidores em Processo Administrativo Disciplinar	104
5.5.	Sistema de Corregedorias	104
5.6.	Conflito de Interesse Público X Privado. Mudanças no Regime de “Quarentena” do Serviço Público Federal	104
5.7.	I Concurso de Monografias e Redações da CGU	105
5.8.	IV Fórum Global de Combate à Corrupção	105
5.9.	Atuação na Área Internacional	106
5.10.	Resumo dos Principais Resultados	106



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

<b>6.</b>	Área de Ouvidoria	107
<b>6.1.</b>	Introdução	107
<b>6.2.</b>	Histórico da Ouvidoria-Geral da União	107
<b>6.3.</b>	Missão da Ouvidoria-Geral da União	107
<b>6.4.</b>	Competências da Ouvidoria-Geral da União	107
<b>6.5.</b>	Como a Ouvidoria-Geral da União Trata as Manifestações	108
<b>6.6.</b>	Atividades Desenvolvidas em 2004	109
<b>7.</b>	Gestão Interna	111
<b>7.1.</b>	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento	111
<b>7.2.</b>	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	120
<b>7.3.</b>	Coordenação-Geral de Recursos Humanos	124
<b>7.4.</b>	Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria	128
<b>8.</b>	Gestão de Tecnologia e Informação	128
<b>8.1.</b>	Competências Legais e Regimentais	128
<b>8.2.</b>	Resultados	129
<b>8.3.</b>	Ações/Projetos para 2005	138
<b>9.</b>	Diretoria de Instrução	148



## 1. APRESENTAÇÃO

A partir da edição da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, empreendeu-se uma alteração conceitual que permitiu evoluir da antiga Corregedoria-Geral da União para a construção de uma nova instituição, a Controladoria-Geral da União. Alterou-se completamente a orientação e a metodologia de trabalho, de modo a promover, de um lado, a integração efetiva das áreas de Fiscalização e Auditoria com as de Correição e de Ouvidoria, e, de outro lado, a integração entre os esforços da Controladoria e os demais órgãos públicos que atuam no controle da legalidade e no controle do Estado, em seu sentido mais amplo, e, por isso, têm interface com a função da Controladoria-Geral da União, a exemplo do Ministério Público Federal e dos Estados, da Advocacia-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Justiça, entre outros.

O presente *Relatório de Gestão* traz informações acerca da implementação das ações da Controladoria-Geral da União no decorrer do exercício de 2004, enfatizando as dimensões que adquiriu a Instituição e os projetos implementados no exercício de 2004, em que pesem as restrições até aqui encontradas, mormente no que tange a recursos orçamentários, financeiros, estruturais e de pessoal.

**WALDIR PIRES**  
**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**



## **2. A INSTITUIÇÃO**

### **2.1. HISTÓRICO**

Instituída pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2 de abril de 2001, a então Corregedoria-Geral da União teve, originalmente, como propósito declarado, o de combater, no âmbito do Poder Executivo Federal, a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Posteriormente, editou-se o Decreto nº 4.177, de 28 de março de 2002, integrando a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Comissão de Coordenação de Controle Interno – CCCI à estrutura da então Corregedoria-Geral da União.

O mesmo Decreto nº 4.177 transferiu para a Corregedoria-Geral da União as competências de Ouvidoria-Geral, até então vinculadas ao Ministério da Justiça.

Efetivou-se, dessa forma, o agrupamento das principais funções administrativas de controle, consolidando-as em uma única estrutura funcional.

Já neste Governo, a Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterou a denominação para Controladoria-Geral da União, assim como atribuiu ao seu titular a denominação de Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Em face de todas essas modificações normativas, a Controladoria-Geral da União assumiu a função de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, incumbido da orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos que compõem esse Sistema.

A CGU passou, então, a incluir entre suas responsabilidades a promoção da transparência e a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade, atuando, para tanto, em três grandes áreas: 1) no controle interno dos recursos públicos; 2) na atividade correicional; e 3) na atividade de ouvidoria.

### **2.2. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS**

Conforme preceituam a Lei nº 10.683, de 2003, e o artigo 1º do Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003, compete à Controladoria-Geral da União assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, correição e ouvidoria-geral.

Compete, ainda, à Controladoria-Geral da União, dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão, ou ameaça de lesão, ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde; e exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando, como Órgão Central, a Orientação Normativa que julgar necessária.

A Controladoria-Geral da União encontra-se registrada no SIAFI sob o código de órgão 20.125 e possui as seguintes Unidades Gestoras cadastradas:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

UG	TÍTULO	UF	FUNC
110006	DIRETORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÃO/SUBCG/CGU	DF	CONT
110165	GABINETE DO MINISTRO DA CGU/PR	DF	CONT
110166	ASSESSORIA JURÍDICA DA CGU/PR	DF	CONT
110167	OUVIDORIA-GERAL DA CGU/PR	DF	CONT
110168	SUBCONTROLADORIA-GERAL/CGU/PR	DF	CONT
110169	CORREGEDORIA DA ÁREA ECONÔMICA/CGU/PR	DF	CONT
110170	CORREGEDORIA DA ÁREA SOCIAL/CGU/PR	DF	CONT
110171	CORREGEDORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA/CGU/PR	DF	CONT
110174	DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA/CGU/SUBCG/SETORIAL	DF	EXEC
110175	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/DGI/CGU	DF	CONT
110176	COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS/DGI/CGU	DF	CONT
110177	COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DE SECRETARIA/DGI/CGU	DF	CONT
110178	COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	DF	CONT
110180	DIRETORIA DE INSTRUÇÃO/CGU/SUBCG	DF	CONT
110181	COORDENAÇÃO-GERAL DE DILIGÊNCIA/DIN/CGU	DF	CONT
110182	COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA/DIN/CGU	DF	CONT
170000	SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO	DF	CONT
170023	CGU NO ESTADO DO PARÁ	PA	EXEC
170031	CGU NO ESTADO DO MARANHÃO	MA	EXEC
170037	CGU NO ESTADO DO PIAUI	PI	EXEC
170044	CGU NO ESTADO DO CEARÁ	CE	EXEC
170049	CGU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	EXEC
170054	CGU NO ESTADO DA PARAÍBA	PB	EXEC
170063	CGU NO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	EXEC
170068	CGU NO ESTADO DE ALAGOAS	AL	EXEC
170074	CGU NO ESTADO DE SERGIPE	SE	EXEC
170084	CGU NO ESTADO DA BAHIA	BA	EXEC
170099	CGU NO ESTADO DE MINAS GERAIS	MG	EXEC
170105	CGU NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	EXEC
170113	CGU NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	MS	EXEC
170130	CGU NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	EXEC
170152	CGU NO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	EXEC
170165	CGU NO ESTADO DO PARANÁ	PR	EXEC
170174	CGU NO ESTADO DE SANTA CATARINA	SC	EXEC
170189	CGU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	EXEC
170194	CGU NO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	EXEC
170200	CGU NO ESTADO DE GOIÁS	GO	EXEC
170202	CGU NO ESTADO DE RONDÔNIA	RO	EXEC
170206	CGU NO ESTADO DO ACRE	AC	EXEC
170212	CGU NO ESTADO DO AMAZONAS	AM	EXEC
170364	CGU NO ESTADO DO TOCANTINS	TO	EXEC
170365	CGU NO ESTADO DO AMAPÁ	AP	EXEC
170366	CGU NO ESTADO DE RORAIMA	RR	EXEC
170900	COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÃO/DSI/CGU	DF	CONT
170910	COORDENAÇÃO-GERAL TECN. PROCED. E QUALIDADE	DF	CONT
170920	DIRETORIA DE PLANEJ. E AVAL. DAS AÇÕES DE CI	DF	CONT
170921	COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTAS DO GOV E RECURSOS EXT.	DF	CONT
170923	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. AR. PLAN. ORÇ. GESTÃO	DF	CONT
170924	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. E AVALIAÇÃO	DF	CONT
170926	DIRETORIA DE AUD. PROG. ÁREA ADMINISTRAÇÃO	DF	CONT
170930	COORDENAÇÃO-GERAL DE AUD. PROG. ADM. ÁREA INF. ESTRUT.	DF	CONT



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

170940	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO/DGI	DF	EXEC
170952	COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS E ORIENTAÇÃO P/ O SCI	DF	CONT
170953	COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIAS ESPECIAIS	DF	CONT
170960	DIRETORIA DE AUD. DE PROG. ÁREA ECONÔMICA	DF	CONT
170961	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. FAZENDÁRIOS	DF	CONT
170963	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. INTEG. NACIONAL	DF	CONT
170964	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA AGRIC. E ABASTEC.	DF	CONT
170965	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DES. IND. E COM. EXT.	DF	CONT
170967	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DESENV. AGRÁRIO	DF	CONT
170968	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE TURISMO	DF	CONT
170970	DIRETORIA DE AUDITORIA DE PROG. DA ÁREA SOCIAL	DF	CONT
170971	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA JUST. E SEG.PÚBLICA	DF	CONT
170972	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA PREV. SOCIAL	DF	CONT
170973	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE SAÚDE	DF	CONT
170974	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE TRAB. E EMPREGO	DF	CONT
170975	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA EDUCAÇÃO	DF	CONT
170977	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE CULTURA	DF	CONT
170978	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA ASSIST. SOCIAL	DF	CONT
170979	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE ESPORTE	DF	CONT
170980	DIRETORIA DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA	DF	CONT
170981	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA MEIO AMBIENTE	DF	CONT
170982	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA CIENC. E TECNOL.	DF	CONT
170983	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. DE PROG. ADM. ÁREA SOCIAL	DF	CONT
170984	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE MINAS E ENERGIA	DF	CONT
170985	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. DA ÁREA DE TRANSPORTE	DF	CONT
170986	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA DE COMUNICAÇÕES	DF	CONT
170987	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA HAB. SAN. URB. TR	DF	CONT
170990	DIRETORIA DE AUD. PESSOAL E TOM. CONTAS ESPECIAL	DF	CONT
170991	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ADM. ÁREA ECONÔMICA	DF	CONT
170992	COORDENAÇÃO-GERAL AUD. PROG. ÁREA PES. E BENEF.	DF	CONT

Ao ser contemplada com autonomia orçamentária e financeira, teve a CGU que absorver serviços antes a cargo de outros Órgãos, como o Ministério da Fazenda. De fato, o apoio logístico e os recursos humanos são as grandes carências ainda não totalmente supridas.

Diante dessa situação, as Gerências Regionais de Administração do Ministério da Fazenda continuam responsáveis pela execução orçamentária e financeira nos Estados onde a CGU possui Unidades Regionais, em conformidade com o planejamento e autorização da CGPO/DGI.

### **2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

De acordo com o Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003, e a Portaria nº 338, de 8 de agosto de 2003, a Controladoria-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria Jurídica; e
- c) Subcontroladoria-Geral da União:
  1. Diretoria de Instrução;



2. Diretoria de Gestão Interna; e
3. Diretoria de Sistemas e Informação;

II – Órgãos específicos singulares:

- d) Ouvidoria-Geral da República;
- e) Corregedoria da Área Econômica;
- f) Corregedoria da Área Social
- g) Corregedoria da Área de Infra-Estrutura;
- h) Secretaria Federal de Controle Interno:

1. Gabinete do Secretário Federal de Controle Interno:
  - a) Coordenação-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno.
2. Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica:
  - a) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas Fazendários;
  - b) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Planejamento, Orçamento e Gestão;
  - c) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
  - d) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas de Administração da Área Econômica.
3. Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social:
  - a) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Justiça e Segurança Pública;
  - b) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Previdência Social;
  - c) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Assistência Social;
  - d) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Saúde;
  - e) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Esportes;
  - f) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Educação.
4. Diretoria de Auditoria dos Programas da Área de Infra-Estrutura:
  - a) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área do Meio Ambiente;
  - b) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Ciência e Tecnologia;
  - c) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Minas e Energia;
  - d) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Comunicações;
  - e) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Transportes;
  - f) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Habitação, Saneamento, Desenvolvimento Urbano e Trânsito.
5. Diretoria de Auditoria de Programas da Área de Administração:





- a) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Integração Nacional;
  - b) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
  - c) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Desenvolvimento Agrário;
  - d) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Turismo;
  - e) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Trabalho e Emprego;
  - f) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Cultura;
  - g) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas de Administração da Área de Infra-Estrutura.
6. Diretoria de Planejamento e Avaliação das Ações de Controle:
- a) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas de Administração da Área Social;
  - b) Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação;
  - c) Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade.
7. Diretoria de Auditoria Especial e de Pessoal:
- a) Coordenação-Geral de Contas do Governo e de Recursos Externos;
  - b) Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas das Áreas de Pessoal e Benefícios;
  - c) Coordenação-Geral de Auditoria Especial.
- III – Unidades descentralizadas: Unidades da Controladoria-Geral da União nos Estados;
- IV – Órgãos Colegiados:
- a) Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; e
  - b) Comissão de Coordenação de Controle Interno.

### **3. VINCULAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL**

A Controladoria-Geral da União é responsável pela condução dos seguintes Programas constantes no Plano Plurianual 2004/2007:

1) 1173 – Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos, que tem como objetivo desenvolver as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988 e, por meio dessas atividades, intensificar o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos. O Programa é composto pelas seguintes ações:

- 2272 – Gestão de Administração de Programa: a) Finalidade: Construir um centro de custos administrativos, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio Programa; b) Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pela União; tecnologia da informação, sob ótica meio, incluindo apoio ao desenvolvimento de serviços



técnicos e administrativos; despesa com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa;

- 4994 – Avaliação de Gestão de Projetos de Financiamento e de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais: a) Finalidade: Emitir opinião sobre a adequação e a fidedignidade das demonstrações financeiras visando avaliar a efetividade e a aplicação de recursos de fontes internas e externas oriundos de agentes multilaterais e bilaterais de crédito e organismos internacionais de cooperação técnica, das unidades da Administração Direta e Entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal executoras de projetos/programas celebrados com aqueles organismos; b) Descrição: Certificação e avaliação de gestão dos projetos de financiamento e/ou cooperação técnica com organismos internacionais;
- 4995 – Controle de Execução dos Programas de Plano Plurianual: a) Finalidade: Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 74 da CF/88; combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos; subsidiar a elaboração de prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV, do artigo 84 da CF/88; b) Descrição: Acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, com vistas à avaliação da implementação das políticas e a verificação do cumprimento das metas previstas na LOA e no PPA;
- 4996 – Fiscalização de Aplicação de Recursos Públicos em Áreas Municipais: a) Finalidade: avaliar a aplicação dos recursos públicos federais em áreas municipais, complementando a avaliação da execução dos Programas de Governo, como forma de ampliar a transparência do gasto público; aproximar-se das realidades locais, fomentar a participação e o controle social, bem como dissuadir a prática da corrupção; b) Descrição: Realização de ações de controle em áreas geográficas municipais brasileiras, escolhidas aleatoriamente, mediante sorteio público, com a participação da sociedade, avaliando a prestação de serviços públicos federais em municípios, bem como a aplicação de recursos públicos federais por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
- 6430 – Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais: a) Finalidade: Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 74 da CF/88; combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos; subsidiar a elaboração da prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da CF/88; b) Descrição: Certificação anual de contas e avaliação de gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.

2) 1178 – Correição no Poder Executivo Federal, que tem como objetivo aprimorar/fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão de irregularidades no



Poder Executivo Federal, com o objetivo de combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais, além de prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência. O Programa é composto pelas seguintes ações:

- 2272 – Gestão de Administração de Programa: a) Finalidade: Construir um centro de custos administrativos, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa; b) Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pela União; tecnologia da informação, sob ótica meio, incluindo apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do Programa;
- 4997 – Investigação, Apuração e Repressão da Irregularidade no Poder Executivo Federal: a) Finalidade: Combater a impunidade dos administradores de recursos públicos que pratiquem atos lesivos ao patrimônio público; b) Descrição: Criação de mecanismos ágeis e eficientes de investigação e apuração respectivas, mediante trabalho conjunto com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

Além disso, a CGU responsabiliza-se por uma Ação dentro do Programa “1004- Gestão das Políticas de Governo”, que tem como objetivos: a) desenvolver as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988; b) aprimorar/fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão de irregularidades no Poder Executivo Federal; c) combater a impunidade dos administradores de recursos públicos federais, além de prestar contas à opinião pública acerca dessas atividades, conferindo-lhes ampla transparência; d) estimular a participação popular na Administração Pública Federal, mediante a abertura e manutenção de canais de comunicação ágeis com o cidadão. A ação a cargo da CGU é:

- 4998 – Funcionamento do Sistema Federal de Ouvidorias: a) Finalidade: Normatizar e organizar, do modo mais amplo e efetivo, as atividades de ouvidoria no Poder Executivo Federal; b) Descrição: Organização, sob a coordenação central da CGU, de um Sistema de Ouvidorias, em lugar da simples proliferação de iniciativas isoladas e fragmentárias hoje existentes, como forma de facilitar e estreitar a relação do cidadão e as instituições públicas do País.



## **4. ÁREA DE CONTROLE INTERNO**

### **4.1. Introdução**

Para desempenhar suas atribuições, de acordo com o Decreto nº 4.785, de 21 de julho de 2003, e em consonância com a Portaria nº 338, de 08 de agosto de 2003, a Secretaria Federal de Controle Interno conta com o Gabinete do Secretário Federal de Controle e com 6 Diretorias, cujas competências estão descritas a seguir:

a) quatro Diretorias de Auditoria de Programas - das áreas Econômica, Social, de Infra-Estrutura e de Administração - às quais compete planejar, organizar e executar, diretamente ou por meio das Unidades Descentralizadas, as atividades relacionadas ao processo de controle sobre os programas previstos no Plano Plurianual e nas Leis Orçamentárias Anuais, bem como sobre a avaliação da gestão de financiamento e de cooperação técnica com organismos internacionais e a operacionalização das atividades específicas dos respectivos Ministérios;

b) uma Diretoria de Planejamento e Avaliação das Ações de Controle para orientar, apoiar e coordenar os trabalhos de planejamento e execução de responsabilidade da SFC, desenvolver e prover, em articulação com as demais Diretorias, as orientações e procedimentos técnicos pertinentes, bem como aferir e zelar pela qualidade dos produtos e processos de trabalho no âmbito da SFC; e

c) uma Diretoria de Auditoria Especial e de Pessoal para desenvolver e difundir as técnicas e procedimentos específicos necessários para o exercício das atividades de controle na área de pessoal do Poder Executivo, executar, diretamente ou por meio das demais Diretorias e Unidades Descentralizadas da CGU, ações de controle no Sistema de Pessoal, bem como para orientar e acompanhar as atividades de verificação da exatidão dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões na Administração Pública Federal. Cabe, ainda, a essa Diretoria a responsabilidade pela elaboração das contas do governo e por acompanhar a gestão fiscal e examinar, certificar e controlar as tomadas de contas especiais.

A execução das atividades do Controle Interno, que se faz com a estrutura acima apresentada, vem, ao longo do tempo, evoluindo de forma constante e consistente. De uma fase em que os trabalhos se desenvolviam sobre uma base essencialmente contábil, o Controle alcançou gradativamente um outro patamar, de base multidisciplinar, muito mais abrangente e seguro, ao incorporar a verificação física dos bens e serviços contratados às expensas dos recursos federais. Dessa forma, há poucos anos é bem verdade, foi possível incorporar ao arsenal da SFC as técnicas de controle sistemático construídas a partir do conhecimento aprofundado dos programas e ações de governo, bem como dos agentes por eles responsáveis, e das quais resultaram em ganhos consideráveis em termos da avaliação da execução dos programas, bem como da melhoria da contribuição do Controle Interno ao próprio aperfeiçoamento dos processos de gestão.

O exercício de 2004 trouxe contribuição marcante, de necessário registro, nessas considerações sobre o processo evolutivo das atividades de controle. Durante o exercício, não só se verificou a consolidação do programa de fiscalização dos gastos federais em municípios, a partir de sorteios públicos, como um decisivo instrumento de dissuasão à prática da gestão desonesta, como também se pôde dar início aos testes de implantação de uma nova modalidade de atuação. Tratou-se, com base na experiência vivida, de estender o conceito também ao sorteio de Estados da federação. Os primeiros resultados foram bastante satisfatórios, de tal sorte que o Programa de Sorteio de Estados pôde ser incorporado ao conjunto de atividades que serão regularmente desenvolvidas em 2005.



Um outro aspecto, da maior relevância, que também se consolidou em 2004, foi a execução de trabalhos em parceria com outros órgãos do sistema de defesa do Estado. Assim, certamente na rota do processo evolutivo, não só foram potencializados os resultados, obtidos com a participação direta do Departamento de Polícia Federal (DPF), da Agência Brasileira de Informações (ABIN), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, dentre outros, como também estão sendo desenvolvidos e incorporados ao acervo do Controle Interno novas técnicas e procedimentos, poderosos e altamente eficientes, resultantes da interação com os demais organismos.

Finalmente, destaca-se, ainda, nessa parte introdutória, que a carência aguda de pessoal com que vem se defrontando, cronicamente, o Controle Interno e que inviabiliza a execução de suas atividades na escala e profundidade necessárias ao atendimento adequado das necessidades nacionais, embora longe de ser superada, logrou um pequeno alívio nesse exercício. Ingressaram nos quadros da SFC/CGU, mediante concorridíssimo concurso público de âmbito nacional, cerca de 240 novos servidores. Essa pequena redução do déficit de pessoal é que possibilitou a abertura da nova e indispensável frente de fiscalização de Estados por sorteio público.

#### 4.2. Metas estabelecidas: programação e execução

À Secretaria Federal de Controle Interno coube o cumprimento das metas físicas definidas na Lei Orçamentária Anual de 2004, no âmbito do Programa **1173- Avaliação da Gestão dos Administradores de Recursos Públicos Federais**, abrangendo as Ações: **4994 – Avaliação da Gestão de Projetos de Financiamentos e de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais; 4995 – Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual; 4996 - Fiscalização de Aplicação de Recursos em Áreas Municipais e 6430 – Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais.**

<b>04.124.1173.4994.0001</b>	<b>Avaliação da Gestão de Projetos de Financiamento e de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais</b>
<b>Produto</b>	Projeto avaliado
<b>Meta Física</b>	300 projetos avaliados
<b>Meta Financeira</b>	R\$ 400.000,00
<b>Finalidade</b>	Emitir opinião sobre a adequação e a fidedignidade das demonstrações financeiras, visando avaliar a efetividade e a aplicação de recursos de fontes internas e externas oriundos de agentes multilaterais e bilaterais de crédito e organismos internacionais de cooperação técnica, das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal executoras de projetos/programas celebrados com aqueles organismos.
<b>Descrição</b>	Certificação e avaliação da gestão dos projetos de financiamento e/ou cooperação técnica com organismos internacionais.
<b>04.124.1173.4995.0001</b>	<b>Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual</b>
<b>Produto</b>	Ação avaliada
<b>Meta Física</b>	120 ações avaliadas
<b>Meta Financeira</b>	R\$ 2.000.000,00



<b>Finalidade</b>	Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 74 da CF/88. Combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos. Subsidiar a elaboração da prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da CF/88..
<b>Descrição</b>	Acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, com vistas à avaliação da implementação das políticas públicas e à verificação do cumprimento das metas previstas na LOA e no PPA.
<b>04.124.1173.4996.0001</b>	<b>Fiscalização de Aplicação de Recursos Públicos em Áreas Municipais</b>
<b>Produto</b>	Área municipal fiscalizada
<b>Meta Física</b>	870 áreas municipais fiscalizadas
<b>Meta Financeira</b>	R\$ 6.700.000,00
<b>Finalidade</b>	Avaliar a aplicação dos recursos públicos federais em áreas municipais, complementando a avaliação da execução dos Programas de Governo, como forma de ampliar a transparência do gasto público; aproximar-se das realidades locais, fomentar a participação e o controle social, bem como dissuadir a prática da corrupção.
<b>Descrição</b>	Realização de ações de controle em áreas geográficas municipais brasileiras, escolhidas aleatoriamente, mediante sorteio público, com a participação da sociedade, avaliando a prestação de serviços públicos federais em municípios, bem como a aplicação de recursos públicos federais por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.
<b>04.124.1173.6430.0001</b>	<b>Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais</b>
<b>Produto</b>	Gestão avaliada
<b>Meta Física</b>	1223 gestões avaliadas
<b>Meta Financeira</b>	R\$ 900.000,00
<b>Finalidade</b>	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 74 da CF/88. Combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos. Subsidiar a elaboração da prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da CF/88.
<b>Descrição</b>	Certificação anual de contas e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.

A execução físico-financeira das ações elencadas acima foi a seguinte:



### Execução Físico-Financeira

Ação	Previsão		Execução		%	
	Físico	Financeiro (R\$)	Físico	Financeiro (R\$)	Físico	Financeiro
4994	300 projetos avaliados	400.000,00	184	115.620,00	61,3	28,91
4995	120 ações avaliadas	2.000.000,00	788	702.678,00	656,6	35,13
4996	870 áreas municipais fiscalizadas	6.700.000,00	400	4.293.387,00	46,0	64,08
6430	1.223 gestões avaliadas	900.000,00	1.736	798.301,00	141,9	88,70

Fonte: SIGPLAN

#### 4.3. Principais atividades desenvolvidas pela Secretaria Federal de Controle Interno

No cumprimento de suas finalidades constitucionais, o controle interno do Poder Executivo Federal atua de forma a acompanhar e avaliar a execução das ações governamentais, a aplicação dos recursos orçamentários na execução dessas ações e a gestão dos agentes públicos responsáveis por sua implementação (art. 74 da CF/88).

Essa atuação ampla se faz com base na aquisição de dados e processamento de informações sobre toda a atividade governamental, incluída aí, além da atuação dos agentes próprios do governo na esfera federal, também aquela desenvolvida por agentes das outras esferas de governo e por agentes privados que também participam, e de forma crescente, na implementação das ações de governo.

Com a introdução, em 2003, do Programa de Fiscalização em Municípios a partir de Sorteios Públicos, o Controle Interno reforçou sua capacidade de adquirir dados sobre a atuação dos diversos agentes executores das ações de governo e sobre os resultados por eles obtidos. Instituído pela Portaria/CGU n.º 247, de 20/06/2003, esse novo instrumento inovou e ampliou o âmbito de operações do controle e, concomitantemente, inaugurou um campo vital de ação, até então inexplorado pela atuação do Controle Interno. Tal campo é o da dissuasão da corrupção e da mobilização da sociedade para o exercício legítimo do controle dos gastos que se executam com recursos públicos. Promovendo de forma sistemática a exposição pública dos resultados obtidos pelas fiscalizações executadas sobre a aplicação dos recursos federais nos municípios sorteados, exposição essa executada de forma a atingir o mais amplamente possível toda a população, logrou-se obter um nível excepcional de penetração em todas as camadas populares e produzir resultados notáveis, em termos de correção de erros e punição dos responsáveis pelas irregularidades identificadas.

Essa nova abordagem do controle interno, graças ao acréscimo dos novos meios de atuação às já tradicionais fiscalizações e auditorias, ampliou, consideravelmente, o conjunto de ações e programas governamentais sobre os quais se pode reunir volumes consistentes de dados sobre a execução e, dentro de certos limites, ajuizar sobre tendências decorrentes das trajetórias identificadas em suas execuções. Tal ampliação tornou-se possível porque, em lugar de exclusivamente concentrar as atividades de controle sobre as ações governamentais em função



da importância relativa a elas concedida, o sorteio alargou substantivamente a pauta das fiscalizações ao buscar avaliar, ao máximo possível, os recursos destinados ao município sorteado. Dessa forma, além de possibilitar a abordagem de temas até então muito pouco frequentes nas ações do Controle, abriu-se a possibilidade de incorporação de novos dados, no caso de temas também cobertos sob a forma de acompanhamento sistemático, aos processos tradicionais de avaliação.

Ainda como resultante natural da evolução e ampliação das formas de atuação do Controle Interno, aperfeiçoam-se as avaliações de execução dos projetos financiados com recursos externos e projetos de cooperação internacional, as quais são, ao mesmo tempo, insumos e produtos do processo global de avaliação da execução dos programas governamentais. Insumos pelo que representam na execução das políticas públicas em que estão inseridos os projetos, e produtos, por se prestarem ao atendimento das exigências contratuais relativas aos relatórios de auditoria que precisam ser fornecidos pelo Governo aos organismos internacionais respectivos.

O acompanhamento e a avaliação da aplicação dos recursos públicos, sob o aspecto orçamentário, são operacionalizados mediante a coleta e análise de indicadores contábeis e financeiros – elaborados a partir dos dados existentes nos sistemas do Governo Federal – e o controle dos limites orçamentários e da disponibilidade financeira. Os resultados obtidos propiciam, além da atuação permanente junto aos gestores responsáveis visando à correção dos problemas detectados, a ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal, em cumprimento aos artigos 54, inciso IV e 59 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação da gestão dos agentes públicos abrange um extenso e completo conjunto de aspectos. Trata de comprovar a legalidade e avaliar os resultados obtidos pelos gestores federais quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado. Trata, ainda, do exame da consistência das folhas de pagamento, dos processos de aposentadorias e pensões, assim como dos registros de admissão e desligamento de servidores públicos federais. Em última análise, como se vê, a avaliação de gestão se constitui em uma verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores. Engloba, portanto, também os resultados das avaliações produzidas sobre a execução das ações e a aplicação dos recursos orçamentários. Assim, também as avaliações de gestão se beneficiam dos melhores resultados obtidos nas etapas anteriores.

Como última etapa do ciclo anual do controle interno, todos os resultados obtidos subsidiam o preparo dos elementos que vão compor o Balanço Geral da União, tal como determinado na Constituição Federal.

A seguir, são abordados os principais resultados atingidos pela CGU, na área a cargo da SFC:

#### **4.3.1. Avaliação da execução dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos federais**

Em cumprimento às atribuições legais e regimentais, no que concerne à avaliação da execução dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos federais, foram realizadas 17.273 ações de controle, sendo 13.907 fiscalizações, 2.981 auditorias de avaliação de gestão e 385 auditorias contábeis, em todos os Estados, abrangendo 756 municípios, representando um grau de cobertura geográfica de 13,6% dos 5.560 municípios do País, com distribuição apresentada nas tabelas a seguir:





### Evolução das Auditorias e Fiscalizações

TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	2000	2001	2002	2003	2004
Auditoria de Avaliação de Gestão*	1.304	2.045	2.351	2.833	2.981
Auditoria Contábil/Recursos Externos	164	257	409	332	385
Fiscalização por meio de sorteios públicos e outros	17.123	14.526	16.103	19.943	13.907
<b>TOTAL</b>	<b>18.591</b>	<b>16.828</b>	<b>18.863</b>	<b>23.108</b>	<b>17.273</b>

Fonte: sistema ATIVA/SFC/MF

\*Inclui Auditorias de Acompanhamento de Gestão, Auditorias Operacionais; Auditorias Especiais e Extraordinárias

Importante ressaltar que a redução, ocorrida de 2004 em relação a 2003, no número de fiscalizações, de 19.943 para 13.907, é decorrente, principalmente, de uma redefinição das ordens de serviços de algumas ações de governo da área social, que, inicialmente, contemplavam uma ordem de serviço para cada um dos agentes/responsáveis pela ação, por exemplo, uma para escola, uma para a família e uma para o conselho de acompanhamento, passando para uma única ordem de serviço que contém questionários específicos para cada um desses agentes/responsáveis. Saliente-se que os pontos de verificação não foram suprimidos, passaram, apenas, a compor os questionários específicos.

O quadro abaixo demonstra a evolução da quantidade de ações de governo objeto de auditorias/fiscalizações por parte da CGU.

#### Quantidade de Ações de Governo que sofreram atuação do Controle Interno

2000	2001	2002	2003	2004
280	348	444	443	576

Com relação à presença da CGU nos municípios brasileiros, mostrou-se ela, no mesmo período, assim distribuída:

#### Quantidade de municípios objeto de ações de controle.

Forma de Atuação	2000	2001	2002	2003	2004
Sorteio	-	-	-	310	416
Denúncias/Representações	48	116	322	280	151
<b>Totais</b>	<b>48</b>	<b>116</b>	<b>322</b>	<b>590</b>	<b>567</b>

Além disso a CGU esteve, ainda, presente, em 2004, em 321 municípios, por meio de outras formas de auditoria/fiscalização, geralmente setoriais ou localizadas, diferentemente das espécies contempladas no quadro que representam fiscalizações globais.



O quadro a seguir detalha a presença da CGU no exercício de 2004, por Estado da Federação:

### Cobertura geográfica das Ações de Controle

UF	Qtde Munic. No Estado	Presença SFC/CGU (nº de municípios)	Perc.
AC	22	10	45,4%
AL	102	12	11,8%
AM	62	18	29,0%
AP	16	6	37,5%
BA	417	55	13,2%
CE	184	26	14,1%
DF	1	1	100,0%
ES	78	17	21,8%
GO	246	40	16,2%
MA	217	22	10,1%
MG	853	107	12,5%
MS	77	18	23,4%
MT	139	20	14,4%
PA	143	24	16,8%
PB	223	20	8,9%
PE	185	36	19,4%
PI	222	26	11,7%
PR	399	39	9,8%
RJ	92	27	29,3%
RN	167	21	12,6%
RO	52	10	19,2%
RR	15	4	26,7%
RS	496	55	11,1%
SC	293	33	11,3%
SE	75	11	14,7%
SP	645	74	11,5%
TO	139	24	17,3%
<b>Total</b>	<b>5.560</b>	<b>756</b>	<b>13,6%</b>

Fonte: Sistema Ativa/SFC

As fiscalizações, em termos do número de trabalhos realizados, foram, principalmente, voltadas para atender ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Contudo, além da demanda dos Sorteios, as denúncias e representações recebidas pela Controladoria-Geral da União também deram origem a fiscalizações, sendo essas últimas, em muitas situações, de tal forma amplas e complexas, que motivaram a criação de “Forças Tarefa”, frequentemente com participação de outros órgãos públicos, conforme se verá mais adiante nesse Relatório.



Os resultados da atuação do controle interno estão demonstrados no **Anexo I** a este relatório e apresentam, por programa/ação de governo, uma síntese dos principais problemas encontrados, as medidas corretivas implementadas pelos respectivos gestores, bem como os valores considerados como prejuízos potenciais.

#### **4.3.2. Treinamento em SIAFI Gerencial**

No exercício de 2004, foi realizado o Curso “*Treinamento em SIAFI Gerencial Aplicado às Ações de Controle*”, planejado, elaborado e executado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 163, de 03 de maio de 2004, e de acordo com as diretrizes apresentadas na referida Portaria, quais sejam: consulta a todos os servidores para identificação das carências na área com o objetivo de elaborar o material didático com conteúdo prático de questões relativas às atividades típicas executadas no âmbito do Controle Interno; o recrutamento dos treinandos se fez mediante a aplicação de testes para seleção, visando garantir a escolha dos mais aptos, de modo a que se resguardasse, ao máximo, a possibilidade de obter níveis de qualificação elevados, que permitissem a mobilização do pessoal, então treinado, para proceder à multiplicação dos conhecimentos junto aos demais colegas das respectivas Unidades que já detivessem conhecimento em execução orçamentária e financeira, em consultas básicas no Sistema SIAFI e que se julgassem com perfil para tornarem-se multiplicadores do conhecimento a ser adquirido.

Dessa forma, foram selecionados os servidores e criadas duas turmas-piloto, com carga horária de 20 h, resultando no treinamento inicial de cinquenta servidores no âmbito da SFC. Em seguida, a partir da avaliação do curso feita com a participação dos então treinados, alterou-se a carga horária para 28h nas três turmas seguintes, que habilitaram como utilizadores, e também potenciais multiplicadores do SIAFI Gerencial Aplicado às Ações de Controle, 61 servidores das Unidades Descentralizadas da CGU.

#### **4.4. Auditorias de recursos externos**

##### **4.4.1. Trabalhos realizados e recursos despendidos**

No exercício de 2004, foram executadas 385 ações de controle para atender a organismos internacionais. A atuação do Controle Interno alcançou 184 projetos envolvendo organismos internacionais. A seguir, serão abordados alguns aspectos específicos dessa atividade desenvolvida pela SFC.

No âmbito do Governo Federal, esfera de atuação da Controladoria-Geral da União, estavam em execução, durante o ano de 2003, 104 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, 379 projetos/atividades de Cooperação Técnica Bilateral, com países como Alemanha, Japão e outros e 475 projetos em execução com Organismos de Cooperação Técnica Multilateral, tais como PNUD, UNESCO e outros.

Foram, ainda, despendidos recursos da ordem de US\$ 2.4 bilhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no Brasil, durante o exercício de 2003 e cerca de US\$ 1,2 bilhão em 2004, que foram acompanhados pela SFC/CGU. No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI - consultando as fontes externas (0148, 0149 e 0195), encontra-se empenhado e liquidado, durante o exercício de 2004, o montante de R\$ 5.301.178.080,90, que será a base para as auditorias de 2005. Os resultados da Cooperação Técnica em 2004 estão sendo consolidados. Saliente-se que a SFC ainda realizou



trabalhos de auditoria relativos a recursos executados em 2003, tendo sido empenhado e liquidado no SIAFI o montante de R\$ 4.312.321.562,78.

#### **4.4.2. Resultados do Controle**

Na Cooperação Técnica Internacional com o PNUD, foram auditados 86 projetos, sendo que em 64 relatórios de auditoria anuais, foi identificado algum tipo de impropriedade, ou seja, em 74,42%. Foram identificadas irregularidades que ensejaram em recomendações para a devolução à Conta dos Projetos de recursos da ordem de R\$ 898.981,31 em 12 dos 86 projetos.

No BIRD, foram auditados 25 projetos, tendo sido identificadas 204 constatações, com incidência maior de impropriedades na área de “Gestão do Suprimento de Bens e Serviços”. Em termos de valores glosados, a serem restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional ou à Conta do Empréstimo/Doação, foram efetivamente identificados nos Relatórios de Auditoria as importâncias de EUR 87.338,12, US\$ 458.947,43 e R\$ 888.236,28. Ressalte-se que são identificados três valores diferentes, visto que os contratos são contabilizados em diversas moedas.

Para o BID foram emitidos 26 relatórios de auditoria, verificando-se o que segue:

- a) 25 relatórios de auditoria apresentaram alguma impropriedade ou irregularidade;
- b) na área de controle, aquelas áreas que concentraram o maior número de constatações foram: Gestão Financeira (80 constatações); Gestão de Suprimentos (61 constatações); Gestão Patrimonial (52 constatações);
- c) em termos de valores glosados, a serem restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional ou à Conta do Empréstimo/Doação, foram apontados os montantes de R\$ 464.580,76 e US\$ 450,384.78. Ressalte-se que são identificados três valores diferentes, visto que os contratos são contabilizados em diversas moedas.

Os problemas mais freqüentes constatados na execução dos projetos foram: aquisições e pagamentos realizados indevidamente; não apresentação de documentação fiscal completa das despesas; fracionamento de despesas no fornecimento de passagens aéreas; prorrogação de prazos de contratos já vencidos; contratação indevida de servidores públicos com dedicação exclusiva ou licenciados como consultores de projetos; não realização de processo seletivo para contratação de consultores; descumprimento do Decreto 3.751/2001 em relação à autorização prévia de contratações pela área de pessoal dos órgãos e entidades; realização de processo seletivo simplificado sem a conseqüente contratação dos profissionais; contratação de serviços eventuais para suprir deficiência de pessoal auxiliar; utilização indevida de recursos de adiantamentos; pagamento a maior de despesa; pagamento em duplicidade; inexistência de documentação de suporte de gastos; baixa execução orçamentário-financeira; não elaboração dos relatórios de progresso anuais; não atendimento de recomendações das auditorias oriundas de exercícios anteriores; falta de elaboração de inventário físico dos bens; desaparecimento de bens sem a devida apuração de responsabilidade; uso indevido de bens em atividades alheias ao projeto; não apresentação ou inadequação dos demonstrativos financeiros; descumprimento às disposições do Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público do Trabalho-TAC/MPT relativo à contratação de pessoal.

#### **4.4.3. Treinamento em Recursos Externos**

Em 2004, foram realizados treinamentos para aproximadamente 131 servidores da SFC e Unidades Descentralizadas da CGU, nos meses de outubro e novembro, conforme abaixo:



- Auditoria de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, do qual participaram 64 servidores, visando à atualização dos auditores em relação às alterações legais implementadas durante o ano de 2004;
- Auditoria dos projetos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que contou com a participação de 39 servidores, sendo 03 da Controladoria-Geral no Estado do Rio de Janeiro, visando à atualização dos auditores em relação aos novos Termos de Referência e demonstrações financeiras do BID; e
- Dois laboratórios, na Escola de Administração Fazendária ESAF – DF, que alcançaram uma clientela de 28 servidores, visando ao treinamento dos auditores nas técnicas de utilização do SIAFI GERENCIAL aplicado ao acompanhamento e controle dos recursos de fontes externas e suas contrapartidas.

#### **4.5. Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos**

##### **4.5.1. Sorteio de Municípios**

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, como já mencionado, iniciou-se no exercício de 2003 e trata-se de um instrumento de fiscalização para o controle que visa, principalmente, à dissuasão da corrupção entre gestores de todas as esferas da Administração Pública.

Em cada uma das unidades sorteadas, as equipes de fiscais e auditores examinam as contas e documentos, realizam inspeção física, entrevistam o público alvo de cada programa inspecionado, avaliam o cumprimento das atribuições dos conselhos municipais, dentre outras ações. Importante ressaltar que enquanto se fiscaliza, estimula-se a sociedade a participar do controle na aplicação dos recursos.

No exercício de 2004, foram realizados 7 (sete) sorteios de municípios (do 8º ao 14º Sorteio), oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 400 unidades municipais, distribuídas conforme tabela a seguir, e tendo sido examinadas ações de governo que envolveram R\$ 2.852.897.000,00 em recursos públicos federais.

##### **Distribuição de unidades municipais sorteadas por Estado**

<b>Estado</b>	<b>Municípios sorteados</b>
Acre	2
Alagoas	7
Amapá	2
Amazonas	7
Bahia	32
Ceará	16
Espírito Santo	7
Goiás	21
Maranhão	14
Minas Gerais	50
Mato Grosso do Sul	8
Mato Grosso	13
Pará	14
Paraíba	14
Pernambuco	14
Piauí	14



Paraná	24
Rio de Janeiro	15
Rio Grande do Norte	14
Rondônia	3
Roraima	2
Rio Grande do Sul	32
Santa Catarina	19
Sergipe	7
São Paulo	37
Tocantins	12
<b>Total</b>	<b>400</b>

Os relatórios contendo as constatações das fiscalizações foram encaminhados aos Ministérios ordenadores das despesas, Tribunal de Contas da União, Prefeituras e Câmaras Municipais, Ministério Público Federal, Estadual e Municipal, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas Legislativas.

A divulgação dos resultados dos trabalhos do sorteio também é realizada na *internet*, por meio do sítio da CGU ([www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)), com acesso amplo a quaisquer interessados, com síntese dos respectivos relatórios.

Dentre as várias irregularidades apresentadas e já divulgadas no sítio da Controladoria-Geral da União estão: indícios de fraudes em licitações, com o uso de empresas fantasmas; notas fiscais frias ou adulteração de documentos; superfaturamento de preços; falta de comprovação de despesas; direcionamento dos processos licitatórios, obras inacabadas ou paralisadas, objetos inexistentes e objetivos que não foram alcançados.

#### 4.5.2. Sorteio de Estados

Além dos sorteios de municípios, no exercício de 2004 foi realizado, em caráter piloto, no mês de novembro, o primeiro sorteio de Estados, tendo sido selecionadas 5 (cinco) Unidades Federativas, uma por região geográfica, quais sejam: Amazonas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

Nos mencionados Estados, foi verificada a aplicação de recursos federais, sob responsabilidade do Governo do Estado, transferidos por meio dos seguintes Programas/Ações:

- Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – Ações: “Assistência Financeira para a Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais” e “Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à parte Variável do PAB para a Assistência Farmacêutica Básica”;
- Programa Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – Ação: “Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis”;
- Programa Segurança Transfuncional e Qualidade do Sangue – Ação: “Atenção aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias”.

Os trabalhos de campo já foram concluídos e os relatórios encontram-se em fase de finalização.



#### 4.6. Atendimento a denúncias e outras demandas externas

Por força do disposto na Lei n.º 10.683/2003, é responsabilidade da Controladoria-Geral da União dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.

Além das providências a cargo das Corregedorias – relatadas no Capítulo próprio – coube à SFC, no exercício de 2004, atender às demandas oriundas do TCU (diligências, solicitações de informações, certificação de contas e outras), havendo-se registrado o fluxo processual de 776 expedientes, sendo atendidos integralmente 276, estando em andamento o atendimento dos 500 restantes. Essas demandas do TCU motivaram, ainda, a execução de 63 ordens de serviço no exercício de 2004. Saliente-se que a maioria dessas demandas são julgamentos, decisões e acórdãos cujo cumprimento deve ser verificado quando das Auditorias de Gestão nas unidades.

A SFC ainda recebeu outras demandas externas que geraram a execução de 800 ordens de serviço, conforme tabela a seguir, onde se verifica que a sociedade (população em geral) tem sido a maior demandante.

##### Ações de auditoria e fiscalização originadas por demanda externa

Demandantes	Ações de controle realizadas
Sociedade	485
MPU	215
Câmara dos Deputados	13
Presidência da República	77
Outros Demandantes	10
<b>TOTAL:</b>	<b>800</b>

Os processos relativos às demandas externas são tratados pontualmente com encaminhamento dos resultados aos demandantes, aos gestores responsáveis pelas providências, ao Tribunal de Contas da União, e, se for o caso, ao Ministério Público. Esses resultados também são informados no relatório anual de Auditoria de Avaliação da Gestão dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades.

Dentre outras, destacamos as principais constatações oriundas de demandas externas: impropriedades e irregularidades nas licitações, contratações e processos de pagamento; alteração do objeto constante do ajuste firmado com o órgão federal; pagamento superior ao valor contratado; pagamento antecipado; ausência de certame licitatório; constatação de esquema de fraudes; lavagem de dinheiro; identificação de empresas “fantasmas” e “laranjas”; falsificação de processos licitatórios; desvio de finalidade de convênios; emissão de notas fiscais inidôneas; adulteração de documentos.

Para algumas das ações de controle elencadas acima, foram realizadas operações especiais, principalmente em conjunto com o Departamento da Polícia Federal e o Ministério Público, tanto Federal como Estadual. Tais operações, que se revelaram altamente produtivas e também notavelmente consumidoras de tempo, ganharam as manchetes dos jornais escritos e falados e contribuíram, decisivamente, para dar notável visibilidade às atividades da CGU e do próprio Controle enquanto fundamentais para a eliminação de atividades criminosas.



Quanto a essas, merecem destaques, dentre outras, as seguintes operações:

Medicamentos – Ministério da Saúde (Operação Vampiro): Os trabalhos de auditoria tiveram como origem o Aviso Ministério da Saúde n.º 484/GM de 25/05/2004, dirigido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado do Controle e da Transparência, o qual solicitou a realização de auditoria para apuração de irregularidades nas aquisições centralizadas do Ministério da Saúde. Os trabalhos foram direcionados para a verificação dos procedimentos licitatórios, dos pagamentos e demais etapas dos processos de aquisição executados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério da Saúde no período de 1999 a 2004.

Os resultados da auditoria revelaram falhas em todas as etapas do processo de aquisição de medicamentos no período objeto da análise. Os problemas ocorreram desde a etapa de programação das compras até os procedimentos licitatórios, gerando impactos na fase de contratação e de pagamento dos produtos adquiridos. A equipe constatou também que, mesmo nos casos em que o Ministério já havia tomado a iniciativa de apurar as irregularidades, as medidas adotadas não foram suficientes. Dentre as falhas detectadas destacam-se: ausência de preço de referência; submissão de servidores aos interesses de agentes externos à Administração; mecanismos de controle ineficazes; conduta imprópria por parte dos servidores públicos; e prévio acordo quanto às propostas apresentadas pelos participantes.

O relatório foi encaminhado ao Ministro da Saúde e deverá sê-lo, também, à Procuradoria-Geral da República; ao Ministério da Justiça; ao Departamento de Polícia Federal; à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; ao Tribunal de Contas da União; à Advocacia-Geral da União e à Secretaria da Receita Federal.

Operação Gafanhoto: em 24/07/2003, sob alegação de fortes indícios de utilização fraudulenta de verbas federais repassadas ao estado de Roraima, especialmente aquelas destinadas ao extinto DER/RR, foi encaminhado o Ofício n.º 3849/DELEFAZ/SR/DPF/RR à Controladoria-Geral da União. Posteriormente, mediante o Ofício n.º 5240/DELEFAZ/SR/DPF/RR, de 22/09/2003, a CGU foi informada da existência de diversos recursos federais, repassados mediante convênios, desviados para a conta única do estado ou para outras contas do estado e livremente movimentadas por uma empresa privada, denominada NSAP. Nesse sentido, a SR/DPF/RR indicou a necessidade de se averiguar se as obras e as finalidades dos convênios federais foram efetivamente realizadas, em especial, no que diz respeito aos valores destinados ao extinto DER/RR. Para tanto, a Controladoria destacou equipe de 13 (treze) auditores para realização dos trabalhos de fiscalização na cidade de Boa Vista/RR.

Os resultados obtidos pela CGU, encaminhados ao Ministério Público Federal e à Superintendência da Polícia Federal em Roraima, indicaram irregularidades na gestão de obras e serviços que corresponderam, preliminarmente, ao montante de R\$ 11.807.884,78 (onze milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos). Restaram evidenciados procedimentos ilegais e irregulares não sanáveis, deficiência nos controles administrativos e má aplicação dos recursos públicos, ficando, assim, os gestores, e quem dessas ilegalidades e irregularidades se serviram, sujeitos às penas da Lei n.º 8.666/93 (licitações e contratos), da Lei n.º 8.429/94 (improbidade administrativa), do Decreto-lei n.º 200/67 e dos demais diplomas legais aplicáveis. Além disso, ficou constatado o repasse ilegal de R\$ 24.401.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil reais) da União, por intermédio do Ministério dos Transportes, ao Governo do Estado de Roraima, tendo em vista o descumprimento do inciso I do § 3º do Art. 2º da MP n.º 82/2002 na transferência de domínio de parte das rodovias federais BR-210 e BR-432 e na liberação dos respectivos recursos ao Estado de Roraima. Portanto, foi apontado o volume de recursos federais de R\$ 36.208.884,78 (trinta e





seis milhões, duzentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos) transferidos ao Governo do Estado de Roraima e que consistiram em prejuízo aos cofres públicos.

Secretaria de Educação Superior – SESu – Ministério da Educação: Por meio da Portaria CGU n.º 028, de 15 de março de 2004, foi instituído grupo de trabalho para acompanhar o desdobramento das recomendações contidas nas conclusões da sindicância e das auditorias realizadas na SESu, bem como propor novas medidas necessárias à comprovação dos fatos e apuração de responsabilidades.

As principais constatações das auditorias finalizadas em 2003 e 2004 foram: funcionário da própria SESu efetuou lançamento das análises procedidas por consultor, utilizando, contudo, senha privativa do consultor; consultor contratado para compor comissão de análise em instituição do mesmo grupo para o qual trabalha; cursos aprovados enquanto os respectivos processos encontravam-se ainda em fase inicial de tramitação no SAPIENS; consultor avaliou como atendidos requisitos de corpo docente inexistente; curso reprovado por consultor foi aprovado por outro não integrante da comissão inicial.

Após a análise dos trabalhos realizados pela SFC/CGU, bem como das medidas efetivamente adotadas pela Unidade do MEC, o Grupo de Trabalho propôs, dentre outras, as seguintes providências: avocar o processo de sindicância para julgamento, determinando a instauração de processo administrativo disciplinar; requisitar ao MEC a instauração de TCE para apuração de responsabilidade quanto à contratação e implementação do Sistema SAPIENS; propor a SESu a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, sob a supervisão da CGU, em razão da ausência até a data de encerramento dos trabalhos de indicativos de melhoria significativa no sistema SAPIENS; propor ao MEC a realização de estudos visando à revisão de toda a sistemática de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições e realização de nova auditoria, por meio de amostragem representativa do período compreendido entre os anos 2000 e 2004.

As conclusões do trabalho foram encaminhadas ao Ministério da Educação com as recomendações e determinações voltadas para contribuir para a superação das atuais dificuldades existentes na área.

Outras auditorias especiais: Além das destacadas acima, merecem referência a operação Pororoca, realizada no Amapá, em parceria com P.F., as apurações e investigações no DNIT, no INSS, na DATAPREV, no Programa GESAC/Ministério das Comunicações, no caso CEF/Gtech, e em alguns municípios com problemas mais graves que a média – São Francisco do Conde (BA), Eldorado dos Carajás (PA), Cantá (RR), Macapá (AP), Mucuri (BA), Águas Belas (PE), Itaíba (PE), Piraquara (PR), dentre outros.

#### **4.7. Auditorias de Tomada de Contas Especial**

Em cumprimento ao Inciso IV do art. 74 da Constituição Federal/88 e nos termos da IN/TCU n.º 013/1996, e suas alterações, compete ao órgão de Controle Interno, na emissão do Relatório e Certificado de Auditoria sobre processos de Tomada de Contas Especial, manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas ou regulamentos eventualmente infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

No desempenho dessa atribuição, a SFC auditou, no exercício de 2004, 1.999 processos de Tomadas de Contas Especiais, sendo 1.550 certificados e encaminhados ao TCU para



juízo, representando um retorno potencial de recursos aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 450.503.315,30, enquanto os restantes 449 processos foram diligenciados aos órgãos instauradores para revisão dos procedimentos adotados e/ou complementação de dados e informações.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, registrou-se, no período, um acréscimo na quantidade de processos de TCE certificados e encaminhados ao TCU, em relação aos exercícios de 2002 e 2003, fato esse decorrente do esforço empreendido pelos servidores ao conferir maior celeridade às análises dos processos da espécie, tarefa essa facilitada, de certo modo, pelo bom relacionamento que a SFC vem mantendo com os órgãos e entidades instauradores, por meio de contatos sistemáticos e da expedição de orientações quanto à melhor forma de proceder, relativamente à formalização das contas.

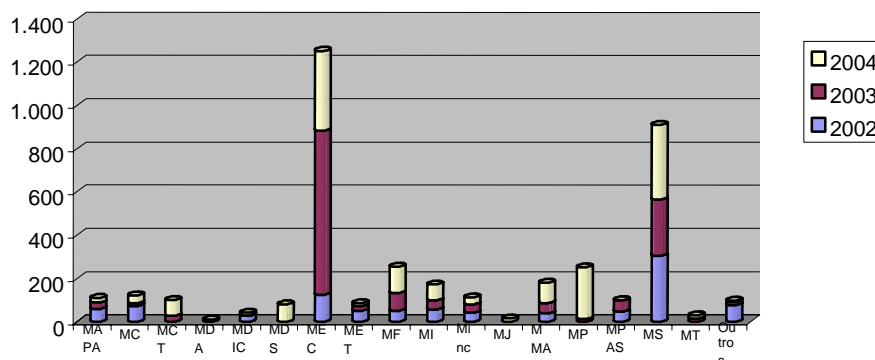
### Processos de TCE encaminhados ao TCU, por origem

Ministério	2002	2003	2004
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	60	29	19
Ministério das Comunicações	70	15	37
Ministério da Ciência e Tecnologia	0	26	75
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	25	5	11
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	0	80
Ministério da Educação	124	758	369
Ministério do Trabalho e Emprego	49	22	15
Ministério da Fazenda	49	83	123
Ministério da Integração Nacional	55	42	75
Ministério da Cultura	42	38	31
Ministério da Justiça	0	0	14
Ministério do Meio Ambiente	37	50	93
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	0	13	238
Ministério da Previdência Social	47	50	0
Ministério da Saúde	303	261	345
Ministério dos Transportes	0	16	12
Outros	76	16	5
<b>Total</b>	<b>937</b>	<b>1.424</b>	<b>1.550</b>

Fonte: DPTCE / SFC

Essa mesma posição está representada no gráfico a seguir, em que é possível verificar que os Ministérios com maior incidência de casos passíveis de instauração de processos de Tomadas de Contas Especiais, no exercício de 2004, foram os da Educação, Saúde e Planejamento, Orçamento e Gestão, representando, no período, cerca de 62% do quantitativo de processos certificados pela SFC e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de julgamento.

Processos de TCE encaminhados ao TCU por origem





Como pode ser observado na tabela a seguir, que trata dos fatos motivadores da instauração dos processos de Tomadas de Contas Especiais, nos exercícios de 2002 a 2004, verifica-se que, nos dois últimos exercícios, houve a predominância do motivo “*Omissão no dever de prestar contas*”, situação em que o agente responsável se omite em comprovar a boa e regular aplicação dos recursos sob sua gestão.

### Fatos motivadores da instauração de Processos de TCE

Motivo	2002	2003	2004
Omissão no dever de prestar contas	235	772	539
Irregularidades na aplicação dos recursos	260	310	337
Não-cumprimento do objeto conveniado	80	61	229
Prejuízos causados por servidor ou funcionário	136	100	169
Não aprovação da prestação de contas	133	43	158
Irregularidade praticada por bolsista	19	24	81
Irregularidade na cobrança de procedimentos do	0	11	21
Irregularidades na prestação de contas	74	103	16
<b>Total</b>	<b>937</b>	<b>1424</b>	<b>1550</b>

Fonte: DPTCE / SFC

A tabela e gráfico seguintes demonstram a movimentação de processos, nos exercícios de 2002 a 2004, por meio da qual é possível verificar, dentre outros aspectos, um acréscimo no quantitativo de processos analisados no setor nesses períodos.

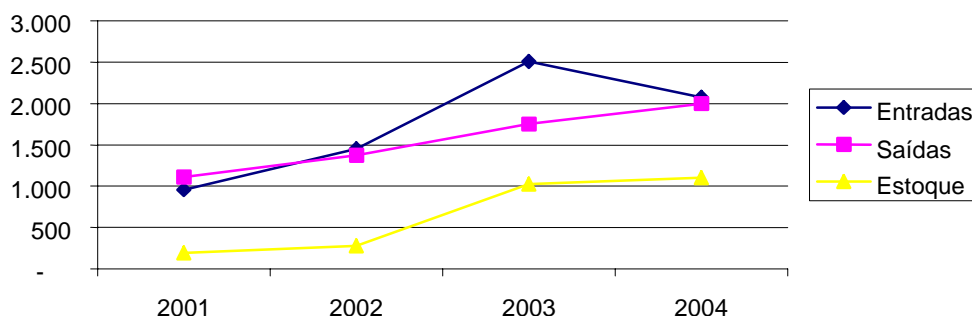
### Evolução do estoque de processos

Exercício	2002	2003	2004
Entradas	1.649*	2.505	2.076
Saídas	1.374	1.751	1.999
<b>Estoque</b>	<b>275</b>	<b>1.029</b>	<b>1.106</b>

Fonte: DPTCE / SFC

**\* nesse montante estão incluídos 196 processos remanescentes do exercício de 2001.**

### Evolução da Movimentação de Processos SFC



Releva assinalar que os processos de Tomadas de Contas Especiais certificados pela Secretaria e encaminhados ao Tribunal de Contas da União, para julgamento, nos exercícios de 2002 a 2004, representaram um retorno potencial de recursos ao Tesouro Nacional de R\$ 1.136.195.860,86, representando, somente aqueles relativos ao exercício de 2004, a importância de R\$ 450.503.315,30, ou seja, 40% daquele total.



### Potencial retorno de recursos aos Cofres Públicos

Exercício	Retorno Potencial R\$
2002	281.213.046,83
2003	404.479.498,73
2004	450.503.315,30
<b>Total</b>	<b>1.136.195.860,86</b>

Fonte: DPTCE / SFC

A evolução havida na certificação dos processos de Tomadas de Contas Especiais, considerando-se os exercícios de 2002 a 2004, está evidenciada na tabela a seguir, na qual é possível verificar, dentre outros aspectos, que houve um acréscimo da ordem de 65% nos trabalhos da espécie desenvolvidos pela Secretaria.

### Evolução das certificações de TCE

EXERCÍCIO	QUANTIDADE
2002	937
2003	1.424
2004	1.550

Fonte: DPTCE / SFC

Preocupada em dar atendimento à demanda advinda dos órgãos/entidades instauradores de processos de Tomada de Contas Especial, interessados em qualificar os seus técnicos para o perfeito desempenho das atividades de formalização daquelas contas, no exercício de 2004, a SFC ministrou treinamentos sobre a matéria a 484 técnicos de diversos órgãos e entidades federais.

Além disso, a Secretaria elaborou um Manual sobre Tomada de Contas Especial, contendo os principais pontos a serem observados na formalização dos processos da espécie, na expectativa de ver minimizados os equívocos de interpretação da legislação que trata da matéria, na instauração dos processos.

Com o mesmo espírito, elaborou um questionário (perguntas e respostas), sobre o tema Tomada de Contas Especial, elucidando, de forma simples e clara, eventuais questionamentos sobre a matéria, o qual se encontra no sítio da CGU (Intranet), a exemplo do Manual de TCE.

Como forma de acompanhar o desenvolvimento dos processos de Tomada de Contas Especial submetidos a julgamento pelo Tribunal de Contas da União, de maneira a verificar se a certificação feita pelo Controle Interno foi mantida por aquela Corte de Contas, a CGU realizou, ainda, o acompanhamento, durante o exercício de 2004, das contas julgadas naquele âmbito, desde o exercício de 2000, cujo resultado acha-se demonstrado a seguir.

### Acompanhamento do julgamento de TCE pelo TCU

EXERCÍCIO	ENCAMINHADOS AO TCU	JULGADOS PELO TCU				CONTAS ILIQUIDÁVEIS	EM JULGAMENTO
		IRREGULAR	REGULAR	REG. C/ RESSALVA	ARQ. S/ JULG. MÉRITO		
2000	450	256	3	70	27	0	94
2001	484	267	5	60	32	3	117
2002	937	488	0	71	18	0	360
2003	1.424	325	1	52	16	0	1.030
2004	1.550	32	0	6	6	1	1.505

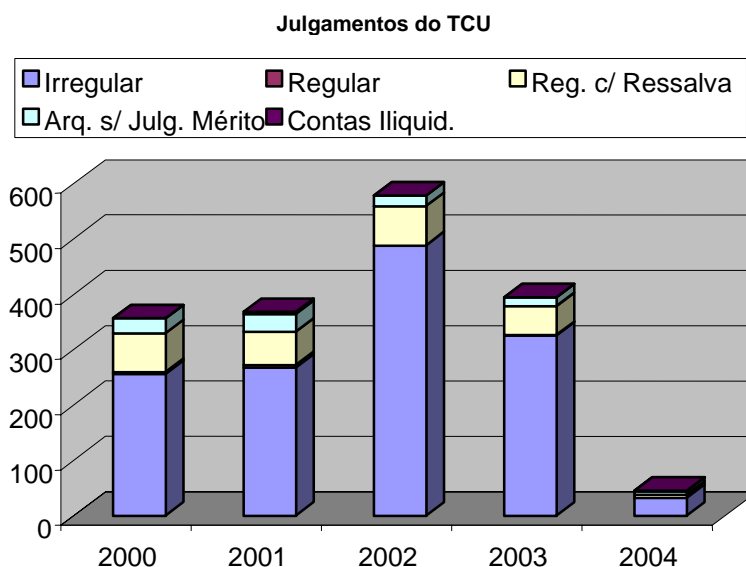
Fonte: DPTCE / SFC

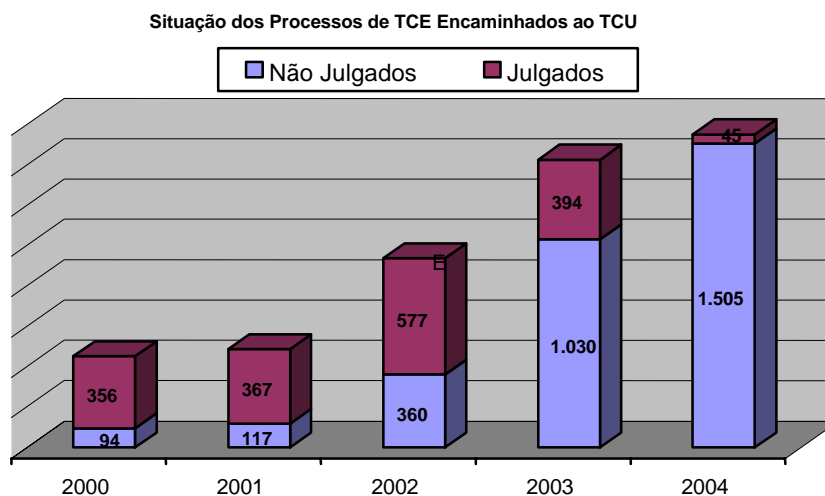


Como se pode observar, há algumas divergências entre a certificação feita pelo Controle Interno e o julgamento do Tribunal de Contas da União; entretanto, essa posição não pode ser interpretada, simplesmente, como discordância de posicionamento, visto que os processos de contas, ao serem instruídos naquele âmbito, ensejam a expedição de novas notificações aos agentes responsáveis, os quais, muitas vezes, saneiam as irregularidades motivadoras da instauração do processo de Tomada de Contas Especial, levando a que aquela Corte de Contas retifique a certificação original dada às contas. Tal situação espelha a mudança de postura dos gestores públicos federais, os quais tornaram mais efetiva sua atuação sobre os tomadores de recursos públicos que se furtam do dever de prestar contas.

Essa atividade propicia, ainda, conhecer a postura adotada pelo Tribunal de Contas da União diante de determinado fato, por meio dos acórdãos por ele expedidos ao julgar as contas que lhe são submetidas, servindo a informação como uma referência a seguir em futuros trabalhos, de maneira a alcançar o menor percentual possível de divergência de posicionamento.

Nos gráficos seguintes, verifica-se o grau de concordância de entendimento entre as conclusões do Controle Interno e Externo e a situação do julgamento dos processos de TCE encaminhados ao Tribunal de Contas da União.





#### 4.8. Auditoria nas Áreas de Pessoal e de Benefícios

##### 4.8.1. Análise da Consistência da Folha de Pagamento

Em cumprimento ao Decreto n.º 4.785, de 21/07/2003, que aprovou a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União, foram iniciados, no mês de maio de 2004, os trabalhos de análise da consistência da folha de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal, tendo como projeto piloto a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - CGRH/MDIC.

A atividade consiste na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais das unidades jurisdicionadas à SFC constantes do banco de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE – e utiliza como ferramentas, além desse, os sistemas Sistema de Acompanhamento de Pessoal - WINSAPE (software desenvolvido pela SFC, em parceria com a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, que fornece informações gerenciais com base nos dados do cadastro de pessoal do SIAPE); DATAWAREHOUSING, Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC - e SIAFI. Essa atividade auxilia o projeto de redução dos estoques de processos de pessoal, pois, ao examinar as folhas de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal, as análises dos processos podem ficar restritas ao objeto das concessões, dirigindo especial atenção à legalidade dos atos.

No exercício de 2004, foram analisadas as folhas de pagamentos das unidades descritas a seguir, destacando a quantidade de servidores (fichas financeiras/rubricas analisadas), o valor da folha e o mês base da conferência:



UNIDADE	QUANT. DE SERVIDORES	VALOR DA FOLHA - R\$	MÊS ANALISADO	SITUAÇÃO DA ANÁLISE
CGRH/MDIC	927	2.643.008,78	Abril/2004	CONCLUÍDA
CGRH/MT	79.203	75.422.692,40	Junho/2004	CONCLUÍDA
CGRH/MC	538	54.098.013,13	Julho/2004	CONCLUÍDA
DPRF/MJ	332	1.536.348,98	Julho/2004	CONCLUÍDA
COGRH/MF	7.372	38.627.189,00	Agosto/2004	CONCLUÍDA
CGRH/MJ	3.744	7.482.112,00	Agosto/2004	CONCLUÍDA
CGRH/MS	7.400	19.112.076,00	Julho/2004	EM ANDAMENTO
DPF/MJ	4.665	87.811.514,00	Agosto/2004	EM ANDAMENTO
IBAMA	9.523	38.229.672,00	Outubro/2004	EM ANDAMENTO
FUB	5.416	23.227.619,00	Outubro/2004	EM ANDAMENTO
FUNAI	3.670	9.872.705,00	Outubro/2004	EM ANDAMENTO
<b>TOTAL VALOR ANALISADO</b>		<b>R\$ 358.062.950,29</b>		

Fonte: DPPEs / SFC

Das análises das folhas de pagamentos citadas, destacam-se as principais constatações detectadas pelas equipes de auditoria da SFC:

- a) inconsistências cadastrais no sistema SIAPE;
- b) servidores em atividade com idade acima de 70 anos;
- c) aposentadorias proporcionais efetivadas com proventos integrais;
- d) pagamento de vantagens inerentes às aposentadorias integrais a servidores aposentados com proventos proporcionais (ex. art. 184, I da Lei n.º 1.711/52);
- e) cálculo incorreto de vantagens da inatividade (ex. art. 192, II, da Lei n.º 8.112/90);
- f) concessão indevida de vantagens da inatividade (ex. art. 184, II da Lei n.º 1.711/52);
- g) acúmulo indevido de vantagens da inatividade (ex. art. 184, I da Lei n.º 1.711/52 com quintos);
- h) instituidores de pensão com mais de um vínculo, inacumuláveis na atividade;
- i) pagamento de vantagens extintas por legislação superveniente;
- j) tempo de serviço de PDV utilizado para fins de ATS e aposentadoria;
- k) opção de função a servidores aposentados após 19/01/1995;
- l) adicional de Periculosidade e Insalubridade sem apresentação dos laudos periciais e portarias de localização;
- m) cálculo incorreto do pagamento de Ajuda de Custo;
- n) inconsistências cadastrais no sistema SIAPE, gerando pagamento indevido de ATS;
- o) pagamento de parcelas de sentenças judiciais sem o devido registro no SICAJ;
- p) inconsistências nos pagamentos do auxílio-transporte;
- q) continuidade de pagamento a servidores falecidos, sem a respectiva reversão de créditos;
- r) acumulação ilegal de cargos públicos; e
- s) pagamento de VPNI em rubricas indevidas.

#### 4.8.2. Análise de processos de pessoal

Para a análise dos processos de pessoal, a SFC utilizou a metodologia de análise “*in loco*”, que permite o aumento de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de maior número de pareceres (cerca de 70% das aposentadorias e 75% das pensões), evitando diligências



e impedindo o aumento dos estoques internos de processos. A metodologia utilizada consiste em analisar os processos de aposentadorias e pensões nos próprios órgãos, evitando assim trâmite de processos e agilizando as análises. No exercício 2004, foram analisados os quantitativos de atos de pessoal, com valores, diligências e encaminhamentos, demonstrados a seguir:

### Quantidade de processos analisados por Tipo de Ato no período 2002/2004

TIPO DE ATO	QUANTIDADE ANALISADA		
	2002	2003	2004
Aposentadoria	8.023	13.348	10.981
Pensão	6.846	9.054	8.053
Admissão	21.339	57.372	68.546
Desligamento	12.851	12.411	1.529
<b>TOTAL</b>	<b>49.059</b>	<b>92.185</b>	<b>89.109</b>

Fonte: DPPES / SFC

O resultado dessas análises, com valores, diligências e encaminhamentos foi o seguinte:

### Análise dos processos de aposentadoria 2004

	SEM INDICATIVO DE IRREGULARIDADES	COM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES	RESULTARAM DILIGÊNCIAS, SEM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES
Valor médio *	2.593,00	2.593,00	2.593,00
Quantidade	5.912	193	4.443
Valor Mensal	15.329.816,00	500.449,00	11.520.699,00
Valor Anual	199.287.608,00	6.505.837,00	149.769.087,00

\* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Setembro/2004

### Análise dos processos de Pensão 2004

	SEM INDICATIVO DE IRREGULARIDADE	COM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES	RESULTARAM DILIGÊNCIAS, SEM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES
Valor médio *	2.139,00	2.139,00	2.139,00
Quantidade	1.166	6	781
Valor Mensal	2.494.074,00	12.834,00	1.670.559,00
Valor Anual	29.928.888,00	154.008,00	20.046.708,00

\* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Setembro/2004

### Análise dos processos de Admissão 2004

	SEM INDICATIVO DE IRREGULARIDADE	COM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES	RESULTARAM DILIGÊNCIAS, SEM INDICATIVOS DE IRREGULARIDADES / IMPROPRIEDADES
Valor médio *	3.680,00	3.680,00	3.680,00
Quantidade	39.153	47	273
Valor Mensal	144.083.040,00	172.960,00	1.004.640,00
Valor Anual	1.728.996.480,00	2.075.520,00	12.055.680,00

\* Valor médio obtido no Boletim de Pessoal da SRH/MP – Setembro/2004

Das análises dos processos de pessoal realizadas em 2004, apresentadas anteriormente, destacam-se as principais constatações detectadas pelas equipes de auditoria:

- a) incorreções no preenchimento da Ficha SISACnet, tais como: código de fundamentação de aposentadoria, dados das vantagens, base legal dos proventos e discriminação dos tempos de serviço, dentre outros;





- b) ausência no processo de pensão de título de inatividade ou processo de aposentadoria do ex-servidor, em que conste informações sobre o vencimento e as vantagens por ele recebidas por ocasião de sua inativação;
- c) pagamento de aposentadoria/pensão em desacordo com o ato concessório (ex: servidor aposentado proporcional, recebendo vencimentos integrais);
- d) aposentadorias concedidas com base no art. 8º da EC 20/98, com cálculo incorreto dos proventos e/ou pagamento a maior dos proventos;
- e) atos concessórios de aposentadorias/pensões não cadastrados no SisacNet; e
- f) falta de discriminação no Mapa de Tempo de Serviço das funções exercidas/exonerações identificando período a período com as devidas correlações;
- g) ausência nos processos da “Declaração de Acumulação de Pensão” firmada pelos beneficiários, em conformidade com o art. 225 da Lei 8.112/90;
- h) pagamento de adicional por tempo de serviço divergente do total de tempo apurado para este fim;
- i) pagamento de opção de função a servidor em desacordo com o Parecer/AGU n.º GQ-189 (DOU de 26/03/1999), considerando que o mesmo não reunia as condições para requerer sua aposentadoria em 19/01/1995;
- j) ausência no processo de aposentadoria de certidão de tempo de serviço expedida pelo INSS que comprove o tempo informado no Mapa de Tempo de Serviço;
- k) ausência de documentos nos processos de pensão, tais como: certidões de óbito, de casamento e de nascimento, CPF, certidão de nascimento atualizada de filha maior solteira e documentos que comprovem a situação de companheiro, dentre outros; e
- l) pagamento de decisão judicial sem constar do processo qualquer comprovação de sua concessão, bem como seu trânsito em julgado.

#### **4.8.3. Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares**

A SFC tem a atribuição de que trata a Portaria CGU/PR n.º 289, Artigo 12, de 20/12/2002, de verificar o cumprimento do disposto no inciso I do artigo 29 da Lei n.º 10.180, de 06.02.2001, que cuida da vedação da nomeação para o exercício de cargo, inclusive em comissão, dos responsáveis por atos irregulares, por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União.

Foi solicitado, junto ao Tribunal de Contas da União, o banco de dados referente aos gestores constantes do Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – CADIRREG, sendo realizado o cruzamento da base de dados do TCU com os dados obtidos da extração do sistema *Data Warehousing-DW*, por meio do qual foram obtidos os dados relativos aos servidores ativos da União, conforme a seguir:

- a) com o resultado do cruzamento, foram apresentados 722 (setecentos e vinte e dois) processos de servidores que encontravam-se no CADIRREG e eram servidores ativos da União;
- b) para atendimento ao disposto no artigo 29 da Lei n.º 10.180/2001, foram extraídos do sistema DW os servidores que exerceram funções no âmbito do serviço público no período de 1999 a 2004. Do resultado dessa extração, foi efetuado o cruzamento dos dados obtidos no item anterior, e desse batimento resultaram 237 (duzentos e trinta e sete) processos, que atualmente estão servindo de base para análise do Controle Interno;



- c) de posse deste novo banco de dados, foram realizadas consultas junto ao cadastro de responsáveis constantes do SIAFI, com a finalidade de aplicação do artigo 29 da Lei n.º 10.180/2001, bem como foram efetuadas consultas no Cadastro de Gestores Irregulares do Tribunal de Contas da União para verificação do trânsito em julgado das contas irregulares, efetuando, também, consultas junto ao SIAPE com a finalidade de ser verificada a função que o servidor exerce e o período do exercício; e
- d) uma vez que o banco de dados do Tribunal de Contas da União refere-se às inclusões efetuadas até o ano de 2003, para o exercício de 2004 foram realizadas consultas, junto ao banco de dados do TCU - Portal de Pesquisa Textual-, de todos os Acórdãos e Decisões nos quais o Tribunal de Contas julgou irregulares as contas dos responsáveis e, mediante o referido resultado, foram efetuadas as consultas que apresentaram os seguintes resultados:
- 05 (cinco) servidores com sentença transitada em julgado de suas contas irregulares pelo Tribunal de Contas da União se encontravam cadastrados no Rol de Responsáveis do SIAFI;
  - 07 (sete) servidores com sentença transitada em julgado de suas contas irregulares pelo TCU estão em exercício de função e cadastradas no Rol de Responsáveis do SIAFI;
  - 09 (nove) servidores com sentença transitada em julgado de suas contas irregulares pelo TCU estão em exercício de função e não constam do Rol de Responsáveis do sistema SIAFI;
  - 202 (duzentos e dois) servidores que tiveram o trânsito em julgado de suas contas irregulares impedidos de exercer função, no período de 05 anos, contados da data da sentença definitiva; e
  - 200 (duzentos) servidores sem sentença definitiva.

Quanto aos resultados apontados na alínea “d”, a SFC vem acompanhando o andamento do assunto junto ao Tribunal de Contas da União.

#### **4.8.4. Treinamento na área de pessoal**

Foi realizado, pela área de Pessoal e CGRH/CGU, treinamento sobre a Reforma da Previdência, no período de 02 a 04/12/2004, para atender à necessidade de aprimoramento do desempenho dos servidores em suas atividades e das CGU nos Estados, diante das novas normas que regulam a matéria da Previdência Social, especialmente a Emenda Constitucional n.º 41/2003, cuja compreensão e atualização são imprescindíveis ao desenvolvimento dos trabalhos de análise dos processos de aposentadorias e pensões, bem como das auditorias de pessoal.

#### **4.9. Balanço Geral da União – BGU**

Também é de responsabilidade da Controladoria-Geral da União, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno, a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, denominada Balanço Geral da União – BGU. São órgãos envolvidos diretamente no processo de elaboração do BGU, além da própria SFC, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MPOG, sendo executadas as seguintes atividades:



ÓRGÃO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
SFC	Coordenação de todo o processo de elaboração (solicitação, recebimento, leitura e agrupamento) de todas as informações, bem como formatação final para encadernação.
SFC e STN	SFC - monitoramento do processo como um todo STN/CCONT - elaboração dos respectivos balanços.
SFC e DEST	A SFC foi a responsável pelo monitoramento do processo como um todo, sendo a DEST/MPOG a responsável pela elaboração do respectivo demonstrativo.

Em 2004, as principais atividades desenvolvidas com relação ao BGU foram as seguintes: monitoramento das ações de governo que foram enviadas à SPI/MPOG para compor os anexos do BGU (2003) – execução física; recepção/análise das informações recebidas dos órgãos específicos; agrupamento e formatação das informações que foram inseridas no Volume I das contas do exercício de 2003; monitoramento do processo de conversão dos arquivos (WORD para PDF); envio e monitoramento dos arquivos para a Gráfica do Senado para impressão - 238.000 - duzentos e trinta e oito mil páginas (cópias) e encadernação de 280 volumes, elaboração da exposição de motivos para envio do BGU à Casa Civil; homologação do BGU na Internet; recebimento e distribuição dos CD-ROM; avaliação do relatório anterior (2002) e os incrementos para o exercício junto ao Tribunal de Contas da União; elaboração dos ofícios e memorandos para os Secretários Executivos, os assessores especiais de controle interno, os diretores da SFC e para os órgãos específicos, repassando as diretrizes do Tribunal de Contas da União, bem como disciplinando o processo de envio das informações; definição de procedimentos de emissão das planilhas com as metas físicas junto à SPI/MPOG e recebimento das ações que irão compor o BGU – 2004 – conferência com SIGPLAN - envio à SPI/MPOG

O prazo constitucional para entrega das contas do Presidente da República é 15 de abril. A SFC entregou as citadas contas, do exercício de 2003, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência para envio à Casa Civil dentro do prazo previsto.

#### **4.10. Análise do Relatório de Gestão Fiscal**

A Secretaria Federal de Controle Interno é o órgão responsável pelo processo de ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal de que trata os artigos 54, inciso IV e 59, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, tem periodicidade de elaboração e publicação quadrimestral, sendo composto de informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro, de cada exercício, das inscrições em restos a pagar e das despesas com serviços de terceiros. Durante o exercício de 2004, a SFC procedeu à verificação da consistência dos seguintes relatórios:



QUADRIMESTRE	MÊS ELABORAÇÃO	PUBLICAÇÃO	DEMONSTRATIVOS
3º de 2003	Janeiro/2004	28.01.2004	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Demonstrativo dos Restos a Pagar Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros
1º de 2004	Maio/2004	28.05.2004	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites
2º de 2004	Setembro/2004	30.09.2004	Demonstrativo da Despesa com Pessoal Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores Demonstrativo das Operações de Crédito Demonstrativo dos Limites

O planejamento dessa atividade consistiu na seleção das contas contábeis que iriam compor as informações de cada item do relatório, com conseqüente criação/revisão das consultas gerenciais no SIAFI Gerencial. A execução esteve voltada para a elaboração das consultas no sistema informatizado SIAFI Gerencial, levando-se em conta os elementos intrínsecos contidos em cada item do relatório.

Cabe ressaltar que, durante o acompanhamento dos limites das despesas de pessoal e dívida de 2004, nos três quadrimestres verificados, o Poder Executivo permaneceu dentro dos limites prudenciais estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **ANEXO I - Principais resultados das ações de controle demandadas pela SFC**

Conforme já abordado neste Relatório, a SFC executa ações de controle de forma a cumprir sua missão constitucional e legal. Para tanto, as diretorias finalísticas planejam os trabalhos e demandam ordens de serviço, cujos resultados são analisados e subsidiam a avaliação da execução dos programas de governo, bem como a gestão dos administradores públicos federais. Assim, os anexos a seguir apresentam os principais resultados advindos da atuação da SFC.



## ANEXO I.1 - DIRETORIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO – DA

### Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa	Código	Nome
	<b>352</b>	<b>Abastecimento Agro-alimentar</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2130</b>	<b>Formação de Estoques Públicos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	-Morosidade na condução de cobrança administrativa e judicial das perdas/desvios ocorridas nos armazéns de Empresas Estatais e Privadas; - Morosidade na apuração de responsabilidades quanto aos seguintes pontos: 1) Venda de imóvel em Brasília para a Smaff Construção; 2) Pagamento indevido em acordo administrativo com a Empresa Armazéns Gerais Paranaíba (Argepal); 3) Contrato da Conab com o Terminal Pesqueiro de Santos Comércio e Indústria e contrato de sublocação com a empresa Wal-Mart Brasil; 4) Acordo com o BCN/Bradesco.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências serão avaliadas nas contas do 2º Trimestre de 2005.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.183.270.157,91 ( Um bilhão, cento e oitenta e três milhões, duzentos e setenta mil, cento e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos).	

Programa	Código	Nome
	<b>365</b>	<b>Minimização de Riscos</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5920</b>	<b>Zoneamento Agrícola</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- irregularidades na utilização de mão-de-obra terceirizada em serviços diversos daqueles contidos no contrato nº 22101/02/2003, com a empresa Agrocunslut Ltda; - pagamento indevido e devolução ao erário no valor de R\$ 2.293.915,00 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil e novecentos e quinze reais); e, - redução de 23% do valor do contrato.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Revisão contratual e levantamento dos pagamentos realizados.	
Resultado Potencial em 2004 até 2007 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 6.600.060,00 (seis milhões, seiscentos mil e sessenta reais).	

Programa	Código	Nome
	<b>750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram constatadas impropriedades na execução e acompanhamento de Contratos de Informática, quais sejam: - descontrole de patrimônio, inexistência de termos de responsabilidade e de equipamentos e má conservação dos recursos materiais; - contratação das empresas Cybernet Informatica Ltda., Consórcio CNTC e Conectiva S.A sem estudo de viabilidade técnica; - compra de licenças da Empresa Aker para firewall para instalação em rede não utilizada; - utilização do tipo de licitação inadequada com a empresa NCT; - contratação de serviços sem utilização de parâmetros de preços de mercado com a Empresa Link Data, bem como pagamentos indevidos em instalações de módulos almoxarifado e compras; - divergências entre quantidades previstas no Contrato e as quantidades pagas à empresa JFM; - pagamento antecipado atinente ao Contrato com a Empresa; e - na Área de Pessoal, pagamento indevido de diárias e passagens como Colaboradores Eventuais no montante de R\$ 270.590,42, aos candidatos ao cargo de Fiscal Agropecuário.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O gestor não aduziu manifestação - As providências serão avaliadas nas contas no 2º trimestre de 2005.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Quanto à área de informática, o valor não foi estimado. Quanto a Diárias e Passagens, o valor é de R\$ 270.590,42 .	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>55</b>	<b>Modernização Tecnológica da Pesquisa Agropecuária</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2458</b>	<b>Modernização Tecnológica da Pesquisa Agropecuária</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Cobrança de taxa de administração atinente aos convênios 367238 e 367905 em desacordo com o art. 8º da IN/STN nº 01/97 e não prevista no Acordo de Empréstimo.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Ainda não houve pronunciamento do gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 54.348,27 (cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos)	

Programa	Código	Nome
	<b>364</b>	<b>Desenvolvimento de Metodologias Avançadas para o Agronegócio</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4240</b>	<b>Desenvolvimento de Metodologias Avançadas para o Agronegócio – Nacional</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Cobrança de taxa de administração referente ao convênio 405728 – Embrapa 10200.00/171-6 (Sete Lagoas - MG), em desacordo com o art. 8º da IN/STN nº 01 e não prevista no Acordo de Empréstimo.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Ainda não houve pronunciamento do gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 13.894,00 (treze mil, oitocentos e noventa e quatro reais)	

Programa	Código	Nome
	<b>750</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade - Nacional</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Falta de providências efetivas para ressarcir à Embrapa pagamento indevido, a título de Consultoria Nacional (objetos dos contratos 185/01 e 087/02 do Acordo de Empréstimo BIRD Nº 4169/BR); - Falta de providências efetivas para solucionar pagamentos efetuados às convenentes, relativos a despesas com taxa de administração, consultoria e Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Foi encaminhada documentação contendo justificativas, as quais estão em análise.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Quanto à contratação de pessoal, o valor registrado é de US\$ 16,907.99 (R\$ 42.000,00) Quanto a pagamentos de taxa de administração, o valor registrado é de R\$ 86.113,01	

Programa	Código	Nome
	<b>111</b>	<b>Manutenção das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2462</b>	<b>Manutenção das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Desvio de finalidade na execução do convênio (SIAFI nº 338953) com descumprimento das metas do convênio, falhas na formalização do processo licitatório e na aplicação dos recursos e indevida aprovação da prestação de contas pelo órgão responsável - Município de Recreio/MG.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Não houve pronunciamento do gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Indicação de TCE (convênio-SIAFI 338953), valor de R\$20.000,00	

Programa	Código	Nome
	<b>31</b>	<b>Assistência Financeira a Ações de Desenvolvimento do Setor Agrícola</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2464</b>	<b>Assistência Financeira a Ações de Desenvolvimento do Setor Agrícola</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Construção da obra objeto do convênio em terreno particular de instituição privada. A finalidade do convênio, promover um local de comercialização de produtos agrícolas para a população, não foi atingida no Município de Alterosa /MG.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Não houve pronunciamento do gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Indicação de TCE (Convênio-Siafi 052194/92), valor de R\$18.709,38	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
		<b>806</b>
Ação	Código	Nome
		<b>1494</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>- execução do objeto do contrato de repasse nº 126677-36 (Bonfim/RR) em local diverso do previsto no plano de trabalho, bem como divergência entre o quantitativo das metas indicadas pela Prefeitura e as apuradas pelos fiscais da CGU - 8º Sorteio;</p> <p>- inexistência física da empresa vencedora do processo licitatório (Gótica Projetos, Consultoria e Construções Ltda), relativo ao CR 145288-21, Ribeirópolis/SE - 8º sorteio;</p> <p>- indícios de fraude no processo licitatório do CR 134146-67 (Delmiro Golveia/AC), uma vez que a Certidão, quanto à Dívida Ativa da União apresentada pela empresa vencedora, não foi emitida para a mesma - 9º sorteio;</p> <p>- fracionamento de licitação, utilizando a modalidade Convite em vez de Tomada de Preços, nos CR 115511-06 e 113881-33 (Cláudia/MT) - 9º sorteio;</p> <p>- patrulha mecanizada adquirida com preço acima do de mercado, sendo que o diretor da empresa vencedora do processo licitatório é sócio da outra empresa habilitada participante da mesma licitação, com relação ao CR 126734-25 (Rio Azul/PR) - 9º sorteio;</p> <p>- execução de obras não previstas no Plano de Trabalho do Convênio nº. 061/2001, Jaraguá/GO, como: bar de apoio, palco, pavimentação asfáltica e construção de dois galpões a mais do que o inicialmente previsto - 11º sorteio;</p> <p>- Indícios de superfaturamento das despesas realizadas com recursos do convênio MAPA/SARC/nº. 044/2003 (Jaraguá/GO) - 11º sorteio;</p> <p>- Aquisição de patrulha mecanizada sem a realização de pesquisa de preços, de firma não habilitada perante SEFAZ/GO e à Fazenda Municipal de Ceres/GO e cuja atividade econômica está voltada para o comércio varejista de bicicletas e triciclos, divergindo do objeto licitado (CR nº 0131.397-40 - Jaraguá/GO) - 11º sorteio ;</p> <p>- Contratação irregular de empresa por inexigibilidade de licitação e obras de Eletrificação Rural não executadas nos CR nsº 0133380.97/2001 e 0131073-31/2001. Boquim/SE - 12º sorteio;</p> <p>- homologação de proposta vencedora de empresa que não apresentou o menor preço e o valor constante da nota fiscal é superior ao da proposta vencedora (Santa Teresinha/BA) - 12º sorteio;</p> <p>- Não foi localizado pela equipe de fiscalização um arador fixo, marca Baldan, n.º de série 55288100200, objeto do Contrato de Repasse n.º 0107934-40. Indagado sobre a localização do referido equipamento o Secretário de Urbanismo não soube responder sobre o destino do mesmo. (Buritizeiro/MG) - 11º sorteio;</p> <p>- Pagamento de serviços de recapeamento asfáltico não executados pela empresa Rancho Fundo. Prestação de Contas não apresentada ao MAPA, conforme Convênio 216/2004 e processo n.º 21000.008016/2001-20.(Pontes e Lacerda/MT)-Prodesa - 11º sorteio.</p> <p>- Aquisição irregular de terra pública e indícios de fraude em procedimento licitatório atinente ao Contrato de Repasse nº 132327-18 (Siafi nº 446549), no valor de R\$ 1.050.000,00, relativa à fiscalização no município de Presidente Tancredo Neves-BA. Reunião dia 20/09/2004 na Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Bahia, com a participação de representantes da SFC/CGU, CGUBA, Ministério da Agricultura, CEF, Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia e GRPU, onde se discutiu a possibilidade de anular o registro do imóvel- 2º Sorteio.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências serão avaliadas nas contas no 2º trimestre de 2005. Quanto ao Município de Tancredo Neves, foi aberta sindicância e PAD para apurar responsabilidades no âmbito do MAPA atinentes aos recursos do contrato de repasse nº 132327-18 (Siafi nº 446549); abertura de TCE pela CAIXA e providências junto à prefeitura de Tancredo Neves-BA visando à anulação do registro do imóvel.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 3.500.644,18	

## Ministério da Cultura

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
		<b>1142</b>
Ação	Código	Nome
		<b>4495</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>O acompanhamento da ação foi efetivado por meio de avaliação da atuação dos beneficiários contemplados com os kits, nos municípios sorteados, com as seguintes constatações: contrapartida efetivada em desacordo com o previsto no Termo de Entrega e Recebimento; extravio de 03 (três) instrumentos musicais doados, sem qualquer apuração administrativa/penal; armazenamento inadequado dos instrumentos musicais; não comprovação de participação de componente da banda em cursos de manutenção dos instrumentos musicais e de regência; e banda de música sem efetiva implantação.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas adotadas pelo gestor	A SFC encaminhou os resultados ao Ministério da Cultura, o qual já vem apresentando adequações ao Programa com vistas ao aperfeiçoamento dos critérios para recebimento dos kits e das formas de ressarcimento para os casos de não utilização dos instrumentos.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 345.000,00

Programa	Código	Nome
	<b>1142</b>	<b>Engenho da Artes</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1611</b>	<b>Implantação e Modernização de Espaços Culturais</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram constatados nas Prefeituras Municipais as seguintes impropriedades/irregularidades: inobservância do cronograma de execução; alterações nas especificações da obra; ocupação do Espaço Cultural por outros órgãos, resultando em desvio de finalidade do objeto; ausência de aporte parcial ou total de contrapartida; falhas de instrução processual; direcionamento de licitação; ausência de planilhas de medições e falta de efetivo acompanhamento da obra; alterações na execução da obra sem aprovação prévia do Órgão Concedente; obra em desacordo com as especificações técnicas e plano de trabalho; inexistência de publicação da homologação do julgamento da Comissão de Licitação; ausência de exame prévio das minutas do edital de licitação e do contrato, pela assessoria jurídica; ausência de cláusula estabelecendo o regime de execução; inexistência das condições de pagamento; inexistência de publicação resumida do instrumento de Contrato; ausência de clareza na descrição do objeto; pagamentos efetuados sem a devida medição por engenheiro responsável, não constando nos documentos fiscais a liquidação das referidas despesas; licitação com data anterior à assinatura do convênio; pagamento antecipado à empreiteira; não cumprimento do cronograma; não comprovação da posse do imóvel; pagamento a maior; majoração nos preços dos itens contratados; duplicidade de pagamento, pagamento efetuado após a vigência do convênio e sem cobertura contratual.	
Medidas adotadas pelo gestor	O gestor cientificou os convenientes solicitando providências e apresentação de esclarecimentos e justificativas para os fatos apontados pela SFC, fixando prazo ao gestor municipal, para atendimento ou informando que o mesmo, caso prefira, poderá proceder ao recolhimento integral dos recursos repassados. Em resposta, algumas prefeituras sanaram as falhas apontadas e atestaram a disponibilização do Centro Cultural à Comunidade, razão pela qual as prestações de contas foram aprovadas, outras recolheram valores devidos, ou ainda, o Ministério, após esgotadas as providências administrativas, procedeu à abertura da tomada de contas especial.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 2.714.660,96	

Programa	Código	Nome
	<b>1142</b>	<b>Engenho das Artes</b>
Ação	Código	Nome
	<b>6517</b>	<b>Promoção e intercâmbio de eventos de arte e cultura.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Realização de evento em data anterior à da assinatura do Convênio nº 078/2001 (SIAFI nº 423370) firmado com a Prefeitura Municipal de Antônio Prado/RS, com inserção de dados inverídicos na prestação de contas; pagamento das despesas do convênio mediante saques em dinheiro da conta específica.	
Medidas adotadas pelo gestor	O MinC foi informado sobre as irregularidades, porém não houve manifestação sobre as medidas adotadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 67.450,00	

Programa	Código	Nome
	<b>1141</b>	<b>Cultura, Identidade e Cidadania</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5104</b>	<b>Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Áreas Habitadas por Populações em Situação de Vulnerabilidade Social</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	A análise dos processos e procedimentos, assim como dos critérios para implantação das Bases de apoio à Cultura – BAC's se deteve a verificação dos aspectos legais dos procedimentos administrativos, vinculadas ao Programa Cidade Aberta, atual Cultura, Identidade e Cidadania. Foram constatadas irregularidades na formalização do Termo de Parceria nº 001/2003, celebrado entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasil Cultural, com vistas à construção e implementação de 16 Bases de Apoio à Cultura – BAC's vinculadas ao Programa Cidade Aberta, a qual concluiu, dentre outros: a) Quanto à qualificação: - o Estatuto do IBRAC não dispõe, expressamente, acerca das práticas de gestão a serem adotadas para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	<p>- o Diretor do IBRAC, cargo remunerado pela Instituição, detém condição de servidor público federal.</p> <p>b) Quanto ao Termo de Parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- não identificação das localidades de implantação das BAC's;</li> <li>- descrição idêntica para caracterização de metas e do indicador de resultados;</li> <li>- descrição genérica quanto aos critérios para avaliação de desempenho; e</li> <li>- não estipulação das categorias contábeis usadas pela organização.</li> </ul> <p>c) Outras constatações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- o Termo de Parceria celebrado à revelia do pronunciamento da Consultoria Jurídica – CJ;</li> <li>- falta de comprovação acerca da motivação para seleção do IBRAC; e</li> <li>- inexistência no Plano de Trabalho de detalhamento quanto à delimitação das localidades a serem beneficiadas; da composição dos custos e do cronograma de implantação.</li> </ul> <p>No que tange às diretrizes e procedimentos administrativos para a contratação de serviços técnicos especializados para subsidiar o processo de tomada de decisões para a construção das Bases de Apoio à Cultura – BAC's; e a definição de diretrizes e procedimentos administrativos para a contratação de empresa especializada na elaboração de Portfólio Imobiliário contendo o conjunto de terrenos que, potencialmente, podem ser utilizados para a construção de 20 (vinte) Bases de Apoio à Cultura – BAC's, nos locais, previamente, definidos pelo Ministério da Cultura MinC; e ainda, de solicitação de parecer jurídico ao termo de parceria firmado entre o MinC e o Instituto Brasil Cultural – IBRAC.</p> <p>No contrato de patrocínio a ser firmado entre o IBRAC e a Petrobrás, com a interveniência do MinC, que, em síntese, foi verificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Projeto básico genérico, sem conter os elementos necessários à obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública;</li> <li>b) Processo de implementação das BAC's antecede a definição de critérios para o Programa Cidade Aberta;</li> <li>c) Atos inerentes à Comissão Permanente de Licitação executados pelo Secretário para o Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais;</li> <li>d) Dirigentes do IBRAC apresentaram os currículos pela empresa MC – Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA, convidada e vencedora do Convite nº 04/2003;</li> <li>e) Deficiências na Motivação dos Atos Administrativos;</li> <li>f) Instituição recente e sem experiência na condução de projeto vultoso.</li> </ul> <p>Vale ressaltar, que foi apontado que dirigentes do IBRAC apresentaram os currículos em empresa convidada e vencedora do Convite nº 04/2003 o qual resultou no Contrato nº 13/2003. Desta forma, e tendo em vista o encerramento das apurações no âmbito do controle e considerando a possibilidade da ocorrência de conluio entre as empresas MC – Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA e TO&amp;M – Tecnologia, Organização e Mercado LTDA, os fatos foram remetidos à Corregedoria responsável, com vistas a verificar a pertinência da propositura de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, bem como a oportunidade do encaminhamento ao Ministério Público e à Polícia Federal, para conhecimento e providências daquela alçada.</p>
Medidas adotadas pelo gestor	<p>O Projeto foi redefinido pelo Ministério da Cultura, cujo objetivo e diretrizes atuais passaram a ser implantar e modernizar espaços culturais, permanentes ou provisórios (itinerantes), por meio da disponibilização de infra-estrutura física, técnica e operacional necessária à realização de suas atividades, no intuito de proporcionar ao público e aos artistas ambientes adequados, bem como propiciar o hábito da leitura, ampliando a oferta desses espaços e o barateamento dos custos de produção, bem como o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais; Implantar uma rede horizontal de Pontos de Cultura, espaços de gestão, agitação, criação e difusão cultural, que se constituirão nas referências da Cultura Viva.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.000.000,00

Programa	Código <b>0813</b>	Nome <b>Monumenta</b>
Ação	Código <b>5538</b>	Nome <b>Preservação do Patrimônio Histórico Urbano</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) atraso na comprovação da aplicação de recursos do adiantamento;</li> <li>b) pagamento indevido de impostos à conta do financiamento no valor de US\$ 5.430,45;</li> <li>c) atraso no pagamento das parcelas de juros contratados;</li> <li>d) inconsistência de informações no inventário de bens;</li> <li>e) registros no cadastro de bens não seguem ordem cronológica das aquisições;</li> <li>f) termos de responsabilidade sem individualização e aceite de seu responsável;</li> <li>g) ausência de publicidade do quadro de pessoal;</li> <li>h) ausência do comprovante de encaminhamento ao INSS dos valores pagos a consultores por organismos internacionais.</li> </ul>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas adotadas pelo gestor	<p>Item a) foi promovida alteração na sistemática de comprovação de desembolsos, do ano de 2004, a ser verificada em 2005, por meio do SIAFI. Após cada repasse aos convenentes, o núcleo financeiro monitorará os pagamentos, por meio dos extratos bancários. O convenente, por sua vez, tem prazo de até 45 dias para prestar contas ao Programa. A medida que este prazo avance, o Programa comunicará formalmente ao convenente sobre a situação. Havendo recebimento de mensagem da STN, as mesmas serão repassadas aos interessados e arquivadas fisicamente e também em diretório específico.</p> <p>Item b) Em relação à apuração dos valores a serem reembolsados pelo BID, o Programa está em entendimento com o Banco para estabelecer critérios de definição de quais impostos não devem ser reportados, evitando que haja reembolso de valores relativos a impostos. O Programa realizará verificação dos Pedidos de Reembolso para apurar eventuais inconsistências com relação aos impostos e assim definir o montante efetivo a ser ajustado.</p> <p>Itens c a h) Foi recomendado ao núcleo de apoio logístico, observar atentamente o disposto no Manual de Execução da Unesco.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 15.000,00.

Programa	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>O acompanhamento da Ação permitiu constatar fragilidades, tais como: AUDITORIA NA FBN: utilização da estrutura física, administrativa e de recursos humanos da Biblioteca Nacional por empresa particular sem amparo legal; tratamento diferenciado de cobrança na utilização do acervo por usuários e a Editora Vera Cruz; Transferência de direito à arrecadação de taxa do ISBN sem observância ao princípio da isonomia; transferência de receitas, no período de janeiro a setembro de 2004, (publicações e uso de espaço cultural) no valor de R\$ 87.534,45, da Fundação Biblioteca Nacional para a Fundação Miguel de Cervantes, sem amparo legal; utilização de recursos gerenciados pela Fundação Miguel de Cervantes para complementação de salários de funcionários terceirizados, no montante de R\$ 4.190,00/mês; Pagamento a 2 (dois) servidores da FBN, pela FMC, detentores de cargos comissionados; Contratação, pela FMC, de 22 (vinte e dois) prestadores de serviços para trabalhar na área fim da FBN, exercendo a função de Bibliotecários; arrecadação de recursos da Biblioteca Nacional por terceiro sem respaldo contratual; utilização de suprimento de fundos em desacordo com a legislação vigente; utilização de conta corrente em banco privado para depósito de receitas da Entidade; diárias pagas após o início da viagem; prestação de contas não instruída com os canchotos dos cartões de embarque; demora excessiva para instauração de comissões de sindicâncias e de processos disciplinares, bem como para conclusão das sindicâncias abertas; limitação de competitividade devido à indicação de marca em carta-convite; ausência de pesquisa prévia ao SICAF e CADIN; extrapolação de prazo máximo permitido para vigência de contratos de prestação de serviços; ausência de planilha de custos quando da realização de acréscimo contratual e realização de pagamentos acima do valor máximo permitido pela legislação quando destes acréscimos.</p> <p><b>AUDITORIA NO MINC:</b> emissão de pareceres sem análise fundamentada e circunstanciada quanto ao seu enquadramento na legislação vigente e nas políticas adotadas pelo Ministério; apresentação do projeto “Alfabeto Literário de Cássio Loredano”, em 2002, para obter autorização de captação de recursos já lançados pelo proponente desde 2001; prorrogação solicitada 3 dias antes da aprovação do Projeto pelo MinC; venda do produto de projeto incentivado com recursos oriundos de renúncia fiscal sem previsão expressa no plano de trabalho; pagamento no valor de R\$ 65.000,00, a Instituto de Idiomas, pela Elaboração e Agenciamento de projeto;</p>	
Medidas adotadas pelo gestor	Não houve manifestação sobre as medidas adotadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 152.534,45	

Programa	Código	Nome
	<b>0171</b>	<b>Museu Memória e Cidadania</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2651</b>	<b>Funcionamento de Museus da União</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>O acompanhamento da Ação permitiu constatar fragilidades, tais como: Divergência de R\$ 23.123,84 entre os resultados apresentados no Relatório de Gestão de 2003 e os demonstrativos do Museu Imperial - MI; Descumprimento de Cláusulas Estatutárias e Normas Contábeis, pela inexistência de aprovação, pelo Conselho Fiscal da Sociedade de Amigos do Museu Imperial – SAMI, das contas dos exercícios de 2002 e 2003; Previsão subdimensionada de receitas próprias, pelo Museu Imperial - MI, para elaboração do orçamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Ausência de previsão legal na contratação de mão-de-obra de gerente para cafeteria e loja do Museu Imperial; descumprimento de formalidades legais – não apresentação das certidões relativas à regularidade fiscal do convenente; os recursos repassados não foram aplicados em caderneta de poupança e Notas Fiscais sem identificação do convênio; Utilização de espaço do Museu Imperial, por particular, sem respaldo contratual; e Fragilidade dos Controles</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	Internos.
Medidas adotadas pelo gestor	Não houve manifestação sobre as medidas adotadas.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 23.123,84

Programa	Código	Nome
	<b>0168</b>	<b>Livro Aberto</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1521</b>	<b>Implantação de Bibliotecas Públicas</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em 2004, o acompanhamento efetivou-se mediante fiscalização <i>in loco</i> dos acervos distribuídos por unidade da federação, concentrados nos municípios relativos ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteio Público, tendo como principais constatações: contrapartida não efetivada ou em desacordo com o previsto no Termo de Entrega e Recebimento; atraso na implantação da biblioteca; falta de mobiliário e funcionários sem a devida capacitação; descumprimento de cláusulas do “Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito”, por parte da prefeitura beneficiada; não comunicação à Câmara Municipal do recebimento do acervo bibliográfico e das estantes; ausência de profissional capacitado na biblioteca.	
Medidas adotadas pelo gestor	A Fundação Biblioteca Nacional – FBN foi informada pelo MinC sobre as constatações com vistas a corrigir disfunções aferidas pelos trabalhos de fiscalização <i>in loco</i> . A FBN encaminhou correspondências aos prefeitos solicitando a adoção das medidas corretivas, dentre as quais o recolhimento do restante de contrapartida não utilizada no projeto e recolhimento integral dos recursos repassados pelo MinC, com os acréscimos legais.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 216.847,00	

Programa	Código	Nome
	<b>0167</b>	<b>Brasil Patrimônio Cultural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4489</b>	<b>Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Aquisição de Sistema de Informação do Arquivo Nacional – SIAN, sem o seu funcionamento integral e sem sua disponibilização ao público externo, devido ao processo lento de migração das bases de dados antigas para a nova base do Sistema. O único módulo ainda não colocado em operação, nem mesmo para testes, é o de Consultas, que possibilitará aos servidores e aos consulentes pesquisarem a lista do acervo e mesmo a parte dele que estiver digitalizada.	
Medidas adotadas pelo gestor	Não houve manifestação sobre as medidas adotadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 5.059.445,60	

Programa	Código	Nome
	<b>0167</b>	<b>Brasil Patrimônio Cultural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2636</b>	<b>Preservação de Bens Paisagísticos, Arqueológicos e Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Artístico</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

<p>Resumo dos Resultados das Ações de Controle</p>	<p>Superintendência Regional de Santa Catarina          Principais constatações: baixa execução orçamentária; falta de parâmetros para remuneração de projetos; contratação da mesma empresa para desenvolver e executar o projeto; orçamentos de processos de Dispensa de Licitação direcionados; atesto de Obras e Serviços sem verificação do quantitativo de serviço prestado; pagamentos antecipados.</p> <p>Superintendência Regional do Ceará          Principais constatações: baixa execução nas metas físicas previstas para o exercício; inexistência de padrões de desempenho operacional; contrato com vigência vencida sem a conclusão do objeto.</p> <p>Superintendência Regional do Amazonas          Principais constatações: ausência de pesquisa de preços nas dispensas de licitação; homologação de Convite sem o número mínimo de 3 licitantes; impropriedades em processos de dispensa de licitação.</p> <p>Superintendência Regional do Rio de Janeiro          Principais constatações: ausência de apreciação jurídica nos termos aditivos aos contratos; falha nas instruções do processo; ausência de orçamento detalhado em planilhas com custos unitários; contratação de empresas com propostas de preços inexequíveis; realização de convite sem o mínimo de 3 competidores; inexistência de termos aditivos formalizados; ausência de designação de fiscal do contrato; falta de consulta ao SICAF nos pagamentos efetuados.</p>
<p>Medidas adotadas pelo gestor</p>	<p>Superintendência Regional de Santa Catarina          O gestor informou que a 11ª Regional desenvolveu um esforço concentrado na aplicação dos recursos disponíveis, encerrando o ano com bom volume de investimentos e com índice de aproveitamento próximo dos 90%, que o IPHAN tem equilibrado os preços levando em consideração vários fatores, como: valores líquidos a serem pagos, distâncias de Florianópolis e dificuldades de estada ou locomoção, dimensões (m²) ou complexidades dos imóveis (os edifícios ecléticos, repletos de ornamentos, são muito mais trabalhosos do que os coloniais). Quanto à licitação, os serviços foram cotados, por intermédio de Carta-Convite e as obras licitadas. As datas são próximas: as obras não são decorrentes dos projetos. As decisões do projeto, inclusive especificações de materiais e critérios de intervenção, foram sempre de responsabilidade do IPHAN. As obras foram licitadas em aspectos emergenciais e não se ativeram aos projetos – que ainda não estavam disponíveis quando do lançamento dos editais de licitação. Os projetos dizem respeito, principalmente, aos investimentos futuros nos bens em questão, além da documentação de seus atuais estados de conservação – com vistas ao monitoramento de suas condições (cadastramento e mapeamento de danos). Os projetos englobam, em especial, layout, paisagismo e mudanças internas não contempladas nas obras licitadas, informando, ainda, a adoção de medidas para ampliação do número das empresas que prestam serviços ao IPHAN.</p> <p>Superintendência Regional do Ceará          O gestor informou a constituição de comissão gestora local, com atividade em Sobral, para definição do Termo de Referência do Plano de Preservação do Sítio Histórico de Sobral -PPSHS, bem como os produtos e resultados que se esperam obter com a sua implementação; informou que as regionais do IPHAN fazem, apenas, a avaliação de desempenho dos seus quadros funcionais, por intermédio de suas chefias imediatas. Não se prevê a realização de relatórios parciais a respeito das metas previstas e executadas, pelo fato das regionais do IPHAN dependerem da Administração Central para desenvolver suas atividades (liberação de recursos orçamentários e financeiros, assinatura de convênios, etc.), tornando inviável a sua produção.</p> <p>Superintendência Regional do Amazonas          O gestor informou que o Convite nº 01/2004 teve publicidade nacional, por meio da publicação no DOU, como também que o Edital e seus anexos foram disponibilizados no Comprasnet; quanto à compra da passagem aérea, trecho Manaus/São Gabriel da Cachoeira/Manaus, foi em consequência do fato da empresa Euroexpress não ter disponibilizado vaga na aeronave, motivo pelo qual o órgão comprou diretamente a passagem da empresa Paradise Turismo; quanto à aquisição de material de informática, optou-se por comprar o produto da única empresa que respondeu a cotação, considerando o caráter emergencial.</p> <p>Superintendência Regional do Rio de Janeiro          Não houve manifestação do gestor.</p>
<p>Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)</p>	<p>Não foi possível mensurar</p>

<p>Programa</p>	<p>Código <b>0167</b></p>	<p>Nome <b>Brasil Patrimônio Cultural</b></p>
<p>Ação</p>	<p>Código <b>0491</b></p>	<p>Nome <b>Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural Material-Nacional</b></p>
<p>Resumo dos Resultados das Ações de Controle</p>	<p>Ausência de Projeto Básico, Planilha de Custos e Cronograma de Execução em processo licitatório realizado para execução de obras no Museu da República; exigência de qualidades profissionais (experiência igual ao objeto) de um dos contratados sem amparo legal, denotando direcionamento de licitação; realização de licitação na modalidade Convite sem a participação do mínimo de 3 (três)</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	licitantes exigido pela legislação, sem motivação para a não repetição; adiantamento indevido de pagamento, no valor de R\$ 57.330,00, tendo em vista prazo insuficiente para a execução de etapas pagas; pagamento por serviços não executados, tais como: impermeabilização nos rejuntas dos blocos de granito que circundam o lago do chafariz da área principal, fornecimento e instalação de quadro de força para as bombas de acionamento dos chafarizes e projeto de recuperação da estrutura do piso do Espaço Catete; realização de licitação na modalidade Convite sem a participação do mínimo de 3 (três) licitantes exigido pela legislação, sem motivação para a não repetição; danos físicos severos causados nas instalações do Museu decorrentes de mau uso do espaço após evento; ausência de projeto básico, aprovação do IPHAN e parecer da área técnica para a contratação de restauração no Museu da República; concentração de funções administrativas e financeiras na condução das contratações do Museu da República; pagamento no valor de R\$ 28.228,05 efetuado às empresas M Viana Arquitetura e Construção e Nível Arquitetura e Construção Ltda. sem a devida liquidação da despesa; infiltração e presença de fissuras no forro objeto de serviço de recuperação contratado pelo Museu da República; serviços de mesma natureza (limpeza e substituição do forro do teto do Arquivo Histórico) efetuado por intermédio de duas licitações, sem a devida comprovação da viabilidade do parcelamento; pagamento efetuado antes da entrega dos livros contrariando o art. 38 do Decreto n.º 93.872/86 e entrega parcial do objeto contratado, causando prejuízo ao Erário no valor de R\$ 39.270,40; ausência de garantia de reserva orçamentária no contrato e termo de referência sem orçamento estimativo; ausência de portaria de designação de servidor para fiscalização dos serviços contratados; descumprimento de cláusula dos contratos de permissão onerosa de uso do espaço do Museu da República.
Medidas adotadas pelo gestor	O MinC foi informado sobre as irregularidades, porém não houve manifestação sobre as medidas adotadas.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 124.828,45

Programa	Código	Nome
	<b>0170</b>	<b>Produção e Difusão Cultural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4491</b>	<b>Fomento a Projetos de Difusão Cultural.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As ações nas prefeituras municipais convenientes apontaram divergências entre a planilha de custo da empresa vencedora e as medições efetuadas; pagamento em duplicidade de equipamentos; aplicação não comprovada da contrapartida; frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório; e saques de recursos da conta específica do Convênio.	
Medidas adotadas pelo gestor	O MinC diligenciou os convenientes a apresentarem justificativas dos fatos, tendo também realizado, em alguns casos, vistoria "in loco". Algumas prestações de contas foram apresentadas, encontrando-se em análise pelo Ministério.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 789.974,73	

Programa	Código	Nome
	<b>0170</b>	<b>Produção e Difusão Cultural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0499</b>	<b>Fomento a Projeto de Difusão Cultural – Rio de Janeiro - RJ (União Nacional dos Estudantes)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	O acompanhamento da Ação permitiu constatar fragilidades, tais como: ausência de mecanismos no SIAFI ou procedimentos internos do concedente que impeçam a celebração de convênios e liberação de recursos com entidades inadimplentes; concessão sucessiva de prazos do órgão concedente à entidade conveniente na apresentação de prestação de contas, após decorridos 14 meses do prazo final; ausência de parecer sobre a prestação de contas para justificar alteração da situação do convênio de "inadimplência efetiva" para "inadimplência suspensa" e celebração de convênio com filial de entidade inadimplente.	
Medidas adotadas pelo gestor	Foi determinado ao MinC que, por ocasião da celebração dos convênio e/ou liberação de seus recursos, proceda à consulta sobre a situação dos convenientes no SIAFI e no CADIN, utilizando o radical do CNPJ.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 504.630,00.	



## Programas Não Orçamentários

Programação	Código	Nome
	<b>0004</b>	<b>Incentivos Fiscais</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>0001</b>	<b>Incentivos Fiscais pelas Leis 8.313/91 e 8685/93</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Diferenças entre quantitativo de metas planejadas e executadas em termos financeiros, pagamento de agenciamento indevido, pagamentos de royalties de 146 % acima do montante aprovado pelo MinC, pagamento de passagens aéreas em desacordo com o projeto aprovado pelo MinC, inexecução de serviço de auditoria contratado, execução de serviços de auditoria sem respaldo contratual, contratação de serviços de urgência médica sem licitação, contratação de Serviços de Produtor Cultural sem licitação.	
Medidas adotadas pelo gestor	Ainda não informadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	2.605.941,72	

## Ministério do Desenvolvimento Agrário

Programa	Código	Nome
	<b>0135</b>	<b>Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4296</b>	<b>Implantação de Projetos de Assentamento Rural</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Não atendimento aos ditames da Lei n.º 8.666/93, atraso na realização de Obras financiadas com os recursos públicos etc. A partir dos Relatórios de Fiscalização, emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram emitidas Notas Técnicas aos respectivos gestores dos Programas de Governo contendo as constatações de maior relevância e cobrando a adoção das devidas providências saneadoras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências do gestor serão avaliadas nas contas da Unidade, exercício 2004.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.902.511,08 (um milhão novecentos e dois mil quinhentos e onze reais e oito centavos).	

Programa	Código	Nome
	<b>137</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4312</b>	<b>Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Não atendimento aos ditames da Lei n.º 8.666/93, atraso na realização de Obras financiadas com os recursos públicos, etc. A partir dos Relatórios de Fiscalização, emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram emitidas Notas Técnicas aos respectivos gestores dos Programas de Governo contendo as constatações de maior relevância e cobrando a adoção das devidas providências saneadoras. Além das Ações de Controle realizadas em detrimento dos Sorteios, Denúncias e Demandas Externas, foi realizada 1 Auditoria Anual em atendimento ao Banco Interamericano com vistas à avaliação/acompanhamento das metas físicas de alteração de Regimento Operativo do Programa, supervisão de ações de acompanhamento nos PCA's e conveniados/constituição de novos convênios.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências do Gestor serão avaliadas nas contas da Unidade, exercício 2004.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 293.250,00 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta reais)	

Programa	Código	Nome
	<b>137</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4470</b>	<b>Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - recuperação</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Não atendimento aos ditames da Lei n.º 8.666/93, atraso na realização de Obras financiadas com os recursos públicos, etc. A partir dos Relatórios de Fiscalização, emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram emitidas Notas Técnicas aos respectivos gestores dos Programas de Governo contendo as constatações de maior relevância e cobrando a adoção das devidas providências saneadoras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências do Gestor serão avaliadas nas contas da Unidade, exercício 2004.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais)	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>135</b>	<b>Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4464</b>	<b>Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Implantação</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- Não atendimento aos ditames da Lei n.º 8.666/93, atraso na realização de Obras financiadas com os recursos públicos etc. A partir dos Relatórios de Fiscalização, emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram emitidas Notas Técnicas aos respectivos gestores dos Programas de Governo contendo as constatações de maior relevância e cobrando a adoção das devidas providências saneadoras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	- As providências do Gestor serão avaliadas nas contas da Unidade, exercício 2004.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 73.598,82 (setenta e três mil quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos)	

Programa	Código	Nome
	<b>137</b>	<b>Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5158</b>	<b>Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Não atendimento aos ditames da Lei n.º 8.666/93, atraso na realização de Obras financiadas com os recursos públicos etc. A partir dos Relatórios de Fiscalização, emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram emitidas Notas Técnicas aos respectivos gestores dos Programas de Governo contendo as constatações de maior relevância e cobrando a adoção das devidas providências saneadoras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As providências do Gestor serão avaliadas nas contas da Unidade, exercício 2004.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 293.250,00	

Programa	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- pagamento de servidores públicos no valor total de R\$ 108.299,16, com recursos do convênio n.º 460804 (verificado na auditoria de acompanhamento 2003, relatório n.º 139137) - Inconsistência dos registros do Inventário da Unidade em 2003, em relação aos veículos utilizados. - Desatualização dos dados constantes no Inventário de Bens Móveis da Unidade. - Existência de multas pendentes no DETRAN com relação aos veículos utilizados pelo MDA, num total de R\$ 1.181,15. - Falhas no controle de movimentação dos veículos da Unidade Gestora, com ausência de registro de movimentação, existência de registro em duplicidade e falta de autorização para deslocamentos realizados. - Pagamentos de Diárias realizados com atraso, após o retorno dos servidores. - Pagamento de diárias a servidores em férias, no valor total de R\$ 3.005,96.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Criação de uma coordenação responsável pela formalização, acompanhamento, análise e aprovação dos convênios firmados pelo MDA. Implementação de um Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP. As providências em relação às demais pendências estão em análise, e os resultados serão incluídos na Avaliação de Gestão da Unidade.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 111.305,12	

Programa	Código	Nome
	<b>0351</b>	<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0281</b>	<b>Financiamento e equalização de juros para a agricultura familiar – Pronaf (Lei nº 8.427, de 1992)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Nota Técnica 7º SORTEIO - PRONAF Financiamento: - Não realização do objeto do empréstimo - municípios de Irecê/BA, Pacoti/CE, Serrinha/RN (R\$ 4.848,00) - Venda do imóvel/bem adquirido com recursos do PRONAF - município de Serrinha/RN (R\$ 12.573,52); - Concessão de financiamento a beneficiários que já haviam recebido empréstimos com recursos controlados no município de Triunfo/RS. - Exigência de contrapartida dos mutuários, por parte dos agentes financeiros (Reciprocidade Bancária), no Banco do Brasil, municípios de Capim Branco/MG, Sinop/MT e São Jorge/RS; e Banco do Nordeste, nos municípios de Irecê/BA, São Desidério/BA, Crato/CE, Bom Sucesso/PB, Maraial/PE e Vera Cruz/RN.  Nota Técnica 8º SORTEIO - PRONAF Financiamento: - Não realização do objeto do empréstimo - municípios de Amaporã/PR, agência de Querência do Norte,	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	<p>Cambuci/RJ, Laguna/SC, São Bonifácio/SC - agência Santo Amaro da Imperatriz.</p> <p>- Venda do imóvel/bem adquirido com recursos do PRONAF - município de Cambuci/RJ e Laguna/SC.</p> <p>- Cobrança de tarifa bancária pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., agência em Sobral/CE, para contratação de operação de crédito e tarifa de elaboração de aditivo.</p> <p>- Exigência de contrapartida dos mutuários, por parte dos agentes financeiros (Reciprocidade Bancária), no Banco do Brasil: municípios de Itaberaba/BA, Itamonte, Santa Rita de Caldas/MG, Quissamã/RJ, agência de Macaé, Alvorada D'Oeste/RO, São Bonifácio/SC - agência Santo Amaro da Imperatriz; e no Banco do Nordeste do Brasil S.A.: municípios de Itaberaba/BA, Pacujá/CE, agência em Sobral/CE, Caraúbas do Piauí, agência de Parnaíba, Cristino Castro/PI, agência de Bom Jesus, Ribeirópolis/SE.</p> <p>Auditoria Anual exercício de 2003 PNUD 98/012:</p> <p>- Superdimensionamento dos recursos necessários para a execução do Projeto, sendo utilizado somente 34,27% do total orçado, até 31 de dezembro de 2003.</p> <p>- Utilização de recursos de adiantamento petty cash em data posterior à rescisão do contrato do profissional responsável pela sua utilização e prestação de contas.</p> <p>- Divergência entre as informações constantes no Inventário de Bens Patrimoniais de 31 de dezembro de 2003 e as constantes no sistema contábil/financeiro do Projeto.</p> <p>- Fracionamento das despesas relativas à aquisição de passagens aéreas com a utilização de modalidade imprópria.</p>
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>PNUD 98/012:</p> <p>Abertura de licitação, na modalidade Pregão, para a aquisição de passagens aéreas pelo Projeto BRA/98/012, e realização de revisão geral no inventário.</p> <p>As providências em relação às demais pendências estão em análise, a ser incorporada à Auditoria Anual do Projeto.</p> <p>No tocante aos sorteios, foi apresentado Plano de Providências, em fase de análise com vistas à emissão de Nota Técnica com pendências remanescentes, que será encaminhada ao Gestor, com desdobramentos na Avaliação de Gestão da Unidade.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 17.421,52

Programa	Código	Nome
	<b>351</b>	<b>Agricultura Familiar - PRONAF</b>
Ação	Código	Nome
	<b>620</b>	<b>Apoio a Projetos Municipais de Infra-estrutura e Serviços em Agricultura.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) As principais constatações, consubstanciadas no do Relatório: 140796/2004, que deram suporte à certificação de regular com ressalvas às contas do Programa, foram:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>ausência de providências em relação às constatações levantadas no Primeiro Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios;</li> <li>pendências referentes ao Segundo Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios;</li> <li>pendência em relação às constatações referentes ao Terceiro Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Município;</li> <li>pendências em relação às constatações referentes ao quarto sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios;</li> <li>ausência de informação sobre providências em relação às constatações levantadas no Quinto Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios;</li> <li>ausência de informações sobre providências em relação às constatações levantadas no Sexto Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios;</li> <li>permanência de pendências de remessa de informações sobre providências atinentes às constatações registradas na Nota Técnica nº 01026/DADAG/SFC/CGU/PR, relativa às fiscalizações realizadas nos Municípios de Caroebe/RR e São João da Baliza/RR;</li> <li>inconsistências entre as informações prestadas pela CEF a os dados lançados no SIAFI, em relação aos contratos de repasse; e</li> <li>existência de Contratos de Repasse inscritos em TCE com prorrogação de vigência.</li> </ol> <p>b) A partir dos Relatórios de Fiscalização emitidos pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados e consolidados por esta Coordenação, foram encaminhadas ao gestor do Programa as Notas Técnicas nº 376/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR /2004/DADAG/SFC/CGU-PR e 1331/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR, referentes ao 7º e 8º sorteios, respectivamente, onde destacamos as principais constatações, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Irregularidades na condução dos processos licitatórios para a realização das obras;</li> <li>execução de obras em desacordo com o previsto nos Planos de Trabalho dos Contratos de Repasse;</li> <li>divergência entre os valores das metas constantes no Plano de Trabalho e os valores contratados;</li> <li>desvio de finalidade do objeto;</li> <li>deficiência na montagem e guarda dos processos referentes aos contratos de Repasse, por parte do agente financeiro;</li> <li>falta de notificação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, em relação aos valores liberados;</li> <li>pagamentos sem respaldo contratual;</li> <li>ausência de comprovação de pagamento das guias de recolhimento referentes à retenção dos encargos do INSS no Cadastro Específico do INSS – CEI;</li> <li>morosidade para conclusão do objeto do Contrato de Repasse;</li> <li>descumprimento de dispositivos da IN/STN nº 01/97; e</li> </ol>	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	11) registro incorreto de Convênio no Sistema SIAFI. ( agente financeiro).
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>a) Quanto às recomendações contidas no Relatório nº 140796, o Gestor encaminhou o plano de providências contendo o resultado das diligências realizadas junto a Caixa Econômica Federal/CEF, as Prefeituras municipais responsáveis pelas irregularidades/impropriedades constatadas, e, também, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, com o objetivo de atender às recomendações desta Secretaria fossem cumpridas.</p> <p>b) A NOTA TÉCNICA Nº 440/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR foi encaminhada à SDT/MDA, Gestora do Programa, sendo que até o momento não houve manifestação.</p> <p>c) Projeto de sorteio de Municípios:        1) até o momento, não houve manifestação do Gestor do Programa quanto às constatações contidas na Nota Técnica nº 376/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR, referente ao 7º sorteio; e        2) quanto à Nota Técnica nº 1331/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR, referente ao 8º sorteio, o Gestor do Programa encaminhou o rol de providências adotadas, que serão analisadas durante os trabalhos de Avaliação de Gestão da Unidade.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 124.543,04

Programa	Código	Nome
	<b>1116</b>	<b>Crédito Fundiário</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0061</b>	<b>Concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos - Fundo de Terras</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) As principais constatações que deram suporte à certificação de regular com ressalvas às contas do Programa foram:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Pendências referentes às recomendações resultantes de fiscalização ao empreendimento da Coopervida, no Município de Padre Bernardo/GO;</li> <li>2) Aplicação de valores acima do total aprovado em Resolução para os empreendimentos da Associação de Municípios da Fronteira Oeste - AMFRO, no Rio Grande do Sul;</li> <li>3) Pendências referentes às recomendações resultantes das fiscalizações realizadas no Segundo Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios, nos Municípios de Prudentópolis/PR (ressarcimento de R\$ 7.998,00) e Baraúna/RN (indícios de sobre preço na aquisição do imóvel);</li> <li>4) Pendências referentes às constatações resultantes do Terceiro Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Município, nos Municípios de Tapes/RS (beneficiários não residentes na propriedade) e Araquari/SC (falta de conclusão de sindicância);</li> <li>5) Pendências referentes às recomendações resultantes do Quinto Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios, no Município de Currais/PI (falta de conclusão de sindicância);</li> <li>6) Pendências referentes às recomendações resultantes do Sexto Sorteio realizado no âmbito do Projeto Sorteio de Municípios, nos Municípios de Saudade do Iguaqu/PR (ressarcimento de R\$ 8.600,00 e valores relativos à moradias não construídas), Santa Rosa/RS (falta de comunicação de resultado de providências) e Pedra Mole/SE (responsabilização por falta de providências); e</li> <li>7) Permanência de não conclusão de apuração quanto às irregularidades na aquisição do imóvel rural "Fazenda Ceres" - Piraju/SP.</li> </ol> <p>b) A partir dos Relatórios de Fiscalização do Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, foram encaminhadas ao gestor do Programa Notas Técnicas referentes ao 7º e 8º sorteios, respectivamente, destacando as principais constatações, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) descumprimento da obrigatoriedade de residir no imóvel, conforme disposto no item 9 da Norma do Banco da Terra;</li> <li>2) aquisição de imóvel com preço acima do mercado e execução parcial de objeto contratado;</li> <li>3) deficiência no controle da documentação referente aos projetos;</li> <li>4) ausência de trâmite documental entre a Agência do Banco do Brasil e a Agência Regional do Banco da Terra;</li> <li>5) liberação de financiamento para beneficiários não elegíveis ao Programa;</li> <li>6) repasse de terra para terceiros por agricultores beneficiados pelo Fundo de Terras;</li> <li>7) falta de acompanhamento por parte dos CMDR, entidades responsáveis pela assistência técnica aos beneficiários e pela Unidade Técnica Estadual do Programa;</li> <li>9) deficiências na elaboração e aprovação da proposta de financiamento e no acompanhamento da execução do projeto de assentamento;</li> <li>10) cobrança indevida de tarifa de cadastro dos candidatos ao financiamento;</li> <li>11) ausência de comprovantes das pesquisas de restrições cadastrais dos candidatos ao financiamento;</li> <li>12) falhas na liberação dos recursos, referentes a não comprovação dos gastos, e liberação de recursos em desacordo com os projetos;</li> <li>13) ausência de documentações relativas as Prestações de Contas; e</li> <li>14) irregularidades na aplicação dos recursos.</li> </ol>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>a) Quanto às recomendações contidas no Relatório nº 140794: O Gestor encaminhou o plano de providências contendo o resultado das diligências realizadas nos agentes financeiros, bem como as agências do Fundo de Terras nos Estados, com o objetivo de atender que as recomendações desta Secretaria fossem cumpridas, conforme a seguir:</p> <p>1) encaminhou o Ofício nº 354/2004/DCF/SRA/MDA à Agência Estadual do FTRA em Goiás solicitando cópia das providências adotadas para averiguação dos fatos apontados no Acórdão nº 1.147/2003 e anexamos ao Processo Administrativo nº 55000.000215/2004-54, aberto por este Departamento para apurar tais irregularidades;</p> <p>2) quanto ao Processo Administrativo 55000.000119/2003-25, o gestor informa que o Relatório conclusivo da Comissão de Sindicância sobre a Fazenda Ceres encontra-se sob exame da Consultoria Jurídica, para posterior julgamento pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, e somente após esse julgamento, os autos serão encaminhados a esta Secretaria para conhecimento e adoção das medidas subseqüentes;</p> <p>3) informa que a Agência Estadual nos encaminhou, por meio do Ofício 075 Ref. 635/GPR e 280 Ref. 846/GPR, resposta às recomendações da SCF referente a possíveis irregularidades apontadas pela SCF no município de Pedra Mole – SE, informando-nos de todos os procedimentos adotados quanto às recomendações da SFC;</p> <p>4) quanto à Santa Rosa/RS: informa que o problema já foi sanado, conforme a informação remetida pela AMGSR a esta Secretaria, por meio do Ofício 006/2004/Agência BANCO DA TERRA/AMGSR, de que mediante visita realizada aos imóveis em questão, foi constatado que os beneficiários já estavam residindo no imóvel financiado, conforme cópia em anexo; e</p> <p>5) oficiou a Agência Estadual do Banco da Terra em Goiás, para apuração do fato com vistas ao ressarcimento do valor, informamos que encaminhamos ofício 355/2004/DCF/SRA/MDA ao Estado solicitando o atendimento à recomendação, conforme anexo.</p> <p>b) Projeto Sorteio de Municípios:</p> <p>1) até o momento, não houve manifestação do Gestor do Programa quanto às constatações contidas na Nota Técnica nº 00235/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR, referente ao 7º sorteio; e</p> <p>2) quanto a Nota Técnica nº 01313/2004/DADAG/DA/SFC/CGU-PR, referente ao 8º sorteio, o Gestor do Programa, por intermédio do Ofício nº 625/DCF/SRA/MDA, de 02/12/2004, encaminhou as providências adotadas, as quais serão analisadas durante os trabalhos de Avaliação de Gestão da Unidade.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 255.190,85

Programa	Código	Nome
	<b>1116</b>	<b>Crédito Fundiário</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1545</b>	<b>Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários (Combate à Pobreza Rural)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) As principais constatações:</p> <p>1) permanência de pendências em relação às recomendações contidas no Relatório de Avaliação de Gestão nº 117715/2003, reativas a fragilidade nos controles dos gastos com viagens de consultores, resultando na recomendação à Coordenação Executiva do PCT BRA/IICA/02/005 em relação às despesas com diárias e passagens.</p> <p>2) encaminhamento incompleto do Relatório de Gestão do Projeto/2003 do Acordo de Empréstimo nº7037/BR;</p> <p>3) inexistência do plano Operativo Anual/POA, relativo ao exercício de 2003;</p> <p>4) permanência de consultores contratados em desacordo com Termo de conciliação firmado entre a AGU e o Ministério Público do Trabalho; e</p> <p>5) falta de encaminhamento de documentação de suporte aos gastos informados.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1) Encaminhamento de documentação referente aos gastos com diárias e passagens bem como dos seus respectivos comprovantes, relativo às despesas realizadas no exercício de 2003; e</p> <p>2) Foi firmado um convênio entre a Controladoria-Geral da União/CGU e a Secretaria de Reordenamento Agrário/SRA/MDA para estabelecer um plano de fiscalização e acompanhamento dos empreendimentos.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	-Não foi possível mensurar	



### Sistema “S” - Programas Não Orçamentários

Programação	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>8417</b>	<b>Serviços Gerais</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	SESC-RJ e Prefeitura de Cambuci: impropriedades formais no que tange à Tomada de Preços realizada pela Prefeitura Municipal de Cambuci/RJ para a construção da quadra objeto do Convênio nº 011/2002 (São João do Paraíso- 3º distrito de Cambuci), entre o SESC/RJ e aquela Prefeitura; péssimo estado de conservação das quadras construídas com recursos públicos federais objetos do Convênio nº 003/2000 MTE/SE e CNC/SESC/RJ; e o objetivo preconizado para a liberação dos recursos públicos federais junto ao MTE, quais sejam, o de que os trabalhadores e seus filhos pudessem praticar esportes e a realização de eventos que os integrassem ao meio social não estão sendo atingidos. SESC-RJ e Prefeitura de Duas Barras: ausência de comprovação de publicação do resumo do edital da Tomada de Preços nº 001/2001, referente à licitação realizada para a escolha da empresa responsável pela construção da quadra, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado; as notas fiscais relativas aos pagamentos realizados à empresa contratada para o serviço não foram devidamente identificadas com referência ao título e ao número do convênio; ausência de apreciação jurídica da minuta do Edital; ausência de identificação da fonte utilizada para realização de estimativa de preços; e não apresentação do Plano de Trabalho e da Prestação de Contas do convênio sob alegação de que os mesmos encontravam-se arquivados no concedente dos recursos, no caso o SESC/RJ.	
Medidas adotadas pelo gestor	Aguardamos posicionamento do gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programação	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>8301</b>	<b>Manutenção de Serviços Administrativos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Contratação de plano de previdência privada sem amparo legal (valor desembolsado até 2003, R\$ 608.455,99), e contratação de plano de saúde para os funcionários da Entidade sem a realização de processo licitatório. Foi emitido certificado irregular para as contas da Entidade, relativa ao exercício de 2003.	
Medidas adotadas pelo Gestor	Até o final do exercício de 2004, o Gestor não havia se manifestado sobre as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 389508 e Nota Técnica nº 1482/2004-CGUES.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 608.455,99	

Programação	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>8601</b>	<b>Manutenção de Serviços Administrativos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	SEST: O cargo de Diretor Executivo Geral, comum às duas casas, SEST e SENAT, percebe o vencimento de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ou seja, acima do limite de remuneração, praticado em 2003, o qual era de R\$ 12.720,00 estabelecido no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal, combinado com o Decreto-lei nº 2.355/87 e a Lei nº 8.852/94, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.624/98.	
Medidas adotadas pelo gestor	A Entidade esclareceu que, com a adoção do novo teto salarial (R\$ 19.115,18), decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão administrativa, em 05 de fevereiro de 2004, o valor pago ao cargo de Diretor Executivo Geral não mais extrapolava o limite de remuneração, ficando assim, sanada a impropriedade.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programação	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>8101</b>	<b>Manut. Serviços Administrativos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	SENAI-AL: Fatos que comprometeram e causaram prejuízo aos cofres da Entidade no valor de R\$ 434.055,51, referentes a: 1)-despesas realizadas fora da finalidade institucional do SENAI (R\$ 1.124,53, com jantar e R\$ 52.924,19, com locação de veículos); 2)- repasse de valores sem amparo legal ao Instituto Euvaldo Lodi – IEL/AL (R\$ 10.548,60); 3)- convênios firmados sem comprovação de execução do objeto e ausência de prestação de contas (R\$ 340.661,48 à FIEA/AL e R\$ 28.796,71ao IEL/AL). Foi emitido certificado Irregular para as contas do SENAI - Alagoas referentes ao exercício 2003.	
Medidas adotadas pelo gestor	Até o final do exercício de 2004, a Entidade não havia informado das providências adotadas para sanar as irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n° 389350 e repisada na NT 1503/CGUAL de 27/10/04.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 434.055,51	

Programação	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>8201</b>	<b>Manutenção de Serviços Administrativos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	SESI-AL: Fatos que comprometeram e causaram prejuízo aos cofres da unidade no valor de R\$ 1.072.230,48, referentes a: despesas realizadas fora da finalidade institucional do SESI (R\$ 14.791,46, confraternizações, patrocínios e coquetéis); despesas com bar e restaurante de funcionários do SESI/AL pagas pela Entidade sem haver o devido ressarcimento (R\$ 653,38); repasse de valores sem amparo legal ao Instituto Euvaldo Lodi - IEL (R\$ 48.753,95), locações com preço acima de mercado (R\$ 2.416,40); convênios firmados sem comprovação de execução do objeto e ausência de prestação de contas (R\$ 920.115,29/FIEA, R\$ 60.500,00/IEL e R\$ 25.000,00 SENALBA). Foi emitido certificado Irregular para as contas da Entidade relativas ao exercício de 2003. O Conselho Nacional do SESI fixou a Verba de Representação do seu Presidente em R\$19.240,51, e a partir de 1º de maio de 2003, com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho do Conselho Nacional, em 20/08/2003, passou a ser de R\$ 21.934,18. Esses pagamentos de remuneração ao dirigente extrapolaram o teto constitucional estabelecido no art. 37, inciso XI, relativo ao exercício de 2003 (R\$12.720,00). Pagamentos efetuados à clínica geriátrica para custear tratamento médico de ex-presidente do Conselho desde a internação em 06/2000 até o presente momento totalizam R\$233.810,41, perfazendo uma média anual de gasto de R\$64.000,00.	
Medidas adotadas pelo gestor	SESI-AL: Não houve adoção de medidas que elidissem as irregularidades apontadas na NT 1503/CGUAL de 27/10/04. SESI-CN: Por meio do Ofício CONGAB N° 095/2004, a Entidade encaminhou cópia do Ato “Ad Referendum n° 04/2004”, de 19/04/2004, evidenciando a aplicação do Abate-Teto na Verba de Representação paga ao Presidente a partir de 01/05/2004, conforme recomendação desta Controladoria. No que se refere à recomendação de que fosse recolhido aos cofres da Entidade o valor de R\$ 233.810,41 (data-base de março/2004), devidamente atualizado, e que fosse apurada a responsabilidade por quem deu causa ao fato citado, aquela citou itens do Parecer RBMCN n° 29/2004 no sentido de que a autorização do pagamento está embasada na alínea “t” do art. 24, do Regulamento aprovado pelo Dec. n° 57.375/65, que determina que compete ao Conselho Nacional “dar solução a casos omissos” e que a boa-fé reconhecida no autos, justifica a sua não adoção de providências quanto a devolução do dinheiro pago pela internação. Entende, enfim, que por ser de natureza privada não está sujeita às leis que regem a administração direta e indireta da União.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.072.230,48	



## Ministério da Integração Nacional

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>902</b>	<b>Operações Especiais: Financiamentos com Retorno</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0031</b>	<b>Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste (FNE)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	O Banco do Nordeste não conduziu a gestão do FNE de forma aceitável, tendo em vista que a auditoria de gestão/2003 certificou as contas do Fundo como irregulares. As irregularidades constatadas também foram reincidentes na auditoria de acompanhamento/2004, que, dentre outras, foram: pagamento a maior na taxa de administração devido à superavaliação do patrimônio líquido do FNE; irregularidades quanto à dedução dos percentuais de Fundos de Avais nas operações de crédito contratadas, implicando em pagamento a maior de Del Credere; ausência de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos demonstrativos contábeis do FNE; ausência de ressarcimento dos valores relativos às parcelas vencidas há mais de cinco anos; não restituição do "del credere" das operações contratadas com risco do Fundo até 30/11/98; volume de recursos alavancados pelas grandes empresas representam mais do dobro dos valores aplicados nos setores de pequeno porte.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Grupo de Trabalho, criado por meio da Portaria Interministerial nº 388, de 31/12/2003, com vistas a estabelecer normas de padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais, submeteu proposta de minuta de portaria ao Ministros da Integração Nacional e da Fazenda. Espera-se com a publicação desta Portaria, dirimir os problemas relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecimento de prejuízos, e padronização dos demonstrativos contábeis dos Fundos, o que resolverá diversas falhas apontados pela SFC no gerenciamento dos Fundos.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	- Del Credere operações até 30/11/98: R\$ 1.343.768 mil; - Falta de provisionamento até 30/11/98: R\$ 8.902.849 mil + taxa de administração; - Falta de provisionamento após 30/11/98 (50% risco Fundo): R\$ 604.956 mil + taxa de administração; - Del Credere sobre fundo de avais: R\$ 2.081.508,54	

Programa	Código	Nome
	<b>902</b>	<b>Operações Especiais: Financiamentos com Retorno</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0029</b>	<b>Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste (FCO)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em 2004 o BB desempenhou as funções de gestor do Fundo de forma satisfatória. Dentre as irregularidades/impropriedades detectadas pela SFC, destacam-se: atendimento insuficiente às recomendações da SFC e da Auditoria Externa; não atendimento às diretrizes e metas fixadas para o Fundo pelo Conselho Deliberativo; irregularidades na comprovação da aplicação dos recursos do Fundo - ausência de prestação de contas, comprovação de recursos em valor inferior ao financiado, notas fiscais sem relação com o objeto financiado; demora na aprovação das operações de crédito. Foi recomendado ao gestor normatizar procedimentos específicos de fiscalização para o FCO; implementar ações a serem adotadas pelas agências para avaliação dos comprovantes de despesas apresentados pelos mutuários; desenvolver uma política de garantia adequada às peculiaridades dos setores de menor porte; revisar o processo de concessão de crédito, de forma a torná-lo mais ágil e tempestivo; e providenciar a glosa dos valores comprovados por documentos	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As justificativas apresentadas pelo BB dependem de nova avaliação na gestão/2004. Dentre as providências adotadas, destaca-se o início da implantação do sistema Portal de Negócios, visando oferecer maior segurança e agilidade às etapas de acolhimento, análise, decisão e formalização das operações de crédito. O Banco proibiu as agências de cobrarem taxa flat e venda casada nos financiamentos do FCO e informou diversas ações a serem implementadas para reduzir a demora na aprovação das operações de crédito. Por outro lado, o BB não adotou medidas para glosar os valores das operações que apresentaram documentos fiscais inidôneos - recomendação reiterada desde a gestão/2002.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Impossível mensurar	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>0902</b>	<b>Operações Especiais: Financiamentos com Retorno</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0534</b>	<b>Financiamento aos setores produtivos da Região Norte - FNO</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As ações de controle apontaram para a existência de fragilidades nos controles internos do Banco da Amazônia, tendo sido considerada irregular a gestão 2003 do FNO, devido às seguintes constatações: ausência de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos demonstrativos do FNO; ausência de devolução do del-credere das operações contratadas até 30/11/98; pagamento a maior da taxa de administração, devido à superavaliação do patrimônio líquido do FNO; Manutenção do método de cálculo incorreto da taxa de administração no ano de 2003, inconsistências na avaliação do nível de risco de operações de crédito e inconsistência de dados apresentados referentes ao Programa de apoio à Exportação. Observou-se, ainda, administração ineficaz da inadimplência, ausência de laudo de fiscalização comprovando a aplicação de recursos, ausência de cumprimento das condicionantes das operações para concessão/liberação de recursos, bem como protelação de providências para a execução judicial das dívidas e outras medidas cautelares. Além disso, as fiscalizações realizadas nos projetos do Fundo, por meio do programa de sorteio de municípios, evidenciaram, dentre outras irregularidades, projetos não implantados, apesar da liberação dos recursos; inadimplência dos mutuários e emissão de recibos por pessoas físicas e jurídicas para comprovação das despesas sem o devido recolhimento dos encargos tributários.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor apresentou Plano de Providências contendo manifestação acerca das recomendações efetuadas pela Secretaria, concordando com algumas e discordando de outras como as relativas à ausência de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ausência de devolução do del-credere e pagamento a maior da taxa de administração. Com relação à ausência de constituição de PCLD, foi criado grupo Interministerial (Ministério da Integração Nacional, da Fazenda e CGU) para definir normas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Impossível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>379</b>	<b>Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5314</b>	<b>Implantação de Perímetros de Irrigação - Baixo de Irecê/BA</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Prejuízo financeiro decorrente de reequilíbrios econômico-financeiros celebrados de forma indevida com a Construtora Andrade Gutierrez S/A (contrato nº 0.00.99.0016/00), bem como termos aditivos com efeitos financeiros retroativos. Recomendou-se a instauração de comissão de sindicância para proceder encontro de contas no contrato.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Na Auditoria da Avaliação da Gestão 2004 será verificado se a Codevasf procedeu ao encontro de contas com a Construtora Andrade Gutierrez S/A.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$450.992,54 mais a revisão do reequilíbrio econômico financeiro relativo ao 2º e 7º termo aditivo, bem como revisão de R\$2.891.249,24 devidos pela Codevasf à Construtora.	

Programa	Código	Nome
	<b>379</b>	<b>Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1692</b>	<b>Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	CONTRATO nº 0-06-98-0014/00: Prejuízo financeiro decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro celebrado de forma indevida com a Construtora Norberto Odebrech S/A, bem como deferimento indevido de recurso administrativo interposto pela Construtora, em 10.11.2000, no qual solicitou o pagamento de serviços realizados e não contemplados na planilha de custos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Instituiu a comissão de sindicância, por meio da Decisão nº 407/2004, de 21.5.04, a qual concluiu que o valor de R\$8.004.574,82, decorrente do nono termo aditivo ao contrato nº 0-06-98-0014/00, celebrado com a Construtora Norberto Odebrech S/A, foi pago indevidamente. Este valor, atualizado até maio de 2004 pelo INPC, totaliza R\$9.628.359,65, e pelo IGPM R\$10.000.991,02. Quanto ao prejuízo decorrente do reequilíbrio econômico-financeiro, aguarda-se que o TCU aprecie o Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão 1047/2003 – Plenário, já que foi neste Acórdão que o TCU, inicialmente, considerou inadequada a forma de reequilíbrio aplicada pela Codevasf em seus contratos.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 10.000.991,02	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>667</b>	<b>Defesa Civil</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4580</b>	<b>Ações Emergenciais de Defesa Civil</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	O resultado da análise dos processos de convênios evidenciou o continuismo de diversas impropriedades, sendo as mais importantes: a) Liberação de recursos faltando documentos técnicos sobre a viabilidade de execução; b) Falta de vistoria física do objeto dos convênios; d) Celebração de convênios, na mesma data, com um mesmo conveniente, tendo objetos iguais, permitindo a opção por modalidade licitação de limites menores; e) Definição do objeto dos convênios de forma genérica; f) Certidões de regularidade com prazo vencido; g) Liberação de recursos em uma única parcela em divergência com o estabelecido no Plano de Trabalho do Convênio; h) intempestividade do registro no SIAFI e i) Ausência de depósito de contrapartida.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Por meio da Nota Técnica n.º 02/CGCONV/DGI/SE/MI, de 03/11/03, o gestor informou que as falhas na formalização são decorrentes da insuficiência do quadro de pessoal e de sistemas de gerenciamento de informações adequados. Com a reformulação da estrutura regimental do Ministério, a Unidade de Convênios-CAFC absorveu funcionários de outras Secretarias do Ministério. Para a aquisição de novo Sistema, não há recursos disponíveis e a solução encontrada foi a remodelagem, redefinição e simplificação dos fluxos de informações sobre convênios com as correspondentes modificações nos Sistemas de Protocolo e Convênio WEB. A intempestividade na cobrança de prestação de contas permanece, mas será saneada aos poucos, pois está sendo implementado um trabalho de pré-análise das prestações de contas de convênios, já que se criou, no âmbito da CGCONV, uma Divisão de Apoio Operacional – DAOP, que está emitindo os Avisos de Recebimento – AR e os Aviso de Recebimento – Mãos Próprias – AR-MP, por meio do Sistema de Gestão de Postagem – SIGEP fornecido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 5.406.680,29	

### Programas Não Orçamentários

Programação	Código	Nome
	<b>430902</b>	<b>Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>0000</b>	<b>Financiamentos com recursos provenientes de Renúncia Fiscal (IRPJ)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em todos os empreendimentos fiscalizados, foram constatadas falhas/irregularidades, tais como: projetos implantados apresentando alterações em relação ao pleito original; ausência de comprovação da aplicação da contrapartida; não implantação do projeto, apesar da liberação de recursos à empresa pleiteante; bens utilizados como contrapartida e não localizados; sobrepreço das máquinas e equipamentos adquiridos; geração de emprego abaixo do previsto; utilização de notas fiscais inidôneas e/ou com prazo de validade vencido, para fins de comprovação das inversões físicas; inconsistências/ falhas nos relatórios de fiscalização; inadimplência no resgate de debêntures e não recolhimento de dividendos. Verificou-se, ainda, que houve falta de providências para o cancelamento de projetos, especialmente em período anterior à criação da UGFIN/MI, com a conseqüente morosidade no retorno dos recursos aplicados irregularmente. Adicionalmente, no mês de dezembro foi concluída a consolidação de quinze empreendimentos fiscalizados em 2003, envolvendo recursos liberados no montante de R\$169.637.948,28, abrangendo os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. As constatações e recomendações respectivas foram encaminhadas ao Gestor, ainda pendentes de manifestação, e serão objetos de acompanhamento na avaliação de gestão do Fundo.	
Medidas adotadas pelo gestor	Fiscalizações "in loco" e notificação às empresas beneficiárias com vistas à apresentação de defesa e/ou posterior cancelamento do projeto. No exercício de 2004, foram notificadas 82 empresas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Poderão ser recuperados, em decorrência de cancelamento de 54 projetos, em valores originais, cerca de 286 milhões de reais.	

Programação	Código	Nome
	<b>430903</b>	<b>Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	<b>0000</b>	<b>Financiamentos com recursos provenientes de Renúncia Fiscal (IRPJ)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em todos os empreendimentos fiscalizados, foram constatadas falhas/irregularidades, tais como: projetos implantados apresentando alterações em relação ao pleito original; ausência de comprovação da aplicação da contrapartida; não implantação do projeto, apesar da liberação de recursos à empresa pleiteante; bens utilizados como contrapartida e não localizados; sobrepreço das máquinas e equipamentos adquiridos; geração de emprego abaixo do previsto; utilização de notas fiscais inidôneas e/ou com prazo de validade vencido, para fins de comprovação das inversões físicas; inconsistências/falhas nos relatórios de fiscalização; inadimplência no resgate de debêntures e não recolhimento de dividendos. Verificou-se, ainda, que houve falta de providências para o cancelamento de projetos, especialmente em período anterior à criação da UGFIN/MI, com a conseqüente morosidade no retorno dos recursos aplicados irregularmente.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas adotadas pelo Gestor	Fiscalizações "in loco" e notificação às empresas beneficiárias com vistas à apresentação de defesa e/ou posterior cancelamento do projeto. No exercício de 2004, foram notificadas 134 empresas.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Previsão de recuperação de créditos em virtude de cancelamento de 38 projetos: 1,08 bilhão de reais.

Programação	Código	Nome
		<b>G0058</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
		<b>Financiamentos com recursos provenientes de Renúncia Fiscal (IRPJ).</b>
Resumo dos resultados das Ações de Controle	As ações de controle demonstraram que houve algumas melhoras na gestão operacional devido à implantação pelo GERES de cronograma de visitas; elaboração de normas e procedimentos para enquadramento, análise, acompanhamento e fiscalização de projetos; e elaboração de relatórios gerenciais elaborados pelo BANDES e enviado à Secretaria Executiva do GERES, porém continuam a existir fragilidades nos controles internos do GERES e BANDES como ausência de sistema informatizado que registre a data de ocorrência dos principais eventos relativos aos projetos. Observou-se, também, a ausência de medidas administrativas e/ou judiciais para cobrança de dívidas vencidas; morosidade no trâmite de renegociação das operações; morosidade na adoção de providências e na condução de processos administrativos instaurados no âmbito do sistema GERES/BANDES e descumprimento de recomendações da CGU feitas em exercícios anteriores. Foram fiscalizados projetos, tanto por meio de auditoria de acompanhamento como pelo Programa de Sorteio Público, tendo sido verificadas, dentre outras constatações: fragilidades na comprovação física das obras, máquinas e equipamentos; ausência de documentação referente à comprovação financeira; fragilidades nas garantias; insuficiência na comprovação de aporte de recursos próprios no projeto financiado; ausência de avaliação da situação econômico-financeira da empresa para aprovação do projeto e desvio de finalidade na exploração dos bens adquiridos com recursos do projeto.	
Medidas adotadas pelo gestor	Os Gestores GERES/BANDES apresentaram Plano de Providências contendo manifestação acerca das recomendações feitas pela Secretaria relacionadas à avaliação da gestão de 2003. Observa-se demora do Gestor para atender recomendações relativas a projetos fiscalizados, inclusive em gestões anteriores.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

## Ministério do Trabalho e Emprego

Programa	Código	Nome
		<b>99</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4784</b>	<b>Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do Seguro-Desemprego.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1 - Contratação irregular por inexigibilidade da empresa Datamec S/A sem os Procedimentos Licitatórios destinados à Prestação de Serviços relativos ao Seguro-Desemprego.</p> <p>2 - Ausência de rotina de depuração da base de dados nos serviços de processamento do seguro-desemprego, causando um prejuízo de R\$ 48.511.452,51 ao MTE.</p> <p>3 - Pagamentos indevidos à DATAMEC por locação de 4 equipamentos servidor tipo "5" de informática no valor de R\$ 2.500.000,00 aproximadamente.</p> <p>4 - Pagamento de 3.500 kits sobre o Programa PIS Empresa sem cobertura contratual no valor de R\$ 187.449,54.</p> <p>5 - Utilização indevida do contrato DATAMEC com a CAIXA para contratação de mão-de-obra indireta para o MTE.</p> <p>6 - Alocação irregular de mão-de-obra da empresa POI na Superintendência de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL/CAIXA no valor de R\$ 238.977,44.</p> <p>7 - Alocação irregular de equipamentos da Gerência Nacional de Programas Educacionais-GEDUC na Superintendência de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL/CAIXA, no valor de R\$ 17.573,32.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1 - O Gestor manifestou discordância e solicitou o reexame da recomendação, conforme item 7.2.2.1 do Plano de Providências referente ao Relatório de Auditoria 140807, o qual está sendo objeto de análise e constará da Auditoria anual de contas da unidade.</p> <p>2 - Para os itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7, o Gestor acatou a recomendação e instituiu um grupo de trabalho para apresentar alternativa de solução para a quantificação do exato valor devido pelo Ministério do Trabalho à Caixa Econômica Federal, bem como definição estratégica para o pagamento da dívida, se houver, conforme Ofício nº 647/2004/SE/TEM de 07/12/04.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 51.455.452,81	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>99</b>	<b>Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2624</b>	<b>Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados - CAGED</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1 - Pagamentos indevidos por serviços de consulta RAIS/2ª fase - CAGED no valor de R\$ 315.513,00.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	1 - O Gestor acatou a recomendação e instituiu um grupo de trabalho para apresentar alternativa de solução para a quantificação do exato valor devido pelo Ministério do Trabalho à Caixa Econômica Federal, bem como definição estratégica para o pagamento da dívida, se houver, conforme Ofício nº 647/2004/SE/TEM de 07/12/04.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 315.513,00	

Programa	Código	Nome
	<b>99</b>	<b>Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4741</b>	<b>Sistema de Integração das ações de qualificação profissional com a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego - SIGAE.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1 - Pagamentos indevidos efetuados pela Caixa à Datamec S/A, por serviços de digitação – SIGAE, e posteriormente cobrado do MTE, no valor de R\$ 662.331,69. 2 - Pagamentos indevidos por serviços de "Atendente" em vez de "Assistente Técnico" - SIGAE causando prejuízo no valor de R\$ 773.000,00. 3 - Pagamentos indevidos de serviços em equipamentos de auto-atendimento - SIGAE no valor de R\$ 23.558,76. 4 - Pagamentos indevidos de diárias e passagens decorrentes de utilização de tabela superior aos parâmetros aplicados no serviço público, bem como comprovação de despesas (R\$ 18.000,00) pela Caixa, mascaradas como diárias, no âmbito do Projeto SIGAE. 5 - Contratação de mão-de-obra terceirizada pelo MTE e faturado pela DATAMEC no item Rede de Comunicação de Dados – SIGAE, no valor aproximado de R\$ 5.480.000,00.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	1 - Para os itens 1, 2, 3, 4 e 5, o Gestor acatou a recomendação e instituiu um grupo de trabalho para apresentar alternativa de solução para a quantificação do exato valor devido pelo Ministério do Trabalho à Caixa Econômica Federal, bem como definição estratégica para o pagamento da dívida, se houver, conforme Ofício nº 647/2004/SE/TEM de 07/12/04.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)R\$	R\$ 6.956.890,45	

Programa	Código	Nome
	<b>101</b>	<b>Qualificação Social e Profissional</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4733</b>	<b>Qualificação de trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados, em período eleitoral, no valor de R\$ 157.950,20.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor justificou como sendo ação continuada, conforme item 4.1.1.4, fls. 2, do Relatório de Auditoria nº 150250, devendo ser objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 157.950,20	

Programa	Código	Nome
	<b>750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1 - Realização de despesa sem cobertura contratual no valor de R\$ 7.985,00 e pagamento sem atesto do recebimento dos serviços referentes à contratação de Consultoria. 2 - Realização de despesas com festividades e homenagens no valor de R\$ 1.000,00 em desacordo com jurisprudência do TCU. 3 - Inscrição na conta fornecedor de despesa não processada, no valor de R\$ 754.589,76. 4 - Pagamento a maior de R\$ 330.463,53 à Empresa Politec decorrente de descontos equivocados em relação a dias não trabalhados.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	1 - O item 1 será objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria, haja vista que o Gestor ainda não se manifestou. 2 - O Gestor informou que acatou a recomendação e sua implementação foi imediata. 3- O Gestor manifestou discordância com a recomendação, a qual será reavaliada na próxima auditoria. 4- O Gestor acatou a recomendação e informou que será efetuada a glosa do faturamento dos serviços prestados pela empresa POLITEC no valor de R\$ 330.463,53.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.094.038,29

Programa	Código	Nome
	<b>1329</b>	<b>Primeiro Emprego</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4787</b>	<b>Qualificação de jovem para o serviço voluntário.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1- Realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados, em período eleitoral, no valor de R\$ 180.000,00 2- Não existência das Comissões Municipais de Trabalho e Emprego em 106 municípios fiscalizados, em decorrência de 400 ações de controle. 3- Não atuação das Comissões Municipais de Emprego - CME em 73 municípios de 400 fiscalizados. 4 - Despesas não condizentes com o plano de trabalho e inelegíveis, em um montante mínimo de R\$ 349.336,25. 5- Não cumprimento da carga horária de 600 horas, por curso de qualificação, acarretando a necessidade de devolução de recursos, com valor estimado mínimo de R\$ 699.642,69. 6 - Despesas realizadas nos últimos 13 dias de execução do convênio não compatíveis com o objeto conveniado, no montante de R\$ 1.322.405,88.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	1- O Gestor justificou como sendo ação continuada, conforme Ofício nº 3471/SPPE/MTE, de 08/10/04, devendo ser objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria. 2- O Gestor manifestou discordância e sugeriu a extinção da recomendação. 3- O Gestor acatou a recomendação, conforme item 7.2.3.1, fls. 98, do Relatório de Auditoria nº 152903 e encaminhou o Ofício-Circular nº 25/SE-CODEFAT/DES/SPPE/MTE às Comissões Estaduais de Emprego – CTE, solicitando providências para as regularizações das pendências, uma vez que são consideradas instâncias superiores às Comissões Municipais de Emprego-CMT, nos termos da Resolução CODEFAT nº 80/1995. 4- Os itens 4, 5 e 6 serão objeto de verificação, por ocasião da próxima auditoria, haja vista que o Gestor ainda não se manifestou.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 2.551.384,82	

Programa	Código	Nome
	<b>1329</b>	<b>Primeiro Emprego</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4788</b>	<b>Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao primeiro emprego, inseridos no serviço voluntário.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1- Falta de detalhamento do Projeto Básico constante do processo de contratação da empresa Cobra Tecnologia S/A para prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação para o programa Primeiro Emprego. 2- Atesto e pagamento das Notas Fiscais nºs 011147 e 011148, no valor de R\$ 1.380.000,00, emitidas pela empresa Cobra Tecnologia S/A, sem a discriminação dos serviços prestados pela contratada. 3 - Pagamento de bolsas auxílio em número inferior as 6 parcelas previstas no Convênio, perfazendo um montante a ser devolvido estimado em R\$ 692.868,00. 4 - Pagamento antecipado e sem respaldo contratual no valor de R\$ 690.000,00 efetuado à Empresa COBRA Tecnologia S/A. 5 - Realização de transferência voluntária de recursos da União aos Estados, em período eleitoral, no valor de R\$ 180.000,00.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	1- Os itens 1, 2, 3 e 4 serão objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria, haja vista que o Gestor ainda não se manifestou. 2- No item 5, o Gestor justificou como sendo ação continuada, conforme Ofício nº 3471/SPPE/MTE, de 08/10/04, devendo ser objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 2.942.868,00	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programação	Código	Nome
		<b>3</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
		<b>3</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1- Contabilização de despesas antecipadas com utilização do orçamento do exercício seguinte, no valor de R\$ 274.094.475,67. 2 - Ausência de providências para ressarcimento ao FGTS de R\$ 39.273.955,37 relativos a despesas com conversão de mídia sem previsão legal, incorridas no exercício de 2002. 3 - Falta de providências da Caixa para ressarcimento ao FGTS, no valor de R\$ 1.115.106.352,17, pela assunção das perdas com a não incidência de juros prevista na lei nº 6.024/74. 4 - Falta de providências para ressarcimento ao FGTS dos valores referentes à apropriação indevida pela Caixa de recursos provenientes da Reserva de Risco de Crédito, instituída pela resolução CCFGTS nº295/98. 5 - Pagamento de despesas no exercício de 2003, no valor de R\$ 29.992.021,24, com conversão de mídia sem previsão legal. 6 - Assunção pelo FGTS das perdas com a não incidência de juros prevista na lei nº 6.024/74, no valor de R\$ 190.154,49.	
Medidas adotadas pelo Gestor	1 - O item 1 será objeto de verificação por ocasião da próxima auditoria. 2 - Para os itens 2, 3, 4, 5, e 6 o Gestor não acatou as recomendações desta SFC e informou que está aguardando julgamento do TCU para providências.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.458.656.958,94	

### Ministério do Turismo

Programação	Código	Nome
		<b>750</b>
Ação	Código	Nome
		<b>2025</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) não ressarcimento de valores relativos à remuneração de servidores cedidos à Câmara Distrital e à Agência Nacional de Águas; b) Pagamento indevido de adiantamento de gratificação natalina; c) Pagamento a maior de auxílio-transporte; d) Pagamento indevido de ajuda de custo.	
Medidas adotadas pelo Gestor	a) Quanto ao valor efetivo, foram devidamente ressarcidos pela Câmara Distrital. Já quanto ao valor de R\$ 110.261,66, em que pese os esforços do Instituto junto à cessionária (ANA), os recursos não foram devolvidos. b) Valor descontado no contracheque do servidor. c) A Unidade descontou o valor em 3 vezes, a partir de novembro/2004, no contracheque dos servidores. d) A unidade procedeu ao desconto do valor indevidamente recebido.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 127.499,13	
Observação: Tendo em vista a criação do Ministério do Turismo em 2003, e a mudança/criação dos programas de governo constantes do PPA 2004-2007, as ações desenvolvidas na Embratur, durante o exercício de 2004, referiram-se aos programas executados em 2003, ou seja, do PPA 2000-2003		

Programa	Código	Nome
		<b>410</b>
Ação	Código	Nome
		<b>1628</b>



Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) pagamento indevido de recursos relativos a convênio firmado com a Fundação 21 de Abril, cujo objeto não foi executado, no valor de R\$ 61.500,00;</p> <p>b) não cumprimento do objeto de convênio pela Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná – ABAV – PR, no valor atualizado de R\$ 304.874,00;</p> <p>c) impropriedades quanto à comprovação de despesas constantes da prestação de contas final de convênio firmado com a Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade;</p> <p>d) despesas realizadas em período anterior ao início da vigência de convênio firmado com a Confederação Brasileira de Golfe, no valor de R\$ 50.577,92;</p> <p>e) aditamento indevido de convênio firmado com a Federação Brasileira de Convention &amp; Visitors Bureaux, no valor de R\$ 10.337.624,59;</p> <p>f) falta de providências efetivas para apuração de denúncias quanto ao cumprimento do objeto de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, no valor atualizado de R\$ 874.861,27;</p> <p>g) pagamentos posteriores ao período de vigência de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Iracema/RR, no valor de R\$ 500.000,00;</p> <p>h) impropriedades em documentação comprobatória de despesas na prestação de contas final de convênio firmado com a Fundação 21 de Abril, no valor atualizado de R\$ 42.969,69;</p> <p>i) irregularidade em convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Ipororó/BA, no valor de R\$ 157.500,00;</p> <p>j) direcionamento do processo licitatório e pagamento indevido de despesa anteriormente ocorrida em convênio firmado com a Pref. Municipal de Laguna/SC, no valor atualizado de R\$ 338.163,40.</p>
Medidas adotadas pelo Gestor	<p>a) A Unidade cobrou a devolução dos recursos pela conveniente, a qual foi feita em 4 parcelas.</p> <p>b) A unidade elaborou e enviou o demonstrativo de débito à conveniente para devolução dos recursos, sob pena de instauração de TCE</p> <p>c) A unidade ainda está analisando documentação complementar enviada pela conveniente.</p> <p>d) A Unidade ainda está analisando prestação de contas.</p> <p>e) A unidade acatou a recomendação desta SFC, promovendo o cancelamento do valor empenhado de parte das ações previstas no convênio, no valor descrito ao lado.</p> <p>f) A Unidade instaurou o processo de TCE nº 72100.001356/2003-32, encaminhado a esta SFC por meio do ofício nº 264, de 6/10/2004.</p> <p>g) A unidade registrou a inadimplência da Prefeitura no SIAFI no valor citado ao lado.</p> <p>h) A unidade elaborou e enviou o demonstrativo de débito à conveniente para devolução dos recursos, sob pena de instauração de TCE</p> <p>i) A Unidade remeteu a esta SFC o processo de TCE nº 72100.000410/2004-02; e</p> <p>j) a Unidade informou já estar providenciando a devida TCE.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 12.668.070,87
<p><b>Observação: Tendo em vista a criação do Ministério do Turismo em 2003 e a mudança/criação dos Programas de governo constantes do PPA 2004-2007, as ações desenvolvidas na Embratur, durante o exercício de 2004, referiram-se aos Programas executados em 2003, ou seja, do PPA 2000-2003</b></p>	

## ANEXO I.2 - DIRETORIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA – DE

### Ministério da Fazenda

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0351</b>	<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0281</b>	<b>Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar – BB</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Indícios de exigência de reciprocidade detectados nas operações do Pronaf;</p> <p>b) falha na atuação e/ou inexistência de assistência técnica;</p> <p>c) inexistência de documentos comprobatórios de realização de despesas (notas fiscais e recibos);</p> <p>d) concessão de Declaração de Aptidão ao Programa – DAP de forma indevida e sem questionamento por parte do Banco.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Sobre a exigência de reciprocidade bancária, a Direção da Instituição pronunciou-se no sentido de que o Banco não condiciona a concessão de qualquer tipo de financiamento, especialmente aqueles com recursos públicos, à aquisição de seus produtos; b) quando o empreendimento for conjugado com assistência técnica, deverão ser observadas as regras e condições previstas no LIC 110-15, em que o repasse previsto para orientação técnica e gerencial é devido e calculado com base na entrega de, no mínimo, 3 relatórios por safra/ano, representativos das diversas etapas do empreendimento assistido; c) esse assunto está normatizado no LIC 110-1-20 e LIC 84-3-2; d) o Banco não tem ingerência no enquadramento dos agricultores familiares nos grupos que compõem o Pronaf. As agências estão orientadas (LIC 123-1-4 e 123-1-10) para que, quando do recebimento das DAP, conferirem as assinaturas dos emitentes das declarações, conforme previsto no parágrafo 7º, art. 5º da Portaria MDA nº 75/2003.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>0351</b>	<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0281</b>	<b>Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar – BNB</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Índícios de exigência de reciprocidade detectados nas operações do Pronaf; b) ausência de atestado de vacinação dos animais; c) inexistência de documentos comprobatórios de realização de despesas (notas fiscais e recibos).	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Sobre a exigência de reciprocidade bancária, a Entidade informou sobre o acatamento das nossas recomendações no que relaciona as penalidades cabíveis quanto ao descumprimento de normas e encaminhando as ocorrências detectadas para a adoção de providências cabíveis por parte da auditoria interna; b) Acatou as recomendações, no que se relaciona à orientação a toda rede de agência, no sentido de eliminar tal falha; c) Informou que promoverá as vistorias para as operações objeto da ocorrência de ausência de comprovação financeira citadas nos relatórios de fiscalização, de forma a encaminhar o resultado dessas vistorias a esta Secretaria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>770</b>	<b>Administração Tributária e Aduaneira</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2238</b>	<b>Arrecadação Tributária e Aduaneira</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Deficiências nos controles (inclusive condição de armazenagem) e destinações das mercadorias apreendidas. Pagamentos efetuados a empresas com pendências quanto à regularidade fiscal. Ausência de Normas de Procedimento referentes à tramitação e controle de processos fiscais. Fragmentação de sistemas informatizados (uso de vários sistemas distintos) para a consecução dos objetivos institucionais e Subutilização desses sistemas. Morosidade na constituição de Comissão de Sindicância para apuração de irregularidades. Impossibilidade de aferir a eficiência do sistema de pedido eletrônico de restituição e compensação. Necessidade de melhorias no tratamento dos processos na situação "Cobrança Final – Acima PFN". Dispêndio excessivo de recursos com o pagamento de aluguéis. Pagamento habitual de juros e multas. Valor de aquisição de materiais incompatíveis com os praticados no mercado.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Encaminhamento de expedientes às Coordenações do Órgão Central e às UG, determinando o saneamento das impropriedades/falhas apontadas (Rol de Responsáveis, Registros Contábeis, Conformidade Documental, Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.730/93) e ressaltando a necessidade de seguir as recomendações da SFC; Realização de Treinamentos; Uniformização dos procedimentos para tramitação dos processos de destinação de mercadorias apreendidas (algumas unidades).	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>771</b>	<b>Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2098</b>	<b>Formulação e gerenciamento da política monetária, cambial e de crédito</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	i) Ausência de cálculo e provisionamento dos valores previdenciários; ii) ausência de estudos e trabalhos a serem realizados pela Entidade e de integração com os indicadores do PPA.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>item i) "a) a Diretoria aprovou a contratação de empresa atuária para proceder ao levantamento dos valores previdenciários para, então, dar continuidade à discussão do assunto- o processo de contratação está em andamento; b) estamos iniciando uma discussão prévia com o Ministério da Fazenda em relação à destinação de um eventual resultado positivo no semestre corrente (de 2004)".</p> <p>item ii) Foi apresentada pelo Banco Central proposta de indicadores para dois programas do PPA, sob a responsabilidade do Banco Central (Índice de Preços ao Consumidor-Ampliado-IPCA, para o programa Gestão das políticas monetária, cambial e de crédito e Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional, para o programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional), de acordo com os padrões exigidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, ou seja, descrição do indicador, apresentação do índice atual, definição do índice desejado, indicação da fonte para apuração, unidade de medida, base geográfica para apuração, periodicidade de apuração e fórmula de cálculo dos índices.</p> <p>Considerando que esses programas coincidem com os dois principais macroprocessos do Banco Central (Formulação de gestão das políticas monetária, cambial e de crédito e regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional), os estudos, ora em desenvolvimento, que ensejarão o desenvolvimento de projeto específico voltado para o aprimoramento do atual modelo de gestão, deverá contemplar o desdobramento dos macroprocessos em processos e respectivos indicadores, bem assim dos indicadores dos projetos a eles vinculados, tudo em natural correspondência com o PPA. Isso, entretanto, deverá ser viabilizado em médio prazo, ou seja, ao longo dos próximos anos.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>773</b>	<b>Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1579</b>	<b>Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foi verificada a contratação de servidor público, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/01/007 (PROGER), a qual está em desacordo com o inciso VIII do art. 27 da Lei 10.707/2003 (LDO para o exercício de 2004). Com isso foi recomendada a instauração de processo administrativo com vistas a apurar o fato.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Instaurou o processo administrativo, conforme recomendado. Contudo, a Corregedoria da Área Econômica- COREC/CGU solicitou à STN o reexame do resultado do processo.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>773</b>	<b>Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3599</b>	<b>Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica -SIAFI Século XXI</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	- pagamentos realizados ao SERPRO, sem a comprovação dos quantitativos efetivamente realizados, referente à implantação do sistema, relativos aos exercícios de 2000 a 2003, quando da vigência do contrato.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Contestou a recomendação da equipe relativa à abertura de Procedimento Administrativo para apuração, entretanto o Projeto está sendo submetido a um replanejamento, que prevê a reavaliação dos processos de negócios do atual SIAFI, modificados significativamente nos últimos dois anos, assim como a realização de novos estudos para a redefinição da estrutura do projeto a fim de garantir ao Tesouro sua efetiva implantação.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 25.834.629,83	

Programa	Código	Nome
	<b>775</b>	<b>Recuperação de Créditos da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2244</b>	<b>Apuração, Inscrição e Execução da Dívida</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Não atendimento ou atendimento parcial a recomendações do TCU; Registros indevidos, no sistema Cadastro Informativo da Dívida Ativa – CIDA, de pagamentos, cancelamentos e parcelamentos; Processos de sindicância inconclusos, tendo em vista a ausência de aprofundamento acerca dos fatos ocorridos; Emissões de certidões positivas, com efeito de negativas, para inscrições que se encontravam no CIDA, em situação na qual a norma não permite tal emissão e, ainda, sem a comprovação da existência de documento que sirva de base para tal operação; Inobservância ao Memorando-Circular nº 143/2000 – PGFN/CDA, que trata da obrigatoriedade da realização, por parte das Procuradorias da Fazenda Nacional nos Estados, da análise dos ‘Relatórios de Ocorrência’ emitidos mensalmente e da emissão de relatório à Coordenação-Geral da Dívida Ativa – CDA sobre o resultado dessas análises, cuja finalidade é o controle sobre os registros efetuados, visando à identificação de possíveis impropriedades/irregularidades; Falhas no controle realizado sobre as concessões de senhas, possibilitando que servidores detenham perfis incompatíveis com as suas atribuições; Ausência de pessoal especializado e suficiente na área responsável pelas atividades relacionadas à Dívida Ativa. Existência de insegurança lógica no acesso à “REDE SERPRO” e aos seus sistemas.
Medidas Adotadas pelo Gestor	Elaboração de plano estratégico - contendo medidas de cunho gerencial/procedimental e realização de estudos - no qual foram fixados metas e objetivos a fim de modificar a situação apontada nos Relatórios de Auditoria.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>776</b>	<b>Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional (SFN)</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2832</b>	<b>Supervisão do SFN</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	i) ausência de cálculo e provisionamento dos valores previdenciários; ii) ausência de indicadores resultantes dos estudos e trabalhos a serem realizados pela Entidade e de integração dos indicadores do PPA.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Com relação ao item i) " a) a Diretoria aprovou a contratação de empresa atuária para proceder ao levantamento dos valores previdenciários para, então, dar continuidade à discussão do assunto- o processo de contratação está em andamento; b) estamos iniciando uma discussão prévia com o Ministério da Fazenda em relação à destinação de um eventual resultado positivo no semestre corrente ( de 2004)". Com relação ao item ii), foi apresentada pelo Banco Central proposta de indicadores para dois Programas do PPA sob a responsabilidade do Banco Central (Índice de Preços ao Consumidor-Ampliado-IPCA, para o programa de Gestão das políticas monetária, cambial e de crédito e Nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional, para o programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional), de acordo com os padrões exigidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, ou seja, descrição do indicador, apresentação do índice atual, definição do índice desejado, indicação da fonte para apuração, unidade de medida, base geográfica para apuração, periodicidade de apuração e fórmula de cálculo dos índices.	
	Considerando que esses programas coincidem com os dois principais macroprocessos do Banco Central (Formulação de gestão das políticas monetária, cambial e de crédito e regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional), os estudos, ora em desenvolvimento, que ensejarão o desenvolvimento de projeto específico voltado para o aprimoramento do atual modelo de gestão, deverão contemplar o desdobramento dos macroprocessos em processos e respectivos indicadores, bem assim dos indicadores dos projetos a eles vinculados, tudo em natural correspondência com o PPA. Isso, entretanto, deverá ser viabilizado em médio prazo, ou seja, ao longo dos próximos anos.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>775</b>	<b>Recuperação de Créditos da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2249</b>	<b>Sistemas Informatizados da PGFN</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Acompanhamento e aferição inadequados, por parte da PGFN, da execução dos serviços objeto dos contratos com o SERPRO, dada a ausência de conhecimento técnico por parte da área responsável pela fiscalização dos contratos; Ausência de formalização de Plano de Trabalho, com vistas a subsidiar a elaboração do Projeto Básico, o qual evidencie a caracterização do objeto a ser contratado e definindo diretrizes para sua execução.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Elaboração de Plano Estratégico contemplando a Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores; Instalação de Comitê Executivo de Tecnologia da Informação.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>902</b>	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS: Financiamentos com Retorno</b>
Ação	Código	Nome
	<b>004C</b>	<b>Financiamentos de Programas de Desenvolvimento Regional</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Para cumprimento da Portaria MIN nº 1.150, de 18/11/2003, que trata da abstenção de concessão de financiamento para pessoa física ou pessoa jurídica que submetam trabalhadores a condições análogas ao trabalho escravo, foi solicitado aos bancos agentes de fomento: a) inclusão de procedimento de verificação obrigatória de atendimento à Portaria; b) criação de função de bloqueio de créditos nos sistemas informatizados dos CPF/CNPJ que integrem a relação do TEM.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	BANCO DA AMAZÔNIA S.A. a) inclusão dos CPF/CNPJ constantes da relação de autuados do MTE no Cadastro dos Impedidos de Operar com o Banco; b) consulta obrigatória por todas as unidades na concessão de novos créditos; c) inclusão de cláusula no instrumento de crédito prevendo o vencimento antecipado da operação, caso se verifique a inclusão do mutuário no rol dos que submetem trabalhadores ao trabalho escravo/degradante; d) avaliar o atendimento da recomendação passou a ser ponto de auditoria interna. BANCO DO BRASIL S.A. a) determinação, nas instruções internas, de que o Banco não opera com cliente que apresente restrições legais (trabalho forçado, mão de obra infantil, prostituição, degradação ao meio ambiente etc.); b) criação de anotação cadastral, inclusive para não clientes, suspensão dos limites de crédito vigentes e da contratação de novos e vedação de estabelecimento de limites de operações para os integrantes da relação dos autuados por trabalho escravo pelo MTE; c) inclusão de quesitos para investigação de indícios de exploração de trabalho escravo quando da entrevista/coleta de dados, com manifestação obrigatória do comitê de crédito responsável. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. a) alteração no Sistema de Cadastro de Clientes, com a inserção de restrição cadastral; b) previsão, no PAAAI 2004, de realização de auditoria no Ambiente de Cadastro e Risco de Crédito, quando será avaliada a efetividade das medidas adotadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>1171</b>	<b>Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados - PNAFE</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1149</b>	<b>Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização Fiscal dos Estados</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações: a) inexistência de módulos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras no SAFE e orientação às UCE de como processá-las; b) inexistência rotineira de elaboração e informação dos indicadores, em especial os de execução, por parte das UCE, de forma a permitir mensurar o desempenho operacional dos Projetos; c) inobservância da UCE a respeito da responsabilidade sobre a aplicação dos procedimentos legais de contratação de consultores, em especial de servidores públicos, e de procedimentos licitatórios.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Com relação aos três últimos trabalhos de auditoria, apenas recebemos manifestação da UCP a respeito das recomendações da Revisão Ex-Post - 2º semestre de 2003, restando pendente as demandas referentes à Demonstração Anual - 2003 e Revisão Ex-Post - 1º semestre de 2004. A UCP informa que tem instruído às UCE a respeito da necessidade do cumprimento da legislação relativa à contratação de consultoria (Anexo C do Contrato de Empréstimo, Manual de Execução Nacional, Decreto 3751/2001, hoje revogado pelo Decreto 5151/2004, caso do PNUD, e a Lei 8666/93). Entretanto, muitos Estados têm questionado a aplicabilidade de legislação federal no âmbito de suas esferas de governo. A UCP entende que o Decreto 3751/01, da mesma forma que a Lei 8666/93, é aplicável aos Estados. Entretanto, por se tratar de tema jurídico complexo, estará encaminhando consulta à PGFN a respeito do assunto, com vistas a instruir as UCE. Quanto ao acompanhamento dos Projetos, a UCP realizou missões em 25 Estados e no DF.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>1172</b>	<b>Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1151</b>	<b>Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações: a) procedimentos inadequados de licitação e contratação nos Municípios de Arapiraca-AL e Santa Maria-RS; b) tanto a UCP, quanto as UEM, encontram-se incorrendo em falhas quanto à prática de aquisição de bens ou serviços, sejam quais forem as modalidades de licitação aplicadas.	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	A UCP informa que tem instruído às UEM a respeito da necessidade do cumprimento da legislação relativa à contratação de consultoria (Anexo C do Contrato de Empréstimo) e a Lei 8666/93. Quanto ao acompanhamento dos Projetos, a UCP realizou missões em 23 Municípios.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

### Programas Não Orçamentários

Programação	Código	Nome
	<b>G12</b>	<b>Banco do Brasil S.A</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Pagamento à Empresa “Certisign Certificadora Digital Ltda”, sem a contraprestação de serviços; b) Contratação de Serviços junto ao Escritório Jurídico “Clifford Change, Rogers & Wells Ltda sem cobertura contratual; c) Denúncia de supostas irregularidades que estariam ocorrendo nas Agências do Banco do Brasil S.A. em Monte Roraima e Monte Caburá em Boa Vista – RR.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Quanto ao pagamento à Empresa Certisign, a Direção do Banco informou que o assunto é complexo, refere-se a exercícios anteriores, envolvendo vários intervenientes, não sendo recomendável qualquer manifestação do Banco sem prévia discussão entre as áreas envolvidas, inclusive a Área Jurídica e de Auditoria; No tocante à contratação de serviços sem cobertura contratual, a Direção do Banco solicitou prorrogação de prazo, para apresentar as providências adotadas, com vista a implementar as recomendações desta Secretaria; O Comitê para Solução de Inquéritos Administrativos decidiu, por unanimidade, demitir funcionários das agências Monte Caburá (RR), Agência Setor Público Boa Vista (RR), SUREG Roraima (RR) e SUPER Amazonas (AM) envolvidos em inquérito administrativo.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 2.959.898,06	

Programação	Código	Nome
	<b>G41</b>	<b>Caixa Econômica Federal - Administração</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Irregularidades/impropriedades no contrato CEF X GTECH. b) Não conformidade na contratação direta - emergencial. c) Falhas/impropriedades constatadas na execução de contatos pela CEF. d) Verificada irregularidade na composição do Comitê de Auditoria da CEF.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Encaminhamento de informações sobre o assunto em atendimento às solicitações e recomendações da CGU. b e c) Informou que adotará medidas com vistas a não ocorrência do fato. d) Improriedade pendente de adoção de medidas corretivas, por parte da Entidade, tendo em vista que envolve instâncias superiores.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programação	Código	Nome
	<b>G42</b>	<b>Banco do Nordeste do Brasil S.A.</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Resultados operacionais abaixo do previsto. b) Fragilidades nos controles internos e sistemas utilizados pelo BNB. c) Falhas/impropriedades constatadas na formalização de processos licitatórios. d) Deficiências na concessão, acompanhamento e cobrança das operações de crédito.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A unidade ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programação	Código	Nome
	<b>G43</b>	<b>Banco da Amazônia S.A</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Falta de cumprimento de recomendações da Auditoria Externa, Tribunal de Contas da União. b) Falta de implementação de políticas de disseminação da sistemática de controles internos em todas as esferas do Banco c) Subjetividade na concessão de patrocínios. d) Atraso na implantação dos projetos estruturantes e) Falta de atingimento de metas estabelecidas para o exercício e ausência de indicadores de desempenho relacionados às metas, para utilização na tomada de decisões f) Ausência de programas de racionalização de gastos/eliminação de desperdícios g) Ausência de publicação do aviso de edital de licitação em jornal de grande circulação local. h) Pré e pós-datação na assinatura de contratos e assinatura de aditivos com prazo inicial de vigência do contrato expirado; i) Não observância da paridade entre a contribuição do BASA e a contribuição social dos ativos/divergência entre os valores de repasses informados pelo BASA e os constantes dos demonstrativos pela CAPAF.
Medidas Adotadas pelo Gestor	As medidas adotadas encontram-se em análise pela CGU.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

Programação	Código	Nome
	<b>G46</b>	<b>Fundo PIS-PASEP</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	A Secretaria Federal de Controle Interno – SFC realizou auditorias nos exercícios 2001/2002 e 2002/2003 onde foi apontado que o sistema de prestação de serviços, empregando o método de cobrança de tarifa, revelava-se mais vantajoso para o Fundo do que a taxa de administração até então adotada.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Em atendimento à recomendação da CGU, o Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP editou a Resolução nº 3, de 09/07/2003.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 87.226.179,12, correspondente a 44,88% do exercício, de julho/2003 a junho/2004.	

## Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0411</b>	<b>Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5090</b>	<b>Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<b>Constatações verificadas:</b> a) Juntas Comerciais dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que representam 46,95% das informações relativas às empresas constituídas no País em 2003, ainda não estão integradas ao Cadastro Nacional de Empresas Mercantis – CNE. b) Falta de pessoal no DNRC. c) As decisões que envolvem os recursos orçamentários e tecnológicos, que dão suporte à ação em questão, não têm a participação do DNRC/SDP, apesar de esse órgão ser responsável pela formulação e implementação da política relativa ao registro mercantil.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1020</b>	<b>Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0506</b>	<b>Fomento a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Dos 36 convênios fiscalizados, que totalizam R\$ 32.047.472,33 (trinta e dois milhões, quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e três centavos), foram detectados: impropriedades na formalização do convênio; falhas nos procedimentos licitatórios e/ou na execução dos contratos; atraso nos cronogramas de execução; não comprovação da execução da contrapartida; e não atingimento parcial dos objetivos pretendidos.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	Em decorrência das recomendações expedidas por esta Secretaria Federal de Controle Interno, a Suframa prestou os esclarecimentos acerca dos pontos verificados nas fiscalizações realizadas, tendo por vezes acatado as indicações, informando a adoção de providências com vistas a sanear as impropriedades, junto aos Gestores municipais e, inclusive, Ministério Público, Tribunais de Contas, INSS etc. Há situações em que a Suframa discordou, como, por exemplo, quanto às recomendações para a instauração de Tomada de Contas Especial pelo não atingimento dos objetivos do convênio. Esse assunto será tratado nas próximas contas da Unidade, para julgamento pelo TCU, visto que, diferentemente do entendimento desta Secretaria, manifestado em diversas notas técnicas, a Unidade entende que não cabe Tomada de Contas Especial em situações dessa natureza. Efetivamente, das recomendações de apuração dos prejuízos causados ao Erário, em função das irregularidades detectadas, foi instaurada e certificada pelo Controle Interno Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio nº 114/2001 (431711) celebrado com a Prefeitura Municipal de Santana – AP, pelo valor de R\$ 39.930,85. Quanto às demais situações, os procedimentos para TCE encontram-se em análise no âmbito da Unidade.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.374.679,13

Programa	Código	Nome
	<b>0419</b>	<b>Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>109C</b>	<b>Construção de Barracão Industrial</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações: a) deficiências no tocante à avaliação dos resultados advindos com a execução dos objetos; b) Falta de profissionais com conhecimentos específicos de engenharia no DMPME, constituindo um entrave ao acompanhamento, de forma mais sistemática, da execução dos convênios celebrados; c) Não há indicação de que as regras para a definição dos projetos a serem executados encontrem-se normatizados, por meio de manual ou outro instrumento similar; d) Metas físicas e financeiras de 2003 não cumpridas, assim como as de 2004, visto que, até setembro, ainda havia recursos a serem liberados para a construção de barracão industrial; No tocante aos sorteios de municípios, as principais constatações, decorrentes dos trabalhos foram: a) Impropriedades nos procedimentos licitatórios e/ou execução de contratos; b) Não utilização/subutilização de barracão industrial; c) Impropriedades nas prestações de contas.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não encaminhou as medidas adotadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

### Programações Não Orçamentárias

Programação	Código	Nome
	<b>0013</b>	<b>Avaliação de Gestão 2003 PNUD BRA/00/032 – Projeto Empretec</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Na auditoria realizada no Projeto Empretec cujo órgão executor é o SEBRAE Nacional, foram realizadas 27 constatações relacionadas a diversas áreas, nas quais destacamos aquelas que puderam ser mensuradas. a) Falta de apresentação de fita de vídeo elaborado por consultor, relacionada a 10 anos de Empretec. b) Ausência de apresentação dos produtos dos consultores contratados na modalidade retainer. c) Não observância do intervalo de noventa dias contínuos para emissão de nova solicitação de SAA. d) Pagamento em duplicidade. e) Pagamento de consultores sem respaldo contratual.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Não foi encaminhada a fita cujo assunto vem sendo objeto de solicitação desde o ano de 2001. Os itens “b”, “c”, “d”, e “e” encontram-se pendentes de manifestação.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	a) O valor recebido para a realização da fita foi de R\$ 19.200,00. b) Não apresentação dos produtos dos consultores, valor estimado de devolução R\$ 180.580,00. c) Não observância do intervalo de 90 dias contínuos, valor estimado de devolução R\$ 73.250,00. d) Pagamentos em duplicidade, valor estimado R\$ 759,35. e) Pagamento de consultores sem respaldo contratual, apuração da responsabilidade, serviços já executados, valor estimado de devolução R\$ 15.200,00.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programação	Código	Nome
	<b>0080</b>	<b>Acompanhamento da Gestão do SEBRAE/RO – Janeiro a setembro/2004.</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações: a) Pagamento a maior de indenização - PDI, caracterizando ato de gestão antieconômico. Convênio pactuado com a Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia – FACER no valor de R\$ 457.900,00, sendo que R\$ 204.599,00 referem-se a saldos relativos a “adiantamentos por conta de convênios”, para os quais não houve apresentação de prestação de contas.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Está concluindo o apuratório administrativo. b) Ainda não adotou as providências com vistas à apresentação das prestações de contas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	a) O valor do débito corresponde a R\$ 55.849,52 que poderá retornar aos cofres do SEBRAE. b) Determinação de conclusão da TCE que se encontra em andamento, objetivando o ressarcimento aos cofres do SEBRAE na importância de R\$ 204.599,00.	

Programação	Código	Nome
	<b>0093</b>	<b>Avaliação Da Gestão 2003 – BNDES</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	No âmbito do BNDES foram realizadas 15 constatações relacionadas a diversas áreas, nas quais cabe destacar o pagamento, sem respaldo legal, de participação nos resultados a empregados cedidos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Banco informou que os empregados do Sistema BNDES, cedidos a outros órgãos, têm recebido nos últimos exercícios participação nos resultados, conforme preceituado nos Acordos Coletivos firmados entre as empresas ou as entidades representativas de seus empregados.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	A justificativa não foi acatada, tendo em vista que o Acordo Coletivo de Trabalho prevê este tipo de distribuição de lucro relativamente a meses de efetivo exercício nas empresas do sistema, tendo sido recomendado o ressarcimento dos valores pagos indevidamente no montante de R\$ 900.168,54 referentes aos resultados obtidos em 2002 e pagos em 2003.	

Programação	Código	Nome
	<b>0097</b>	<b>Avaliação da Gestão 2003 do SEBRAE/ES</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações no âmbito do SEBRAE/ES: a) nº de estagiários contratados em desacordo com resolução do CDE - gasto ilegal de R\$ 57.600,00; b) a CGU constatou que o SEBRAE, por ser isento de IR e CSLL, não deveria remunerar a diretoria.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) A Resolução CDE/ES nº 032/2004, de 31/05/2004, revogou o item C da Resolução CDE/ES nº 40/95. Dessa forma, no exercício de 2004, as deliberações relativas à quantidade de estagiários ficaram a cargo exclusivo da Diretoria. b) O Gestor entende que o pagamento da remuneração está previsto no Estatuto do SEBRAE/ES.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	a) Foi realizado, em 2003, um gasto não autorizado com estagiários da ordem de R\$ 4.800,00 mensais, o equivalente a R\$ 57.600,00 anuais, sendo que para 2004 a situação já foi regularizada. b) Os orçamentos dos SEBRAE Regionais, bem como do Nacional, podem sofrer um impacto negativo caso percam a isenção de IR e CSLL, cujos recursos ingressariam no caixa do Tesouro Nacional.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programação	Código	Nome
	<b>0102</b>	<b>Avaliação da Gestão 2003 e Acompanhamento da Gestão Jan/set de 2004 do SEBRAE Nacional</b>
Módulo-Tipo	Código	Nome
	-	-
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Nas ações de controle realizadas no âmbito do SEBRAE Nacional, foram verificadas constatações relacionadas a diversas áreas, nas quais destacamos aquelas que puderam ser mensuradas e que poderão trazer retorno financeiro ou economia aos cofres da Entidade.</p> <p>a) Pagamento de horas extras com habitualidade  b) Ausência de ressarcimento ao SEBRAE em processo de sindicância.  c) Ausência de ressarcimento aos cofres do SEBRAE, referente às cessões de pessoal.  d) Pendências relacionadas a adiantamentos para despesa de viagens  e) Pagamento de remuneração à Diretoria acima do limite legal.  f) Ausência de recuperação dos créditos inadimplentes do Fundo de Garantia de Crédito, relativamente aos valores garantidos no Programa AMPE/FINEP.  g) Desvio de recursos apurados em processo de sindicância relativo a irregularidades, nos depósitos judiciais de processos trabalhistas, efetuados pelo chefe da Assessoria Jurídica do SEBRAE Nacional.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>a) O Gestor informou que a Instrução Normativa instituindo o banco de horas está em fase de aprovação, bem como a ativação do ponto eletrônico.  b) O Gestor informou que está adotando providências com vistas ao recolhimento.  c) O Gestor está tomando providências com vistas ao ressarcimento.  d) O Gestor está implementando medidas com vistas ao saneamento da pendência.  e) O Gestor entrou com pedido de reconsideração junto ao TCU  f) O Gestor informou que a FINEP propôs a assinatura de um novo aditivo, em que a obrigação de cobrança ficaria a cargo da financiadora, uma vez que foi verificada por aquela entidade a impossibilidade jurídica de passar a titularidade das operações ao SEBRAE.  g) O Gestor adotou as providências necessárias à recuperação do valor desviado como por exemplo demitir o funcionário por justa causa, inclusive com a instauração de Tomada de Contas Especial que se encontra na SFC para análise e posterior encaminhamento ao TCU.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	<p>a) A redução nas horas extras trará economia aos cofres do SEBRAE, tendo em vista que os gastos com horas extras em 2003 totalizaram R\$ 350.005,86 e de jan a set/2004 foi de R\$ 303.138,24.  b) O valor a ser ressarcido ao SEBRAE é de R\$ 3.297,00.  c) O total dos valores pendentes de ressarcimento ao SEBRAE é de R\$ 1.019,40 e R\$ 5.468,70.  d) Em 30/09/2003, a conta apresentava um saldo de R\$ 129.000,00 referente a registros de adiantamentos pendentes de prestações de conta.  e) Caso haja uma negativa do TCU sobre o pedido de reconsideração, o retorno aos cofres do SEBRAE será de R\$ 39.617,72 referente ao exercício de 2003.  f) O montante dos créditos inadimplentes aproxima-se de R\$ 9.100.000,00.  g) Os recursos desviados totalizaram em 30/06/2004 a importância de R\$ 1.580.713,23 que poderão retornar aos cofres do SEBRAE.</p>	

### Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>794</b>	<b>Gestão do Patrimônio Imobiliário da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>6288</b>	<b>Redução da Inadimplência de Receitas Patrimoniais</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p><b>SPU: 1</b> - Falta de plano de ação específico para evitar a prescrição e decadência de créditos relativos ao exercício de 1999; <b>2</b> - <b>Observância parcial pelas Gerências Regionais da SPU quanto à inscrição de inadimplentes na Dívida Ativa da União - DAU e no Cadastro de Inadimplentes - CADIN; 3</b> - <b>Fragilidades no controle do cálculo e nos mecanismos de cobrança de laudêmios;</b>  <b>GRPU-DF: 1</b> – Não apresentação de justificativas para a prescrição de créditos; <b>2</b> – Mecanismos de controle frágeis quanto à inadimplência relacionada aos débitos de imóveis dominiais e de imóveis funcionais;  <b>GRPU/MA:</b> Ausência de documentos que suportem o cancelamento de débito inscrito em DAU;  <b>GRPU-SC:</b> Ausência de controles internos administrativos sobre a caducidade de aforamento; Lançamentos incorretos no Sistema de Administração do Patrimônio - SIAPA relativos a transferências de imóveis; Ausência de registro no SIAPA de situação "sob judge"; Perda de direito à cobrança de débitos; Arquivamento irregular de processos de cancelamentos de parcelamentos no SIAPA; Transferências de ocupação sem a prova de pagamento de laudêmio; Ação irregular de Cartório de Registros de Imóveis na transferência de imóveis sem declaração prévia da SPU; Não envio de processos para DAU, com prescrição de débitos.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	<p><b>SPU: 1</b> - A Unidade informou que todos os débitos de 1999, passíveis de prescrição, foram encaminhados para serem inscritos em Dívida Ativa da União, em 26/05/2004; <b>2</b> - A Coordenação-Geral de Arrecadação de Receitas Patrimoniais - GEARP/SPU informou que tem orientado às Gerências Regionais sobre os procedimentos a serem seguidos no encaminhamento dos créditos à DAU, bem como sobre o desenvolvimento de módulo de encaminhamento automático à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN. Quanto à inscrição no CADIN, há informação de que foi encaminhado pela SPU, o Memorando-Circular nº 40, de 18 de março de 2004, reiterando o contido na ON-GEARP-002, de 08/03/01, que trata de inscrição de devedores no CADIN; <b>3</b> - A SPU informou que já iniciou projeto básico que possibilitará a definição da sistemática de depuração dos cadastros dos imóveis da União; <b>4</b> - Com relação à PGV, foi informado que as Regionais estão sendo orientadas da necessidade de se atualizar os valores, seja com recursos próprios ou mediante a contratação, quando possível, da Caixa Econômica Federal. Em obediência à recomendação algumas regionais efetuaram a atualização; o Gestor também informou que está disponibilizando planilha eletrônica de cálculo de laudêmio (FCL) às gerências regionais, bem como emitirá a Instrução Normativa SPU 01 de 25/05/2004 sobre o tema; quanto a treinamento, depende da SPOA/MP;</p> <p><b>GRPU/DF:</b> A respeito das prescrições alegadas pela equipe de auditoria, a Unidade esclareceu que se tratam de débitos incidentes sobre pessoas consideradas, pela GRPU/DF, como carentes portanto, passíveis de serem isentas do pagamento, em conformidade com a legislação vigente. Quanto aos débitos que poderiam prescrever em 2004, a GRPU/DF enviou esforços no sentido de notificar os devedores, inscrevê-los no CADIN e na DAU, bem como inibir, da base de dados do SIAPA, os cadastramentos feitos indevidamente e, ainda, aqueles que se encontram "sob júdice". Em face de tanto, a GRPU/DF informa que nenhum dos débitos prescreverá em 2004, o que será verificado na Auditoria de Avaliação de Gestão, referente a 2004, sobre a SPU e de suas regionais; <b>2</b> - A GRPU/DF informou que tem notificado os ocupantes inadimplentes de imóveis funcionais, inscrevendo-os na Dívida Ativa da União – DAU e no Cadastro de Inadimplentes – CADIN, bem como adotado os procedimentos necessários à revogação da permissão de uso e à conseqüente Ação de Reintegração de Posse.</p> <p><b>GRPU-MA:</b> O Gestor informou a existência de nove liminares, suspendendo a cobrança de débitos patrimoniais administrados pela GRPU-MA. Apesar de instado a apresentar todos os processos, com as liminares correspondentes, o Gestor deixou de apresentar três desses processos.</p> <p><b>GRPU/SC:</b> Foram declarados caducos 40 aforamentos, já corrigidos; A Unidade está trabalhando para tentar corrigir e minimizar as inconsistências acima apresentadas; A unidade informa que não são promovidas transferências, sem o recolhimento do laudêmio, sendo que o problema ocorreu em função do volume de inconsistências nos processos a serem encaminhados para DAU e do não retorno das AR.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

Programa	Código	Nome
	<b>801</b>	<b>Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4066</b>	<b>Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1 - Constatação da falta de segregação de funções entre as atividades de auditoria interna e de contabilidade; 2 - Constatação da não atualização dos valores das taxas de ocupação referentes aos imóveis residenciais funcionais; 3 - Constatação do pagamento de remuneração integral a servidor aposentado com proventos proporcionais, no mês da concessão, e pagamento em percentual maior que o devido; 4 - Constatação do pagamento cumulativo de opção de função com vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI (quintos) em desacordo com a Decisão TCU 32/1997 – Primeira Câmara; 5 - Constatação do pagamento de Adicional por Tempo de Serviço – ATS, em percentual indevido; 6 - Constatação do pagamento de auxílio-moradia sem a ocorrência de deslocamento do servidor para Brasília em virtude da nomeação para o cargo; 7 – Constatação de ausência de documentação referente a requisitos do docente contratado; 8 – Constatação da inexistência de documentação comprobatória, de ampla divulgação pela ENAP, para a contratação de docentes, bem como a indicação da natureza singular dos serviços técnicos profissionais especializados prestados por eles.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1 - A Entidade, apesar de informar que instituiu Comissão de Auditoria Interna e que ela estava vinculada à sua presidência, não apresentou documento que comprovasse, bem como não comprovou que estava ocorrendo efetivamente, na ENAP, a segregação de funções de auditor interno e de contador; 2 - A Entidade informou que não havia atualizado o valor da Taxa de Ocupação até então, pois dependia de avaliação da Caixa Econômica Federal (não obrigatória pela legislação atinente), o que foi solicitado após recomendação da equipe de auditoria.</p>
	<p>Tivemos informação posterior da referida avaliação e de que o reajuste correspondente da Taxa de Ocupação iria ser efetuado; 3 - A Entidade informou que providenciou as correções recomendadas, contudo, não foram apresentados os documentos que comprovassem as medidas implementadas. Além disso, segundo consulta realizada no sistema SISACNet, o ato relativo à concessão de aposentadoria ao servidor João Carlos Lócio de Almeida Neto encontrava-se “em edição”, portanto, não disponibilizado para emissão do parecer pelo Controle Interno. Assim, o assunto será verificado quando da Auditoria de Avaliação da Gestão de 2004; 4 – Segundo informações apresentadas pela Entidade, o ato foi julgado legal pelo TCU, porém não houve a correspondente inclusão, na ficha SISAC, da vantagem denominada “Opção de Função FG – Aposentado”. Considerando a divergência entre a Portaria de aposentaria e a ficha SISAC, o processo foi encaminhado ao TCU, por intermédio da DPPES/SFC, para manifestação quanto à manutenção ou não da vantagem;</p>
	<p>5 – A unidade providenciou as correções recomendadas; 6 - Tendo em vista que a CGU já tinha se manifestado contrariamente ao benefício e considerando que o órgão consultivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP se posicionou favorável ao benefício e ainda que o assunto se mostra controvertido, esse assunto deverá ser dirimido quando do julgamento das contas pela Egrégia Corte de Contas; 7 - A ENAP informou que, ao proceder a uma contratação, solicita o currículo do docente e cópia da documentação de comprovação da habilitação desse profissional. Entretanto, essas informações são arquivadas e mantidas sob o cuidado dos coordenadores de curso, o que resulta registro descentralizado, segundo procedimentos não padronizados, bem como as documentações e informações requeridas pelos órgãos de controle devem ser prestadas tempestivamente e estar disponíveis na entidade para verificação e apreciação a qualquer tempo. Sendo assim, o saneamento dessa questão será verificado quando da Auditoria de Avaliação da Gestão.</p>
	<p>8 - A Entidade entende que sempre cumpriu a legislação quando da contratação de serviços por inexigibilidade de licitação, sob alegação de singularidade dos serviços e notória especialização. No entanto, não disponibilizou estudos com vistas à definição da singularidade dos serviços prestados, no que tange aos cursos e aos eventos constantes da Resolução ENAP nº 413/2003, bem como não vem observando na íntegra o contido nas Decisões da Egrégia Corte do TCU de nºs 535/1996 e 439/1998 sobre o tema.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

Programa	Código	Nome
		<b>0796</b>
Ação	Código	Nome
		<b>2236</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p><b>1 - Contratação irregular de pessoal temporário; 2 - Servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia atuando em outras áreas; 3 - Contratação de consultoria sem o necessário respaldo legal; 4 - Falhas no planejamento da execução orçamentária, acarretando o pagamento de multas e juros com despesas compulsórias.</b></p> <p><b>5 - Pagamento da remuneração total do cargo em comissão DAS 101.5 em desacordo com a Lei n.º 9030, de 13/04/95, e com o Ofício Circular n.º 19, de 04/05/95; 6 - Ausência de ressarcimento ao IBGE por parte de órgãos cessionários, cedidos em exercícios anteriores a 2004. Os servidores (14) já retornaram às suas atividades na Fundação e os valores de ressarcimentos pendentes constituem dívidas de exercícios anteriores a 2004, até 30/09/2004. <b>O somatório das dívidas com cessão, em nível nacional, totaliza a importância de R\$ 726.890,94, conforme informação da Coordenação de Recursos Humanos do IBGE; 7 - Pagamento do benefício Pré-Escolar (a servidores com dependentes com idade mental abaixo do normal) com laudo médico desatualizado, datado de 1996, para 235 servidores, no total de R\$ 24.831,00.</b></b></p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	<p><b>1</b> - Há informação de que o referido processo seletivo foi encaminhado à Coordenação de Recursos Humanos desta Fundação, no Rio de Janeiro, com vistas a submetê-lo a nova análise e orientação da Procuradoria Federal no IBGE/RJ; <b>2</b> - O assunto encontra-se sob a apreciação da Procuradoria Federal; <b>3</b> - A Unidade não apresentou justificativas formais; <b>4</b> - O saldo financeiro estava insuficiente para a quitação da despesa, uma vez que existiam obrigações com vencimentos anteriores aos mencionados documentos. Posteriormente, quando do ingresso de recursos, foi priorizado o repasse financeiro às Unidades Estaduais que desenvolviam treinamentos estruturais e econômicos das Pesquisas Anuais de Comércio, Serviço e Indústria e coletando informações e levantamentos das pesquisas contínuas. Finalmente, quando do repasse de um milhão de reais, o IBGE procedeu a emissão do pagamento, saldando os compromissos pendentes.</p> <p><b>5</b> - O IBGE informou que instaurou processo de sindicância para apurar o caso, PP/03601.000359/2004, cujo desfecho deverá apontar os procedimentos a serem adotados em relação às eventuais irregularidades; <b>6</b> - O IBGE informou que, sobre o assunto, há sete processos na Procuradoria Federal para propositura de cobrança judicial, (um) 1 processo encontra-se na Procuradoria Federal para parecer para baixa contábil, 1 (um) cessionário apresentou proposta para pagamento do débito, 4(quatro) processos encontram-se tramitando no Poder Judiciário e 1 (um) processo encontra-se na Procuradoria Federal aguardando parecer. O IBGE informou que manterá a CGU informada sobre o resultado das providências adotadas; <b>7</b> - Não foram apresentadas justificativas, apesar de solicitadas formalmente, ao tempo em que foi solicitado a revisão em todos os processos de concessão de auxílio pré-escolar.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 751.721,94

Programa	Código	Nome
		<b>750</b>
Ação	Código	Nome
		<b>2000</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1 - Constatação de falta de segregação de funções e de impropriedades no cadastramento de operadores do SIAFI; 2 - Constatação da falta de compatibilidade entre objetos de despesas executados e os programas/ações utilizados nos empenhos correspondentes; 3 - Inconsistências nos registros sobre contratos do MP no SIASG; 4 - Impropriedades e irregularidades na contratação da empresa MÚLTIPLA (descumprimento de cláusulas contratuais e da Lei nº 8.666/1993); 5 - Fragilidades na aferição dos serviços prestados pelos empregados da MÚLTIPLA; 6 - Constatação do não ressarcimento de despesas relativas à remuneração de servidores cedidos; 7 - Constatação do pagamento indevido de vantagens a servidores da Unidade; 8 - Constatação do pagamento de adicional de insalubridade a servidor cedido, sem laudo pericial; 9 - Constatação do pagamento de ajuda de custo sem a comprovação de efetivo deslocamento dos dependentes do servidor; 10 - Constatação do pagamento de auxílio-moradia sem a comprovação do efetivo direito do beneficiário; 11 - Constatação de concessão de benefício de pensão em desacordo com o art. 11 da EC 20/98; 12 - Constatação de participação de servidor em gerência ou administração de empresa privada.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p><b>1</b> - Não houve posicionamento da SPOA/MP a respeito do assunto até o momento, o que será verificado na próxima auditoria; <b>2</b> - A SPOA/MP ao entender que não está cometendo erro . decisão sobre o caso foi levada ao TCU; <b>3</b> - A SPOA/MP não apresentou, até o momento, quais medidas irá adotar sobre o tema; <b>4</b> - A SPOA/MP não apresentou, até o momento, que medidas irá adotar para o saneamento das referidas impropriedades e irregularidades; <b>5</b> - A SPOA/MP informou que irá corrigir as aferições feitas erroneamente. Além da verificação futura dessas correções serem necessárias, a Unidade ainda deve demonstrar que melhorou a aferição dos serviços prestados pela referida empresa; <b>6</b> - O Gestor alegou que a correção das falhas dependia do pronunciamento de órgãos superiores sobre o assunto; <b>7</b> - O Gestor informou que foram corrigidas as impropriedades apontadas, restando pendente somente o pagamento do passivo devido; <b>8</b> - Segundo a informação apresentada pelo Gestor, a situação foi regularizada com a exclusão do adicional. Contudo, a Unidade não informou quanto ao ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente, uma vez que a vantagem vinha sendo paga sem amparo legal desde o início da cessão da servidora; <b>9</b> - A COGEP/SPOA apresentou justificativas sobre o tema, porém não encaminhou, para a Equipe de Auditoria, os documentos que as comprovem; <b>10</b> - A SPOA/MP divergiu do posicionamento da CGU, alegando que a beneficiária do auxílio-moradia tinha direito a recebê-lo, sendo que, deixamos a decisão sobre a questão para o TCU; <b>11</b> - A COGEP/SPOA informou que não concorda que a responsabilidade para correção da referida falha seja dela, "pois a servidora pertence a outra Unidade Pagadora - UPAG". Entretanto, as medidas adotadas pela Unidade, segundo as informações apresentadas, serão verificadas na próxima auditoria; <b>12</b> - A COGEP/SPOA concordou com a constatação da CGU e encaminhou à Secretaria da Receita Federal o Ofício nº 181/2004/COGEP/SPOA, de 2 de março de 2004, solicitando informações sobre as empresas administradas pelo servidor conforme constatação em questão, objetivando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Em 12 de maio de 2004 foi encaminhado o Ofício nº 583/2004/COGEP/SPOA, renovando o pedido de informações. Até o momento não nos foi encaminhado o posicionamento daquela Secretaria, o que será verificado na próxima auditoria.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>0797</b>	<b>Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2272</b>	<b>Gestão e Administração do Programa</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1 – Descumprimento do art.14 do Decreto 3.591 quanto à criação da Unidade de Auditoria Interna; 2 – Contratação de consultores com recursos do BID, em desacordo com o previsto no Decreto n.º 94.664/87 (Consultoria não esporádica prestada por um professor universitário com dedicação exclusiva); 3 - Impropriedades/irregularidades nas despesas condominiais do imóvel que o IPEA ocupa; 4 – Pagamento de despesas não elegíveis; 5 - Impropriedades nas fundamentações e justificativas para as cessões de servidores, além de falta de controle de frequência dos servidores cedidos; 6 - Pagamento de vantagem pessoal nominalmente identificada – VPNI – art. 7º da lei nº 10.769/2003, em desacordo com o previsto no dispositivo legal; 7 - Concessão de Opção “DAS” a servidor que não havia implementado os requisitos para aposentadoria em 19/01/95, não observando as orientações contidas no Acórdão 1.620/2003 – Plenário/TCU; 8 – Contrato por inexigibilidade com cláusula que permite a aquisição de outros produtos da Contratada, não necessariamente em condições de inexigibilidade; 9 - Ausência de nomeação de fiscais para acompanhar contratos; 10 - Falta de atualização dos dados dos programas do IPEA no SIGPLAN; 11 – Impropriedades/irregularidades na execução do Acordo de Cooperação Técnica nº BRA/97/013; 12 – Não ressarcimento de despesas relativas à remuneração de servidores cedidos (total, à época da auditoria, de R\$ 684.592,55); 13 - Ressarcimento de Assistência à Saúde em desacordo com o disposto no Decreto n.º 4.978/2004.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>A seguir relacionamos as medidas adotadas referentes aos resultados acima:          1- Solicitação ao MP de adequação estatutária do IPEA, incluindo a Unidade de Auditoria Interna; 2 - A Entidade entende que não está cometendo erro algum. Em face disso a equipe de auditoria recomendou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, cujo atendimento será verificado posteriormente; 3 e 4 - Como o proprietário do prédio é o BNDES, o IPEA informou que iria discutir com ele sobre as soluções das impropriedades apontadas que tem relação com os dois órgãos; Quanto ao saneamento das questões referentes somente ao IPEA, o Gestor respectivo informou que havia executado, o que deve ser comprovado na próxima Auditoria; 5 - O IPEA apresentou justificativas para as cessões, bem como informou da dificuldade de retorno dos servidores cedidos irregularmente, porém não comprovou a compulsoriedade de todas as cessões, mantendo as mesmas fragilidades quanto ao controle das cessões, em especial quanto à frequência dos cedidos e ao reembolso feito pelo cessionário; 6 – Houve a exclusão da referida vantagem no SIAPE. No entanto, ainda não haviam sido apresentadas as regularizações referentes aos meses de agosto a novembro de 2004; 7 - Houve as exclusões das concessões indevidas de Opção “DAS”, porém não foram verificadas as correspondentes reposições ao erário. Tal pendência havia sido submetida à SRH/MP, cuja manifestação a respeito ainda é desconhecida; 8 - O IPEA apresentou justificativas sobre o caso, não acatadas pela equipe de auditoria da SFC/CGU, bem como solicitou parecer a respeito da Procuradoria Federal do IPEA; 9 – O IPEA procedeu à nomeação dos fiscais para os contratos e informou que estará atento para não repetição da referida falha; 10 - O IPEA não discordou da constatação e informou que procedeu à nomeação de responsáveis pela alimentação do SIGPLAN; 11 - O IPEA não discordou das constatações, alegou que ocorreram erros formais, e informou que iria corrigi-los, o que será verificado pela SFC/CGU na próxima auditoria; 12 - O IPEA não se pronunciou a respeito; 13 - A questão ainda não foi saneada pelo gestor.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 695.595,53	

Programa	Código	Nome
	<b>1088</b>	<b>Gestão Pública para um Brasil de Todos</b>
Ação	Código	Nome
	<b>6280</b>	<b>Monitoramento e Avaliação da Política de Gestão Pública</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>I - Falta de economicidade na administração do sistema de informação (Sistema de Gerenciamento de Projetos - SGP): necessidade de redefinição do fluxo de ações realizadas nas etapas de “Planejamento” e “Acompanhamento” no SGP, de acompanhamento dos recursos comprometidos para o pagamento de passagens/diárias canceladas ao seu correspondente estorno a fonte inicial, de detalhamento maior dos relatórios de viagens; acesso direto ao Sistema pelos Consultores, bem como do Sistema (SGP) permitir anexar documentos em áreas externas ao MP; bem como de concurso para técnicos de informática, tendo em vista os altos custos com a terceirização de serviços de manutenção e a contínua necessidade de desenvolvimento do sistema; II – Interrupção no monitoramento interno (do grau de alinhamento das estratégias, planos e resultados da organização em relação aos macro-objetivos e planos de governo); III – Impropriedades no pagamento de diárias: problemas no cadastro do SGP; situações assinaladas que caracterizam duplicidade, inconsistência ou valores pagos a maior; IV - Impropriedades na contratação da Instituição Movimento Brasil Competitivo - MBC, no âmbito do Projeto BRA 97/034 - Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, decorrente de dispensa de licitação: mesmo tratamento para os três objetos (distintos) do contrato; não verificação de consulta a órgãos de atribuições similares (Ministério dos Transportes) ou que possuam trabalhos conceituais e metodológicos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), bem como aos próprios responsáveis pelo programa; não comprovação do enquadramento no critério de notória especialização.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	I - A SEGES informou que estão sendo concluídos 2 (dois) contratos e depois o SGP ficará aguardando o produto de um especialista, o qual terá como objetivo de avaliar e propor melhorias em todas as funcionalidades e procedimentos do SGP, para fazer uma nova contratação, seja pela CGMI ou por uma empresa especializada; II - A Unidade tem proposição de que se realize a "auto-avaliação", porém a decisão de realizá-la permanece na competência da administração superior da Secretaria (a qual foi substituída); III - O SGP está sendo aprimorado com vistas a torná-lo melhor, todos os módulos do sistema estão passando por uma revisão para verificação e ajustes de possíveis falhas. Quanto à devolução dos pagamentos indevidos, referentes ao cálculo de diárias identificado, a Unidade encaminhou cópia dos comprovantes de devolução dos valores de diárias; IV-A SEGES acatou a decisão do Secretário Executivo do MP quanto ao encerramento do contrato firmado entre o MBC e PNUD, tendo em vista que as modificações propostas pelo MBC, no contrato, não estavam de acordo com os objetos inicialmente contratados.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Recursos que devolvidos de R\$ 653,18 e os que poderão ser recuperados em decorrência da devolução de pagamentos indevidos referentes a diárias, correspondendo a R\$ 9.890,68.

Programa	Código	Nome
	<b>794</b>	<b>Gestão do Patrimônio Imobiliário da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4063</b>	<b>Administração do Patrimônio Imobiliário da União</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p><b>SPU:</b> 1 - Atraso na confecção das minutas de orientações normativas; 2 - Não definição de competência para gestão dos imóveis funcionais; 3 - Não integração da totalidade dos sistemas informatizados da SPU; 4 - Falta de controle sobre os contratos, a prazo, celebrados pela CEF, período de 1999 a 2003; 5 - Ausência de indicadores de gestão no planejamento, impossibilidade de comparação entre previsão e execução das ações finalísticas, ausência de metas quantificáveis e de indicadores de desempenho; <b>GRPU/BA:</b> 1 - Não localização de processos de inscrição de utilização de imóveis dominiais; <b>GRPU/CE:</b> 1 - Diferença de saldo existente entre o inventário de bens móveis e o balancete no SIAFI; 2 - Inexistência de política para manutenção preventiva ou corretiva dos bens imobiliários; 3 - Inconsistência dos controles relativos à prestação de contas de benefícios/indenizações (realização de serviços externos); <b>GRPU/DF:</b> 1 - Desaparecimento dos processos relativos aos cadastramentos das Fazendas Sálvia e Contagem de São João. 2 - Precariedade na estrutura de proteção aos imóveis; <b>GRPU/ES:</b> 1- Ausência de inventário físico, de Termos de Responsabilidade e de identificação (com placas) de bens móveis localizados na referida gerência; <b>GRPU/PE:</b> 1 - Transações financeiras realizadas por pessoas não pertencentes ao quadro de servidores; Insuficiência de operadores e fragilidades do SIAPA; <b>GRPU/RJ:</b> 1 - Controle inadequado dos imóveis ocupados irregularmente no Estado; <b>GRPU/SC:</b> 1 - Ausência de controles sobre caducidade de aforamento; 2 - Ação irregular de Cartório de Registros de Imóveis.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p><b>SPU:</b> 1 - Já foram editadas as Orientações Normativas sobre aforamento oneroso e gratuito; 2 - No que se refere à definição de competência para gestão dos imóveis funcionais, encontra-se em análise; 3 - Há tratativas com o SERPRO para o projeto de integração dos sistemas tecnológicos da SPU; 4 - Foi demandada à CEF a emissão de relatórios gerenciais trimestrais; 5 - Estão sendo conduzidos trabalhos de consultoria nesse sentido (FIA-USP); <b>GRPU/BA:</b> 1 - Aguarda-se servidores a serem disponibilizados pela SPU para comporem Comissão de Sindicância destinada a apurar os referidos desaparecimentos; <b>GRPU/CE:</b> 1 - Há bens na Unidade que não foram incorporados ao seu patrimônio. O saneamento da questão depende da SPOA/MP; 2 - A Unidade informou que não foi feito Plano de Metas para solução dos problemas relacionados aos imóveis jurisdicionados a ela devido à sobrecarga de trabalho. De outra forma há informação de que estavam sendo providenciadas vistorias, para coleta de dados fotográficos, nos próprios nacionais; 3 - A Unidade apenas informou que todas as PCD (pedidos de diárias) estavam sendo preenchidas e encaminhadas à SPU para pagamento.</p> <p><b>GRPU/DF:</b> 1 - A Unidade informou que foi instaurada Comissão para apuração do assunto; 2 - Principais ações visando coibir a ocupação irregular: 348 vistorias executadas pela Equipe de Fiscalização e 80 embargos; <b>GRPU/ES:</b> O saneamento da questão depende da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Administração - SPOA/MP e da conclusão de processos abertos para investigar as referidas irregularidades; <b>GRPU/PE:</b> A senha já foi cancelada, bem como solicitadas providências à SPU; <b>GRPU/RJ:</b> 1 - Foi contratada a empresa VAT com o objetivo de sanear o problema; <b>GRPU/SC:</b> 1 - Foram exarados despachos declarando a caducidade de aproximadamente 40 aforamentos, com outros em vias de ter sua caducidade declarada; 2 - Encaminhado Ofício a todos os Tabelionatos.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>802</b>	<b>Gestão do Plano Plurianual</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4505</b>	<b>Monitoramento e Revisão do Plano Plurianual</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1 - Não observância à Cláusula Sexta do Termo de Convênio – Ausência de Arquivamento das Recomendações/Diligências do Organismo de Cooperação (PNUD) – ausência de controle que dificulta a mensuração da eficácia da implementação do Projeto; 2 – Ausência de publicação de portaria conjunta contendo redefinição de responsabilidades entre a STN e a SPI; 3 – Ausência de Tombamento dos Bens Permanentes Adquiridos; 4 - Falhas no Processo Seletivo de Consultores "Produto/Retainer" e "Equipe Base"; 5 – Admissão de Consultor em Caráter de Excepcionalidade; 6 – Constatou-se que, quando dos deslocamentos em território nacional, os servidores públicos envolvidos no projeto percebem diárias calculadas com base na “Tabela das Nações Unidas”, a despeito da existência de tabela própria para servidores, cujos valores são inferiores (em grande parte das situações) àqueles praticados pelo PNUD, na forma do Decreto Nº 343/1991; 7 – Ausência de divulgação adequada na contratação de serviços execução dos serviços “Customized English Program” (SAA Nº 794296) e “Matemática Financeira e Avaliação de Projetos Aplicados a Dívida Pública”, bem como subjetividade na seleção de empresas.
Medidas Adotadas pelo Gestor	1 - O Gestor assinalou que troca mensagens eletrônicas e correspondências, bem como participa de reuniões, contudo informou sobre a impossibilidade de enumerar as recomendações/diligências efetuadas pelo Organismo de Cooperação, durante o exercício de 2003, atribuindo tal ausência de arquivamento à natureza complexa e dinâmica do processo; 2 - Não foi adotada medida alguma sobre o caso; 3 - No que diz respeito a patrimônio, inventário de bens, a UAP, responsável pelo inventário até 31.07.2003, está tentando regularizar a situação dos bens adquiridos até aquela data, disponibilizando no portal NEX as informações pertinentes. Após 31.07.2003, quando a UAP deixou de desempenhar a funções ligadas ao patrimônio e inventário dos projetos, a coordenação do PROGER foi informada pela Oficial de Programa do PNUD que este não continuaria a encaminhar, nos moldes da UAP, as plaquetas de patrimônio e os termos de responsabilidade. Por esse motivo, o Projeto não possui as plaquetas dos bens adquiridos a partir de agosto/2003, bem como seus Termos de Responsabilidade. "A Unidade apresentou, também, o Inventário Anual – UCP/MF –2003, "Planilha Inventário Patrimônio PROGER 2003, 9.12.2003", constando, apenas, o n.º do registro do equipamento "P-217.573", referente ao aparelho Soundstation EX para áudio conferência marca Polycom; 4 - Quanto a não manifestação do Setor de Recursos Humanos anterior à contratação dos consultores "Produto/Retainer", a Unidade alegou que os profissionais contratados foram selecionados a partir de uma lista curta com outros consultores que possuíam perfil semelhante. A área demandante foi a área especialista no assunto, embora nenhum de seus integrantes possuíssem nível de conhecimento e experiência exigidos; quanto à contratação de consultores sem a prévia manifestação da SRH a respeito, embora não tenha havido manifestação formal por parte das áreas de RH dos respectivos Ministérios, a carência de servidores habilitados ao desempenho das tarefas previstas no PRODOC pode ser confirmada pela existência de equipes similares contratadas por acordos de cooperação técnica firmados com o PNUD em cada um dos Ministério e que já estavam em vigor quando da mencionada negociação; 5 - A Unidade apresentou carta em que justifica a excepcionalidade na contratação acima, porém não esclarecedora para a equipe de auditoria; 6 - A Unidade informou que adotou o Manual de Execução Nacional, porém o referido documento permite ao Gestor agir pautado nos princípios de economicidade e razoabilidade, facultando à Administração a adoção de tabelas de diárias de valores inferiores ao praticado pelo PNUD, conforme depreende-se do item 32, “Das Diárias para Viagens Nacionais”; 7 - A Unidade informou que a contratação direta encontra respaldo pelas regras do Banco Mundial e do PNUD. No entanto, a equipe de auditoria não encontrou relação entre as regras citadas pela Unidade e o caso concreto.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

Programa	Código	Nome
	<b>1054</b>	<b>Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4076</b>	<b>Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1. Não realização de auditorias de sistemas, como dispõe o inciso XII, artigo 32 do Decreto nº 5.134/2004. 2. Abrangência limitada do SIAPE não permitindo à SRH/MP deter, por meios próprios, informações relevantes, deixando de exercer seu papel estratégico por depender de outro agente detentor de informação. 3. Diferença de 7,1 bilhões de reais no valor da Despesa de Pessoal Civil do Poder Executivo Federal quando apurada pelo SIAPE, em relação ao valor obtido do SIAFI. 4. Estrutura da unidade da SRH/MP responsável pelos sistemas, em especial o SIAPE, não favorece o desenvolvimento e implantação de novas soluções informatizadas, como a integração desse sistema com outros da Administração Pública Federal. 5. Execução financeira de 9,2 milhões de reais (51,1 % da meta financeira) para projeto de desenvolvimento de novo sistema de administração de pessoal, com execução física de 0% da meta estabelecida, no exercício de 2002.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	9,2 milhões de reais.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>1054</b>	<b>Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4830</b>	<b>Gerências Regionais de Administração de Pessoal - GERAP</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1. Pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade sem aparo de laudo pericial a 74 servidores totalizando R\$ 50.961,92 pagos anualmente.</p> <p>2. Não adoção de medidas com vistas à reversão dos créditos indevidamente efetuados nas contas correntes de 22 ex-servidores/pensionistas falecidos, cujo montante importou em R\$ 450.130,05, conforme recomendação do Relatório de Avaliação da Gestão/2002.</p> <p>3. As atividades desenvolvidas pela GERAP/RJ limitam-se ao trabalho de protocolo e encaminhamento à GERAP/DF dos requerimentos/solicitações apresentados por servidores lotados em órgãos sediados no Estado do Rio de Janeiro, não realizando efetivamente suas atribuições.</p> <p>5. Pagamento cumulativo da gratificação GDATA com a GDAR a 766 servidores administrados pela GERAP/DF resultando um valor de R\$ 1.268.417,21.</p> <p>6. Pagamento de auxílio transporte, sem requerimento, a 10 (dez) servidores, totalizando R\$ 6.823,32 mensais pagos irregularmente.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1. Exclusão de 24 servidores e 05 pensionistas da folha de pagamento da GERAP decorrentes dos batimentos do SLAPE com o SCO, sendo que 09 ex-servidores tiveram a exclusão pelo batimento anulada em virtude de mudança de situação funcional para instituidor de pensão.</p> <p>2. As demais providências estão sendo reiteradas ao gestor.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 1.776.332,50.	

**ANEXO I.3 - DIRETORIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS  
DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA – DI**

**Ministério do Meio Ambiente**

**Programas Orçamentários**

Programa	Código	Nome
	<b>0502</b>	<b>Amazônia Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>002Q</b>	<b>Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Relativamente ao Projeto de Cooperação Técnica PNUD BRA/95/026, foram constatadas:</p> <p>a) quanto a "Adiantamentos de Curto Prazo" - despesas com algum tipo de irregularidade em 79% dos gastos apresentados nas prestações de contas analisadas;</p> <p>b) quanto a "Diárias" - irregularidades em 27% das despesas analisadas;</p> <p>c) quanto a "Serviços Eventuais" - irregularidades em 15% dos gastos analisados, considerada também a amostra de diárias; e,</p> <p>d) quanto a "Equipe Base" - irregularidades em 2 dos 32 contratos analisados.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Foi instaurada comissão de sindicância a fim de apurar os fatos, sendo que os resultados conclusivos dessa comissão já foram encaminhados à Secretaria Federal de Controle (SFC), encontrando-se em análise.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 485.360,68	

Programa	Código	Nome
	<b>0502</b>	<b>Amazônia Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>6070</b>	<b>Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Quanto ao projeto de cooperação técnica PNUD BRA/99/020, foram constatadas as falhas a seguir, totalizando R\$ 377.846,00 de glosas de gastos dos três exercícios auditados (2001 a 2003):</p> <p>a) deficiências na documentação suporte da concessão de adiantamentos;</p> <p>b) pessoal contratado por meio do acordo de cooperação técnica para exercer atividades-fim do IBAMA, contrariando o Art. 1o do Decreto 2.271/97; e</p> <p>c) contratação de serviços especializados e consultorias sem descrição clara e objetiva das qualificações exigidas dos profissionais contratados.</p> <p>Quanto aos gastos realizados no âmbito de contratos firmados pelo Banco do Brasil (BB) com associações e com o CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros, por força de contrato de prestação de serviços celebrado entre o BB e o IBAMA, foram constatadas as falhas a seguir, totalizando R\$ 312.380,36 de glosas dos recursos repassados a essas entidades nos três exercícios examinados (2001 a 2003):</p> <p>a) planos de trabalho com metas físicas apresentadas de forma genérica e semelhantes em todos os projetos, apesar das reservas extrativistas apresentarem situações diferentes;</p> <p>b) falta de análise da viabilidade técnica dos projetos, dos resultados alcançados e despesas realizadas, por parte do CNPT;</p> <p>c) falta de relação de pagamentos e de bens adquiridos;</p> <p>d) ausência dos relatórios semestrais da associação conforme previsto no Plano de Trabalho;</p> <p>e) pagamento de serviços sem especificação do período e das atividades efetivamente desenvolvidas; e</p> <p>e) gastos excessivos com combustível, gêneros alimentícios e refeições.</p>
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>Em 2003, em face dos problemas verificados pela Auditoria Interna do IBAMA, foi instaurado processo de sindicância, com o objetivo de apurar a ocorrência de irregularidades apontadas, bem como a responsabilidade de quantos estejam envolvidos no fato.</p> <p>Por decisão do Presidente do IBAMA, foi exonerado o diretor do CNPT.</p> <p>Em função dessa sindicância foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar contra o ex Diretor do CNPT.</p> <p>O IBAMA já enviou a esta SFC as justificativas adotadas para as falhas apontadas, as quais estão sendo analisadas.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 690.226,36

Programa	Código	Nome
	<b>1107</b>	<b>PROBACIAS</b>
Ação	Código	Nome
	<b>7270</b>	<b>Implantação do Sistema de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Quanto aos aspectos de concepção, diretrizes e características, não foram identificadas falhas que comprometessem a execução da Ação.</p> <p>No tocante a estruturas e fluxos organizacionais e processuais, verificou-se que, até o momento da realização da auditoria, não existem entraves que prejudicassem o andamento das ações. Cabe ressaltar que somente um comitê de bacia encontra-se em atuação, o do Paraíba do Sul. Não se pode prever o impacto decorrente da estruturação e funcionamento de mais comitês sobre a capacidade operacional da Agência Nacional de Águas (ANA), fato este que deve ser avaliado pela atual gestão, uma vez que novos comitês encontram-se em fase de estruturação, como é o caso do São Francisco.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

## Ministério das Minas e Energia

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>273</b>	<b>Energia Cidadã</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1379</b>	<b>Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (PRODEEM).</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>As ações de controle realizadas no PRODEEM evidenciaram a reincidência de impropriedades registradas em anos anteriores e que resultaram na interferência do Tribunal de Contas da União no Programa, quais sejam: falta de fiscalização, acompanhamento e de manutenção dos equipamentos.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	Segundo o Gestor, deu-se início a um processo de revitalização do PRODEEM, a partir de 2003, com ações que, nos últimos dois anos, foram desenvolvidas pelo Ministério de Minas e Energia a fim de possibilitar ao PRODEEM maior efetividade em suas ações, sendo que o ano de 2004 foi dedicado, fundamentalmente, ao planejamento das ações, ou seja, assinaturas de convênios novos, tendo os recursos sido transferidos e gastos em pagamentos aos serviços de consultoria contratados e ao custeio para a elaboração das referidas ações. Não houve realização física do PRODEEM em 2004 e, estas estão previstas para ocorrerem somente a partir de 2005.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>391</b>	<b>Mineração e Desenvolvimento Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2272</b>	<b>Gestão e Administração do Programa</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Da avaliação da gestão foram detectadas as seguintes falhas: a) fragilidade nos sistemas de cobrança dos débitos do DNPM; b) sistema de informações inadequados para o gerenciamento efetivo das receitas; e c) inexistência de cronograma da execução físico-financeira das atividades realizadas no exercício.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Conclusão do sistema de emissão de boletos da Taxa Anual por Hectare-TAH, via internet; Implantação do sistema de emissão de boletos da TAH, a partir de jul/97; Implantação do sistema de cálculos para atualização dos diversos créditos da autarquia; Implantação do sistema de parcelamentos de débitos de qualquer natureza; Estudo para criação do sistema de parcelamento da Contribuição Financeira pela exploração Mineral - CFEM e; Implantação do Sistema de Planejamento - SISPLAN.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>391</b>	<b>Mineração e Desenvolvimento Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2375</b>	<b>Fiscalização da Atividade Mineral</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As ações realizadas evidenciaram as seguintes falhas: a) baixo número de fiscalizações realizadas por parte do DNPM quanto ao recolhimento da CFEM pelos mineradores nos últimos dois anos; b) falta de comprovação do recolhimento da CFEM por parte de mineradores; c) desconhecimento por parte das prefeituras da existência da CFEM; d) aplicação dos recursos financeiros da cota parte da CFEM por parte dos Municípios em desacordo com a legislação vigente; e) informações desatualizadas constantes do Cadastro do DNPM no que tange às empresas que exercem atividades minerárias no País; f) fragilidade no gerenciamento e acompanhamento da arrecadação da CFEM; g) baixo índice de fiscalização/vistorias dos títulos minerários em fase de pesquisa e dos títulos minerários em fase de exploração; h) não realização de manutenção dos dados, nos distritos em que o sistema Cadastro Mineiro foi depurado; i) divergência entre multas aplicadas, quantitativos de boletos estimados e multas aplicadas e efetivamente emitidos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas adotadas, alegando insuficiência de servidores e de estrutura.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>391</b>	<b>Mineração e Desenvolvimento Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2377</b>	<b>Outorga do Direito Minerário</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Morosidade no processo de Outorga do Direito Minerário e informações gerenciais imprecisas constantes do Sistema de Cadastro Mineiro sobre dados de empreendimentos de mineração, tais como: a etapa e a posição dos processos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Interligação, via rede, entre a Sede do DNPM e os Distritos, com relação a dados e voz. Realização de depuração da base de dados constante do Sistema Cadastro Mineiro e a manutenção da etapa pós-depuração do mesmo, o que trará, após sua conclusão, maior agilidade aos processos de Outorga.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	



## Ministério da Ciência e Tecnologia

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>463</b>	<b>Inovação Para Competitividade</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2113</b>	<b>Fomento a Pesquisa e a Inovação Tecnológica- Verde Amarelo</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram constatadas diversas impropriedades nas dez fiscalizações realizadas, sendo as de maior incidência, as que se seguem: a) documentação comprobatória de despesas sem referência ao título e número do Convênio (100%); b) ausência de identificação patrimonial e de Termo de Responsabilidade (90%); c) realização de gastos não previstos no Plano de Trabalho (50%); d) Cronograma de execução física do Projeto em atraso (40%); e) Ausência de Plano de Trabalho (30%); f) ausência de prestação de contas (10%); g) realização de despesas sem licitações (10%); h) contratação de servidor público(10%).	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Encaminhamento das constatações aos convenientes a fim de efetuarem as regularizações das impropriedades/irregularidades apontadas pela SFC, e nos casos de maior relevância realizaram diligências diretamente aos convenientes.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>463</b>	<b>Inovação e Competitividade</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2189</b>	<b>Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no setor de Energia Elétrica - CT Energia</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Na execução das ações de controle foi constatada a não realização de processos licitatórios pelos convenientes, a ausência de acompanhamento da execução do convênio pelo concedente, a aprovação, pelo concedente, de plano de trabalho genérico, sem definição das quantidades e especificações dos equipamentos a serem adquiridos e a realização de despesa sem pertinência com o objeto do convênio	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As justificativas foram encaminhadas à SFC em janeiro de 2004 e estão em análise.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração Geral da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Relativamente ao Projeto de Cooperação Técnica 914BRA5065 – Diretrizes e Estratégias para Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, constatamos a celebração de contratos de consultores de natureza temporária, cujas vigências ultrapassaram o prazo definido pelo Termo de Conciliação Judicial, assinado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal, por meio da Advocacia Geral da União.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Rescisão contratual dos consultores de natureza temporária.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	



## Ministério das Comunicações

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0807</b>	<b>Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Ação</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4103</b>	<b>Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Das análises foram constatadas impropriedades formais, inobservância da Lei de Licitações e Contratos e inconsistências nos estudos de viabilidade econômico-financeira do Projeto Correio Híbrido Postal.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A Empresa acatou o posicionamento desta Controladoria no sentido de que para a implantação e execução do Projeto será efetuado acompanhamento mensal, exceto quanto à adoção de prazo de vigência anual,	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>0256</b>	<b>Serviços Postais</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3222</b>	<b>Modernização da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Dos exames realizados, constatou-se a necessidade de aprimorar os controles internos que dizem respeito à: 1) Formalização de procedimentos licitatórios, haja vista o processamento da Licitação em desacordo com as prescrições do Edital, desobedecendo ao Artigo 3º da Lei nº 8.666/93. 2) Gestão de contratos, devido à inobservância ao princípio da vinculação ao Edital e ao Contrato e ao descumprimento de normas internas da Empresa.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Reavaliação, ainda no curso dos trabalhos, dos atos administrativos que indicavam a realização de pagamentos indevidos à contratada, cujos efeitos serão verificados nas próximas auditorias.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>8025</b>	<b>Inovação Tecnológica em Telecomunicações</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4343</b>	<b>Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As avaliações, centradas nos controles de aplicação e arrecadação dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Comunicações, demonstraram insuficiências nos controles do Fundo, assim como a ineficácia de atos regulamentares editados pelo seu Conselho Gestor, especialmente dos que disciplinam as condições de participação da União em Royalties pela comercialização de produto desenvolvido com recursos do Fundo e de seleção dos beneficiários dos recursos via demanda espontânea e por edital, no âmbito dos agentes financiadores dos projetos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Ministério das Comunicações informou estar reformulando os mecanismos de controle da aplicação dos recursos do FUNTTEL. Tais medidas serão acompanhadas nos próximos trabalhos de auditoria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1157</b>	<b>Oferta dos Serviços de Telecomunicações</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2424</b>	<b>Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Na totalidade dos municípios fiscalizados durante o exercício de 2004, com vistas à verificação da existência de atendimento pessoal aos usuários, constatou-se que em 99% não há a disponibilização desta modalidade de atendimento aos usuários do serviço de telefonia fixa comutada.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A Agência informou diversas medidas adotadas durante a fase de apuração de responsabilidades das concessionárias por descumprimento de obrigação contratual e da Resolução nº 30/1998, as quais foram objeto de recursos por parte das concessionárias: a) aplicação de multas às concessionárias que não atenderam às exigências da citada regulamentação quanto ao fechamento de postos de atendimento aos usuários que encontravam-se em funcionamento na data da privatização das empresas do serviço fixo comutado, com a consequente aplicação de penalidades contratuais no valor de R\$17 milhões; e b) indicação da formalização de Termo de Ajuste de Conduta entre a Anatel e as concessionárias do serviço de telefonia fixa comutada, estabelecendo as condições de disponibilização do atendimento pessoal aos usuários.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	17 milhões.	





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>1157</b>	<b>Oferta dos Serviços de Telecomunicações</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2740</b>	<b>Fiscalização das Concessionárias dos Serviços de Telecomunicações no Regime Público</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As avaliações sobre ações de fiscalização da agência indicaram: 1. quanto à fiscalização, tanto da qualidade do serviço fixo comutado, como da universalização, verificou-se baixo atendimento às demandas oriundas das superintendências finalísticas da agência; 2. A Agência não dispõe de mecanismos próprios para avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, não foi editado regulamento de bens patrimoniais contendo a disciplina para classificação e orientação às concessionárias para o controle dos bens vinculados à concessão; 3. Inexistência de regulamentação para a eficácia plena das ações de fiscalização da Agência que culminaram com a sanção administrativa. 4. Os controles sobre as cobranças de valores de outorga para exploração de serviços de telecomunicações e do uso de radiofrequência apresentam fragilidades. A agência não editou regulamento que disciplinasse tais cobranças, as quais não se têm efetivado, mesmo tendo sido expedidas autorizações de exploração após o reconhecimento do cumprimento antecipado de metas.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Objetivando disciplinar a prática dos atos que envolvem a aplicação de sanção, a Agência editou, em 18 de julho de 2003, por recomendação desta Secretaria, o regulamento de sanção, conforme a Resolução Anatel nº 344. Ocorre que este regulamento remete à normatização específica, as condições de aplicação de penalidade e esta disciplina não foi editada até a presente data, não obstante o encaminhamento de esforços durante o exercício de 2004;	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Quanto ao contencioso da Empresa, constatamos que a mesma responde por cerca de 627 ações judiciais de natureza cível e trabalhista. Desse total, 378 referem-se a ações trabalhistas e 249 cíveis. Conforme informado pela Empresa, dessas ações judiciais em que figura como ré, 124 (48 de natureza cível e 76 trabalhista) referem-se a ações em que a Empresa ingressou na lide juntamente com as suas ex-controladas, como parte no processo, na condição de controladora do ex-Sistema TELEBRÁS. Estas ações judiciais são acompanhadas mediante a contratação de serviços técnicos especializados de advocacia, por dispensa de licitação.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Considerando a reestruturação do Sistema Telebrás, foi requerida judicialmente, de comum acordo com as novas "holdings", a substituição processual da Companhia pelas novas empresas privatizadas, uma vez que a pretensão argüida em juízo decorre de ato próprio daquelas empresas operadoras. A TELEBRÁS aguarda decisão do poder judiciário que venha excluí-la dessas demandas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram constatadas fragilidades nos controles internos aplicáveis à formalização de processos licitatórios e de contratos, especialmente no que diz respeito à elaboração de orçamento detalhado, no sentido de identificar os custos em que incorrerá a Administração na aquisição de bens e na contratação de serviços, à realização de pesquisa de preços e à indicação de representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos. Relativamente aos controles da execução de contratos, foram constatadas fragilidades nos atos administrativos que envolveram a contratação e a prestação de serviços relacionados à realização de eventos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A Agência Nacional de Telecomunicações acatou as recomendações e informou que nas licitações e contratações futuras, as melhorias recomendadas por esta Secretaria serão implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>0257</b>	<b>Universalização dos Serviços de Telecomunicações</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0512</b>	<b>Cobertura de Parcela de Custo Não-Recuperável - Acessos a Redes Digitais - Entidade de Ensino e de Assistência a Deficientes, Bibliotecas e para Deficientes Carentes</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Indefinições havidas no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto à implementação das diretrizes de inclusão digital não possibilitaram o atingimento dos objetivos do programa, com aporte de recursos do FUST. Não houve no primeiro ano de vigência do PPA 2004-2007, realizações tanto físicas como financeiras do programa de inclusão digital, via recursos do FUST.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A Agência Nacional de Telecomunicações apresentou ao Ministério Supervisor proposta de decreto para criação de serviço de telecomunicações para viabilizar a implantação das metas do FUST.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>0089</b>	<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0181</b>	<b>Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram apontadas fragilidades nos controles internos aplicáveis ao gerenciamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, e que dizem respeito a pagamento de aposentadoria com valor integral quando deveria ser pela proporcionalidade, a pagamento de vantagens individuais, a não localização de processos e à composição de pastas funcionais de servidores.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O gestor informou que as pastas funcionais estavam desatualizadas e que tal fato seria corrigido. As medidas tomadas serão verificadas nos próximos trabalhos de auditoria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>9002</b>	<b>Governo Eletrônico</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2184</b>	<b>Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por meio Eletrônico</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Constatarem-se fragilidades nos controles internos de atos administrativos que envolveram a licitação e a gestão contratual, tendo sido recomendada a rescisão do contrato, o encontro de contas com vistas à demonstração da regularidade da despesa executada, a reversão de bens pagos pela Administração que, contratualmente foi conferida a propriedade à empresa contratada e a apuração de responsabilidades de agentes públicos. As ações de controle no plano municipal indicam o não atingimento dos objetivos da Ação, a qual mostrou-se ineficaz por não atingir, quantitativa e qualitativamente, o público alvo; não efetiva pelo baixo número de terminais em funcionamento; e ineficiente em razão do elevado preço pago para baixo nível de acesso, tanto em termos de público como de horas de utilização desta modalidade de comunicação.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Ministério das Comunicações não apresentou, até o encerramento do exercício financeiro, as providências efetivas às recomendações formuladas quanto aos aspectos de legalidade e economicidade da contratação, sob argumentos informados em seu Plano de Providências, de que após a apreciação jurídica, as providências seriam adotadas. O Ministério das Comunicações deflagrou, em dezembro de 2004, licitação para continuidade das operações dos 3.200 acessos instalados e ampliação de mais 1.200 pontos.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>0255</b>	<b>Universalização do acesso ao serviço de comunicação eletrônica.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>6495</b>	<b>Outorga de serviços de radiodifusão.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As ações de controle foram centradas nos controles de outorga, de apuração de responsabilidades e de renovação dos atos de outorga, bem como de disponibilização dos Serviços de Radiodifusão Comunitária. As avaliações demonstraram que a legislação que disciplina a outorga da prestação dos serviços de radiodifusão sonora, de som e imagens encontra-se desatualizada. Verificaram-se também fragilidades nos controles referentes às licitações e à gestão dos contratos de outorga. Ações de controle realizadas no Ministério das Comunicações e na Anatel indicaram fragilidades nos controles da fiscalização das rádios comunitárias.	



Medidas Adotadas pelo Gestor	A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SSCE informou as medidas corretivas de aplicação imediata, de curto e de médio prazos (12 e 36 meses), as quais consistiram no estabelecimento de articulações da SSCE e ANATEL, com vistas à melhoria nos controles internos relacionados à fiscalização da prestação dos serviços de Radiodifusão e à renovação dos atos de outorga, à elaboração de estudos e à tomada de decisão para adequação da legislação em vigor.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

## Ministério dos Transportes

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0231</b>	<b>Corredor Transmetropolitano</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1344</b>	<b>Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de SP</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Apurou-se:</p> <p>1) Prejuízo financeiro referente à execução de obras de barreiras rígidas - tipo "New Jersey" - em trechos da BR-116/SP, objeto do Contrato PG-107/01, firmado entre o DNIT e Construtora Triunfo Ltda. Obra construída fora dos padrões de projeto e das normas do extinto DNER. Possibilidade de estar executada de forma a não produzir adequada segurança aos usuários da rodovia;</p> <p>2) Foram constatadas irregularidades em serviços medidos e que não foram executados nos viadutos de acesso a Cajati que atingem o montante de R\$ 262.315,04 a preço inicial do contrato, isto é, sem incidência dos índices de reajustes. Os valores medidos já haviam sido pagos, com exceção da 30ª e última medição, no valor de R\$ 142.010,47 mais seu respectivo reajustamento no valor de R\$ 61.901,84. A recomendação da SFC/CGU foi no sentido de que não se procedesse ao pagamento da 30ª medição (preço inicial + reajuste), e que se proovesse junto à Contratada o ressarcimento do valor de R\$ 120.304,58 e multa reajustados nos termos do art.80, inciso III, da Lei 8.666/93.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1) O Gestor informa que já notificou a Empresa e a UNIT a apresentarem explicações sobre as constatações do Relatório de Auditoria;</p> <p>2) O Gestor acatou as recomendações e informou que adotará as providências correspondentes.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	<p>1) Prejuízo estimado de R\$ 1.424.649,56.</p> <p>2) As irregularidades atingiram o montante de R\$ 262.315,04 a preços iniciais.</p>	

Programa	Código	Nome
	<b>0807</b>	<b>Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4102</b>	<b>Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>1) Constatado alto índice de inadimplência das empresas arrendatárias com a CODESP. Foi recomendado à CODESP que adote as medidas administrativas e judiciais para receber os valores que lhe são devidos pelas empresas arrendatárias;</p> <p>2) Constatado superfaturamento em serviços de registro e publicação de atas das reuniões e recomendada instauração de Tomada de Contas Especial.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>1) estão sendo instaurados processos de cobrança judicial.</p> <p>2) o Gestor não informou sobre as providências.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	<p>1) o débito das empresas arrendatárias com a CODESP é da ordem de R\$ 229.520.000,00.</p> <p>2) de acordo com o levantamento feito pela entidade o valor do prejuízo é superior a R\$ 800.000,00.</p>	

Programa	Código	Nome
	<b>0807</b>	<b>Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4102</b>	<b>Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	1) R\$ 40.056,00 pagos a maior na aquisição de equipamentos com preços superfaturados. 2) Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento e suporte de atividades técnicas para planejamento, coordenação e supervisão das funções da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental - AHIMOR e Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia - AHITAR em desacordo com Termo de Referência, trazendo prejuízo para a empresa no valor de R\$ 13.207,29. 3) Pagamentos de serviços não realizados ou realizados em desacordo com as especificações contratadas (serviços de recuperação e construção de cerca em mourões e tela de arame galvanizado, no Terminal Portuário da SOTAVE), havendo recomendação para que a empresa providencie o ressarcimento aos cofres da CDP de R\$ 50.232,79.
Medidas Adotadas pelo Gestor	Em relação ao item 2, foi encaminhada à empresa contratada determinação no sentido de que se regularize a situação dos profissionais de acordo com o disposto no termo de referência do contrato. Em relação aos itens 1 e 3, o Gestor não informou providências.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	O valor total a ser devolvido é de R\$ 103.488,08.

Programa	Código	Nome
	<b>0232</b>	<b>Corredor Sudoeste</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5706</b>	<b>Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste</b>
Objetivo da Ação	Permitir a redução do custo do transporte de cargas e a integração dos modais de transporte na região que abrange os estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e o sul de Goiás e as suas ligações com a região sudeste do País, possibilitando, ainda, o escoamento da produção no corredor. Execução de obras rodoviárias de adequação de capacidade e restauração da pista existente da Rodovia BR-267/MS trecho: divisa SP/MS - entr. MS-195 (fronteira Brasil/Paraguai - Porto Murtinho).	
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Os Editais 209/2002 e 211/2002, cujo objeto era a execução de Obras Rodoviárias de Adequação de capacidade e Restauração na BR-267/MS, foram revogados pelo DNIT, alegando-se razões de interesse público e de prudência administrativa, em função do não atendimento à Norma da Autarquia, a qual tratava da aquisição e distribuição de materiais betuminosos. Se tal norma fosse observada, haveria alteração na ordem de classificação das propostas das empresas classificadas. Seis meses após a revogação, a Autarquia cogitou reaproveitar os certames mediante a revisão do ato de revogação. A Equipe de auditoria da SFC entendeu que não seria possível o reaproveitamento dos certames, havendo recomendado a abertura de novos procedimentos licitatórios.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor manteve a revogação dos procedimentos licitatórios.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 21.259.928,50, já que a economia com o cancelamento do Edital 209/2002 foi de R\$ 10.905.595,44 e do Edital 211/2002 foi de R\$ 10.354.333,06.	

Programa	Código	Nome
	<b>0750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foi constatado que os salários informados no Cadastro Nacional de Informações Sociais por empresa de consultoria contratada pelo DNIT são inferiores aos cobrados da Autarquia, resultando em sonegação de impostos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O DNIT informa que irá verificar se a empresa contratada pagou todos os encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução dos contratos de consultoria.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Aproximadamente 3 milhões	

Programa	Código	Nome
	<b>8768</b>	<b>Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2272</b>	<b>Gestão e Administração do Programa</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Verificação de continuidade da situação de vulnerabilidade do Sistema de Controle da Arrecadação do AFRMM.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	Promoveu-se a Integração do Mercante (FMM) com o Siscomex (SRF), a qual possibilitou a verificação dos pagamentos/benefícios do AFRMM eletronicamente e on-line, anteriormente à liberação da carga dos recintos alfandegados. Realização de auditoria em 15% (quinze por cento) dos BL (Conhecimento de Embarque) transmitidos ao Sistema, que recebem concessões de benefícios (ressarcimento do AFRMM), os quais são conferidos - documento (BL) com os dados do Sistema pelos servidores do Serarr (Serviço de Arrecadação do Ministério dos Transportes).
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>0225</b>	<b>Gestão da Política dos Transportes</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0713</b>	<b>Extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Da análise de 192 processos referentes a pagamento de despesas de exercícios anteriores oriundos do extinto DNER, constatou-se que do montante de aproximadamente R\$ 660.000,00 reclamados pelos interessados, somente R\$ 440.000,00 eram devidos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Será objeto de verificação quando da auditoria de gestão.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Economia potencial: aproximadamente R\$ 220.000,00	

Programa	Código	Nome
	<b>0220</b>	<b>Manutenção da Malha Rodoviária Federal</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4399</b>	<b>Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias-CREMA</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Evidenciaram-se: cancelamento de contratos por atraso de pagamento, inadequação na estrutura fiscalizadora das UNITS, inexistência da participação do usuário na fiscalização do programa, falta de acompanhamento dos indicadores de padrões de desempenho em longo prazo, falta de definição das responsabilidades de controle das operações envolvendo a pesagem de veículos (inclusive de atendimento aos requisitos e prazos dispostos na Instrução de Serviço do CREMA e Editais), falta de plano de ação relativo aos trechos em que o contrato foi rescindido, inexistência de estudo que determine se o CREMA é vantajoso para a Administração em comparação às outras formas de contratação praticadas no DNIT.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Será objeto de verificação quando da auditoria de gestão.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

### Ministério das Cidades – Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>805</b>	<b>Infra-Estrutura Urbana</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1920</b>	<b>Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura urbana</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Quanto ao Gestor do recurso, constatou-se deficiência no processo de acompanhamento e avaliação deste Programa/Ação, tendo sido detectado que os fatores impactantes deste processo decorrem das fragilidades no sistema de controle gerencial, assim como no monitoramento das ações "in loco", além da insuficiência de pessoal qualificado, haja vista a composição atual do seu quadro, o qual dispõe em sua maioria de servidores comissionados e terceirizados. Com relação ao Agente Mandatário (Caixa), constataram-se falhas e inconsistências em seus bancos de dados, bem como fragilidades no processo de acompanhamento das obras. Quanto ao Agente executor, foram realizadas 78 fiscalizações no exercício de 2004, em atendimento ao Programa Sorteio Público de Municípios. Destacamos as seguintes impropriedades/irregularidades: Falhas nos procedimentos licitatórios e/ou na formalização dos contratos (em 100% dos Contratos de Repasse); Falhas na execução dos contratos(79%); falhas no processo de prestação de contas (10%); não atingimento do objetivo da ação, fato que se deveu a má qualidade dos serviços de pavimentação nas vias públicas, acarretando a deterioração da obra (7% ).	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Com vistas a suprir a deficiência de recursos humanos em seu quadro, o Ministério das Cidades realizou levantamento de necessidade (situação ideal-quantitativo por área e perfil necessário) e com base nessas informações encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pleito com vistas à realização de concurso público, o assunto está em andamento no âmbito do Ministério do Planejamento.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 28.682,57	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>750</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2000</b>	<b>Administração da Unidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Foram realizadas Auditorias na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Coordenação-Geral de Recursos Humanos e na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA do Ministério das Cidades, especificamente quanto ao pagamento de diárias, passagens e ajuda de custos. Dentre as constatações destacam-se os deslocamentos de Colaboradores Eventuais em finais de semana para a cidade de origem, cancelamento de viagens sem comprovação de restituição de diárias recebidas, reconhecimento de Dívida – realização de despesas sem cobertura contratual no valor de R\$ 206.473,26 e a não solicitação dos créditos referentes aos bilhetes de passagens aéreas não utilizadas no exercício de 2004. Recomendou-se a solicitação dos créditos junto à Empresa contratada, com a maior brevidade possível no valor de R\$ 59.376,65, além da criação de sistema de controle dos bilhetes de passagens aéreas emitidos e não utilizados a fim de que os créditos fossem devolvidos ao erário tempestivamente e, por fim, que se apure a responsabilidade pelo pagamento de passagens aéreas sem cobertura contratual.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor está revendo a metodologia de cobrança de créditos de passagens aéreas não utilizadas. Quanto ao Reconhecimento da Dívida sem cobertura contratual será instaurado Processo Administrativo para apuração de responsabilidades.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 59.376,65	

Programa	Código	Nome
	<b>128</b>	<b>Morar Melhor</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3958</b>	<b>Melhoria das Condições de Habitabilidade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Quanto ao Gestor do recurso, constatou-se deficiência no acompanhamento e avaliação deste Programa/Ação de governo, com fragilidades no sistema de controle/informações gerenciais e no monitoramento das ações "in loco", quanto à licitação, execução e atingimento do objetivo. Verificou-se, ainda, que tal fato decorre principalmente da insuficiência de Recursos Humanos qualificados, pois o quadro atual é composto em sua maioria por servidores comissionados e terceirizados e em quantidade aquém do necessário. Quanto ao Agente contratado para acompanhar a execução das obras (Caixa), constatou-se a existência de dados inconsistentes em seus registros, fragilidades no processo de monitoramento dos empreendimentos. Quanto ao Agente executor, foram realizadas 173 fiscalizações no exercício de 2004, em atendimento ao Programa Sorteio Público de Municípios, das quais destacamos as seguintes impropriedades/irregularidades: Falhas nos procedimentos licitatórios e/ou na formalização dos contratos (67% dos Contratos de Repasse); Falhas na execução dos contratos (43%); falhas no processo de prestação de contas (10%); Falhas na seleção de beneficiários, decorrente da concessão de benefício fora dos parâmetros estabelecidos para o Programa (8%); não atingimento do objetivo desses contratos, decorrentes da conclusão de unidades habitacionais sem a ligação de energia elétrica e/ou ao sistema de esgotamento sanitário (4%).</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Com vistas a suprir a deficiência de recursos humanos em seu quadro, o Ministério das Cidades realizou levantamento de necessidade (situação ideal-quantitativa por área e perfil necessário), e com base nessas informações, encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pleito com vistas à realização de concurso público. O assunto esta em andamento no âmbito do Ministério do Planejamento.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 219.957,97	

**ANEXO I.4 - DIRETORIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS  
DA ÁREA SOCIAL – DS**

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

**Programas Orçamentários**

Programa	Código	Nome
	<b>0065</b>	<b>Proteção Social à Pessoa Portadora de Deficiência</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2561</b>	<b>Serviço de proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) realização de despesas não elegíveis ao programa, tais como: despesa com rescisão contratual de trabalho; despesas com pessoal e com vale transporte; aquisição de material permanente e de construção (constatado em 8 % dos municípios visitados).</p> <p>b) instalações físicas inadequadas ao público-alvo, tais como salas com infiltrações, parques infantis sem manutenção, piscinas e poços artesianos sem proteção; banheiro sem as adaptações necessárias ao público alvo; e corredores com pisos escorregadios (6% dos municípios).</p> <p>c) falta de controle, por parte da Prefeitura, dos recursos repassados às entidades responsáveis pelo atendimento dos deficientes (3% dos municípios).</p> <p>d) falta de aplicação, pelas prefeituras, dos recursos recebidos do Governo Federal, permanecendo, sem aplicação, em conta corrente do ente municipal por prazos superiores a 30 dias. (3% dos municípios).</p>
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor municipal para o encaminhamento de documentação complementar e/ou de justificativas com intuito de sanar as falhas e/ou impropriedades detectadas na aplicação dos recursos federais, a partir das constatações verificadas pela CGU. As justificativas prestadas pelos municípios são analisadas pela área técnica do MDS, e nos casos de não atendimento as diligências são reiteradas.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-

Programa	Código	Nome
	<b>0068</b>	<b>Eradicação do Trabalho Infantil - PETI</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2060</b>	<b>Atendimento à Criança e ao Adolescente em jornada Ampliada</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Irregularidades/falhas nas licitações para aquisição de materiais de consumo, tais como: fracionamento de despesas; ausência de três propostas válidas nos processos; indícios de direcionamento e de favorecimento de empresas; aquisição de materiais em empresas diversas daquela vencedora do certame (constatado em 13,45% dos municípios visitados).</p> <p>b) Realização de despesas em finalidades não previstas no Programa, tais como: aquisição de equipamentos e de material permanente para locais que não atendem ao Programa (11% dos municípios).</p> <p>c) Falta de oferecimento de cursos de Geração de Renda às famílias beneficiárias do PETI (10% dos municípios).</p> <p>d) Falta de controle, por parte da Prefeitura, da frequência das crianças na Escola e na Jornada Ampliada (8% dos municípios).</p> <p>e) Despesas efetuadas sem a apresentação de documentos comprobatórios da destinação dos recursos (7% dos municípios).</p> <p>f) Meta física executada em quantidade inferior à prevista no Plano de Ação (6% dos municípios).</p> <p>g) Inadequação das instalações físicas dos locais onde funciona a Jornada Escolar (6% dos municípios).</p> <p>h) Falta de controle na distribuição de gêneros alimentícios aos locais da Jornada (5% municípios).</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor municipal para o encaminhamento de documentação complementar e/ou de justificativas, com intuito de sanar as falhas e/ou impropriedades detectadas na aplicação dos recursos federais, a partir das constatações verificadas pela CGU. As justificativas prestadas pelos municípios são analisadas pela área técnica do MDS, e nos casos de não atendimento as diligências são reiteradas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>0070</b>	<b>Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2556</b>	<b>Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Meta física executada em quantidade inferior à prevista: (constatado em 13,25% dos municípios visitados).</p> <p>b) Entidades com instalações inadequadas para o atendimento ao público alvo do programa. (12,45% dos municípios).</p> <p>c) Falta de controle de distribuição dos materiais pelas prefeituras às entidades conveniadas (5,6% dos municípios).</p> <p>d) Entidade conveniada não possui certificado de entidade beneficente de assistência social, ou este se encontra com prazo de validade expirado (4,8% dos municípios).</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor municipal para o encaminhamento de documentação complementar e/ou de justificativas com intuito de sanar as falhas e/ou impropriedades detectadas na aplicação dos recursos federais, a partir das constatações verificadas pela CGU. As justificativas prestadas pelos municípios são analisadas pela área técnica do MDS, e nos casos de não atendimento as diligências são reiteradas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>1049</b>	<b>Acesso à Alimentação</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Ação	Código	Nome
		<b>001X</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram visitadas 114 cisternas objetivando verificar: se as construções atenderam os moldes pré-determinados; o bom estado de conservação; o atendimento satisfatório às necessidades de consumo das famílias; e, ainda, a existência de material informativo para o correto manuseio da cisterna e do consumo da água. Como resultado dos trabalhos constatou-se que as cisternas foram construídas nos locais previstos e, na sua maioria, atendem satisfatoriamente às famílias. Foram registradas algumas falhas a seguir descritas: a) 7% das cisternas não continham a numeração; b) cinco dos beneficiários declararam que não receberam material de divulgação do Programa; c) uma das cisternas visitadas foi construída de forma inadequada, impedindo a retenção da água captada; e d) 5% das cisternas as bombas manuais de sucção de água, instaladas no final do ano de 2003 e no ano de 2004, não funcionam.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor local para saneamento das falhas e/ou impropriedades detectadas. Realiza, ainda, visitas aos beneficiários das cisternas para acompanhamento do programa.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
		<b>1282</b>
Ação	Código	Nome
		<b>2559</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Meta física executada em quantidade inferior à prevista (constatado em 8,7% dos municípios visitados). b) Cobrança indevida de taxas dos atendidos (2% dos municípios).	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor municipal para o encaminhamento de documentação complementar e/ou de justificativas com intuito de sanar as falhas e/ou impropriedades detectadas na aplicação dos recursos federais, a partir das constatações verificadas pela CGU. As justificativas prestadas pelos municípios são analisadas pela área técnica do MDS, e nos casos de não atendimento as diligências são reiteradas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
		<b>1335</b>
Ação	Código	Nome
		<b>0060</b>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>A sistemática de acompanhamento e de fiscalização do programa Bolsa Família importou na realização de ações de controle junto aos gestores federal e municipal e às famílias beneficiárias do Programa, para verificar a atuação dos mesmos, em especial no que se refere ao cadastramento das famílias pelas prefeituras, existência das famílias e recebimento dos valores previstos. Os trabalhos executados evidenciaram fragilidades, tanto no gerenciamento quanto na operacionalidade do Programa, em especial quanto aos seguintes aspectos:</p> <p>1- Inconsistências na base de dados decorrente da falta de uniformização da entrada dos dados pelas prefeituras (uso de abreviaturas, endereços incompletos, etc.) e desatualização dos dados cadastrais de beneficiários, fatos evidenciados pela constatação da existência de beneficiários com mais de um Número de Identificação Social – NIS e de beneficiários não localizados no endereço constante do cadastro.</p> <p>Falta de estrutura organizacional para acompanhar o Bolsa Família, mensurar os resultados e atender satisfatoriamente os beneficiários.</p> <p>2 - No gerenciamento do programa há participação de gestores federais e municipais e, ainda, da Caixa Econômica Federal, responsável pela manutenção dos bancos de dados e operacionalização do sistema. Os trabalhos realizados pela CGU demonstraram as fragilidades a seguir descritas, que impactam no funcionamento do Programa:</p> <p>2.1 Falta de capacitação técnica dos servidores das prefeituras, importando em cadastros preenchidos de forma incorreta ou incompleta e dificuldades de acesso ao sistema de cadastro. Esta situação dificulta a execução de atividades que contribuiriam para um melhor desempenho do Programa, por exemplo:</p> <p>a) Análise e comprovação da condição sócio-econômica dos cadastrados como possíveis beneficiários e, em consequência, à priorização daqueles em condições menos favoráveis;</p> <p>b) Depuração tempestiva do cadastro de beneficiários;</p> <p>c) Localização de novos cadastrados para informar-lhes sobre sua inclusão no programa e da disponibilidade do cartão para saque dos benefícios;</p> <p>d) Identificação e exclusão de beneficiários não elegíveis, segundo as normas do Programa;</p> <p>e) Manutenção em boa ordem os arquivos de documentos relativos ao Bolsa Família;</p> <p>f) Acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelos agentes comunitários e professores, contribuindo para o cumprimento dos requisitos básicos do programa como frequência escolar mínima de 85% e a prestação dos serviços de saúde aos beneficiários.</p> <p>2.2 Logística de atendimento da Caixa insuficiente para as demandas do Programa, particularizada pelas seguintes situações:</p> <p>a) a rede de atendimento da Caixa não contempla todas as localidades beneficiadas pelo Programa, importando, em alguns casos, despesas com deslocamentos arcadas pelos beneficiários;</p> <p>b) o atendimento prestado por alguns correspondentes bancários, que vinculam o saque dos benefícios à cobrança de taxa ou ao fornecimento de produtos por eles comercializados; e</p> <p>c) Existência, em algumas agências, de cartões não distribuídos exigidos pelo Programa.</p> <p>3. A falta de previsão legal, tanto dos requisitos para cadastramento como para operacionalização e responsabilização dos diversos componentes do Programa, importou em inúmeras denúncias e em dificuldades na atuação dos servidores do controle interno, abaixo reportadas:</p> <p>a) Não Regulamentação dos aspectos sócio-econômicos a serem conjugados com a renda declarada permitindo priorizar candidatas aos benefícios em condição mais desfavorável de pobreza, em face do enorme quantitativo de famílias que auferem rendimentos na informalidade, e possuem bens materiais incompatíveis com a concepção de pobreza ou extrema pobreza, mas estão protegidos pela norma legal que regulamenta o Programa;</p> <p>b) Inexistência de dispositivo legal restritivo à implementação de novos cadastramentos ou recadastramentos em períodos de pleitos eleitorais, podendo levar a utilização do Programa como instrumento de coerção ao público beneficiário;</p> <p>c) Falta de previsão legal quanto aos procedimentos para a responsabilização dos diversos agentes envolvidos no programa e beneficiários que auferem indevidamente dos recursos ofertados pelo programa;</p> <p>d) Falta de manuais de detalhamento de tarefas a serem executadas em todas as etapas do Programa visando à uniformização de procedimentos e ao estabelecimento de rotinas a serem implementadas pelos diversos participantes do Programa.</p> <p>4. Os mecanismos de divulgação do programa são incipientes. Há falta de material de divulgação (brochuras; cartazes; scripts) e de campanhas publicitárias nas localidades para informe da população sobre os critérios de elegibilidade, condicionalidades e benefícios do Programa, bem como sobre os canais de comunicação com o Ministério.</p> <p>5. Falta de sistematização do Controle Social do Programa e conseqüente instrumentalização desses para atuarem conforme definido na legislação.</p> <p>Um resultado que, embora não mensurado, merece registro é o crescente envolvimento da sociedade civil e dos Gestores locais causado, em parte, pela realização dos trabalhos do Sorteio Público de Municípios.</p>
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>Como medidas adotadas pelo Gestor, verificamos:</p> <p>a) o início de processos de normatização quanto aos aspectos de fiscalização e monitoramento e acompanhamento da condicionalidades exigidas pelo programa; e</p> <p>b) constituição da Rede Nacional de Fiscalização do Programa Bolsa Família, que contará com a parceria de órgãos federais de controle (CGU e TCU) e Ministério Público para atuação no acompanhamento e fiscalização do Programa.</p>
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar
(*) Dotação global abrangendo o Bolsa-Família e Programas Remanescentes; (**) O percentual resultante da aplicação dos valores constantes nas rubricas meta realizada / meta prevista, restrito apenas aos valores do bolsa-família, ou seja, líquido os valores dos demais programas remanescentes.	



Programa	Código	Nome
	<b>0070</b>	<b>Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude</b>
Ação	Código	Nome
	<b>005B</b>	<b>Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agente de Desenvolvimento Social e Humano</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Ausência de oferecimento de lanches e de material didático aos agentes jovens (detectado em 46,8% dos municípios).</p> <p>b) Meta física executada/informada em quantidade inferior à prevista no Plano de Ação (11,7% dos municípios).</p> <p>c) Inadequação das instalações físicas dos locais onde são ministrados os cursos de capacitação do programa (7,8% dos municípios).</p> <p>d) Atraso superior a 30 dias no pagamento da Bolsa aos agentes jovens (3,9% dos municípios).</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor federal vem diligenciando o executor municipal para o encaminhamento de documentação complementar e/ou de justificativas com intuito de sanar as falhas e/ou impropriedades detectadas na aplicação dos recursos federais, a partir das constatações verificadas pela CGU. As justificativas prestadas pelos municípios são analisadas pela área técnica do MDS, e nos casos de não atendimento as diligências são reiteradas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

## Ministério da Educação

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>1062</b>	<b>Democratizando o acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária.</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2992</b>	<b>Funcionamento da Educação Profissional</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Das 72 unidades gestoras que prestaram contas em 2004, 18 foram certificadas como irregulares, 53 como regulares com ressalvas, e apenas uma com regularidade plena.</p> <p>Das irregulares, as ocorrências principais foram: reincidência em não-atendimento a determinações do Tribunal de Contas da União e às recomendações da Controladoria-Geral da União (9 em 18); impropriedades/irregularidades nos termos e prestações parciais e finais de contas de convênio (7 em 18); pagamentos indevidos a servidores e falta de medidas de regularização (quase todas); realização de despesas sem respaldo legal; contratação irregular de serviços, tais como: contratação, de forma reiterada, de serviços de limpeza e conservação predial, com base no art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93; contratação em duplicidade; gerenciamento irregular de recursos por caixa escolar, APM ou fundação de apoio; ausência de recolhimento junto à Conta Única de receitas próprias; abastecimento irregular de veículos particulares; irregularidades em contratações e pagamentos de aquisições, inclusive com prática de sobrepreço; renúncia de receitas próprias para Fundação de Apoio; intempestividade na apuração de bens desaparecidos; irregularidades na apuração de responsabilidades por ilícitos ocorridos no âmbito da Entidade, dentre outros</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A ação dos Gestores se apresenta, ainda, heterogênea, com poucos apresentando propostas de regularização dos pontos e a grande maioria trazendo justificativas pontuais.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1073</b>	<b>Universidade do Século XXI</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4009</b>	<b>Funcionamento de Cursos de Graduação</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>As auditorias de avaliação da gestão das IFES levaram a uma certificação irregular de 40% das IFES, o que representou um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior, apresentando como principais pontos: fragilidades de controles internos; não atendimento às determinações do TCU e recomendações da SFC; reincidência de constatações tais como irregularidades na execução de contratos e convênios; pagamentos contrariando o princípio da economicidade; professores com dedicação exclusiva exercendo outras atividades remuneradas; não ressarcimento de valores pagos irregularmente, como também continuidade de pagamentos indevidos a servidores; contratação indevida de fundações de apoio.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	A ação dos Gestores se apresenta, ainda, heterogênea, com poucos apresentando propostas de regularização dos pontos e a grande maioria trazendo justificativas pontuais, sendo que a própria regulação orçamentária e financeira do País considerada como causa de impropriedades e irregularidades, dado que não é vista como adequada ao segmento.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Código	Nome
	<b>1061</b>	<b>Brasil Escolarizado</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0969</b>	<b>Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Principais constatações: em 48,78% dos municípios, a Equipe Coordenadora do PNATE não foi instituída formalmente e em 68,41% não há registro da atuação do Conselho do FUNDEF no acompanhamento e Controle do PNATE; na execução dos recursos, 41% dos municípios fiscalizados demonstraram que o fizeram em itens totalmente vinculados ao objeto do PNATE e em 31,71% não foram constatadas impropriedades/irregularidades em procedimentos licitatórios e/ou pagamentos efetuados.	
Medidas Adotadas pelo Gesto	Ainda não temos informações sobre providências do Gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Potencial do 8º ao 12º Sorteio = R\$ 20. 857,21	

Programa	Código	Nome
	<b>1061</b>	<b>BRASIL ESCOLARIZADO</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3682</b>	<b>EXPANSAO E MELHORIA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO MEDIO – PROMED</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Nas auditorias de recursos externos, foram detectados problemas na gestão central do MEC, em especial a continuidade de baixa execução do contrato (ver nos relatórios de avaliação, qual o percentual) e os relacionados à contratação de consultores, tais como elevado percentual de ausência de comprovação de habilitação profissional, não atendimento de requisito técnico/ profissional especificado no termo de referência, descumprimento do interstício de 90 dias exigidos na contratação de consultor na modalidade retainer, falta de realização de avaliação de desempenho, contratação de servidores públicos, inclusive de professores em regime de dedicação exclusiva. Nas auditorias realizadas na execução local, foram detectadas impropriedades que demonstram a não observação às normas relativas à gestão de projetos no âmbito de acordos internacionais: elevada taxa de bens não localizados nos municípios, especialmente de informática; inexecução do objeto pactuado em termo de convênio e falta de utilização de bens recebidos nas escolas, o que pode representar risco de comprometimento à eficiência do projeto.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar-	

Programa	Código	Nome
	<b>1062</b>	<b>DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E UNIVERSITÁRIA</b>
Ação	Código	Nome
	<b>7109</b>	<b>IMPLANTACAO DE CENTROS DE ED. PROFISSIONAL – PROEP</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Nas auditorias de recursos externos, foram detectados problemas de gestão central (MEC) do programa relacionados à baixa execução do objeto, assinatura de convênio com entidade não elegível, segundo critérios contidos no manual operativo do PROEP e descumprimento da legislação quanto à contratação de pessoal, com falta de comprovação de escolaridade e de encerramento de contrato de trabalho, contratação de servidor público federal e ou sem processo seletivo. Na execução dos convênios, foram verificadas impropriedades na realização de processos licitatórios (5 em 23), impropriedades no projeto básico com distorções entre o orçamento, memorial descritivo e plantas (3 em 23) e falhas na execução da obra, tais como: distorções no cronograma físico e financeiro; reduções no projeto; falhas nas medições e atraso; abandono, deterioração e paralisação de obras (7 em 23); e falta de cumprimento da oferta de vagas gratuitas à clientela mais carente, em conformidade com os termos dos convênios firmados. As fiscalizações realizadas no âmbito do Programa de Sorteio de Municípios revelaram problemas similares, sendo as mais graves as paralisações de obras, colocando em risco os recursos já investidos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar.	

Programa	Código	Nome
	<b>0040</b>	<b>Toda Criança na Escola</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3699</b>	<b>Programa Nacional de Transporte do Escolar - Ação substituída pela PNATE</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Dos 161 convênios fiscalizados, 90,68 % dos veículos foram adquiridos, sendo que apenas 3,73% em data posterior à prevista no convênio e em 1,86% os recursos não foram utilizados; 70,81 % comprovaram ter adquirido o veículo de acordo com o preço de mercado, sendo 85,71% de acordo com as especificações previstas; na utilização, 45,34 % demonstram estar atendendo ao nº de escolas e ao aluna do constante do projeto inicial e 52,80 % transportam exclusivamente alunos. Em termos da regularidade da aplicação, 22,98 % apresentaram impropriedades/irregularidades nos processos licitatórios/pagamentos, sendo 2,47% com elementos fraudulentos.
Medidas Adotadas pelo Gestor	Não houve retorno do Gestor.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Potencial do 8º ao 12º Sorteio = R\$ 11.064,00 Potencial Denúncias = sem condições de dimensionar

Programa	Código	Nome
	<b>1061</b>	<b>BRASIL ESCOLARIZADO</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0304</b>	<b>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Nessa Ação, por força de lei, a fiscalização da CGU dá-se apenas nos Estados em que há complementação de recursos da União, tendo ficado restrita à Bahia, Maranhão, Pará e Piauí, no exercício de 2003, e ampliada aos Estados do Ceará e Alagoas em 2004. Mesmo com a limitação de Estados fiscalizados, esta foi a Ação do Ensino Fundamental em que a CGU mais constatou irregularidades praticadas por Gestores locais, envolvendo desvio de finalidades na aplicação de recursos, pagamentos efetuados sem a realização do serviço, fuga/simulação de realização de processos licitatórios, superfaturamento de preços, notas fiscais clonadas/frias, cópias fraudadas de certidões de regularidade fiscal, dentre outros.</p> <p>Dos 43 municípios fiscalizados pelo Programa Sorteio de Municípios, verifica-se que o Conselho Municipal estava constituído, conforme determina a legislação em 80,95%; desses, a forma de escolha dos representantes de segmentos sociais por eleição entre os pares, ainda, é minoritária; 42,86% para representantes dos professores e diretores; e 40,48 % para os dos servidores e, coincidentemente, também, para os dos pais dos alunos. A periodicidade de reunião com maior incidência é a mensal (30,95%), mas a efetividade não se mostrou assegurada, pois dentre todos, apenas 50,00 % dizem ter acesso a toda documentação do FUNDEF e 64,29% revelam não ter supervisionado a realização do Censo da Educação Básica, que é a base para a distribuição dos recursos federais. Em termos de detecção de irregularidades, 28,57% sinalizaram a ocorrência, sendo que, desses, 41,67% afirmaram que os problemas não foram sanados.</p> <p>Em termos da regularidade da aplicação dos recursos, o percentual de municípios que não conseguem comprovar a aplicação dos recursos ou que comprovadamente praticaram fraudes ou desvios atinge 55,73% e o percentual dos que praticaram irregularidades e impropriedades em processos licitatórios chega a 65,57%. Como risco à efetividade, temos 59,01% dos municípios apresentaram desvios de finalidade na execução de recursos da parcela de 60 e 36,06% desvios de finalidade na parcela de 40%, vinculada a despesas de manutenção exclusiva do Ensino Fundamental.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>As providências do MEC frente às irregularidades têm sido, apenas, de encaminhamento aos Tribunais de Contas dos Estados/Municípios e aos respectivos Ministérios Públicos, dado o seu entendimento de que a sua competência abrange acompanhamento das ações no âmbito federal, apoio e orientação técnica e avaliação de resultados, mas não inclui questões relacionadas à fiscalização. Considerando que o MEC não tem retorno das providências dos entes estaduais e municipais dos fatos encaminhados, os assuntos permanecem em aberto.</p> <p>Frente a esse quadro, a CGU tomou uma série de providências de forma a provocar alteração da falta de apuração dos fatos detectados, inclusive encaminhamento de Aviso ao MEC, informando o entendimento da CGU de que o art. 11 da Lei nº 9424/1996 obriga o MEC, juntamente com o Tribunal de Contas da União, dos Estados/Municípios, a criar mecanismos adequados à fiscalização da execução do FUNDEF, estabelecendo, assim, uma premissa importante para a busca de solução para o problema da indefinição da responsabilidade do Gestor federal, o que concorre para a incidência de elevado nível de fraude e corrupção no uso de recursos para a Educação.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Potencial do 8º ao 12º Sorteio = R\$ 11.438.644,82 Potencial Denúncias = sem condições atuais de consolidação	

Programa	Código	Nome
	<b>0040</b> <b>1061</b>	<b>Toda Criança na Escola (2003) e Brasil Escolarizado (2004)</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0513</b>	<b>Alimentação Escolar (2003) e Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (2004)</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Na aquisição dos gêneros alimentícios, 50,13 % das prefeituras revelaram problemas nos processos licitatórios/pagamentos, sendo que 26,79 % apresentaram irregularidades, envolvendo, dentre outros fatos, manipulações de propostas/preços, e/ou desvios e fraudes.</p> <p>b) Em termos de efetividade, 71,89% das escolas disseram ter servido alimentação aos alunos todos os dias letivos, sendo que em 80,19 % a avaliação dos fiscais considerou a forma de preparo das refeições adequada.</p> <p>c) O CAE está constituído em 94,16 % dos municípios fiscalizados, sendo 90,98 % os membros foram indicados em conformidade com a legislação; 52,52% se reuniu mais de uma vez por semestre, mas 62,60% não atua no processo de licitação, 40,32% não participa do processo de escolha do cardápio, 38,20 % não está atuando na verificação do tipo e da quantidade de alimentos entregues nas escolas, 36,60% nunca visitou os locais de armazenagem dos produtos alimentícios a serem distribuídos às escolas e 60,21 % não está atuando na divulgação dos recursos recebidos pela entidade executora.</p>
Medidas Adotadas pelo Gestor	O FNDE encaminhou diligências aos municípios e, quando necessário, instaurou as devidas TCE, informando à CGU que, por sua vez, relatou fatos ao TCU. Em termos de controle, a CGU e o FNDE estão atualmente revendo a sistemática de acompanhamento e fiscalização do programa com a finalidade de ampliar a efetividade desse controle, tanto o de supervisão (FNDE) quanto de avaliação (CGU).
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	8º ao 12º Sorteio = R\$ 716.845,11

Programa	Código	Nome
	<b>0040 1061</b>	<b>Toda Criança na Escola (2003) e Brasil Escolarizado (2004)</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0081</b>	<b>Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos-Recomeço (2003) e Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em 24,77% dos municípios foram verificadas aplicações fora do objeto, 49,54% das prefeituras não procederam à aplicação financeira dos recursos e 6,42% não estão executando em conta específica. Em termos operacionais, apesar da existência das turmas terem sido confirmadas, 15,60% não obedeceu ao mínimo de 80 horas de formação continuada dos professores e apenas 53,21% do material didático adquirido foi comprovadamente distribuído para clientela da Ação. Em 53,21% não há sinalização da ação do Conselho do FUNDEF.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor informou à SFC sobre o encaminhamento de correspondência aos municípios, mas não há retorno sobre medidas efetivas de solução dos problemas detectados.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Potencial do 8º ao 12º Sorteio = R\$ 620.890,28	

Programa	Código	Nome
	<b>0040 1061</b>	<b>Toda Criança na Escola</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0515 0517</b>	<b>Programa Dinheiro Direto na Escola (2003) e Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Em 35,71% dos casos, a prefeitura não realizou levantamento de prioridades para atendimento às escolas e, dessas, 20,62% revelaram não conhecerem sequer o programa, sendo que das que conhecem, 44,85% não têm conhecimento do valor a elas destinado. Em 22,68% das escolas, os materiais/serviços informados pelo Gestor local, como tendo sido encaminhados, não foram localizados pela equipe de fiscalização. Em termos de execução, foi verificado que 81,43% dos recursos foram executados diretamente pelas prefeituras, sendo que 78,77% comprovaram obedecer às finalidades de aplicação. Das escolas que executaram, 15,71% não apresentaram a prestação de contas dos repasses recebidos das prefeituras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Ainda não temos informações sobre providências do Gestor.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	NÃO SE APLICA	



## Ministério da Saúde

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>1203</b>	<b>Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0829</b>	<b>Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Os resultados das fiscalizações realizadas indicaram, por parte do Ministério da Saúde, fragilidade nos mecanismos de acompanhamento/fiscalização da Ação. Por parte dos Municípios, foram verificadas as seguintes ocorrências:</p> <p>a) Realização de despesas incompatíveis com as atividades de epidemiologia e controle de doenças (ocorrência em 11 Municípios, 9,48% do total fiscalizado);</p> <p>b) Impropriedades na movimentação dos recursos da conta específica (ocorrência em 7 Municípios, 6,03% do total fiscalizado);</p> <p>c) Desvio de finalidade na utilização de veículos destinados às atividades de epidemiologia e controle de doenças (ocorrência em 4 Municípios, 3,44% do total fiscalizado);</p> <p>d) Não comprovação da aplicação da Contrapartida Municipal (ocorrência em 2 Municípios, 1,72% do total fiscalizado);</p> <p>e) Falta ou não comprovação de integralização da contrapartida municipal na conta específica (ocorrência em 3 Municípios, 2,58% do total fiscalizado).</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS, vem atuando no sentido de sanar as deficiências apresentadas na execução do Programa nos diversos Municípios, após conhecimento das constatações elencadas nas fiscalizações efetuadas pelas CGU nas diversas Unidades da Federação. Espera-se, por parte do Ministério da Saúde, o incremento dos mecanismos de acompanhamento dos recursos repassados para a área de vigilância em saúde de modo a buscar, de forma mais efetiva, o atingimento das metas pactuadas com Estados e Municípios evitando, dessa forma, prejuízos ao Erário.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 4.480.701,00	

\* fiscalizações realizadas do 8º ao 10º sorteio

Programa	Código	Nome
	<b>0122</b>	<b>Saneamento Ambiental Urbano</b>
Ação	Código	Nome
	<b>7652</b>	<b>Implantação de Melhorias Sanitárias para Prevenção e Controle de Agravos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>a) Irregularidades no Processo Licitatório;</p> <p>b) Serviços não executados;</p> <p>c) Não apresentação da Prestação de Contas;</p> <p>d) Irregularidades nos pagamentos.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	<p>a) Solicitou pareceres técnicos e financeiros dos convênios às Coordenações Regionais; b) Determinou a realização de Visita Técnica; c) Notificou o Gestor a esclarecer os pagamentos efetuados e solicitou a devolução dos recursos, quando cabível; e d) Notificou o Gestor municipal para a apresentação de contas.</p>	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 5.166.835,17	

Programa	Código	Nome
	<b>0004</b>	<b>Qualidade e Eficiência do SUS</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1823</b>	<b>Implantação, Aparentamento e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS</b>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resumo dos Resultados das Ações de Controle	De um total de 125 ações de controle demandadas, foram detectadas as principais ocorrências, a seguir relacionadas: a)Impropriedade na cessão e desperdício de equipamentos e materiais permanentes (ocorrência em 2 Municípios, 1,6% do total fiscalizado); b)Impropriedades/irregularidades na aplicação de recursos do convênio (ocorrência em 4 Municípios, 3,2% do total fiscalizado); c)Pagamento antecipado de despesas (ocorrência em 6 Municípios, 4,8% do total fiscalizado); d)Obras realizadas com preço acima dos praticados no mercado (ocorrência em 1 Município, 0,8% do total fiscalizado); e)Objetivo do convênio parcialmente atendido (ocorrência em 1 Município, 0,8% do total fiscalizado); f)Execução do convênio em desacordo com o Plano de Trabalho (ocorrência em 2 Municípios, 1,6% do total fiscalizado); g)Aporte indevido de contrapartida (ocorrência em 1 Município, 0,8% do total fiscalizado); h)Equipamentos adquiridos e não localizados (ocorrência em 2 Municípios, 1,6% do total fiscalizado); i)Serviços realizados pagos com recursos de outro convênio (ocorrência em 1 Município, 0,8% do total fiscalizado); j) Impropriedades/irregularidades no processo licitatório - não adoção dos procedimentos previstos na Lei 8.666/93 (ocorrência em 8 Municípios, 6,4% do total fiscalizado).
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde – FNS, vem atuando no sentido de sanar as deficiências apresentadas na execução dos diversos convênios, efetuando, inclusive, novas verificações “in loco”, após conhecimento das constatações elencadas nas fiscalizações efetuadas pelas CGU nas diversas Unidades da Federação.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 3.416.186,00

\* Programa constante no orçamento de exercícios anteriores a 2004

Programa	Código	Nome
	<b>1214</b>	<b>Atenção Básica em Saúde</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0589</b>	<b>Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Não cumprimento da carga horária semanal pelos profissionais médicos e enfermeiros - 8,5%; jogos de medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde em quantidade insuficiente ou não fornecidos, 10%; falta de infra-estrutura adequada nas unidades básicas de saúde - 6%; atendimentos abaixo do número previsto ou atendimento deficiente - 7%; dados do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB incorretos em relação às constatações in loco e em relação a outros sistemas (SIM, SINASC) - 4,5%; equipe do PSF incompleta - 6%; atendimento não humanizado (filas) - 3,5%; desvio de recursos para outros programas - 2,2%..	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Feitas comunicações, pelo Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde para averiguação dos fatos e tomada de providências. Especificamente em relação ao 8º Sorteio Público de Municípios, a Secretaria de Atenção à Saúde acionou o DENASUS, que, por sua vez, informou estar inserindo planilha de glosas e de qualificação dos responsáveis no Sistema de Auditoria - SISAUD para posterior remessa do expediente de cobrança ao Fundo Nacional de Saúde. De forma geral, o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Atenção à Saúde, atribui a incumbência da resolução do problema às esferas estadual e municipal, abstendo-se de tomar providências próprias.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1293</b>	<b>Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0593</b>	<b>Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do PAB para Assistência Farmacêutica Básica</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Controle de estoque inexistente ou deficiente - 58,33%; Condições de armazenagem inadequadas - 32,78%; Falta de medicamentos básicos para o atendimento da população - 26,11%; Não efetivação da contrapartida por parte da Secretaria Municipal de Saúde - 10%; Não efetivação da contrapartida por parte da Secretaria Estadual de Saúde - 7,78.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Secretário – SCTIE informou, por meio do Ofício nº 453/SCTIE/MS, de 12/11/2004, que enviou o Memorando Circular nº 009 ao Secretário Executivo-SE/MS, ao Subsecretário de Assuntos Administrativos – SAA/MS e à Comissão Intergestora Tripartite - CIT, solicitando manifestações do conteúdo presente nas notas técnicas da SFC/CGU não obtendo manifestações até a presente data.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar
--	---------------------------

Programa	Código	Nome
	<b>1220</b>	<b>Atenção Ambulatorial e Hospitalar no SUS</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0906</b>	<b>Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados à Gestão Plena</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Cobrança do SUS por serviços médicos não realizados; Cobrança dos pacientes por serviços já pagos pelo SUS.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Ainda não foram implementadas medidas para sanear os problemas constatados.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1214</b>	<b>Atenção Básica em Saúde</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0587</b>	<b>Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Utilização dos recursos do PAB Fixo em finalidades não permitidas pela legislação.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Solicitou manifestação dos Gestores municipais responsáveis pelas impropriedades/ irregularidades.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1287</b>	<b>Saneamento Rural</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3921</b>	<b>Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Irregularidades no Processo Licitatório; b) Serviços não executados; c) Não apresentação da Prestação de Contas; d) Irregularidades nos Pagamentos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Solicita pareceres técnicos e financeiros das Coordenações Regionais e, caso o objetivo tenha sido atingido, não toma as providências necessárias para coibir as práticas irregulares nos Processos de Licitação; b) Determina a realização de Visita Técnica e, caso não seja aprovado em 100% a execução físico-financeira, instaura Tomada de Contas Especial; c) Notificação ao Gestor para apresentação da prestação de contas e, em caso negativo, instauração de Tomada de Contas Especial; d) Notifica o Gestor para esclarecimentos acerca dos pagamentos efetuados e solicita a devolução dos recursos, entretanto não tem estabelecido critérios sobre os pagamentos e conseqüente instauração de TCE.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1138</b>	<b>Drenagem Urbana Sustentável</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3883</b>	<b>Drenagem e Manejo Ambiental em Áreas Endêmicas de Malária</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Irregularidades no Processo Licitatório; b) Serviços não executados.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Solicitou pareceres técnicos e financeiros dos convênios às Coordenações Regionais; b) Determinou a realização de Visita Técnica; c) Determinou a instauração da Tomada de Contas Especial nos casos de não aprovação de 100% da execução físico-financeira.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>8007</b>	<b>Resíduos Sólidos Urbanos</b>
Ação	Código	Nome





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	<b>3984</b>	<b>Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Irregularidades no Processo Licitatório; b) Objetivo não atendido.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Solicitou pareceres técnicos e financeiros dos convênios às Coordenações Regionais; b) Determinou a realização de Visita Técnica; c) Determinou a instauração da Tomada de Contas Especial nos casos de não aprovação de 100% da execução física-financeira.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>0122</b>	<b>Saneamento Ambiental Urbano</b>
Ação	Código	Nome
	<b>3861</b>	<b>Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	a) Irregularidades no Processo Licitatório; b) Serviços não executados; c) Não apresentação da Prestação de Contas; d) Irregularidades nos Pagamentos.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	a) Solicitou pareceres técnicos e financeiros dos convênios às Coordenações Regionais; b) Determinou a realização de Visita Técnica; c) Notificou o Gestor a esclarecer os pagamentos efetuados e solicitou a devolução dos recursos, quando cabível; e d) Notificou o Gestor municipal para a apresentação de contas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 6.927.025,94	

## Ministério da Justiça

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0662</b>	<b>Combate à Criminalidade</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1899</b>	<b>Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico Científico (Promotec/Pró-Amazônia)</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Em decorrência dos exames efetuados foram evidenciadas disfunções que impactaram o alcance das metas previstas para o exercício tais como: continuidade do pagamento das Comissões de Permanência dos recursos originários do empréstimo contraído junto aos Bancos BNP Paribas, francês, e o KFW, alemão, em razão do descumprimento do cronograma físico dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec e descumprimento do cronograma orçamentário estabelecido pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal-CCF/MF, ambos decorrentes da falta de liberação orçamentária e de limite de pagamento, o que vem distorcendo o comparativo entre as metas física e financeira da Ação identificada nesta planilha.</p> <p>Com relação ao acompanhamento dos atos de gestão praticados no exercício, foram identificados impropriedades e desvios referentes à utilização de recursos de Programas de Trabalho em finalidade diversa para o qual foi criado; contratação de serviços sem a garantia dos créditos orçamentários; falta de entrega de material importado já pago; sucessivas contratações emergenciais; divergência entre os controles físico e escritural e fragilidade nos controles de distribuição de armamento e munição; contrato firmado com preço diferente do proposto pela empresa vencedora no processo licitatório correspondente; falta de retenção e recolhimento do IRRF quando do pagamento de prestador de serviço; retenção e recolhimento do IRPJ a menor nos pagamentos efetuados ou falta de recolhimento do IRPJ; emissão de notas de empenho com valores simbólicos; ausência de aplicação de sanções administrativas ao contratado por abandono de obra; ausência de elaboração de Projeto Executivo em contrato de obra; emissão indevida de termo de recebimento de obra; carência de inspeção periódica de obra; acréscimos de serviços acima do permissivo legal. No tocante às denúncias recebidas, foram objetos de análise os apostilamentos de cargos e funções do Departamento de Polícia Federal em decorrência de reestruturação do Ministério da Justiça, cujos exames revelaram a ausência de procedimentos básicos de apostilamentos; pagamentos indevidos; falta de atualização dos registros no SIAPE; e ausência de restituições de valores nas situações em que o apostilamento se dava em funções de níveis inferiores aos anteriormente ocupados.</p>	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	O órgão gestor vem adotando providências, entre elas a abertura de processo administrativos disciplinares para a responsabilização de servidores pela má condução de processos administrativos na gestão dos recursos públicos, mudanças de rotinas e instruções internas, respaldadas na legislação vigente, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e, especificamente na situação do contrato de financiamento externo, o órgão buscou junto aos Ministérios responsáveis a revisão dos termos pactuados nos Acordos de Financiamento com os Bancos BNP Paribas e KFW, visando adequá-los a realidade de execução orçamentário/financeira do Departamento de Polícia Federal, cuja situação ainda não foi modificada.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Encontra-se em apuração a responsabilização pelo pagamento de fatura no valor de R\$ 195.118,00, referente a aquisição de armas para o DPF, ante a ausência de entrega do material importado.

Programa	Código	Nome
	<b>0151</b>	<b>Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento</b>
Ação	Código	Nome
	<b>4390</b>	<b>Regularização Fundiária de Terras Indígenas</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Constatou-se utilização de créditos orçamentários de Programas de Trabalho incompatíveis com as despesas realizadas; fracionamento de despesas; má gestão de bens patrimoniais; pagamentos em duplicidade; dispensas irregulares de licitação; inexistência de controles no almoxarifado de materiais de consumo; pagamento dos serviços prestados sem consulta prévia no SICAF da situação do fornecedor; pagamento de despesas com atraso, antecipadamente ou com incidência de multas e juros; ausência de adoção de medidas visando o desfazimento de materiais inservíveis; e descumprimento aos dispositivos constantes da Lei de Licitações.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar.	

Programa	Código	Nome
	<b>0661</b>	<b>Modernização do Sistema Penitenciário Nacional</b>
Ação	Código	Nome
	<b>1844</b>	<b>Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	A força de trabalho do DEPEN composta em sua maioria (83,6%) de servidores requisitados de outros órgãos ou sem vínculo com a Administração Pública e de empregados terceirizados, de ex-detentos e estagiários contratados, o que pode dificultar o comprometimento com os planos estratégicos definidos, trazendo descontinuidade na definição da política adotada; o contingenciamento de créditos orçamentários, reduzindo a capacidade de operacionalização das metas planejadas; deficiência de pessoal para fiscalização de obras; baixa capacidade produtiva em relação à demanda crescente da população carcerária; demora na tramitação (apresentação dos pleitos pelos interessados, análise da documentação e aprovação dos pedidos) da documentação referente à celebração dos convênios, decorrendo em média 120 dias até a celebração do termo; falta de acompanhamento efetivo por parte do órgão repassador dos recursos sobre o alcance dos objetivos da Ação, ou seja a verificação da conclusão da obra e se a mesma foi ocupada; descumprimento de prazos de apresentação e análise de prestação de contas de convênios firmados. Também foi incluída nos trabalhos desenvolvidos pela SFC a fiscalização de estabelecimentos penais localizados no Pará e em Tocantins, tendo sido identificadas situações tais como inclusão em fatura de serviços não finalizados; promoção de acréscimos contratuais sem anuência do órgão repassador dos recursos; ausência de fundamentação para dispensa de licitação por emergência; pagamento antecipado, dentre outras.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	No que se refere à escassez de recursos frente a demanda carcerária crescente, o DEPEN vem promovendo estudos de viabilidade na busca de parcerias público-privadas na construção de novos estabelecimentos penais, assim como novas alternativas para uma reforma penal no País, a partir de uma mudança no perfil das portas de "entrada" e "saída" do sistema. Com vistas a agilizar o processo de construção de novos presídios, o Governo Federal avocou a responsabilidade pela edificação, por meio da execução direta.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	

Programa	Código	Nome
	<b>1127</b>	<b>Sistema Único de Segurança Pública</b>
Ação	Código	Nome
	<b>7797</b>	<b>Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Estrutura física inadequada e um quadro de pessoal insuficiente, composta em sua maioria de pessoal sem vínculo, terceirizado ou de estagiários, o que não permite uma permanência definitiva de planos estratégicos das políticas a serem implementadas a longo prazo, uma vez que a instabilidade funcional pode trazer a descontinuidade na implementação dos planos; deficiências nas rotinas operacionais do Órgão quando da análise dos projetos encaminhados pelos Estados e Municípios, os quais são submetidos a cada Departamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, do Ministério da Justiça, para emissão de parecer técnico sobre cada área de atuação, o que acarreta atrasos na liberação do projeto para aprovação; deficiência nos processos de fiscalização e monitoramento, extremamente necessários frente ao montante de recursos descentralizados, e da importância da correção de desvios, se existentes; insuficiência	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

	de espaço físico para um melhor acondicionamento de documentos e processos em tramitação nas Coordenações responsáveis pelo acompanhamento e análise das prestações de contas de convênios apresentadas, ocorrendo situações em que grande volume de processos recebidos encontram-se sobre as estações de trabalho até a conclusão dos exames, sem arquivo próprio, o que pode ocasionar perda e/ou extravio dos mesmos; ausência de manuais e rotinas que definam regras, orientações e diretrizes para a descentralização de recursos, a execução e formas de prestações de contas. Também ficaram evidenciadas situações que comprometem o resultado físico das metas planejadas relativamente à execução dos recursos descentralizados, tendo sido identificada baixa utilização dos recursos transferidos por parte dos entes conveniados; descumprimento da Lei de Licitação; ausência de mecanismos de controle na distribuição dos materiais adquiridos, dentre outros.
Medidas Adotadas pelo Gestor	As situações evidenciadas nos trabalhos desenvolvidos foram levadas ao conhecimento da SENASP, sendo enfatizada a necessidade de fiscalização na execução dos recursos descentralizados, visando à correção dos desvios constatados, cujas providências adotadas vêm sendo acompanhadas pela SFC.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>0663</b>	<b>Segurança Pública nas Rodovias Federais</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2723</b>	<b>Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias Federais</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Relativamente à arrecadação das multas, os resultados obtidos na execução dos exames apontaram situações que vêm impactando o alcance das metas propostas, encontrando-se, dentre as principais, a retenção antecipada dos percentuais pactuados nos instrumentos formais firmados com os Detrans Estaduais e do valor correspondente ao Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET, o que contraria o disposto no art. 6º e respectivo § 1º da Lei nº 4.320/64; inexistência de padronização quanto ao instrumento de formalização da sistemática de arrecadação adotado, se convênio ou contrato, e o respectivo valor destinado a cobrir os custos da arrecadação; a extinção do sistema RENACON, sem motivação explícita, o que proporcionou gastos excessivos aos cofres públicos tendo em vista a contratação do Banco do Brasil S.A, objetivando a manutenção dos procedimentos necessários ao recebimento do passivo de multas pendentes, processadas no sistema do SERPRO e não cobradas pela Polícia Rodoviária Federal (aproximadamente 800.000 multas até 2003) e o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento das Multas Aplicadas pela PRF - SISCOM, mediante contrato firmado com empresa de informática. No tocante aos exames realizados nos atos de gestão praticados no decorrer do exercício de 2004, foram identificadas impropriedades dentre as quais se destacam: a ausência de orçamento detalhado para avaliação do custo da contratação; utilização de modalidade de licitação, Pregão Internacional, não prevista na legislação vigente (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002); pagamento da Carta de Crédito relativa à importação de bens antes do recebimento definitivo dos mesmos; autorização de acréscimo de 25% da aquisição inicial antes da celebração do Termo do Contrato; descumprimento aos dispositivos legais relativos à realização de Pregão; ausência de documentação comprobatória da participação de servidores em curso de capacitação. Também foi objeto de demanda por parte desta SFC o exame do pagamento da Gratificação por Operações Especiais-GOE, tendo sido evidenciadas situações tais como pagamento de atrasados informados em decisão judicial e diferenças posteriores tendo por base o percentual de 90% da GOE, específico para a Polícia Federal; pagamentos atrasados a título de diferença da GOE, calculados sobre as gratificações instituídas pela Lei nº 9.654, de junho de 1998, cujos efeitos financeiros vigoraram posteriormente ao prazo informado nos respectivos processos; desconto de honorários advocatícios em folha de pagamento, embora o caso não se refira à execução de uma sentença judicial e calculados sobre valores indevidos; pagamento de valores relativos a exercícios encerrados sem o reconhecimento da dívida pelo ordenador de despesas e pagamento de parcelas atrasadas com inobservância da prescrição quinquenal.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	As situações descritas anteriormente foram levadas ao conhecimento do órgão gestor, com solicitação de adoção de providências, o que vem sendo monitorado pela SFC.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar	
<b>OBS:</b> Os valores físicos apresentados foram extraídos do SIGPLAN. Convém comentar a disparidade entre a quantificação da meta física planejada, definida com base na malha rodoviária federal, e a meta física realizada, quantificada com base em quilômetros de rodovia federal patrulhados.		

## Ministério do Esporte

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>1245</b>	<b>Inserção Social pela Produção de Material Esportivo</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2362</b>	<b>Produção de Material Esportivo por Detentos – Pintando a Liberdade</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Falhas nos controles internos, inobservância a dispositivos da Lei de Licitações e Contratos e não atingimento de parte das metas previstas para produção de materiais, especialmente quanto à produção dos bonês, sendo apresentadas recomendações objetivas ao Gerente do projeto no âmbito do Ministério do Esporte.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gerente do Programa acompanhou pessoalmente os trabalhos de auditoria e fiscalização em Belo Horizonte e adotou as seguintes medidas: a) determinou à Unidade de Coordenação do Projeto no Estado a adoção das medidas recomendadas pelo Controle Interno; e b) realizou reuniões com representantes do Governo do Estado de Minas Gerais e direção da penitenciária feminina Estevão Pinto, objetivando a efetiva instalação da oficina de produção de bonés, devido à necessidade de adequação da rede elétrica local para a utilização das máquinas.
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	Não foi possível mensurar

Programa	Código	Nome
	<b>1250</b>	<b>Esporte e Lazer na Cidade</b>
Ação	Código	Nome
	<b>5450</b>	<b>Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>Dos resultados da auditoria na CAIXA, destaca-se o baixo índice na execução dos contratos/operações, considerando-se que, em fevereiro de 2004, 38,3% do total das operações ativas dos exercícios de 1999 a 2002 ainda apresentavam situação de Obras Não Iniciadas, Em Andamento ou Paralisadas e 98,47% das operações firmadas em 2003 apresentavam-se Não Iniciadas. Outras disfunções verificadas, objeto de ressalvas nas contas da Unidade, foram: ausência de documentação e de procedimentos necessários à aprovação do plano de trabalho e celebração dos contratos, inadequação nos procedimentos de análise e de aprovação de prestação de contas e obras paralisadas e em estado de abandono, sem efetivas medidas para solução dos problemas.</p> <p>Quanto às ações junto aos municípios, considerando-se as realizadas do 8º ao 12º sorteios públicos, foram fiscalizados 88 municípios compreendendo 134 contratos de repasse, sendo reveladas falhas e irregularidades em 88,06% desses contratos da seguinte natureza: 48,51% nos aspectos legais, 32,09% na execução do objeto e 7,46% no atingimento dos objetivos da ação governamental. Quanto aos problemas detectados na execução do objeto (32,09%), tem-se a seguinte situação: 10,45% na qualidade dos serviços ou manutenção do espaço esportivo, 11,94% obras não iniciadas ou paralisadas e 9,70% de inexecução de itens/serviços do Plano de Trabalho.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 264. 489,58 (Duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a possíveis ações de ressarcimento verificadas em 11 Contratos de Repasse.	

## Ministério da Previdência Social

### Programas Orçamentários

Programa	Código	Nome
	<b>0084</b>	<b>Arrecadação de Receitas Previdenciárias</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2570</b>	<b>Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>As principais constatações foram as seguintes: falta de retenção/recolhimento, por parte das prefeituras, dos 11% (15% cooperativas) do valor bruto das faturas/notas fiscais relativas aos contratos de mão-de-obra, conforme determina a Lei 8.212/91; ausência de comprovação do recolhimento dos 11% (15% cooperativas) a favor da previdência; e recolhimento intempestivo das retenções de 11% (15% cooperativas). O valor total não retido/recolhido para a Previdência Social foi em torno de R\$ 11.967.844,25.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	Em dois municípios já foram adotadas as devidas providências para regularização dos fatos apontados, gerando R\$ 116.270,05 de créditos para o INSS. Com relação aos demais municípios, as providências ainda estão em andamento.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 11.967.844,25	

Programa	Código	Nome
	<b>0083</b>	<b>Previdência Social Básica</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0132</b>	<b>Pagamento de Aposentadorias</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	<p>As principais constatações foram as seguintes: falta de comprovação, pelos cartórios, da entrega dos registros de óbito ao INSS; entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei; divergências entre dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBÍ e os registrados no Livro C do Cartório, gerando pagamentos indevidos; não cessação de benefícios quando do falecimento dos beneficiários; pagamentos de benefícios indevidos em torno de R\$ 252.716,57, Fragilidade no processo de manutenção das aposentadorias por invalidez; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de suas Aposentadorias por Invalidez; pagamentos irregulares de 7.495 benefícios, que representam um total indevido de R\$ 80.939.974,19.</p>	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O gestor informou que está adotando providências com vistas a sanar as irregularidades apontadas, no entanto muitas delas ainda permanecem pendentes, à espera de medidas mais eficazes.	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 81.192.690,76
--	-------------------

Programa	Código	Nome
	<b>0083</b>	<b>Previdência Social Básica</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0136</b>	<b>Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão.</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	As principais constatações foram fragilidades no processo de manutenção de auxílio doença; existência de 4.574 benefícios com pagamentos irregulares, que representam um total de pagamentos indevidos de R\$ 94.903.693,73; 20; falta de avaliações médicos periciais periódicas para verificar se a incapacidade permanece, conforme prevê Lei 8.213/91, para confirmação da manutenção da incapacidade.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 94.903.693,73	

Programa	Código	Nome
	<b>0084</b>	<b>Arrecadação de Receitas Previdenciárias</b>
Ação	Código	Nome
	<b>2568</b>	<b>Recuperação Judicial de Créditos Previdenciários</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Foram constatadas inconsistências nos registros dos sistemas previdenciários que atrasam o andamento dos processos de cobrança; morosidade no processo de arrecadação dos créditos previdenciários; Ausência de correlação entre as atividades planejadas e as executadas no planejamento da ação fiscal. Elevado número de créditos na fase de "Pré-inscrição" e "Inscrição de Crédito em Dívida Ativa" sem a adoção das devidas providências pela PFE/INSS/DF; Existência de processos de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) e Auto de Infração (AI) há mais de 240 dias na fase de contencioso administrativo, em desacordo com a meta estipulada no Plano de Ação da Unidade para o exercício de 2004; Ausência de procedimento sistemático de monitoramento da adimplência dos parcelamentos, causando morosidade na cobrança dos mesmos; Fragilidades no processo de emissão de Certidão Negativa de Débito e Certidões Positivas de Débitos com efeito de negativa; O processo de planejamento da Área de Fiscalização não contempla em suas ações o combate à sonegação fiscal previdenciária; Ineficácia no processo de localização de bens para penhora pela PFE/INSS/DF.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas.	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle(R\$)	Não foi possível mensurar.	

Programa	Código	Nome
	<b>0083</b>	<b>Previdência Social Básica</b>
Ação	Código	Nome
	<b>0134</b>	<b>Pagamento de Pensões</b>
Resumo dos Resultados das Ações de Controle	Das 3.016 Pensões por Morte (Espécie 22) analisadas, 2.921 (96,85%) estão com dados incorretos/incompletos como ausência de informações do nome do instituidor da pensão, do nome de sua mãe, da data de nascimento, data do óbito, C.P.F., Número de Identificação do Trabalhador - NIT. Constataram-se, também, sistemas de benefícios vulneráveis, suscetíveis a fraudes e erros; pagamentos em duplicidade; concessões após a Lei, sem a devida comprovação legal; pagamento sem identificação do segurado/instituidor, etc.; pensões por Morte Espécie 22 de ex-servidores públicos continuam sendo pagas pelo INSS, descumprindo a determinação do Acórdão TCU nº 94, de 24.2.2003; pagamentos indevidos em torno de R\$153 mil mensais e cerca de R\$ 2 milhões anuais, por duplicidade de pagamento entre os Órgãos de origem do segurado/instituidor e o INSS.	
Medidas Adotadas pelo Gestor	O Gestor ainda não apresentou as medidas implementadas	
Resultado Potencial em 2004 decorrente das Ações de Controle (R\$)	R\$ 2.000.000,00	

## 5. ÁREA DE CORREIÇÃO

Correição é o procedimento de fiscalização do cumprimento dos princípios e das normas que regem a Administração Pública – especialmente aqueles atinentes à legalidade, à impessoalidade e à moralidade –, com a finalidade de assegurar a apuração das responsabilidades, a aplicação das sanções cabíveis, a integral reposição dos prejuízos aos cofres públicos e a retomada dos rumos desviados.



Na estrutura organizacional da Controladoria-Geral da União, a atividade de correição é desempenhada por três corregedorias de atuação integrada. A partir do exercício de 2003, com vistas à adequação e otimização no cumprimento de suas funções e atribuições institucionais, alterou-se a estrutura funcional dessas corregedorias. A divisão das atribuições, antes baseada nas fases procedimentais da correição, passou a ser feita segundo as grandes funções da Administração Pública. Assim, onde havia uma estrutura formada por corregedorias de instrução, de procedimentos e de execução, passou a vigorar a especialização, integrada por corregedorias que concentram a análise de três grandes funções de governo: as áreas econômica, social e de infra-estrutura.

A concentração e especificidade de matérias nas respectivas corregedorias objetivaram a agilização nas apurações de irregularidades e malversações dos recursos públicos federais, além de permitir uniformização e integração das ações de fiscalização e auditoria do controle interno com as ações de correição desenvolvidas pelas Corregedorias. A interação entre as Corregedorias e suas correspondentes Diretorias da Secretaria Federal de Controle Interno também gerou frutos na redução da burocracia interna e na otimização das rotinas de trabalho.

### **5.1. Forma de Atuação**

As Corregedorias atuam basicamente a partir do recebimento de denúncias e representações que lhes são encaminhadas por cidadãos, parlamentares, membros do Ministério Público, partidos políticos e outros. Atuam, também, de ofício, a partir de fatos que chegam ao conhecimento dos dirigentes da CGU ou notícias divulgadas na imprensa, em que se apontem indícios ou provas da prática de ilícitos administrativos ou penais.

No que tange às denúncias, registra-se que, em 2004, deram entrada na Controladoria cerca de 10.000 documentos relativos a notícias de desvios de recursos públicos ou conduta irregular de servidores ou de complementação ou resposta a diligências em apurações já iniciadas. A denúncia nova é inicialmente submetida a exame de admissibilidade, pelo qual verifica-se sua consistência e a competência da Controladoria para apurá-la. Em 2004, foram admitidas e, portanto, autuadas 2.136 denúncias e representações. Importante destacar que este número não inclui as denúncias que envolvam a aplicação de recursos públicos federais por administrações municipais, que, em razão do volume e da própria natureza das apurações que exigem, recebem tratamento diferenciado, geralmente com os instrumentos de auditoria ou fiscalização.

Em 2004, as Corregedorias, em razão ainda do volume de denúncias que lhe são encaminhadas, passaram a dar prioridade àquelas que envolvem, por exemplo, maior montante de recursos ou autoridades ocupantes de cargos de escalões mais elevados. As demais denúncias passaram a ser submetidas a um procedimento simplificado, que resulta no seu encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno para que sejam solicitadas e acompanhadas as providências dos órgãos gestores, onde supostamente teriam ocorrido as irregularidades.

As demais denúncias seguem procedimento diverso. Normalmente, podem ser objeto de ações de fiscalização e auditoria e de diligências realizadas diretamente nos órgãos onde teriam se verificado as irregularidades apontadas.

Com base nas informações do controle interno e de diversos órgãos da Administração Pública, e através da agregação dos dados de inteligência, forma-se, por meio da emissão de uma nota técnica, um juízo de valor que, no limite, pode redundar na instauração de procedimentos disciplinares, de tomadas de contas especiais, e do encaminhamento dos fatos apurados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, nas hipóteses em que restarem configurados indícios da prática de ilícitos civis e penais.



Cumprir destacar, também, que as Corregedorias, quando instadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, encarregam-se da fiscalização do cumprimento das recomendações do controle (interno e externo). Portanto, o descumprimento injustificado das recomendações do controle determina a adoção de ações corretivas.

Além disso, as Corregedorias tem atuado na prevenção à corrupção, por meio do fortalecimento do sistema de integridade do Poder Executivo. O aperfeiçoamento das medidas de prevenção à corrupção requer, em uma primeira etapa, uma revisão do quadro normativo e institucional relativo à matéria. Nesse sentido, por exemplo, destaca-se a ação das Corregedorias na completa revisão da legislação sobre conflito de interesse público e privado.

## **5.2. Combate à Lavagem de Dinheiro Associada à Corrupção e ao Enriquecimento Ilícito**

Na linha de atuação voltada para o combate à “grande corrupção”, as Corregedorias passaram a orientar suas atividades para o combate à lavagem de dinheiro. Em toda operação de lavagem de dinheiro há, quase sempre, a ação ou omissão de algum agente público ou político para facilitar o fluxo desses recursos ilicitamente obtidos.

Nesse contexto, foram estreitadas as relações com órgãos como o COAF, que já vinha auxiliando a Controlaria em casos de investigação de lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito de servidores, por meio: i. da comunicação de movimentações suspeitas envolvendo servidores públicos; ii. do estabelecimento de um canal direto de consulta pelo qual a Controladoria pode pedir ao COAF informações acerca de pessoas eventualmente envolvidas em desvios de recursos públicos.

De outro lado, a Controladoria consolidou sua atuação ao lado da Polícia Federal. Foram priorizados casos de atuação integrada na apuração de denúncias de corrupção, os quais somente podem ser totalmente desvelados por meio de ações de investigação policiais, que se beneficiam das informações obtidas por intermédio das atividades de auditoria e corregedoria.

A Controladoria finalizou, em 2004, no devido prazo, as metas, sob sua coordenação, estabelecidas pela I Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro:

- Estudo sobre a criminalização do enriquecimento ilícito (anteprojeto em exame na Casa Civil);
- Compartilhamento de dados sigilosos (fiscais e bancários) entre órgãos públicos encarregados de fiscalização e investigação (anteprojeto em exame na Casa Civil); e
- Sindicância Patrimonial de agentes públicos para investigação a partir de: comunicação de movimentações atípicas pelo COAF; denúncia fundamentada; sinais exteriores de riqueza e exame das declarações de renda e da evolução patrimonial do servidor (anteprojeto em exame na Casa Civil).

Em dezembro de 2004, autoridades do Governo reuniram-se novamente em Pirenópolis, Goiás, para avaliar as ações desenvolvidas em 2004 e elaborar as metas de repressão à lavagem de dinheiro para 2005, sendo que a Controladoria passou a integrar o Comitê Executivo do Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

## **5.3. Articulação das ações**

A integração das funções de controle interno (auditoria e fiscalização) com as funções de correção fez com que estas fossem postas como consequência das primeiras, com capacidade de dar-lhes expressão prática e executoriedade às suas recomendações. Além disso, na apuração de



denúncias várias, formaram-se grupos de trabalho com a participação de servidores das Corregedorias e da Secretaria Federal de Controle Interno.

Adotou-se a prática de articulação de ações com setores externos à Controladoria, que culminou, por exemplo, na celebração de convênios com o Ministério Público Federal e Ministérios Públicos de todos os estados da federação.

Conforme já informado, destaca-se no ano de 2004, o estreitamento da parceria da Controladoria com a Polícia Federal na investigação coordenada de denúncias de corrupção.

#### **5.4. Capacitação de Servidores em Processo Administrativo Disciplinar**

Desde o início do atual governo, constatou a CGU que o principal motivo para a não abertura de processos administrativos disciplinares (PAD) contra servidores públicos que cometeram irregularidades é a inexistência de servidores capacitados para realizar a tarefa. Assim, foi elaborado, pela Área de Correição, o Programa Qualificação em Processos Administrativos Disciplinares, que tem como objetivo geral oferecer conhecimentos específicos e práticos necessários à habilitação de servidores públicos federais para participar de comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares.

O Programa de Qualificação em Processo Administrativo Disciplinar já treinou 1.500 servidores até 2004, contribuindo para combater a cultura de impunidade que dominava a administração pública brasileira. Uma das prioridades para 2005 é capacitar mais 1.000 servidores, atingindo a marca de 2.500 treinados.

Todos os investimentos necessários aos cursos deste grupo são realizados pela CGU. O projeto se insere no Programa 1178 do Plano Plurianual de Ações do Governo Federal – PPA – 2004/2007.

#### **5.5. Sistema de Corregedorias**

A Controladoria concluiu estudos com vistas à elaboração de um anteprojeto de lei que cria o Sistema de Corregedorias do Poder Executivo Federal. A idéia é propor a institucionalização de um Sistema de Corregedorias, integrada por corregedorias central, setoriais e seccionais. Segundo essa proposta, todos os Ministérios, assim como os órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, teriam Corregedorias próprias, com autonomia de função e articuladas com a Controladoria. Desta forma, os procedimentos de correição no serviço público ficarão mais ágeis e efetivos.

#### **5.6. Conflito de interesse público X privado. Mudança no regime de “quarentena” do Serviço Público Federal**

A Controladoria enviou à Casa Civil da Presidência da República anteprojeto de lei que “regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal, define o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego da Administração Pública Federal direta e indireta e dispõe sobre os impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego”. O anteprojeto, além de ampliar o prazo de impedimento e o rol de agentes públicos que se submeteriam à norma, traz importantes inovações, tais como: a definição das situações que implicam em conflitos de interesses, formas de prevenir potenciais conflitos, extensão de impedimentos a servidores licenciados ou afastados e obrigatoriedade de divulgação de agendas públicas.





Com o objetivo de provocar amplo debate na sociedade brasileira sobre o tema, a Controladoria requereu à Casa Civil que o anteprojeto seja submetido a consulta pública. Ademais, os Conselheiros do Conselho da Transparência também foram instados a opinar sobre a proposição em comento.

### **5.7. I Concurso de Monografias e Redações da CGU**

Em comemoração ao dia internacional de combate à corrupção (9 de dezembro), e como forma de estimular nos jovens a reflexão sobre a importância do combate à corrupção, a Controladoria lançou concurso de redações e monografias sobre temas ligados ao assunto. Serão distribuídos, por ocasião da realização do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, 9 prêmios nas seguintes categorias:

- a) nível fundamental – tema da redação “O Papel do Cidadão no Combate à Corrupção”;
- b) nível médio – tema da redação “Iniciativas de Combate à Corrupção no Brasil”;
- c) nível superior – tema da monografia “O Combate à Corrupção no Brasil: Desafios e Perspectivas”.

Os prêmios variam de R\$ 1.000,00 a R\$ 8.000,00.

### **5.8. IV Fórum Global de Combate à Corrupção**

De 7 a 10 de junho de 2005, o Brasil sediará a IV edição do Fórum Global de Combate à Corrupção, evento que ocorre a cada dois anos e reúne grande número de nações de todo o mundo, com vistas à troca de informações e experiências relativas à prevenção e ao combate à corrupção. Mediante a apresentação de casos concretos, que refletem as melhores práticas no que tange ao mencionado tema, tem-se a oportunidade de aprimorar ações e intensificar a cooperação internacional.

A primeira edição do Fórum Global aconteceu em 1999 e teve lugar na cidade de Washington, por iniciativa do então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Em 2001, o II Fórum Global foi realizado na cidade de Haia, na Holanda. Teve como tema central “Combatendo a Corrupção através da Integridade, Transparência e Responsabilidade” e tratou de temas como a integridade e a gestão pública, o cumprimento da lei, o governo e o setor privado, as aduanas e a corrupção, transição e desenvolvimento.

Na terceira edição do evento, em Seul, na Coreia, em 2003, os debates foram norteados pelo tema “Desafios crescentes, responsabilidades compartilhadas”. As oficinas de trabalho foram instâncias em que se debateram, dentre outros assuntos, o cumprimento da lei – instrumentos legais; cooperação internacional; administração da integridade nas aduanas; democracia, desenvolvimento econômico e cultura; acesso à informação e os meios de comunicação.

O IV Fórum Global será organizado em oficinas de trabalho, que abordarão os principais temas da agenda internacional, no que tange aos ilícitos direta e indiretamente vinculados à corrupção, enfocando medidas concretas adotadas em cada país, relacionados à sua prevenção e ao seu combate. As oficinas discutirão questões como conflito de interesses, lavagem de dinheiro, mecanismos de mensuração da corrupção, sociedade civil, corrupção em nível local, convenções internacionais, licitações públicas e governo eletrônico. Aguarda-se a presença de cerca de 100 delegações estrangeiras.



Em 2004, a Controladoria adotou diversas providências com vistas à realização do Fórum Global IV. Foi constituído Grupo de Trabalho interno e Comissão Interministerial para cuidar da organização do evento. Realizaram-se, ainda, em Brasília, duas reuniões do Comitê Organizador Internacional, que congrega diversos países (Estados Unidos, Argentina, Bolívia, Canadá, Reino Unido, África do Sul e Coreia) e organismos internacionais (Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Banco Mundial, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento).

A Controladoria finalizou o termo de referência do IV Fórum Global e firmou convênio com a Transparência Brasil, que a está auxiliando na programação temática do encontro.

### **5.9. Atuação na Área Internacional**

Além da organização do IV Fórum Global, a Controladoria tem expandido sua atuação na área internacional. A Controladoria participa, com um perito, do Mecanismo de Seguimento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção e tem envidado esforços com vistas à ratificação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção, já aprovada pela Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal.

### **5.10. Resumo dos Principais Resultados**

Em 2004 a área de correição fortaleceu sua missão institucional, a partir da ampliação e do aprofundamento do escopo de sua atuação. Nesse sentido, por exemplo, passou a figurar como um dos principais atores governamentais em questões de relevo, tais como o combate à lavagem de dinheiro e ao enriquecimento ilícito. As Corregedorias passaram a dar atenção a ações de prevenção à corrupção, pelo fortalecimento do sistema de integridade do Poder Executivo. Pela primeira vez, desde a criação da antiga Corregedoria-Geral da União a corregedoria instaurou diretamente e avocou procedimentos disciplinares.

As parcerias estabelecidas com órgãos, como os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e com a Polícia Federal, deram maior consistência a sua atuação no enfrentamento da corrupção.

A preocupação com a adoção de medidas eficazes de prevenção à corrupção fez com que a Controladoria, em 2004, passasse a ter atuação relevante em assuntos como os seguintes: prevenção de conflitos de interesses; ampliação da quarentena; flexibilização do sigilo bancário e fiscal de agentes públicos e de pessoas jurídicas que contratam com a Administração; e sindicância patrimonial. Várias dessas reflexões se transformaram em projetos que foram apresentados em 2004.

Foram iniciadas em 2004 as sindicâncias patrimoniais, em casos concretos, que hoje compreendem a análise de 1 centena de casos em investigação preliminar. O acesso à declaração de renda de servidores investigados passou a ser franqueado, pela Receita Federal, à Controladoria.

Na mesma linha, em 2004, foi concluída a análise de 2.234 denúncias pelas Corregedorias, tendo sido requisitada a instauração de 141 sindicâncias e processos administrativos disciplinares. As Corregedorias supervisionaram a condução e revisaram as conclusões de 207 procedimentos disciplinares. Determinaram a anulação de 13 processos e pela primeira vez, desde a criação da antiga Corregedoria-Geral da União, em 2001, instauraram e avocaram procedimentos disciplinares, no total de 9. As Corregedorias pretendem, em 2005, ampliar o número de processos por elas instaurados ou avocados, mas encontram ainda dificuldades em razão do reduzido quadro de servidores, que atendam os requisitos legais para compor comissões disciplinares.



## **6. ÁREA DE OUVIDORIA**

### **6.1. Introdução**

A Constituição Federal de 1988 prevê, além da proteção aos direitos individuais (art. 5º), o direito à participação do usuário na Administração Pública e determina que essa deverá obedecer, dentre outros, ao princípio da publicidade, moralidade e eficiência (art. 37). A necessidade de defesa dos direitos coletivos e individuais e de uma administração pública transparente e responsável é reconhecida por todas as Nações democráticas do mundo, tendo muitas adotado um instituto específico para a sua defesa - o *ombudsman*.

### **6.2. Histórico da Ouvidoria-Geral da União**

Designada originalmente como Ouvidoria-Geral da República, criada em 1992 como órgão do Ministério da Justiça, pela Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, ali permaneceu até o advento do Decreto n.º 4.177, de 28 de março de 2002, que transferiu a competência de Ouvidoria-Geral para a então Corregedoria-Geral da União, atual Controladoria-Geral da União, conforme a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003.

A Lei n.º 10.869, de 13 de maio de 2004, dá a atual designação do órgão.

### **6.3. Missão da Ouvidoria-Geral da União**

De acordo com o disposto na Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, compete à Controladoria-Geral da União, além das atribuições de correição, de controle interno, de auditoria pública e de incremento da transparência da gestão, a função de ouvidoria-geral, no âmbito da Administração Pública Federal. A Ouvidoria-Geral da União tem como missão *o aprimoramento da prestação do serviço público, por meio da adequada atenção às manifestações dos cidadãos*.

A Ouvidoria-Geral da União atua como mediador entre o cidadão e os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e, desse modo, não exige – recomenda, não obriga – convence, não impõe – negocia, tendo como perspectiva de atuação a adoção de soluções sustentáveis e que aproveitem a toda sociedade.

A ocorrência, em tese, de casos de negligência, omissão, ineficiência, falhas em obedecer a políticas ou procedimentos, discriminação, descortesia, atraso injustificado, informações ou orientações imprecisas ou recusa injustificada no fornecimento de informações ou orientações, dentre outros, pode ensejar uma manifestação para a Ouvidoria-Geral da União.

### **6.4. Competências da Ouvidoria-Geral da União**

Decreto n.º 4.785 de 21 de julho de 2003:

“.....

Art. 10. À Ouvidoria-Geral da União compete:



I - apreciar e emitir parecer sobre manifestações e representações relacionadas com procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

II - propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

III - produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal, a partir de manifestações recebidas;

IV - contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos;

V - congregar e orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e

VI - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

..... (grifo nosso).”

## **6.5. Como a Ouvidoria-Geral da União trata as manifestações**

1. Toda manifestação encaminhada é registrada e recebe um número de identificação único.

2. Cada manifestação é examinada preliminarmente para decidir-se acerca de sua admissibilidade. Essa etapa inicial verifica o objeto da manifestação - a mesma deve ter relação com o Poder Executivo Federal - e se existem elementos suficientes para prosseguimento. Para que uma manifestação possa prosseguir para a próxima etapa, o interessado deve:

1. demonstrar, de forma objetiva e esclarecedora, como foi ou será afetado pela má prestação do serviço público;
2. deve ter tentado, previamente, solução junto ao órgão ou entidade do Poder Executivo Federal questionado;
3. o objeto da manifestação não deve estar em apreciação por órgão do Poder Judiciário e nem colocar em questão decisão judicial;
4. manifestação maliciosa, trivial ou anônima é arquivada de ofício.

3. Sendo necessária informação adicional, a manifestação é sobrestada. O prosseguimento somente ocorre após o retorno das informações. Transcorrido o prazo estipulado para o recebimento da resposta, a manifestação é arquivada por entender-se que o cidadão perdeu o interesse em seu prosseguimento.

4. Nas situações em que a Ouvidoria-Geral da União decidir rejeitar a manifestação, esta será arquivada e informar-se-ão ao interessado as razões de tal decisão.

5. Admitida a manifestação, a Ouvidoria-Geral da União inicia a instrução. Nesse ponto, são notificadas ao cidadão o número de identificação único para acompanhamento na página na internet da Controladoria-Geral da União e as providências adotadas até o momento.



6. A manifestação e documentos de apoio são enviados para o órgão ou entidade do Poder Executivo Federal para análise e emissão de parecer ou resposta. As informações, assim prestadas, são encaminhadas ao cidadão para que faça as observações em relação ao oferecido. Em algumas situações, a manifestação é arquivada, nesse ponto, em razão da própria administração ter solucionado a questão, satisfazendo a pretensão do cidadão, ou quando o mesmo dá-se por satisfeito com a resposta apresentada pela administração.

7. A fase de instrução encerra-se quando existirem elementos suficientes para prosseguir-se à etapa de conclusão.

8. Não havendo elementos efetivos de que houve a má prestação de serviço público, a manifestação é encerrada e arquivada, informando-se ao órgão ou entidade questionada e ao cidadão.

9. Na existência de elementos conclusivos da inadequação da prestação de serviço público, o Ouvidor-Geral da União buscará uma solução negociada e mutuamente aceitável.

10. Caso não seja possível resolver, em razão da recusa do órgão ou entidade, o problema, a manifestação será arquivada e será emitida uma observação crítica, para os casos de menor potencial ofensivo, ou uma recomendação, para os casos mais graves.

11. Caso o órgão ou entidade não dê uma solução adequada para a recomendação no prazo dado pela Ouvidoria-Geral da União, a mesma será levada ao conhecimento do Ministro do Controle e da Transparência.

## **6.6. Atividades Desenvolvidas em 2004**

### **1. Análise e tratamento das manifestações dos cidadãos**

O ano de 2004 apresentou significativo aumento no quantitativo de manifestações encaminhadas a esta Ouvidoria em relação ao ano anterior – 78%. Foram 2.045 manifestações em 2004 e 1.446 manifestações no ano de 2003. Em 2004, acrescidas às 2.045 novas manifestações, foram analisados 1.409 procedimentos diversos referentes a situações como: pedido de reabertura de processos arquivados; encaminhamento de informações adicionais a processo em análise, dentre outros, totalizando o quantitativo de 3.454 manifestações processadas no ano em tela.

Os percentuais, em relação à natureza da manifestação, reclamação, sugestão, elogios e outros, foram:

- reclamação 87%
- sugestão 5%
- elogio 2%
- outros 6%

O canal de acesso mais utilizado pelo cidadão para envio de sua manifestação foi a internet – preenchimento de formulário na página da CGU ou e-mail no endereço [cgu@planalto.gov.br](mailto:cgu@planalto.gov.br) (89%), sendo seguido por cartas (9%), e outros (2%), este último, principalmente, por meio do atendimento pessoal na Ouvidoria.

- internet 89%
- cartas 9%
- outros 2%



Ao final do exercício, a Ouvidoria apresentou a seguinte situação em relação às manifestações recebidas:

- concluídas 90%
- em análise 4%
- sobrestadas 6%

As estatísticas e análises do conjunto de manifestações encaminhadas estarão detalhadas no *Relatório Anual da Ouvidoria-Geral da União – Exercício 2004* previsto para divulgação na data de 10 de março de 2005.

## **2. Proposição do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal**

Prioridade desta gestão, a proposta da criação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal foi amplamente discutida em grupos de trabalhos com ouvidores e representantes da Controladoria-Geral da União durante o segundo semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004. A minuta de decreto foi encaminhada para a criação do referido sistema em agosto de 2004 à Presidência da República.

## **3. Acompanhamento e apoio à implantação de unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal**

Foram realizadas, ao longo do ano, audiências com Ministros, Secretários-Executivos e representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo para esclarecimento do entendimento quanto ao que é a ouvidoria pública e a sua área de atuação no Poder Executivo Federal, bem como incentivar o órgão ou entidade a implantar uma unidade de ouvidoria, quando necessário. Nas situações em que a unidade de ouvidoria do órgão não se apresentava estruturada, segundo o modelo preconizado pela Ouvidoria-Geral da União, verificado *in loco* por meio das visitas técnicas, foram agendadas audiências com os gestores máximos dos órgãos ou entidades para sugerir os aperfeiçoamentos nos pontos divergentes, bem como foi oferecido apoio técnico da Ouvidoria-Geral da União para realização dos trabalhos de adequação.

O apoio técnico solicitado à Ouvidoria-Geral da União pelos órgãos e entidades foi: participar de reuniões com equipes técnicas para esclarecimentos quanto ao modelo de ouvidoria pública, competências da unidade de ouvidoria e atribuições do ouvidor; elaboração de exposição de motivos para alteração da estrutura regimental básica de órgãos e entidades no tocante à unidade de ouvidoria; apoio na definição de rotinas e processos de trabalho para as ouvidorias em início de atividades; intermediação para cooperação entre ouvidorias do Poder Executivo; dentre outras.

Registra-se o quantitativo de 114 unidades de ouvidoria em atividade no Poder Executivo Federal, sendo 29 unidades de ouvidoria criadas no ano de 2004 e 45 no ano de 2003 (aumento de 185% em dezembro de 2004 em relação a dezembro de 2002, quando era contabilizada a existência de 40 unidades de ouvidoria).

## **4. Congregar as unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal**

A Ouvidoria-Geral da União ampliou as ações visando congregar e dar visibilidade à atuação das ouvidorias, iniciada em 2003, por meio da realização de eventos de repercussão regional e nacional, para, dentre outros objetivos, harmonizar e integrar a atuação das ouvidorias públicas, especialmente do Poder Executivo Federal, em benefício do cidadão:



1. 3 reuniões específicas com os ouvidores do Poder Executivo Federal, adotado formato itinerante, para discussão de temas e problemas e encaminhamento de soluções atinentes a esse setor específico;
2. 4 Encontros Regionais de Ouvidorias Públicas – Nordeste /Norte /Centro-Oeste / Sul e Sudeste – realizados entre maio e agosto de 2004 nas capitais: Teresina, Manaus, Campo Grande e São Paulo, para ampliar a divulgação do tema ouvidoria pública, os direitos do cidadão, e coletar subsídios para a realização do II Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas, particularmente quanto à proposta de estruturação do sistema nacional de ouvidorias públicas.
3. II Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas, em dezembro de 2004, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados– discussão de temas relativos ao: modelo brasileiro de ouvidoria pública, plano de metas para o setor e subsídios para um futuro sistema nacional de ouvidoria pública.

## **7. GESTÃO INTERNA**

As Atividades de administração de pessoal, capacitação, planejamento, orçamento, recursos logísticos e gestão de documentos da CGU estão sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão Interna - DGI, Unidade Gestora número 110174, que tem a seguinte estrutura organizacional:

- Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, Unidade Gestora número 170940;
- Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria.

Suas competências regimentais foram estabelecidas pelo artigo 8º do Decreto nº 4.785/2003, conforme discriminado a seguir:

- planejar e coordenar, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, a execução das atividades relacionadas aos sistemas de organização e modernização administrativa, de gestão de recursos humanos, de serviços gerais, de planejamento e de orçamento;
- promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior; e
- supervisionar, coordenar, controlar e acompanhar as atividades administrativas dos órgãos da Controladoria-Geral da União nos Estados.

### **7.1. COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

#### **• A UNIDADE**

A partir do exercício de 2004, a Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento passou a desempenhar suas principais atividades regimentais por meio de duas Unidades Gestoras, sendo:



- UG 110174 – Diretoria de Gestão Interna/CGU/SUBCG - atuante como Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças, tendo como principais atribuições: o planejamento orçamentário; a elaboração e programação orçamentária; a descentralização de recursos às UG; e o acompanhamento do PPA; etc.

- UG 170940 – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento/DGI – atuante como unidade de execução orçamentária e financeira, tendo como principais atribuições: a emissão de empenhos; pagamento de pessoal; pagamento de contratos/convênios; pagamento de diárias/passagens; recolhimento de impostos (substituto tributário); etc.

Durante o ano, a CGPO esteve constantemente em processo de estruturação, pois, mesmo enfrentando dificuldades, principalmente com a escassez de recursos humanos, foram implementados rotinas e procedimentos, criação de formulários, despachos e relatórios, descentralização de tarefas, implantação de banco de dados orçamentários, implantação do suporte documental, entre outros.

#### • O ORÇAMENTO E SUA EXECUÇÃO

Diferentemente da programação utilizada no ano de 2003, que se restringiu a dotações específicas somente para as áreas finalísticas e se compunha apenas de um programa de governo contido no Orçamento da Presidência da República, o Orçamento da CGU para 2004 contemplou os seguintes programas e ações com suas respectivas dotações e limites:





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Programa	Ação	Dotação Autorizada	Limite
<b>0089</b>	<b>PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</b>	<b>1.321.261</b>	<b>1.321.261</b>
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	1.321.261	1.321.261
<b>0750</b>	<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<b>157.489.327</b>	<b>150.394.918</b>
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	150.594.847	146.784.013
	Pessoal	120.232.007	120.232.007
	Manutenção	30.362.840	26.552.006
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.704.360	852.666
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.125.180	220.542
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	770.000	153.440
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	2.494.940	1.664.118
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	800.000	720.139
<b>1004</b>	<b>GESTAO DAS POLITICAS DE GOVERNO</b>	<b>1.000.000</b>	<b>83.690</b>
4998	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS	1.000.000	83.690
<b>1173</b>	<b>AVALIACAO DA GESTAO DOS ADMINISTRADORES DE RECURSOS PUBLICOS</b>	<b>10.400.000</b>	<b>6.233.319</b>
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	400.000	0
4994	AVALIACAO DA GESTAO DE PROJETOS DE FINANCIAMENTOS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS	400.000	137.164
4995	CONTROLE DA EXECUCAO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL	2.000.000	744.829
4996	FISCALIZACAO DE APLICACAO DE RECURSOS PUBLICOS EM AREAS MUNICIPAIS	6.700.000	4.504.223
6430	AVALIACAO DA GESTAO DOS ADMINISTRADORES PUBLICOS FEDERAIS	900.000	847.103
<b>1178</b>	<b>CORREICAO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL</b>	<b>2.100.000</b>	<b>1.460.081</b>
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	1.900.000	1.354.838
4997	INVESTIGACAO, APURACAO E REPRESSAO DE IRREGULARIDADES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL	200.000	105.243
<b>Total:</b>		<b>172.310.588</b>	<b>159.493.268</b>

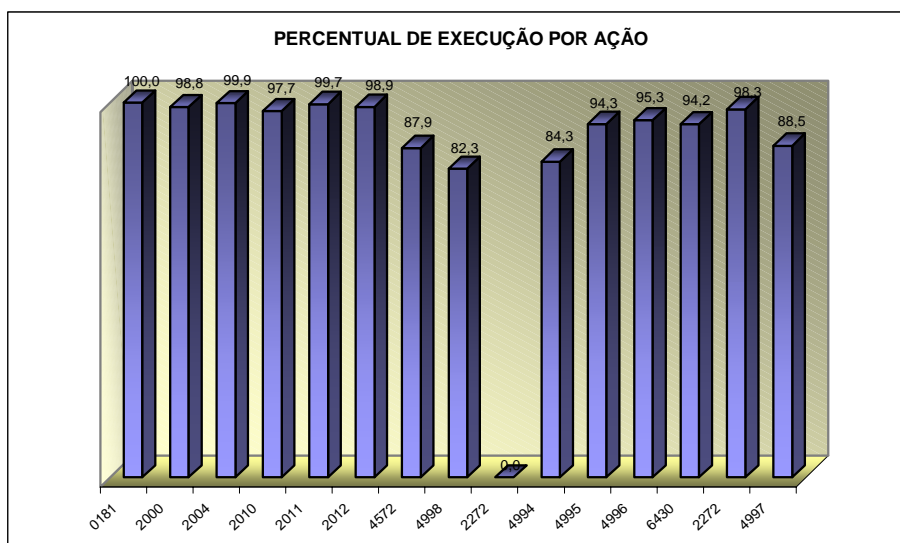
Ao mesmo tempo em que essa autonomia orçamentária favorecia ao Órgão no atingimento dos seus objetivos e finalidades, algumas dificuldades foram sentidas logo de início, citando-se, principalmente, a inevitável necessidade de reestruturação e de adaptação às novas demandas.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Apesar das dificuldades, a execução orçamentária e financeira atingiu o patamar de 98,57%, dentro do limite estipulado pela Casa Civil para a dotação de 2004, como segue abaixo:

Programa	Projeto/Atividade	Limite	Execução	%de execução
<b>0089</b>	<b>PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO</b>	<b>1.321.261</b>	<b>1.321.261</b>	<b>100,00</b>
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	1.321.261	1.321.261	100,00
<b>0750</b>	<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>	<b>150.394.918</b>	<b>148.491.787</b>	<b>98,73</b>
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	146.784.013	144.992.624	98,78
	Pessoal	120.232.007	119.771.387	99,62
	Manutenção	26.552.006	25.221.237	94,99
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	852.666	851.602	99,88
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	220.542	215.530	97,73
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	153.440	152.944	99,68
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.664.118	1.646.013	98,91
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	720.139	633.074	87,91
<b>1004</b>	<b>GESTAO DAS POLITICAS DE GOVERNO</b>	<b>83.690</b>	<b>68.908</b>	<b>82,34</b>
4998	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FEDERAL DE OUVIDORIAS	83.690	68.908	82,34
<b>1173</b>	<b>AVALIACAO DA GESTAO DOS ADMINISTRADORES DE RECURSOS PUBLICOS</b>	<b>6.233.319</b>	<b>5.909.987</b>	<b>94,81</b>
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	0	0	0,00
4994	AVALIACAO DA GESTAO DE PROJETOS DE FINANCIAMENTOS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM	137.164	115.620	84,29
4995	CONTROLE DA EXECUCAO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL	744.829	702.678	94,34
4996	FISCALIZACAO DE APLICACAO DE RECURSOS PUBLICOS EM AREAS MUNICIPAIS	4.504.223	4.293.388	95,32
6430	AVALIACAO DA GESTAO DOS ADMINISTRADORES PUBLICOS FEDERAIS	847.103	798.301	94,24
<b>1178</b>	<b>CORREICAO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL</b>	<b>1.460.081</b>	<b>1.425.079</b>	<b>97,60</b>
2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA	1.354.838	1.331.950	98,31
4997	INVESTIGACAO, APURACAO E REPRESSAO DE IRREGULARIDADES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL	105.243	93.129	88,49
<b>Total:</b>		<b>159.493.268</b>	<b>157.217.022</b>	<b>98,57</b>



As metas de fiscalização, auditoria, denúncia a serem atingidas para cada ação estabelecida na LOA correspondem a uma estimativa de quantas poderiam ser atendidas com o recurso destinado.

As variações ocorrem tendo em vista que as ações não demandam recursos iguais para suas metas, podendo resultar em mais ou menos produtos com o mesmo recurso financeiro, como se observa na tabela abaixo:

AÇÃO		PRODUTO	LOA (físico)	Realizado (físico)	% Execução
4998	Funcionamento do Sistema Federal de Ouvidorias	Atendimento Processado	8.000	3.454	43,18
4994	Avaliação de Gestão de Projetos de Financiamento e de Cooperação técnica com Organismos Internacionais	Projeto Avaliado	300	365	121,67
4995	Controle de Execução dos Programas do Plano Plurianual	Ação Avaliada	120	788	656,67
4996	Fiscalização de Aplicação de Recursos Públicos em Áreas Municipais	Ação Municipal Fiscalizada	800	400	50,00
6430	Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais	Gestão Avaliada	1.223	1.736	141,95
4997	Investigação, Apuração e Repressão de Irregularidades no Poder Executivo Federal	Denúncia Apurada	1.000	1.252	125,20

Ainda não concluída no término do exercício, a reestruturação física da Sede da Controladoria se encontra em fase de plena execução, sendo que investimentos foram feitos em melhorias de tecnologia; além da adoção de estações de trabalho com *layouts* ergonômicos, foi possível também dotá-los de novos terminais de microcomputadores e modernizar a rede local.

Além da admissão de novos servidores para preencher vagas no quadro, por meio de concurso público, investiu-se na qualificação e capacitação do pessoal, oferecendo cursos específicos para cada área.

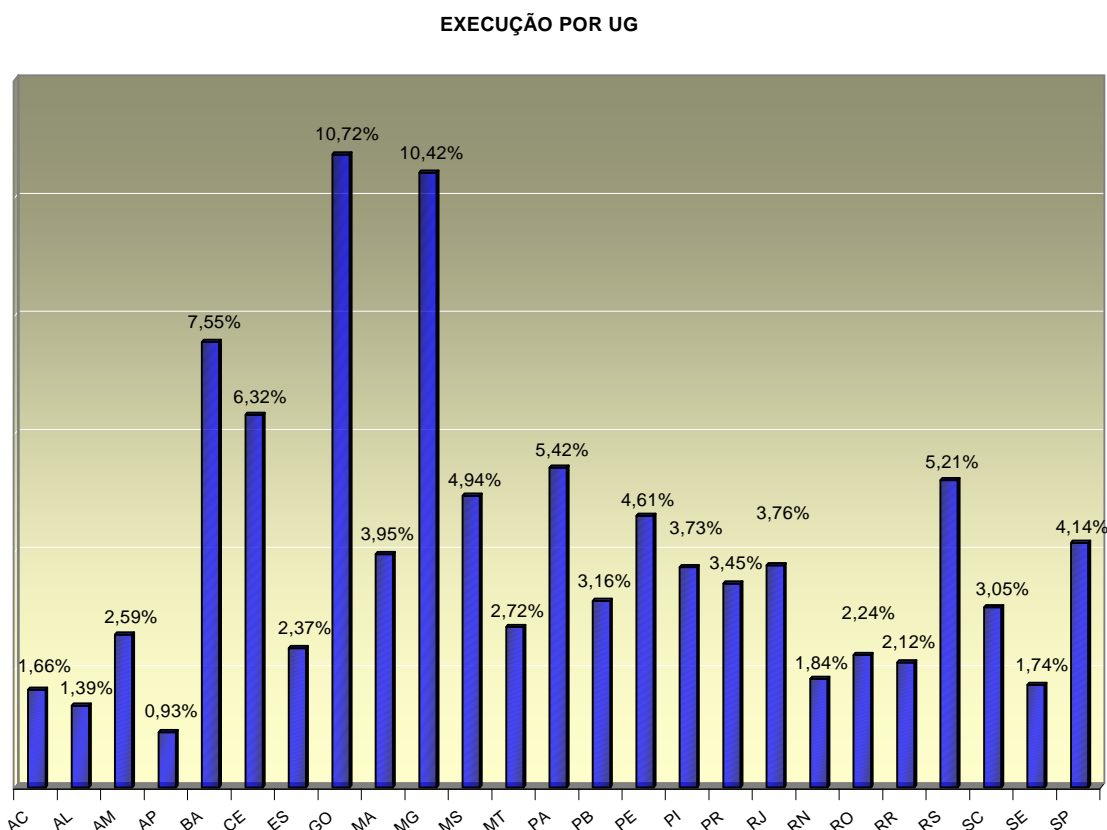
No intuito de facilitar a identificação das despesas, principalmente no que diz respeito às despesas das Unidades Regionais, optou-se por adotar o sistema de Plano Interno, que daria maior transparência e esquematização à execução. Como se tratou de um ano de experiências, a execução pelo sistema de PI em 2004 serviu de parâmetro para que em 2005 fosse repensada



uma nova estrutura mais flexível, melhorando a execução, o controle e não comprometendo o planejamento.

- **AS UNIDADES REGIONAIS**

Bastante significativa foi a atuação das Unidades Regionais, pois responderam por 58,64 % da execução das ações finalísticas, ficando assim distribuídas:



A ação de Fiscalização de Aplicação de Recursos Públicos em Áreas Municipais, que é a ação finalística prioritária desta pasta, efetuou despesas no valor de R\$ 4.293.387,77. Implantou-se nas Unidades Regionais o projeto de terceirização do serviço de transporte dos servidores em exercício de fiscalização e auditoria nos municípios. Para tanto, destinou-se o montante de aproximadamente um milhão de reais para a contratação desses serviços.

Uma outra alternativa implementada para os serviços de transporte, principalmente para as Unidades da Federação precárias em matéria de locação de veículos, foi a aquisição de veículos próprios e adequados aos serviços. As Unidades de Alagoas, Amapá, Minas Gerais e Paraíba foram contempladas com esses recursos, com valor aproximado de R\$ 500.000,00, na aquisição de sete veículos.

Nessa nova fase, não só a Sede teve a oportunidade de se reestruturar fisicamente. Vinte e cinco Unidades Regionais foram contempladas com recursos da ordem de um milhão e novecentos mil reais para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a fim de melhor instalar os servidores, propiciando melhores condições de trabalho. A Unidade de Sergipe obteve doação de um imóvel da DNIT (antigo DNER) para instalar sua nova sede e mobiliou todo o estabelecimento com novos postos de trabalho, equipamentos, ar condicionado e reestruturação



de redes informatizadas, resultando em condições de trabalho mais adequadas e maior produtividade.

O quadro a seguir contém o demonstrativo das descentralizações para as Unidades Regionais detalhadas por natureza da despesa:

Natureza da Despesa		Empenho Liquidado
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.794,00
339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	191.302,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.528.710,51
339030	MATERIAL DE CONSUMO	758.969,44
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.306.597,47
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.346.935,63
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.351.283,67
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.644.605,02
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	10.184,86
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.928,95
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.179.625,77
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.904.176,23
<b>TOTAL</b>		<b>15.227.113,55</b>

Dessa forma, o orçamento próprio propiciou maior integração das ações de Controle Interno, Ouvidoria e Correição, com uma atuação mais eficaz da Controladoria.

Também foram firmados convênios visando ao estabelecimento de cooperação técnica com entidades, conforme relação a seguir:



### Convênios Celebrados em 2004

CÓDIGO SIAF	Nº CONVÊNIO	PROCESSO	DATA ASSINATURA	DATA PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA (dias)	INICIO	FIM	OBJETO	VALOR PACTUADO	VALOR EXERCÍCIO	CONTRA-PARTIDA	CNPJ	ENTIDADE PARCEIRA
488918	31/2003	00190.006413/2003-69	22/12/2003	29/12/2003	283	22/12/03	30/09/04	O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA VISANDO à CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL, VOLTADOS PARA OS CONSELHOS MUNICIPAIS, CAPACITAÇÃO DE AGENTES MUNICIPAIS E O APRIMORAMENTO DO FUNDEF.	387.950,00	246.353,00	-	01293263000107	AVANTE QUALIDADE EDUCACAO E VIDA ONG
498945	02/2004	00190.006501/2003-61	11/2/2004	19/2/2004	365	11/02/04	10/02/05	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTAGIO DE ESTUDANTES QUE OBRIGATORIO OU NAO, DEVERA SER DE INTERESSE CURRICULAR, DESENVOLVIDO AO LONGO DO CURSO E PERMITINDO AO ESTUDANTE RECEBER UM TREINO PRATICO NO PAPEL DE FUTURO PROFISSIONAL NA LINHA DE SUA FORMACAO EM SITUACOES REAIS DE VIDA E DE TRABALHO.	566.886,00	194.534,36	-	61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE
511956	011/2004/CGU	00190.009152/2004-10	4/11/2004	8/11/2004	330	04/11/04	30/09/05	REALIZACAO DE DIVERSAS ACOES DE CONTINUIDADE AOS PROJETOS DE CONTROLE SOCIAL COM VISTAS AO APROFUNDAMENTO, AMPLIACAO E DISSEMINACAO DOS CONCEITOS DE GESTAO RESPONSAVEL E CONTROLE SOCIAL NA APLICACAO DOS RECURSOS PUBLICOS E ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS COM O TCU, MP, OUTROS MINISTERIOS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS, PROCURADORIAS, UNIVERSIDADES E OUTROS.	465.311,00	290.000,00	-	01293263000107	AVANTE QUALIDADE EDUCACAO E VIDA ONG
517421	00012/2004	00190.11618/2004-47	22/12/2004	24/12/2004	219	22/12/04	29/07/05	TERMO DE COOPERACAO TECNICA VISANDO AO PLANEJAMENTO DA PROGRAMACAO TEMATICA DO IV FORUM GLOBAL PARA O COMBATE À CORRUPCAO E SALVAGUARDA DA INTEGRIDADE.	120.986,00	-	-	03741616000101	TRANSPARÊNCIA BRASIL
517341	00014/2004	00190.007546/2004-33	15/12/2004	16/12/2004	167	15/12/04	31/05/05	ESTABELECIMENTO DE COOPERACAO TECNICA E FINANCEIRA VISANDO À ANALISE DE DESEMPENHO DO PROGRAMA DE FISCALIZACAO A PARTIR DE SORTEIOS PUBLICOS DA CGU-PR.	69.000,00	20.700,00	-	11735586000159	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO



Outros Convênios e Acordos de Cooperação foram firmados pela Controladoria-Geral da União, sem que houvesse, contudo, transferência de recursos aos partícipes, tendo em vista que o objeto dos mesmos fazem parte do escopo das atividades das entidades. Esses acordos também visam ao fortalecimento das funções da Instituição, no controle das contas públicas. A relação é apresentada a seguir:

## ACORDOS

Nr. Doc.	Dt. Ass.	Dt. Num.	Assunto	Resumo
01/2004	27/5/2004	02/06/2004	Acordo de Cooperação Administrativa	Acordo de Cooperação Administrativa entre a CGU e o Ministério da Justiça com a interveniência do DPF
03/2004	30/06/2004	06/07/2004	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a CGU
06/2004	11/8/2004	17/08/2004	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica entre a CGU e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

## CONVÊNIOS

Nr. Doc.	Dt. Ass.	Dt. Num.	Assunto	Resumo
03/2004	19/2/2004	20/2/2004	Convênio de Cooperação entre a CGU/PR e o MPF, por intermédio da PGR	Constitui objeto do Convênio ampliar a articulação, a integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando a maior efetividade na proteção do patrimônio público.
04/2004	11/3/2004	11/3/2004	Convênio de Cooperação Técnica entre a CGU e o TCE da Bahia	Constitui objeto do Convênio realizar trabalhos de auditoria nas contas de Programas e Projetos co-financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em execução sob a responsabilidade do Governo do Estado da Bahia.
05/2004	7/6/2004	7/6/2004	Convênio CGU e TCE/PR	Constitui objeto do Convênio realizar trabalhos de auditoria nas contas de Programas e Projetos co-financiados pelo BIRD, em execução sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, celebrados por aquele Estado com o aval da República Federativa do Brasil.
06/2004	7/6/2004	11/6/2004	Convênio CGU e TCE/PR - BID	Constitui objeto do Convênio realizar trabalhos de auditoria nas contas de Programas e Projetos co-financiados pelo BID, em execução sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, celebrados por aquele Estado com o aval da República Federativa do Brasil.
07/2004	22/7/2004	22/7/2004	Convênio CGU e MP/RJ	Constitui objeto do Convênio ampliar a articulação, a integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando a maior efetividade da proteção do patrimônio público.
09/2004	24/8/2004	25/8/2004	Convênio CGU e o Estado do Maranhão	Constitui objeto do Convênio estabelecer mecanismos de cooperação entre os Convenentes, a ser implementados pela CGU e pela SEFAZ, com vistas à verificação da idoneidade de documentação relativa ao Fisco Estadual utilizada como comprovação da aplicação dos recursos federais no Estado do Maranhão.
13/2004		3/12/2004	Termo de Cooperação entre CGU e Transparência	Constitui objeto do Termo de Cooperação estabelecer bases gerais de mútua cooperação entre a CGU e a Transparência Brasil para a elaboração e divulgação de estudo-diagnóstico sobre irregularidades constatadas no repasse de verbas



			Brasil	federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério-FUNDEF para os municípios brasileiros, no âmbito do Programa Preventing Corruption in the Education System, da Transparência Brasil.
--	--	--	--------	--

## 7.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

### OCUPAÇÃO PREDIAL

Em relação a obras, conduziu-se de forma intensa a implantação de vários projetos no Edifício Darcy Ribeiro, a maioria voltada à readequação e à otimização da ocupação de áreas. Nesse sentido, destacam-se as reformas: do 9º pavimento, onde foram instalados o Gabinete do Ministro, a Assessoria Jurídica e a Ouvidoria-Geral; da ala leste do 8º pavimento, adequada para acomodação do Gabinete do Subcontrolador e da Diretoria de Instrução; da ala leste do 7º pavimento, que recebeu as Corregedorias das Áreas de Infra-estrutura e Econômica; da ala oeste do 10º andar, que acomodou parte da Diretoria de Gestão Interna e a Corregedoria da Área Social; da ala oeste do 5º pavimento, para onde se deslocou a Diretoria de Auditorias da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno, em sua nova formatação organizacional; e, enfim, de todo o 4º pavimento que passou por adaptações para receber a Diretoria de Auditorias de Programas da Área de Administração da SFC, anteriormente instalada no 7º pavimento. Além dessas reformas que propiciaram melhores condições de trabalho para o corpo técnico das áreas beneficiadas, uma outra que merece destaque, mas que não foi concluída em 2004, é a que atendeu à reivindicação da Diretoria de Sistemas e Informação. De acordo com o projeto, aquela Unidade ganhará, sem aumento de área, mais estações de trabalho, mais conforto e mais adequabilidade das instalações em relação aos serviços ali desenvolvidos.

Outras importantes obras realizadas dizem respeito ao restaurante da CGU, há muito reivindicado pelos servidores do Órgão. Ocorreu que, em virtude de laudos negativos quanto à resistência do piso sobre estrutura metálica existente no salão onde ficariam as mesas para refeições e à adequação das instalações dos encanamentos de gás, foram necessárias providências para as devidas correções. Assim, foram realizadas, com êxito, as obras de reforço da referida estrutura metálica e de adaptação da central de gás, dotando as instalações do restaurante de plenas condições para ser, enfim, inaugurado em fevereiro de 2005.

Em relação ao planejado em 2003 para implantação em 2004, deixaram de ser realizadas, em virtude de outras ações consideradas prioritárias, as reformas da entrada principal, das esquadrias metálicas, da platibanda e do piso do subsolo do prédio, e a instalação de sistema eletrônico de segurança.

Por outro lado, foram adquiridos e instalados todos os equipamentos para reestruturação da rede elétrica estabilizada, restando pendente para 2005, somente, a certificação técnica, e concluíram-se todos os projetos de adequação das áreas do prédio, com considerável parte já implantada, conforme mencionado acima.

Foi também contratado o Projeto de Adequação das instalações de segurança contra incêndio e pânico.

### PATRIMÔNIO

A gestão patrimonial da CGU, em relação aos bens móveis, foi conduzida de forma satisfatória. Apesar das inúmeras mudanças de instalações ocorridas em quase todos os





pavimentos, as rotinas de atualização da localização do mobiliário foram realizadas no Sistema SIADS, mantendo, assim, a compatibilidade dos bens disponíveis com os devidos responsáveis pela sua guarda.

Paralelamente a essa gestão, foram devidamente cadastrados, no SIADS e com plaquetas metálicas constando o nº de registro patrimonial e o nome da CGU, os bens móveis adquiridos em 2004 pela CGU (vide tabela abaixo).

### BENS ADQUIRIDOS PELA CGU EM 2004

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Aparelho de medir pressão	01
02	Aparelho de fax	15
03	Aparelho telefônico analógico	50
04	Armário com duas portas	103
05	Armário para banheiro	01
06	Balcão para computador	15
07	Cadeira para servidor	520
08	Cadeira de rodas	01
09	Cafeteira elétrica	08
10	Caixa acústica	04
11	Calculadora científica	01
12	Carregador de bateria	05
13	Carrinho para almoxarifado	03
14	Carrinho para copa	03
15	Claviculário	07
16	Condicionador de água	10
17	Condicionador de ar	62
18	Estação de trabalho para servidor	398
19	Estação de trabalho para dirigente	10
20	Forno de microondas	03
21	Fragmentadora de papel	10
22	Refrigerador tipo frigobar	03
23	Gaveteiro	184
24	Refrigerador doméstico	02
25	Guilhotina manual	01
26	Impressora jato de tinta	100
27	Impressora laser	80
28	Leitora de código de barra	02
29	Liquidificador	05
30	Livros técnicos	382
31	Máquina de café expresso	02
32	Máquina de calcular de mesa	10
33	Mesa de reunião oval	02
34	Mesa de reunião redonda	18
35	Microcomputador	459
36	Microfone	08
37	Microcomputador tipo notebook	76
38	Patch panel de 24 portas	01



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

39	Persianas verticais	292m <sup>2</sup>
40	Placa de TV/vídeo	02
41	Poli drive de 256mb	02
42	Poltrona	01
43	Porta de vidro blindex	01
44	Prancha de salvamento	01
45	Projektor multimídia	02
46	Purificador de ar	04
47	Quadro magnético	02
48	Rádio de comunicação	07
49	Switch para interligação de rede lógica	01
50	Telefone sem fio	01
51	Televisor	05
52	Web cam NX	02

No mês de abril, a Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda - GRA/DF- efetivou para a CGU a transferência de todos os bens móveis que estavam sob a guarda da CGU, mas que pertenciam ao referido Ministério e hoje se encontram incorporados ao inventário da CGU.

Quanto ao acervo de bens móveis pertencentes à Secretaria de Administração da Presidência da República, também colocados sob a guarda da CGU, a transferência definitiva para incorporação ao inventário da CGU será efetivada no exercício de 2005.

Atualmente, o inventário de bens móveis da CGU conta com 8.853 (oito mil oitocentos e cinquenta e três) bens, distribuídos nos seguintes grupos contábeis:

<b>GRUPO</b>	<b>Nº DE BENS</b>
5206 – Aparelhos e equipamentos de comunicação	772
5208 – Aparelhos, equip. e utens. med., odont. e de laboratório	03
5212 – Aparelhos e utensílios domésticos	127
5216 – Bandeiras, flâmulas e insígnias	02
5218 – Coleções e materiais bibliográficos	1100
5230 – Máquinas e equipamentos energéticos	11
5232 – Máquinas e equipamentos gráficos	20
5233 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto	178
5234 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	316
5235 – Equipamentos de processamento diversos	1244
5236 – Máquinas, instalações e utensílios para escritório	52
5238 – Máquinas, ferramentas e utensílios para oficina	06
5242 – Mobiliário em geral	4981
5244 – Obras de arte e peças para museu	09
5248 – Veículos diversos	27
5251 – Peças não incorporáveis a imóveis	03
5287 – Bens de uso duráveis	01
5291 – Bens a alienar	0
5293 – Bens em poder de outra unidade ou terceiros	0
5294 – Bens móveis em trânsito	0
5299 – Outros bens móveis	01
<b>TOTAL</b>	<b>8853</b>



A exemplo de 2003, foram editadas portarias do Diretor de Gestão Interna, designando comissões para a realização de inventários anuais de bens móveis em cada uma das 26 unidades Regionais da CGU. Os Chefes das Regionais foram orientados a disponibilizar os relatórios e inventários elaborados às Equipes de Auditoria encarregadas dos levantamentos da tomada de contas anual.

No Órgão Central, além da Portaria do Diretor de Gestão Interna, designando uma comissão para a realização de inventário anual de bens móveis, foi assinada, também, uma Portaria designando comissões para a realização de inventário anual de bens imóveis, tendo em vista o Termo de Entrega para CGU expedido em 2003 pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU, que regularizou e oficializou a situação do Ed. Darcy Ribeiro, relativamente ao subsolo, térreo, sobreloja, 2º, parte do 3º, 4º, 9º, 10º e 11º andares.

## **ALMOXARIFADO**

O almoxarifado atendeu diretamente parte das demandas da CGU, porém continuou, no exercício de 2004, tendo parte do seu suprimento de material de consumo fornecido pelo Almoxarifado do Ministério da Fazenda e pelo Almoxarifado da Presidência da República.

O espaço ocupado não é suficiente para armazenar todo o material de escritório (147 itens). As estantes, cedidas pelo almoxarifado da Secretaria de Administração da Presidência da República, foram improvisadas, adaptando-as para o modelo antigo de almoxarifado, não seguindo o modelo de tecnologia mais avançada, atualmente adotado pela maioria dos órgãos. Além disso, apresenta deficiências quanto à segurança e ventilação.

Quanto às adaptações técnicas no Módulo SIADS, sistema adotado para controle de estoque, foram concluídas pelo SERPRO e já vem sendo utilizado pela Administração do Almoxarifado todo material de consumo comprado pela CGU e que vem sendo cadastrado no Sistema. Porém, a carência de equipamentos de informática e a falta de capacitação para uso do sistema, pelos servidores responsáveis pelas requisições de material, via sistema, em cada unidade da CGU, vêm dificultando os controles físicos e financeiros.

## **LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Embora a CGRL tenha instalado em 2003 sua comissão permanente de licitação e sua área de licitações e contratos, apenas em 2004 é que foram obtidos resultados de maior expressão, os quais demonstram a maturidade do Órgão na condução de suas contratações e aquisições, realizadas com absoluta transparência e sempre obtendo as condições mais vantajosas.

Foram realizadas (47) licitações, entre as modalidades de pregão, tomada de preços, convite e concorrência, dentre as quais destaca-se o pregão, com 39 processos realizados.

As dispensas e inexigibilidades totalizaram 150 processos, sendo que para os casos de dispensa de licitação foram obtidas sempre 3 cotações, no mínimo, junto a empresas do ramo do produto/serviço necessitado, cadastradas no sistema SIASG.

Do total de licitações, dispensas e inexigibilidades realizadas, resultaram a pactuação de 31 contratos, acompanhados criteriosamente desde a assinatura até o termo de encerramento, passando pela cobrança da atuação dos fiscais designados, advertências às empresas contratadas, etc.



Merecem destaque e registro os procedimentos licitatórios realizados para: exploração do restaurante da CGU; aquisição de livros técnicos; projeto executivo de segurança contra incêndio; serviço de limpeza e conservação; serviço de apoio administrativo; manutenção predial; aquisição de móveis, máquinas e equipamentos; aquisição de microcomputadores; serviços de fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias; serviços de pintura, forro, piso, persianas, cortinas; serviço de manutenção de elevadores; serviço de manutenção da central telefônica; serviços de chaveiro/carimbo/gráficos; etc. Essas aquisições e contratações, dentre várias outras, atestam o esforço despendido, buscando alcançar a autonomia desejada.

Quanto às situações de dispensa de licitações, estas visam atender a necessidades de pequeno vulto. Os casos em que se dispensou a licitação foram, na maior parte, para contratação de eventos de capacitação profissional e aquisições de materiais como suprimentos e equipamentos para escritórios/copas, em pequenas quantidades e de baixos valores.

### **PLANO DE AÇÃO PARA 2005**

Em 2005, a CGRL tem em seu planejamento, além da manutenção das rotinas de suporte operacional às áreas finalísticas do Órgão, a implementação dos seguintes projetos:

- Concluir os projetos de adequação das áreas do Edifício;
- Reformar a entrada principal e a recepção do prédio, incluindo a construção de rampa para deficientes físicos;
- Iniciar a construção de uma escada externa de incêndio;
- Reformar as esquadrias metálicas e a platibanda;
- Instalar sistema eletrônico de segurança, incluindo detecção de metais e circuito interno de TV;
- Implantação de sistema de controle de ligações telefônicas;
- Implantação de lista telefônica com atualização por meio de interface com o RH.
- Conclusão da implantação do almoxarifado.

### **7.3. COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/DGI/CGU-PR incumbe-se de dois macroprocessos: **Administração de Pessoal**, que envolve os processos de pagamento e cadastro e **Desenvolvimento de Pessoas**, envolvendo os processos de capacitação, seleção e promoção da qualidade de vida dos servidores.

#### **⇒ Administração de Pessoal**

O macroprocesso “**Administração de Pessoal**” é conduzido pela Coordenação de Administração de Pessoal, que tem sob sua supervisão as Divisões de Cadastro e Pagamento, as quais executam as atividades na forma abaixo discriminada:

Em março de 2004, a folha de pagamento dos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas e, conseqüentemente, toda a gestão daqueles servidores até então efetivada pela Presidência da República, foi transferida para a CGU, sendo que, a partir de julho de 2004, foi somado a essa folha, o quantitativo de 258 servidores nomeados em julho de 2004, em decorrência do concurso público realizado por este Órgão.

No tocante à Administração de Pessoal, o quadro abaixo pode ilustrar o volume de expedientes que foram produzidos no ano de 2004:



<b>EXPEDIENTE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	13
AVISOS	86
CERTIDÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	09
DECLARAÇÃO	195
DESPACHO DO SUBCONTROLADOR	85
DESPACHOS	450
INFORMAÇÕES	2005
MEMORANDOS EXPEDIDOS	618
MENSAGEM CONSULTIVA	15
OFÍCIOS EXPEDIDOS	817
PORTARIAS	594
RECIBO DE ENTREGA	576
RELAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO	724
<b>TOTAL</b>	<b>6187</b>

Com relação à força de trabalho, a CGU conta atualmente com 1.864 servidores, distribuídos conforme a seguir:

<b>UNIDADE CENTRAL (BSB)</b>	<b>AFC</b>	<b>TFC</b>	<b>PCC</b>	<b>OUTROS</b>	<b>TOTAL</b>
GABINETE DO MINISTRO		2		21	23
ASJUR	1	2		10	13
OUVIDORIA-GERAL		5		10	15
SUBCONTROLADORIA-GERAL	4	1		7	12
DIRETORIA DE INSTRUÇÃO	5	6		9	20
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA	10	53	1	26	90
DIRETORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	20	11		12	43
CORREGEDORIA ECONÔMICA	3			14	17
CORREGEDORIA INFRA-ESTRUTURA	7	3		15	25
CORREGEDORIA SOCIAL	7			13	20
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO	263	285	4	7	559
<b>TOTAL UNIDADE CENTRAL</b>	<b>320</b>	<b>365</b>	<b>5</b>	<b>144</b>	<b>834</b>
<b>TOTAL UNIDADES REGIONAIS</b>	<b>581</b>	<b>331</b>	<b>41</b>	<b>77</b>	<b>989</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>901</b>	<b>696</b>	<b>46</b>	<b>221</b>	<b>1864</b>

Fonte: Dados extraídos do Sistema Ativa.

AFC – Analista de Finanças e Controle

TFC – Técnico de Finanças e Controle

PCC– Servidores do Plano de Classificação de Cargos e Salários que eram do quadro do Ministério da Fazenda com exercício na SFC.

Outros – Servidores requisitados e sem vínculo.



## ⇒ Desenvolvimento de Recursos Humanos

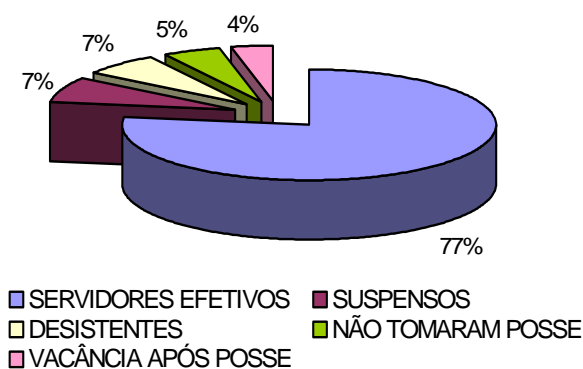
O ano de 2004, em termos de Desenvolvimento de Recursos Humanos, foi marcado por uma série de ações relacionadas ao recrutamento de novos servidores, via concurso público, e ao desenvolvimento dos servidores do Quadro, mediante a promoção de ações de capacitação.

O Concurso Público aberto pelo Edital ESAF nº 48, de 17 de novembro de 2003, teve as provas objetivas realizadas nos dias 17 e 18 de janeiro de 2004. Do resultado, foram convocados 300 candidatos para o curso de formação, que se constituiu na segunda etapa do concurso, realizado no período de 23 de março a 05 de maio de 2004 – 240 da área de Auditoria e Fiscalização; 30 da área de Correição e 30 da área de Tecnologia da Informação.

O curso de formação foi coordenado pela Diretoria de Gestão Interna, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e executado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, na sede da Escola. O curso foi composto de uma parte comum e outra parte específica, com matérias relacionadas às respectivas áreas, basicamente, com instrutores da própria CGU, pela especificidade dos assuntos tratados.

Ocorreu a suspensão de 22 candidatos que participaram do curso de formação por indícios de utilização de meios ilícitos e, além disso, outros 20 candidatos desistiram durante o período do curso de formação, ocasionando a nomeação de 258 servidores, pela Portaria nº 132, de 1º de julho de 2004, publicada no DOU, de 02 de julho de 2004.

Desse total, 15 servidores não tomaram posse e outros 11 solicitaram vacância após terem entrado em exercício, totalizando 68 vagas não aproveitadas das 300 inicialmente oferecidas. Representando graficamente, a situação é a seguinte:



Em função do disposto na Portaria nº 450, de 06 de novembro de 2002, do Ministério do Planejamento e Gestão, foram convocados mais 68 candidatos aprovados no concurso público para participação em curso de formação, com a finalidade de completar o total de vagas autorizado na abertura do certame. Esse curso também contemplou as três áreas de especialização e o total de candidatos convocados estava distribuído da seguinte forma: 56 – Auditoria e Fiscalização; 10 – Correição; e 2 – Tecnologia da Informação.

O segundo grupo, como foi denominado, participou do curso de formação no período de 10 de novembro a 20 de dezembro de 2004, no Centro de Treinamento da ESAF no Distrito Federal – CENTRESAF. O curso foi muito semelhante ao do primeiro grupo, tendo ocorrido pequenas alterações com o intuito de promover melhorias na estrutura curricular.



O resultado final foi divulgado pelo Edital ESAF nº 93, de 27 de dezembro de 2004, com 7 candidatos reprovados (desistentes). A nomeação dos 61 aprovados foi publicada em 19 de janeiro de 2005 pela Portaria CGU nº 12, de 18 de janeiro de 2005.

Ainda sobre este concurso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Portaria nº 375, de 30 de dezembro de 2004, autorizou a convocação de mais 150 candidatos, nos termos do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, com nomeação prevista para julho de 2005.

No que se refere à capacitação dos servidores, a CGU promoveu diversas ações, conforme quadro em anexo, visando atender às necessidades apresentadas pelas respectivas áreas. Merecem destaque algumas ações:

- **Curso de Aperfeiçoamento para Promoção dos servidores da carreira de Finanças e Controle** – realizado em parceria com a ESAF, utilizando o ensino a distância como ferramenta de ensino, equivalente a um curso presencial de 92 horas. Foram inscritos 167 servidores.
- **Treinamento em Siafi Gerencial Aplicado às Ações de Controle** – realizado pela SFC, em parceria com a DGI, nas instalações da ESAF. Esse curso inaugurou uma nova forma de indicação de servidores, mediante a realização de teste de seleção objetivo, primeiro em Brasília e em seguida nas Unidades Descentralizadas. Foram treinados 50 servidores de Brasília e 61 das CGU nos Estados, totalizando 111 servidores participantes. O curso foi muito bem avaliado pelos participantes, que elogiaram os instrutores, a forma democrática de seleção e o caráter prático do treinamento, que foi formulado com base em ações concretas, do cotidiano de trabalho.
- **Reforma Previdenciária** – treinamento realizado na sede da CGU, do qual participaram 65 servidores, das Unidades Descentralizadas e de Brasília. Organizado pela SFC e pela DGI, com instrutoria especializada, voltado para a discussão dos principais aspectos envolvidos na legislação que trata da Reforma, direcionado aos servidores que atuam na área de Auditoria de Pessoal ou Administração de Recursos Humanos.
- **Auditoria de Projetos Financiados pelo BID** – ministrado por servidores da SFC, na sede da CGU, para os servidores de Brasília envolvidos em trabalhos de Auditoria de Recursos Externos.

Além dos cursos, seminários, congressos e palestras promovidos, cabe citar os afastamentos concedidos com base no Decreto nº 2.794, de 1998, para participação de servidores em cursos de Mestrado e Especialização, com direito à remuneração do cargo efetivo. Até o final de 2004, foram concedidos 3 afastamentos para Mestrado e 1 para Especialização, de interesse da CGU.

Com relação ao programa de estágio remunerado de estudantes na CGU, foi firmado Convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, em fevereiro de 2004, com o objetivo de possibilitar a complementação do aprendizado de estudantes de nível superior e médio, pela oferta de oportunidades de estágio neste Órgão. Em dezembro, o número de estudantes estagiando na CGU chegou a 70 em diversas áreas: Direito, Administração, Secretariado-Executivo, Informática, dentre outros.



## **7.4. COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DE SECRETARIA**

A Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria-CGSS, integrante da Diretoria de Gestão Interna, tem atribuições relacionadas aos procedimentos gerais, afins com as atividades de comunicação administrativa, atualmente utilizando o sistema automatizado para a tramitação, controle de processos e documentos CGU-PROD, recentemente implantado, em substituição aos Sistemas Lotus Notus/CGU-Processos, administrados pela Diretoria de Tecnologia de Informação da Presidência da República – DIRTI, e COMPROT, da rede SERPRO/MF.

As atividades da CGSS, a partir do exercício de 2003, com ênfase no de 2004, tiveram crescimento significativo, devido ao aumento da demanda, em razão da atual política de proximidade da CGU com a sociedade, à qual franqueia a participação, sem restrições, inclusive por meio eletrônico.

A CGU, assim, ao estimular o cidadão a fiscalizar os gastos públicos, mediante representações ou denúncias relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, possibilitou, naturalmente, o crescimento dos trabalhos regimentalmente afetos à CGSS: recepção, conferência, registro, distribuição, expedição, autuação, juntada de processos e documentos, inclusive a relativa ao controle de prazo, desentranhamento, desmembramento de processo, arquivamento e manutenção do acervo documental, encaminhamento de matéria para a publicação, etc.

Desta forma, cabe evidenciar, relativamente ao exercício de 2004, alguns dados que demonstram esse crescimento de trabalho:

- Registro de documentos, com significativo número de autuações, aproximadamente, 25.400 (registrados nos Sistemas, então vigentes, COMPROT e CGU-Processos);
- Avisos e Ofícios expedidos: 35.215 (em âmbito nacional), conforme dados do Sistema NUMDOC;
- Portarias editadas: 460, conforme registro no NUMDOC.

Esclareça-se, finalmente, que, para o cumprimento das atividades que lhe cometem, a CGSS utiliza estrutura relacionada com o Protocolo (registros, procedimentos processuais e expedição) e Arquivo (classificação e atendimento), contando com:

## **8. GESTÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO**

### **8.1. COMPETÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS**

À Diretoria de Sistemas e Informação compete:

- Planejar, coordenar e controlar as atividades de modelagem de dados, desenvolvimento, implantação, treinamento de usuários, avaliação e manutenção de sistemas de informação e recursos de informática;
- Apoiar e participar na aplicação da metodologia de estratégia e análise de dados e disponibilizar informações de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas;





- Promover, em articulação com outros órgãos da Administração Pública Federal, a integração de sistemas de informação de interesse da Controladoria-Geral da União;
- Desenvolver, implantar e prover manutenção nos sistemas informatizados de controle dos planos e programas da Controladoria-Geral da União;
- Planejar, coordenar e controlar os convênios e contratos referentes ao uso dos sistemas de informação firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, entidades privadas e organismos internacionais; e
- Planejar, coordenar e controlar a atividade de prospecção de novas tecnologias voltadas para a área de informação.

## 8.2. RESULTADOS

As ações e projetos previstos para 2004 foram:

### Área de Informação

1. Revisão e unificação do Sistema de Protocolo e Andamento de Processos
2. Reprojeto do Sistema CGU PAD/Banco de Punidos
3. Reprojeto do Sistema Ativa
4. Integração dos Sistemas Ativa (CGU) e Siscontas (TCU)
5. Conclusão do Sistema de Acompanhamento de Resultados
6. Reformulação das Páginas da CGU (Internet e Intranet)
7. Implantação do aplicativo Numdoc-WEB
8. Implantação de formulário padrão na Intranet para solicitação de serviços à Central de Atendimento ao Usuário – DSI/CENAU
9. Otimização do Sistema de Sorteio de Municípios
10. Criação de Banco de Tipologias de Fraudes e Pessoas Suspeitas
11. Desenvolvimento de Sistema de Corregedorias do Poder Executivo Federal

### Área de Infra-Estrutura

1. Distribuição e instalação dos equipamentos adquiridos em 2003
2. Definição de propostas para unificação das duas Redes na CGU (Rede Serpro e Rede PR)
3. Definição de um novo modelo para a infra-estrutura de comunicação da CGU (links, backbones, outros)
4. Aperfeiçoamento da infra-estrutura de redes nos Estados que apresentam maior precariedade
5. Reestruturação dos diretórios da CGU na Rede PR



6. Aquisição de equipamentos para manipulação de grandes bases de dados
7. Aquisição de estações de mesa e notebooks
8. Implantação e manutenção de Programa de Segurança da Informação na CGU
9. Definição e implementação de modelo para fornecimento de caixas postais para todos os servidores da CGU
10. Interligação da rede da CGU com redes de outras instituições públicas
11. Ampliação do atendimento da Central de Atendimento ao Usuário-DSI/CENAU

### **Gestão Organizacional**

1. Criação e implementação de equipe de controle
2. Aperfeiçoamento do corpo técnico
3. Gestão do clima organizacional

No decorrer do primeiro semestre de 2004, considerando as limitações, pela falta de equipe capacitada para desenvolver os trabalhos planejados, e, ainda, em face da troca da unidade de relacionamento com o Serpro – o que demandou um período de adaptação por parte dos integrantes da nova equipe, decidiu-se priorizar a condução dos seguintes projetos:

1. Portal da Transparência
2. Mapeamento dos sistemas da CGU
3. Sistema de Acompanhamento de Resultados – Módulo SFC e Módulo Corregedorias/Diretoria de Instrução
4. Geração do CD do Sorteio de Municípios
5. Migração dos serviços da Rede PR para a Rede Serpro
6. Avaliação das redes da CGU
7. Disponibilização de caixas de correio eletrônico para todos os servidores da CGU

Em julho de 2004, com a posse de 17 novos servidores no quadro da DSI, oriundos do concurso para o cargo de Analistas de Finanças e Controle realizado no início daquele ano, foi possível executar boa parte das ações planejadas, conforme registrado nos quadros a seguir:

### **Projetos Concluídos**

Portal da Transparência – 1ª. etapa	Siinf
Sistema de Gestão da Informação da Controladoria-Geral da União – SGI ✓ Módulo de Controle de Processos e Documentos ✓ Módulo de Controle de Demandas Externas	
Otimização do Sistema de Sorteio de Municípios	
Geração de CD (Programa Sorteio de Municípios)	
Sistema Resenha Eletrônica	
Implantação do aplicativo NUMDOC-WEB	



Controle da Força de Trabalho nas Unidades da CGU (FORT)	
Implantação de formulário padrão na Intranet para solicitação de serviços à DSI	
Sistema Fórum	
Aquisição de equipamentos servidores	Sitec
Aquisição de infra-estrutura para manipulação de grandes bases de dados	
Avaliação das redes da CGU	
Disponibilização de caixas de correio eletrônico para todos os servidores da CGU	
Distribuição e instalação de equipamentos adquiridos em 2003	
Reestruturação dos diretórios da CGU na Rede PR	
Aquisição de estações de mesa e de notebooks	
Aquisição de impressoras jato de tinta	
Disponibilização de impressoras laser	
Aquisição de dispositivos para manutenção de equipamentos	
Acompanhamento da reestruturação das redes da CGU (nível nacional)	

### Projetos em andamento – previsão de conclusão em 2005

Reformulação das páginas da CGU (Internet e Intranet)	Siinf
Redesenho do Sistema CGU-PAD e Punidos	
Redesenho do Sistema Ativa	
Sistema Integrado de Gerenciamento de Atividades da CGU <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Módulo de Controle Interno</li><li>✓ Módulo de Correição</li><li>✓ Módulo de Ouvidoria</li></ul>	
Sistema Monitor-Web	
Portal da Transparência – 2ª. etapa	
Implantação de servidor de correio eletrônico em software livre	Sitec
Migração da suíte de escritório para software livre	
Infra-estrutura de servidores	
Política de Segurança da Informação da CGU	
Criação da rede da CGU (fora da rede Serpro)	
Reestruturação do backbone da rede local CGU-DF	
Acompanhamento do Projeto Infovia do Governo Federal	
Projeto de videoconferência	
Migração dos serviços da Rede PR para a Rede Serpro	
Interligação da rede da CGU com redes de outras instituições públicas (caso Intraprev)	
Elaboração de novo contrato de prestação de TIC pelo Serpro	
Certificação Digital na CGU	
Criptografia de arquivos na CGU	

### Projetos não iniciados



Administração de Bases Corporativas, incluindo a base do sistema Ativa	Siinf
Implementação de Engenharia de Software	
Implementação de Workflow Manager	
Sistema de Recursos Humanos	
Sistema de Planejamento e Orçamento	
Sistema de Gerenciamento de Informações da CGU (GIGA)	
Criação de Banco de Tipologias de Fraudes e Pessoas Suspeitas	
Interligação de Sistemas da CGU e do TCU	Sitec
Hospedagem do sítio Intranet da CGU em ambiente de software livre	
Serviço de arquivo em ambiente de software livre	

Algumas atividades que não constavam do planejamento de 2004 foram desenvolvidas em conformidade com a necessidade do serviço e com as orientações traçadas pelo Subcontrolador-Geral, no que tange à definição de prioridades para a atuação da DSI.

Nas páginas seguintes é detalhado o trabalho realizado pela Diretoria de Sistemas e Informação no exercício de 2004.

### Área de Informação

#### 1. Portal da Transparência – 1ª Etapa

##### Objetivo:

Disponibilizar ao cidadão informações sobre a aplicação dos recursos do Governo Federal, com o objetivo de fomentar o controle social e a participação da sociedade na fiscalização dos gastos públicos.

##### Resultado alcançado:

- ✓ Disponibilização de 119 milhões de registros até o mês de dezembro/2004.
- ✓ Com pouco mais de dois meses de funcionamento, o Portal teve mais de 1,8 milhão de páginas consultadas por cerca de 80 mil visitantes. A média de visitas diárias é da ordem de 1,2 mil, já tendo ocorrido, entretanto, picos de mais de 8 mil visitas em um único dia.

#### 2. Sistema de Gestão da Informação da Controladoria-Geral da União – SGI

- Módulo de Controle de Processos e Documentos – CGU-Prod
- Módulo de Controle de Demandas Externas

##### Objetivo:

Disponibilizar sistema integrado de informações e acompanhamento de resultados de todas as áreas de atuação e atividades que constituem a missão institucional da CGU. O SGI é composto de diversos módulos a serem implantados gradativamente e de forma integrada, para atendimento das necessidades específicas das principais áreas da CGU.



### **Resultados alcançados:**

- ✓ Desenvolvimento e homologação dos módulos “Controle de Processos e Documentos” e “Demandas Externas”, implantados em janeiro/2005. O módulo “Controle de Processos e Documentos - CGU-Prod” substituiu os atuais sistemas de protocolo (CGU Processos, Lotus Notes e Comprot) e realiza as funções de cadastramento, classificação, autuação, tramitação, arquivamento, controle de prazos e pesquisa de processos e documentos expedidos ou recebidos pela CGU. O módulo “Controle de Demandas Externas” contempla as atividades de classificação, detalhamento, acompanhamento e informação ao interessado sobre os processos de denúncia e representação.

### **3. Otimização do Sistema de Sorteio de Municípios**

#### **Objetivo:**

Otimizar o Sistema de Sorteio de Municípios, para subsidiar, de maneira mais efetiva, o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

#### **Resultado alcançado:**

- ✓ Criação do histórico de sorteios, com consulta na intranet;
- ✓ Habilitação do Sorteio de Estados;
- ✓ Conversão das bases de dados do sistema para SQLServer.

### **4. Geração de CD (Programa de Sorteio de Municípios)**

#### **Objetivo:**

Disponibilizar em CD as informações decorrentes das ações de fiscalização do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, para facilitar a disseminação desse conteúdo ao Congresso Nacional (Presidentes das Mesas do Senado e da Câmara e às Comissões de Fiscalização e Controle dessas Casas), ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria-Geral da República.

#### **Resultado alcançado:**

- ✓ Desenvolvimento dos CDs referentes aos sorteios realizados (a partir do 5º até o 12º Sorteio).

### **5. Sistema de Resenha Eletrônica**

#### **Objetivo:**

Sistematizar o registro e a publicação na página da CGU de notícias de interesse do Órgão.



### **Resultado alcançado:**

- ✓ Sistema implantado. Aguardando a unificação das redes da CGU para entrar em produção.

## **6. Implantação do aplicativo Numdoc-Web**

### **Objetivo:**

Desenvolver sistema para gerar e controlar, de forma unificada, a numeração de documentos originários da CGU.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Otimização do sistema ATUNUMDOC;
- ✓ Mudança de plataforma Cliente-Servidor para Web.

## **7. Controle da Força de Trabalho nas Unidades da CGU (FORT)**

### **Objetivo:**

Medir a força de trabalho existente em cada unidade da CGU para poder fixar metas organizacionais.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Sistema desenvolvido, necessitando de pequenos ajustes para entrar em produção.

## **8. Implantação de Formulário padrão na intranet para solicitação de serviços à DSI**

### **Objetivo:**

Desenvolver formulário para registrar e controlar todas as solicitações de serviços encaminhadas à DSI.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Otimização da rotina de solicitação de criação e reativação de senhas, com considerável redução do tempo de resposta às demandas;
- ✓ Melhora nos processos de solicitação de apurações especiais, desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- ✓ Possibilidade de obtenção de informações históricas das solicitações.

## **9. Sistema Fórum**

### **Objetivo:**

Permitir a colaboração, o acompanhamento e o envio de sugestões durante a etapa de elaboração de projetos internos (sistemas, documentos, normas, procedimentos), visando à



melhoria da comunicação interna da CGU e a capacitação do quadro, mediante troca de experiências.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Sistema aprovado e homologado pelos usuários, tendo sido definida a forma de utilização e os usuários iniciais cadastrados e treinados.

**Área de Infra-Estrutura**

**1. Aquisição de equipamentos servidores**

**Objetivo:**

Criar ambiente de Tecnologia da Informação para hospedagem de sistemas e disponibilização de serviços de rede da Controladoria-Geral da União.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Aquisição de dois servidores PowerEdge 2800 da DELL.

**2. Aquisição de infra-estrutura para manipulação de grandes bases de dados**

**Objetivo:**

Prover alguns equipamentos da CGU com a infra-estrutura necessária à manipulação de grandes bases de dados, principalmente com a utilização dos softwares SAS e ACL.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Aquisição de dispositivos HDs de 200 GB e 250 GB, bem como de gravadoras de DVD.

**3. Avaliação das redes da CGU**

**Objetivo:**

Identificar as necessidades de infra-estrutura de rede em todas as unidades da CGU e propor soluções para aperfeiçoamento.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Visita a unidades regionais da CGU, exceto nas que já tinham sido visitadas anteriormente (CGU-RJ) ou que não mostraram problemas na infra-estrutura de rede (CGU-AC, CGU-RO, CGU-RR).

**4. Disponibilização de caixas de correio eletrônico para todos os servidores da CGU**

**Objetivo:**

Melhorar a comunicação interna na CGU e, também, entre o órgão e entidades externas.



**Resultado alcançado:**

- ✓ Disponibilização de caixas postais para todos os servidores da CGU.

**5. Distribuição e instalação de equipamentos adquiridos em 2003**

**Objetivo:**

Substituir equipamentos obsoletos da CGU.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Distribuição e instalação de 625 estações de mesa e de 210 notebooks em toda a CGU.

**6. Reestruturação dos diretórios da CGU na Rede PR**

**Objetivo:**

Redefinir a estrutura do diretório H da rede da Presidência da República, de forma a viabilizar a unificação das redes da Controladoria-Geral da União.

**Resultado alcançado:**

✓ Padronização das pastas contidas no diretório H e criação de permissões para os servidores, que passaram a acessar apenas o conteúdo da pasta da área a que pertencem.

**7. Aquisição de estações de mesa e notebooks**

**Objetivo:**

Renovar e atualizar o parque de informática da CGU.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Aquisição de 70 notebooks, que serão entregues até março de 2005;
- ✓ Aquisição de 380 estações de mesa, com vistas à renovação do parque de informática da CGU (principalmente micros das marcas Positivo e Zenith – Pentium 133 e 233, respectivamente) e disponibilização de equipamentos para novos servidores concursados.

**8. Aquisição de impressoras jato de tinta**

**Objetivo:**

Adquirir impressoras jato de tinta e materiais de consumo das mesmas, para atender a demandas específicas da CGU.

**Resultado alcançado:**





- ✓ Aquisição de 100 impressoras jato de tinta da marca HP, modelo Deskjet 3745.
- ✓ Distribuição e instalação das impressoras na CGU.

## **9. Disponibilização de impressoras laser**

### **Objetivo:**

Suprir as necessidades de impressoras em todas as Unidades do Órgão Central, reduzindo os custos e melhorando a performance de impressão.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Mapeamento das necessidades da CGU em nível nacional e orientação às Unidades estaduais acerca dos procedimentos para disponibilização dos equipamentos.
- ✓ Aquisição de equipamentos para suprir as necessidades da CGU-DF, os quais foram entregues em 31.01.2005, pela empresa vencedora da licitação e serão distribuídos em breve.

## **10. Aquisição de dispositivos para manutenção de equipamentos**

### **Objetivo:**

Viabilizar a manutenção de equipamentos da CGU que não mais se encontrem cobertos por garantia.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Aquisição de HDs, memórias RAM, mouses, teclados, etc., os quais têm sido utilizados para reparos de equipamentos na CGU-DF.

## **11. Acompanhamento da reestruturação das redes da CGU (nível nacional)**

### **Objetivo:**

Aperfeiçoar a tecnologia e a infra-estrutura de rede nos Estados, visando ao aumento de performance.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Reestruturação das redes nos Estados em que havia necessidade. Não foram reestruturadas as redes das seguintes Unidades, em razão dos motivos expostos:
  - CGU/AP – problemas na GRA local;
  - CGU/PA – possibilidade de mudança de localização da Unidade;
  - CGU/PB – outras prioridades;
  - CGU/PR – a Unidade conseguiu equipamentos emprestados de outro órgão;
  - CGU/RN – a Chefia informou que não havia necessidade.



### 8.3. AÇÕES/PROJETOS PARA 2005

Visando garantir o provimento de soluções em Tecnologia da Informação que efetivamente auxiliem a gestão das unidades da CGU, é indispensável que o planejamento estratégico da Diretoria de Sistemas e Informação-DSI esteja plenamente alinhado com a proposta de atuação das demais áreas da organização. Ademais, considerando a escassez de recursos disponíveis, que não permite o atendimento de todas as demandas existentes, faz-se importante definir, em conjunto com os gestores, as prioridades a serem tratadas no próximo exercício, tendo como referência às necessidades globais do Órgão.

Com essa abordagem, busca-se minimizar o desenvolvimento de soluções departamentais pelas próprias áreas, prática que vinha proliferando nos últimos tempos, e cujos produtos, em geral, além de não atenderem aos requisitos de qualidade e segurança necessários, desconsideram o nível mínimo de integração com as soluções corporativas implementadas ou em desenvolvimento, em prejuízo da confiabilidade da informação.

Nesse sentido, visando adequar a atuação da DSI às premissas mencionadas, o planejamento prévio da Diretoria foi apresentado a todas as unidades da CGU para aprovação e definição da prioridade a ser dispensada aos trabalhos.

Em resultado, ficou definido o desenvolvimento dos projetos detalhados nas próximas páginas, alguns dos quais já iniciados em 2004, cuja conclusão não foi possível naquele mesmo exercício.

## Área de Informação

(Projetos em andamento)

### 1. Reformulação das páginas da CGU (Intranet e Internet)

#### **Objetivo:**

Estruturar as páginas da CGU com leiaute padronizado pela PR e disponibilizar, na Internet, novos serviços e informações de interesse da sociedade.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Implantação das novas Páginas, mais dinâmicas e com garantia de conteúdos atualizados, por meio de definição clara das unidades responsáveis pelo provimento dos conteúdos.

### 2. Redesenho do Sistema CGU-PAD e Punidos

#### **Objetivo:**

Otimizar o registro e acompanhamento dos Processos Administrativos Disciplinares e de Punidos do Poder Executivo, em ambiente WEB.



### **Resultado esperado:**

- ✓ Reformulação dos sistemas em uso ou desenvolvimento de novo sistema;
- ✓ Disponibilização das informações sobre punições, para publicação no D.O.U., exclusivamente por meio do sistema da CGU.

### **3. Redesenho do Sistema Ativa**

#### **Objetivo:**

Permitir a melhoria das ações de planejamento, execução e acompanhamento das fiscalizações e auditorias, por meio de revisão dos módulos do Sistema ATIVA.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Implementação de proposta de reprojeto apresentada pelo Grupo de Trabalho constituído para esse fim.

### **4. SGI – Módulo de Controle Interno**

#### **Objetivos:**

- ✓ Melhorar a gestão e o acompanhamento dos processos prioritários em tramitação na Secretária Federal de Controle, permitindo a integração entre as diversas diretorias e coordenações e a Diretoria de Planejamento e Avaliação das Ações de Controle;
- ✓ Permitir o gerenciamento dos trabalhos de auditoria em atos de admissão e desligamento de pessoal do Poder Executivo, coordenados pela Diretoria de Auditoria Especial e de Atos de Pessoal, e realizados por todas os órgãos regionais da CGU.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Obtenção de especificação detalhada dos usuários da Secretaria Federal de Controle;
- ✓ Desenvolvimento de protótipo para refinamento de requisitos;
- ✓ Realização de análise, projeto, desenvolvimento e testes do Módulo de Controle Interno, integrado à plataforma SGI CGU.

### **5. SGI – Módulo de Correição**

#### **Objetivo:**

Criar sistema integrado de Corregedorias do Poder Executivo Federal, visando à qualidade do processo e a melhoria da performance da área.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Estruturação das informações e disponibilização de ferramenta de apoio à decisão.



## 6. SGI – Módulo de Ouvidoria

### Objetivo:

Disponibilizar informações ágeis e precisas para a Ouvidoria.

### Resultado esperado:

✓ Estruturação das informações e disponibilização de apoio à decisão, na busca da qualidade do processo e melhoria da performance da área.

## 7. Sistema Monitor-Web

### Objetivo:

Implementar funcionalidades para acompanhamento das ações de controle realizadas pela SFC.

### Resultado esperado:

- ✓ Possibilidade de monitoramento dos resultados das ações de controle da CGU no âmbito interno e externo.
- ✓ Migração do sistema para a Internet.

## 8. Portal da Transparência – 2ª Etapa

### Objetivo:

Desenvolver as fases 3 e 4 do projeto, contemplando:

- ✓ Informações referentes aos gastos efetuados diretamente pelo Governo Federal (a exemplo das compras governamentais e da contratação de obras públicas e de prestadores de serviços);
- ✓ Consultas avançadas, destinadas a usuários com algum conhecimento técnico, como os servidores das três esferas da administração pública, organizações não-governamentais, fundações, pesquisadores e estudiosos de finanças públicas;
- ✓ Informações sobre as operações de financiamento de crédito operacionalizadas pelas agências financeiras oficiais de fomento (Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES).

### Resultado esperado:

- ✓ Implementação das fases 3 e 4 do projeto.



(Projetos não iniciados)

### **9. Administração de Bases Corporativas, incluindo a base do sistema Ativa**

#### **Objetivo:**

Manter sob gerência da CGU as bases de dados consideradas essenciais para o cumprimento de sua missão organizacional com a devida tempestividade.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Maior agilidade na extração de dados para análise.

### **10. Implementação de Engenharia de Software**

#### **Objetivo:**

Incorporar os modernos conceitos de Análise e Projeto de Sistemas nas soluções confeccionadas e/ou gerenciadas pela DSI, acrescentando técnicas de gerenciamento do processo de desenvolvimento e garantia de qualidade.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Aumento da qualidade das soluções confeccionadas pela DSI e do gerenciamento de aspectos como tempo e custo.

### **11. Implementação de Workflow Manager**

#### **Objetivo:**

Melhorar e agilizar a comunicação interna, documentar e automatizar os processos principais, eliminar controles redundantes e papel.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Melhoria de controles na distribuição de tarefas, menor quantidade de impressões, eliminação de tempo perdido com tarefas passíveis de automatização.
- ✓ Melhoria do clima interno e maior cooperação entre os integrantes das equipes.

### **12. Sistema de Recursos Humanos**

#### **Objetivo:**

Integrar o Sistema de Recursos Humanos à estrutura e regras da DSI.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Certificação do sistema atual, dentro de padrões de qualidade;
- ✓ Obtenção de plano evolutivo para o sistema atual;
- ✓ Garantia dos padrões básicos de segurança e desempenho.



### **13. Sistema de Planejamento e Orçamento**

#### **Objetivo:**

Otimizar o controle da gestão orçamentária da CGU, permitindo o confronto de informações sobre o planejado e o executado.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Obtenção de análises gerenciais;
- ✓ Transparência dos dados sobre planejamento e orçamento da CGU.

### **14. Sistema de Gerenciamento de Informação da CGU (GIGA)**

#### **Objetivo:**

Sistematizar o registro e a obtenção de informações de interesse da CGU de forma parametrizada, objetivando o gerenciamento efetivo dessas informações.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Disponibilização de informações ágeis e precisas para o Gabinete do Ministro;
- ✓ Disponibilização de informações de interesse da CGU de forma parametrizada aos gestores responsáveis.

### **15. Banco de Tipologias de Fraudes e de Pessoas Suspeitas**

#### **Objetivo:**

Disponibilizar informações gerenciais sobre fraudes e responsáveis, por meio do cruzamento de dados disponíveis nos sistemas estruturadores e corporativos da União, Estados e Municípios.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Desenvolvimento de projeto visando permitir ações proativas em caso de suspeita de irregularidades.

### **16. Interligação de Sistemas da CGU e do TCU**

#### **Objetivo:**

Integrar os sistemas Ativa (CGU) e Siscontas(TCU) visando otimizar e racionalizar o intercâmbio de informações entre os dois órgãos, utilizando, como base para essa integração, a proposta do reprojeto do Sistema Ativa.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Elaboração de proposta de integração dos sistemas;
- ✓ Adequação dos sistemas Ativa e Siscontas à proposta de integração a ser apresentada.



**Área de Infra-Estrutura**  
**(Projetos em andamento)**

**1. Implantação de servidor de correio eletrônico em software livre**

**Objetivo:**

Prover serviço de correio eletrônico administrado pela CGU.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Testes internos na CGU efetivados com sucesso.

**Resultado esperado:**

- ✓ Maior disponibilidade do serviço de correio eletrônico;
- ✓ Menor gasto com o referido serviço.

**2. Migração da Suíte de Escritório para Software Livre**

**Objetivo:**

Promover o alinhamento da CGU às diretrizes do Governo Federal quanto ao uso de software livre, com a conseqüente economia de recursos.

**Resultado alcançado:**

✓ Utilização da ferramenta OpenOffice.org em novas estações, adquiridas sem suíte de escritório.

**Resultado esperado:**

- ✓ Adoção na CGU do OpenOffice.org como aplicativo padrão de escritório.

**3. Infra-estrutura de Servidores**

**Objetivo:**

Criar ambiente de Tecnologia da Informação para hospedagem de sistemas e disponibilização de serviços de rede da Controladoria-Geral da União.

**Resultado esperado:**

- ✓ Instalação física dos servidores adquiridos em sala específica para esse fim;
- ✓ Conexão dos servidores ao backbone da rede local da CGU Gigabit Ethernet;
- ✓ Configuração segura dos sistemas operacionais instalados nos servidores;
- ✓ Instalação de serviços de arquivos, aplicações e rede nos servidores.



#### **4. Política de Segurança da Informação da CGU**

##### **Objetivo:**

Definir normas, procedimentos e padrões de segurança para a utilização de métodos de armazenamento e tráfego de informações, visando assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Controladoria-Geral da União.

##### **Resultado alcançado:**

✓ Elaboração da versão 1.0 das diretrizes gerais da PSI, das normas de uso da internet e correio, das normas de acesso físico e lógico e do termo de responsabilidade.

##### **Resultado esperado:**

- ✓ Criação de grupos de trabalho responsáveis pela gestão do PSI;
- ✓ Capacitação dos servidores e disseminação da cultura de segurança da informação;
- ✓ Classificação das informações sensíveis;
- ✓ Controle de acesso aos recursos de TI.

#### **5. Criação da Rede da CGU (fora da rede Serpro)**

##### **Objetivo:**

Buscar maior atuação e independência na gestão da rede CGU por meio da contratação de novos prestadores de serviço e infra-estrutura de rede.

##### **Resultado esperado:**

- ✓ Menor custo dos serviços prestados;
- ✓ Melhor utilização dos recursos disponíveis;
- ✓ Alta disponibilidade dos serviços de rede;
- ✓ Maior segurança.

#### **6. Reestruturação do backbone da rede local da CGU-DF**

##### **Objetivo:**

Dotar o Edifício Darcy Ribeiro de sistema de cabeamento estruturado de dados normatizados e implementar fibra óptica no backbone vertical.

##### **Resultado alcançado:**

- ✓ A CGU adquiriu 41 (quarenta e um) switches departamentais (Pregão 33/2004).





### **Resultado esperado:**

- ✓ Melhoria do desempenho dos serviços de TI;
- ✓ Redução no tempo de recuperação de falhas na rede;
- ✓ Maior agilidade nos serviços de remanejamento de pontos de rede.

## **7. Acompanhamento do Projeto Infovia do Governo Federal**

### **Objetivo:**

Representar a CGU no Comitê Técnico de Infra-Estrutura de Rede quanto ao projeto Infovia Brasília – que tem como objeto a implantação de anel de interconexão de dados entre todos os órgãos da administração federal direta e indireta –, visando apresentar sugestões de serviços que atendam à necessidade da CGU e orientar as empresas envolvidas no processo de implantação do projeto no âmbito deste órgão.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Implementação de cabo ótico até a sala de CPD na DSI/CGU.

### **Resultado esperado:**

- ✓ Saída de interconexão com a Infovia disponível por meio de switch Gigabit Ethernet.

## **8. Projeto de videoconferência**

### **Objetivo:**

Viabilizar a infra-estrutura necessária à realização de palestras e conferências entre as unidades da CGU.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Utilização da infra-estrutura do Interlegis para transmissão de alguns eventos;
- ✓ Definição de alternativas técnicas para atendimento da demanda e apresentação ao grupo envolvido no trabalho.

### **Resultado esperado:**

- ✓ Transmissão de palestras por meio de infra-estrutura própria da CGU, com total disponibilidade.

## **9. Migração dos serviços da rede PR para a rede Serpro**

### **Objetivo:**

Unificar as redes da CGU (Serpro e Presidência da República), o que facilitará a resolução de problemas e a adoção de novas soluções na área de TI.

### **Resultado alcançado:**

- ✓ Todas as providências necessárias para a efetivação da migração foram tomadas. A implementação da VPN e o acesso à INTRAPR são as pendências atuais.



**Resultado esperado:**

- ✓ Finalizar a migração até o dia 21/02, com o menor impacto possível aos usuários.

**10. Interligação da rede da CGU com redes de outras instituições públicas (caso Intraprev)**

**Objetivo:**

Disponibilizar o acesso à Intraprev (que contém os sistemas da Previdência Social), com o objetivo de auxiliar o processo de auditoria.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Interligação, em caráter piloto, das redes da CGU-DF e CGU-BA com a Intraprev.

**Resultado esperado:**

- ✓ Interligação das demais Unidades da CGU com a Intraprev.

**11. Elaboração de novo contrato de prestação de serviços de TIC com o Serpro**

**Objetivo:**

Elaborar minuta de contrato contemplando alterações e inclusões de cláusulas no contrato atual e na minuta apresentada pelo Serpro, abrangendo: segmentação nos serviços contratados com cobranças individuais; maior facilidade de gestão, possibilitando inclusive a contratação futura de outras empresas para cada serviço; viabilização da implementação do projeto Rede CGU.

**Resultado alcançado:**

- ✓ Primeira versão do documento elaborada em 01/02/05.

**Resultado esperado:**

- ✓ Assinatura de contrato que contemple na sua totalidade ou parcialmente o conteúdo da minuta elaborada pela DSI.

**12. Certificação digital na CGU**

**Objetivo:**

Proporcionar maior segurança nas transações por meio eletrônico.

**Resultado esperado:**

- ✓ Utilização de certificados digitais em:
  - Assinatura e criptografia de mensagens eletrônicas;
  - Criptografia de arquivos e pastas em estações de trabalho;
  - Autenticação em diversos sistemas.



### 13. Criptografia de arquivos na CGU

#### **Objetivo:**

Proporcionar maior segurança para as informações armazenadas em estações de mesa e portáteis.

#### **Resultado esperado:**

✓ Não ocorrência de vazamento de informações em decorrência de acesso indevido às estações e notebooks.

**(Projetos não iniciados)**

### 16. Hospedagem do sítio Intranet da CGU em ambiente de software livre

#### **Objetivo:**

Hospedar o sítio Intranet da CGU em servidor próprio do Órgão, utilizando os softwares livres Apache e Linux.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Economia de recursos;
- ✓ Aderência à política de uso de software livre do Governo Federal;
- ✓ Aumento da velocidade de processamento das páginas;
- ✓ Maior segurança de acesso e controle das atualizações das páginas.

### 17. Serviço de arquivo em ambiente software livre

#### **Objetivo:**

Migrar serviço de arquivos da plataforma atual para ambiente Software Livre.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Economia de recursos;
- ✓ Aderência às diretrizes do Governo Federal quanto à utilização de Software Livre;
- ✓ Possibilidade de implementação do projeto Rede CGU.

## Gabinete

### 1. Instalação da Equipe de Autodesenvolvimento

#### **Objetivo:**

Promover o espírito de equipe, o autodesenvolvimento e o engajamento de todos no sentido de solucionar os principais desafios da Diretoria de Sistemas e Informação.

#### **Resultado esperado:**

- ✓ Melhoria contínua dos processos organizacionais da DSI.



## 2. Treinamento e Capacitação da Equipe da DSI

### Objetivo:

Capacitar os servidores da DSI.

### Resultado esperado:

Participação dos servidores em, pelo menos, um evento de aprimoramento no exercício.

## 9. DIRETORIA DE INSTRUÇÃO

A Diretoria de Instrução – DIR, unidade integrante da estrutura organizacional da Controladoria-Geral da União, subordinada à Subcontroladoria-Geral da União, tem, como missão, desenvolver atividades de triagem e encaminhamento inicial de denúncias e representações, controlar a observância de prazos, formular e implementar estratégias e mecanismos de integração e fortalecimento institucional e manter o acompanhamento dos resultados das ações da Controladoria.

Integram a estrutura da Diretoria de Instrução a Coordenação-Geral de Pesquisa - CGP e a Coordenação-Geral de Diligências – CGD.

À CGP compete acompanhar o desdobramento e os resultados das ações da CGU em órgãos externos, disponibilizando as informações pertinentes, e elaborar e disponibilizar relatórios gerenciais sobre a instauração, andamento e conclusão de processos administrativos disciplinares e similares.

O Acompanhamento de Resultados das ações da CGU é atividade fundamental, primeiramente, por permitir melhor prestação de informações (ações executadas pela própria Controladoria, e desdobramento das ações nos órgãos externos) à sociedade, a qual, sabendo que suas demandas estão sendo atendidas, passa a se sentir participante do processo de fiscalização e controle dos gastos públicos. E esse controle social é instrumento fundamental para construção de uma democracia vigorosa e socialmente justa. Além disso, o acompanhamento dos resultados dos trabalhos é ferramenta importante para geração de conhecimento dentro do órgão e para motivação de seus servidores, ao comprovar, com informações concretas provenientes de relatórios estatísticos e gerenciais, a efetividade do seu trabalho.

Em 2004, após a estruturação da área, ocorrida no último trimestre de 2003, a CGP pôde iniciar na prática o processo de acompanhamento de resultados, a partir da disponibilização da primeira versão do Sistema de Acompanhamento de Resultados, testada e ajustada com o preenchimento dos dados referentes ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Atualmente, além dos dados do programa citado, estão sendo registrados os documentos e processos que encaminham o resultado dos trabalhos da CGU ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União, Advocacia-Geral da União e Polícia Federal, e os documentos recebidos em resposta. Serão registrados, também, num próximo passo, os documentos e processos que contenham determinação de instauração de Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares e Tomadas de Contas Especiais aos Órgãos Gestores.



Estão sendo criados, no momento, os procedimentos internos e externos, que garantam o recebimento das informações.

Internamente, está sendo elaborado um novo fluxo de processos, que garanta que os documentos que encaminhem resultado de trabalho da Controladoria aos órgãos externos acima descritos, sejam despachados à Coordenação-Geral de Pesquisa, para fins de registro e acompanhamento de resultados, além de que os documentos ou processos que envolvam determinação de instauração de Sindicância/PAD/TCE também sejam despachados à CGP.

Externamente, estão sendo promovidos Acordos de Cooperação que articulem a disponibilização das informações requeridas pela CGU aos órgãos externos, periódica e circunstanciadamente, o que é imprescindível para que a Controladoria possa acompanhar o desdobramento de suas ações no MPF, MPE, TCU, AGU e na Polícia Federal. Nesse contexto, no ano de 2004, foram expedidos documentos ao Ministério Público, solicitando relação de ações judiciais propostas, bem como de procedimentos administrativos ou inquéritos instaurados, que guardassem relação direta ou indireta com as auditorias ou fiscalizações efetuadas por equipes da Controladoria.

Em resposta, foi informada a abertura de 260 procedimentos administrativos, por parte do Ministério Público Federal, e 10 dos Ministérios Públicos dos Estados, instaurados em decorrência, direta ou indireta, dos trabalhos da Controladoria. A partir daí, novas tratativas estão sendo formuladas e novos ajustes propostos, tanto para os Ministérios Públicos quanto para os demais Órgãos Externos, para que, juntamente com a disponibilização das informações de Acompanhamento de Resultados na Intranet CGU, no futuro próximo, a CGP esteja provida de ferramentas e informações e consolidada como área gestora do acompanhamento dos resultados dos trabalhos da CGU.

A Diretoria de Instrução exerce, por sua Coordenação-Geral de Diligências, a atribuição de classificar e propor o encaminhamento inicial de representações ou denúncias recebidas, de ocorrências relacionadas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público. Para o desempenho dessa função, foram definidos os procedimentos, por meio da Ordem de Serviço nº 95, de 13 de setembro de 2004. Segundo essa orientação, a apuração de denúncias pela Controladoria faz-se por dois tipos de procedimentos: simplificado e ordinário. Como resultado do trabalho de classificação de denúncias, foram analisados, em 2004, 1.464 documentos, na forma discriminada na Tabela I:



**TABELA I**  
**CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANALISADOS**

CLASSIFICADOS CONFORME OS 95/2004	CLASSIFICAÇÃO/ENCAMINHAMENTO	QUANTIDADE
	Arquivamento por ausência de competência	261
Arquivamento por insuficiência de elementos	330	
Encaminhamento para órgão externo	19	
Procedimento simplificado	500	
Procedimento ordinário (CORAS)	11	
Procedimento ordinário (COREC)	6	
Procedimento ordinário (CORIN)	10	
Procedimento ordinário (SFC)	7	
<b>SUBTOTAL (A)</b>	<b>1144</b>	
OUTROS ENCAMINHAMENTOS	Juntada ao precedente	162
	Ouvidoria	9
	Pedido de informações	72
	Verificar precedente	11
	Manifestações diversas	11
	Desmembramento	33
	Outros	22
	<b>SUBTOTAL (B)</b>	<b>320</b>
<b>TOTAL (A + B)</b>	<b>1464</b>	

Quanto ao acompanhamento e controle do atendimento das diligências requeridas, com verificação da observância dos prazos, foram cadastrados e analisados 2.347 processos e documentos, conforme especificado na Tabela II:

**TABELA II**  
**SÍNTESE DE REGISTROS DE CONTROLE DE PRAZO**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (Processos e Documentos)
Processos incluídos em controle de prazo	716
Cadastramento e análise de respostas à diligência	1500
Saneamento de processos com prazo vencido	131
<b>TOTAL</b>	<b>2347</b>

No que se refere à atividade de revisão final dos processos e expedientes para deliberação do Ministro, do Subcontrolador-Geral da União e do Diretor de Instrução, com proposta de procedimentos saneadores necessários, a Diretoria de Instrução, por meio de sua Assessoria, registrou, analisou e/ou encaminhou 6.799 processos e documentos, conforme detalhamento constante da Tabela III:



**TABELA III**  
**SÍNTESE DE REGISTROS DE REVISÃO E TRÂMITE DE**  
**PROCESSOS**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE (Processos e Documentos)</b>
Processos e expedientes revisados	742
Registro de entrada de processos e documentos	6057
<b>TOTAL</b>	<b>6799</b>